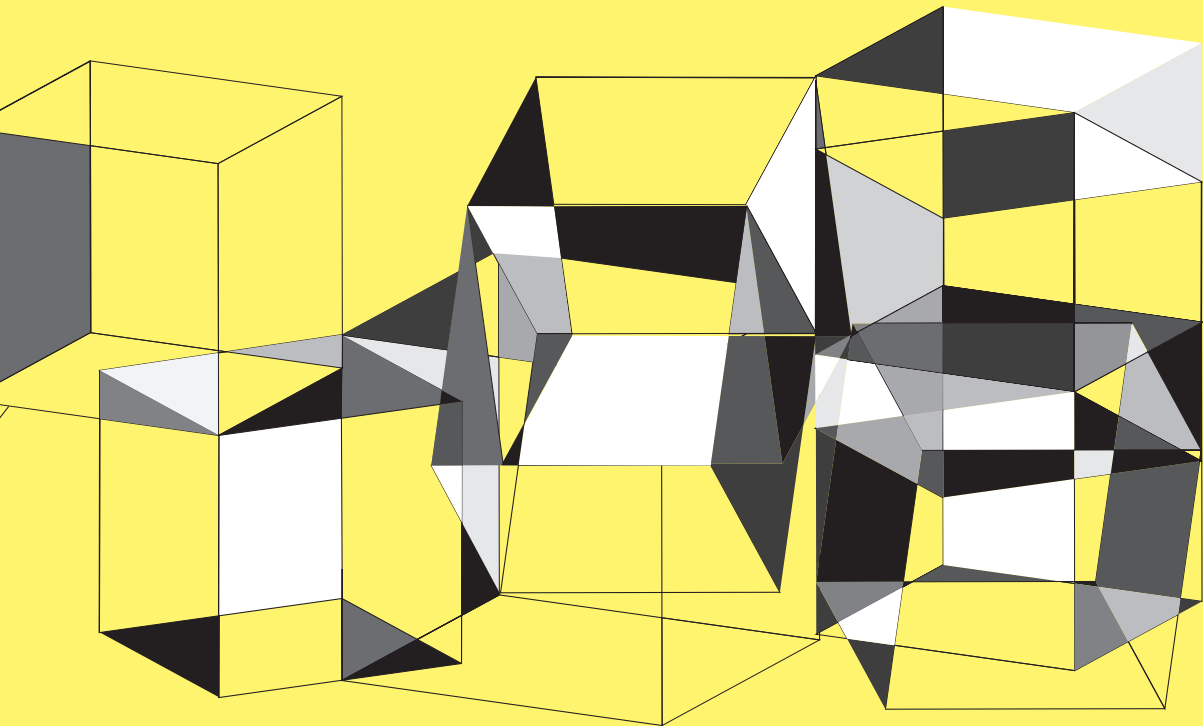


OS CARDEAIS DA CULTURA NACIONAL
O CONSELHO FEDERAL DE CULTURA
NA DITADURA CIVIL-MILITAR
(1967-1975)

Tatyana de Amaral Maia



OS CARDEAIS DA CULTURA NACIONAL
O CONSELHO FEDERAL DE CULTURA
NA DITADURA CIVIL-MILITAR
(1967-1975)

Tatyana de Amaral Maia

Centro de Documentação e Referência Itaú Cultural

Maia, Tatyana de Amaral.

Os cardeais da cultura nacional : o Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975) / organização da coleção Lia Calabre. – São Paulo : Itaú Cultural : Iluminuras, 2012.

260 p. – (Rumos Pesquisa)

ISBN 978-85-7979-028-7

1. Políticas culturais. 2. Patrimônio cultural. 3. Cultura brasileira. 4. Identidade nacional. I. Título.

CDD 353.7



OS CARDEAIS DA CULTURA NACIONAL

O CONSELHO FEDERAL DE CULTURA NA DITADURA CIVIL-MILITAR (1967-1975)

Tatyana de Amaral Maia

São Paulo, 2012



**Itaú
cultural**

Itaú Cultural
ISO 9001
ADMINISTRAÇÃO DE VERBAS



ILUMINURAS

Ministério da
Cultura

BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares, professores e amigos, que contribuíram decisivamente para a concretização deste livro, originalmente a minha tese de doutorado. Sem eles, o meu percurso teria sido mais árido. Fica aqui o registro da minha mais profunda gratidão.

Meus pais, Ubirajara e Arlinda, foram os grandes responsáveis por mais essa conquista ao me proporcionar a oportunidade de estudar e por todo amor a mim dispensado.

Não poderia deixar de registrar o papel da banca de avaliadores deste trabalho. Aos professores Antônio Edmilson Martins Rodrigues, Carlos Fico, Denise Rollemberg, Lúcia Maria Lippi Oliveira e ao orientador Francisco Carlos Palomanes Martinho, muito obrigada pela leitura atenta e avaliação cuidadosa. Ter tido essa banca foi um privilégio. Afinal, ela foi cuidadosamente formada por professores com quem tive oportunidade de conviver nos anos da minha formação e de quem sou leitora assídua e entusiasta. À professora Lúcia Lippi fica o meu agradecimento pelo generoso e elucidativo prefácio.

À historiadora Lia Calabre, pelo auxílio durante o desenvolvimento desta pesquisa e na edição do livro. Graças a ela tive acesso ao acervo do Conselho Federal de Cultura, ainda em processo de organização, sob a responsabilidade da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Peço licença para um agradecimento especial ao meu orientador, Francisco Carlos Palomanes Martinho, sempre atencioso, presente e amigo. Os pontos positivos deste trabalho são fruto de sua orientação, marcada sempre pelo diálogo e pela disponibilidade de tempo, apesar de suas inúmeras tarefas acadêmicas. Sua serenidade e experiência foram fundamentais nos meus momentos de insegurança. A apresentação que inicia este livro, de sua autoria, e muito me honra, completa sua orientação cuidadosa.

À Capes, pelos quatro anos de bolsa de doutorado, sem a qual esta pesquisa não seria possível. Espero poder retornar à sociedade esse investimento.

E, por fim, ao Instituto Itaú Cultural, pelo prêmio a mim concedido. Iniciativas como essas são fundamentais para o desenvolvimento e a divulgação das pesquisas no Brasil, sempre tão carentes de recursos. Muito obrigada!

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	17		
PREFÁCIO	21		
INTRODUÇÃO	25		
I – TRAJETÓRIAS INTELECTUAIS: ENCONTROS EM DEFESA DA CULTURA NACIONAL	32		
1.1 – Companheiros ilustres: a formação de uma rede de intelectuais (1920-1970)	42		
1.2 – Variáveis e limites na construção do consenso como mecanismo de organização política	56		
1.3 – Homenagens e sociabilidades na caracterização do grupo	62		
1.4 – Fissuras internas na construção do consenso: o caso da censura	73		
II – O “SENADO DA CULTURA NACIONAL”: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SETOR CULTURAL NA DITADURA CIVIL-MILITAR	86		
2.1 – A construção de uma rotina burocrática para a cultura	88		
		2.2 – O periódico oficial como “espelho fiel” da atuação intelectual: as revistas <i>Cultura</i> e <i>Revista Brasileira de Cultura</i>	106
		2.2.1 – <i>Cultura</i> : o boletim informativo do Conselho	113
		2.2.2 – Leitura para especialistas: A <i>Revista Brasileira de Cultura</i>	127
		III – EM NOME DO “OTIMISMO”, EM DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL: O CIVISMO COMO LUGAR DA NACIONALIDADE	131
		3.1 – Continuidades e rupturas: a presença dos ideais modernistas e do pensamento conservador no Conselho Federal de Cultura	133
		3.1.1 – Memórias de si, sentidos revisitados: comemorações em torno do movimento modernista	137
		3.1.2 – Vozes conservadoras no Conselho Federal de Cultura	155
		3.2 – O patrimônio brasileiro: debates e ações no Brasil republicano	158
		3.2.1 – O Encontro em defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	166

3.3 – O civismo como expressão máxima da consciência nacional	171	CONCLUSÃO	230
3.3.1 – A formação da “consciência cívica” e os deveres do cidadão	180	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	233
IV – A FUNÇÃO CÍVICA DAS POLÍTICAS CULTURAIS: DISCURSOS E AÇÕES PROMOVIDOS PELO CFC	188	APÊNDICE A – NÚMEROS DE ARTIGOS PUBLICADOS NA SEÇÃO ESTUDOS E PROPOSIÇÕES DOS PERIÓDICOS <i>CULTURA</i> E <i>BOLETIM DO CONSELHO FEDERAL DE CULTURA</i>	240
4.1 – A ação editorial do Conselho Federal de Cultura	193	APÊNDICE B – COLABORADORES DA <i>REVISTA BRASILEIRA DE CULTURA</i> (1969-1974)	242
4.1.1 – As obras coletivas do CFC: a divulgação da cultura brasileira	194	APÊNDICE C – OBRAS FINANCIADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE CULTURA (1967-1975).....	246
4.2 – Os Calendários Culturais do MEC: lugares de memória?	205	APÊNDICE D – CALENDÁRIOS CULTURAIS: 1969, 1970, 1973 E 1974	248
4.3 – Os documentos-síntese: Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura e o Plano Nacional de Cultura	213		
4.3.1 – Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura	217		
4.4 – Novos tempos no setor cultural: o esgotamento político do Conselho Federal de Cultura	224		

Que valores interessam à cultura nacional?

Eis a pergunta que preludia os trabalhos deste Conselho.

Digamos sem reservas: aqui nos interessam os valores políticos.

Valores políticos que são rigorosamente embebidos da essência humana. Valores criados e conservados na tradição...

Por que perpetuá-los? Por que devemos cuidar de sua permanência? Aqui está o sentido político: porque são estímulos de consistência e de vigor da alma nacional. Porque são patrimônio de significação cívica. Porque representam nossa unidade orgânica de "povo".

Valores artísticos, científicos, históricos, eles têm luminescência própria para a retina espiritual, que não esmoreceu na percepção do sentido da pátria, conservando o "instinto da nacionalidade" [...] Valores que cumprem preservar para sobreviver. É a tarefa máxima deste órgão: a visibilidade nacional do processo de nossa consistência como povo.

COLEÇÃO RUMOS PESQUISA

O campo cultural como objeto de pesquisa apresenta uma singularidade: de um lado, há escassez de coleta de dados e de análises consistentes sobre dados já coletados; de outro, são poucos os canais para a circulação de resultados, trocas e reflexões.

Com o intuito de colaborar para a mudança desse cenário e visando ampliar o acesso à produção de conhecimento em torno de dados coletados por pesquisadores do campo cultural, o edital 2010-2011 do programa Rumos Pesquisa está organizado em duas categorias de premiação: uma voltada para pesquisa desenvolvida por estudiosos ligados a programas de pós-graduação – Pesquisa Acadêmica Concluída; outra voltada para o financiamento a projetos de estudo independentes, sem a obrigatoriedade de o pesquisador estar vinculado a programas acadêmicos de pós-graduação – Pesquisa Aplicada.

Ao todo foram inscritos 706 trabalhos. Uma comissão independente e autônoma, formada por pesquisadores, gestores e professores universitários, reuniu-se ao longo de um mês, em vários encontros presenciais, e leu e avaliou minuciosamente as propostas. Dos trabalhos premiados, as quatro pesquisas acadêmicas agora são publicadas em forma de livro, numa linguagem mais acessível ao amplo conjunto de leitores a que se destinam, constituindo a *Coleção Rumos Pesquisa Gestão Cultural*.

Neste volume, apresentamos o título *Os Cardeais da Cultura: O Conselho Federal de Cultura na Ditadura Civil-Militar (1967-1975)*, de Tatyana de Amaral Maia. É um estudo sobre a criação e a atuação do Conselho Federal de Cultura no campo das políticas culturais; a forma como seus principais gestores – relevantes intelectuais brasileiros – se relacionaram com as questões políticas e sociais no período da ditadura e o que pensavam sobre conceitos importantes para a cultura como patrimônio e identidade nacional.

Os outros três títulos que compõem a série são: *A Proteção Jurídica de Expressões Culturais de Povos Indígenas na Indústria Cultural*, de Victor Lúcio Pimenta de Faria; *Por uma Cultura Pública: Organizações Sociais, Oscips e a Gestão Pública Não Estatal na Área da Cultura*, de Elizabeth Ponte; e *Discursos, Políticas e Ações: Processos de Industrialização do Campo Cinematográfico Brasileiro*, de Lia Bahia.

O Observatório Itaú Cultural elabora o programa Rumos Pesquisa como um instrumento de incentivo à investigação e coleta de informações culturais e de divulgação de resultados provenientes dessas ações. E, segundo seu ideário, a ampla visibilidade dos estudos é o caminho para fortalecer debates e consolidar conhecimentos.

Milú Villela

APRESENTAÇÃO

Quando, no ano 2000, o professor Daniel Aarão Reis Filho lançou seu pequeno livro *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*¹, poucos imaginavam que ele estava dando um importante passo no sentido da alteração nos rumos dos estudos sobre o período autoritário brasileiro. A proposta de Reis Filho, em parte presente no próprio título, é a de que o regime autoritário manteve-se ao longo de tantos anos em grande medida devido ao apoio que recebeu de setores expressivos da sociedade brasileira e das brechas que a ditadura abriu para a presença e a participação de grupos civis. É esse o motivo pelo qual o professor Reis Filho entendeu a ditadura como *civil-militar* e não apenas *militar*.

Aquilo que em 2000 era uma proposta de pesquisa apresentada em um livro de divulgação ganhou contornos cada vez mais sólidos e consistentes com a realização de inúmeras pesquisas sobre os mais variados temas: partidos, sindicatos, associações civis, intelectuais... Este é o caso do presente livro de Tatyana Amaral Maia a respeito do Conselho Federal de Cultura, órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura que contou, durante o período autoritário, com a participação de alguns dos mais destacados intelectuais brasileiros. E, mais interessante: de variados campos políticos e ideológicos. De Josué Montello a Manuel Diégues, passando por Rachel de Queiroz, Gilberto Freyre, Adonias Filho, Ariano Suassuna, entre outros, o CFC procurou indicar uma série de caminhos para a cultura brasileira compreendendo a inevitável tensão entre o discurso nacionalista e os apelos do regionalismo. A unificá-los, a busca de uma ideia de Brasil que irradiasse um sentido de civismo e amor pátrio entre todos os cidadãos. O nacionalismo cívico do CFC, em larga medida, refletia o projeto otimista da ditadura, de grande país, grande potência e de compromisso com o futuro. Mas um compromisso que não abdica da tradição, das raízes. Assim, é digno de nota que os membros do CFC retomavam os pressupostos modernistas que remontavam ao primeiro governo Vargas, no qual muitos deles foram ativos colaboradores. Pontos de interseção entre um passado que se pretendia negar e o presente: essa é uma das grandes novidades do trabalho de Tatyana Maia.

1 REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

Sob a égide do otimismo apregoado pelos militares e por diversos outros setores da ditadura, os membros do CFC tinham um vasto campo de atuação: a eles cabia a orientação das políticas culturais, a proteção e a divulgação do patrimônio cultural, reformas estruturais de prédios e edifícios históricos, defesa do patrimônio arquitetônico, recuperação de arquivos documentais e bibliotecas, criação de centros culturais nos pequenos e médios municípios, publicação de obras de caráter literário ou histórico que destacavam a *verdadeira* cultura nacional.

O conjunto das ações desses intelectuais reflete o esforço e mesmo a capacidade do regime autoritário de incorporar setores variados da sociedade brasileira. Mas, utilizando de vasta literatura a respeito do papel dos intelectuais no mundo contemporâneo, o presente trabalho não se deixa levar pelas teses da manipulação, do controle ou da cooptação. Ao contrário, mostra como já dissemos – e não custa repeti-lo – uma tradição da presença de intelectuais na vida pública *por dentro do Estado* que, inaugurada nos anos 1930, se manteve ao longo dos anos seguintes. Intelectuais que partilhavam de uma concepção de cultura que em boa medida teve continuidade nos anos seguintes.

Parte daqueles membros do CFC entre 1967 e 1975 – corte cronológico do estudo de Tatyana Maia – procura hoje esconder sua presença e participação no órgão. Talvez por temer a acusação de partícipes da ditadura. Provavelmente porque deseja construir uma memória a respeito de si imaculada. A preocupação de Tatyana é outra que não a do julgamento de homens e mulheres que, fiéis a uma ideia mobilizadora de cultura, dedicaram parte de seus dias ao Conselho. Membros que são da sociedade em geral, Tatyana Maia compreende a presença desses intelectuais no CFC com base na perspectiva apontada por Pierre Laborie². São parte integrante daquela *zona cinzenta* na qual as pessoas – a maioria – se colocam. Querem ir para casa, viver a vida cotidiana e, sempre que possível, trabalhar e contribuir naquilo que lhes compete.

É por esse motivo que as propostas e políticas do CFC tiveram respaldo e reconhecimento em regimes constituídos legalmente ou não. Elas apontam, sim, para uma concepção de políticas culturais que em larga medida passam por dois pressupostos

2 LABORIE, Pierre. *Les Français des années troubles. De la guerre d'Espagne à la Liberation*. Paris: Seuil, 2003; *L'opinion française sous Vichy. Les Français et la crise d'identité nationale (1936-1944)*. Paris: Seuil, 2001; ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Org.) *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 31-44.

básicos: 1) uma ideia de cultura nacional distinta, própria; e 2) uma concepção de cultura como bem imaterial que deve, portanto, ser financiada e até gerida pelo Estado. Quem há de dizer que tais pressupostos caducaram?

Apresentado originalmente como tese de doutoramento na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, o texto de Tatyana foi motivo de ampla discussão a respeito das relações sociedade/ditadura, sociedade/cultura e cultura/ditadura. Opinião unânime entre os membros da banca, Lúcia Lippi (CPDoc/FGV), Antônio Edmilson Martins Rodrigues (UERJ), Carlos Fico (UFRJ) e Denise Rollemberg (UFF), foi que a tese deveria ser publicada. Lúcida, atual e muito bem escrita, é leitura obrigatória para o entendimento do passado recente do país.

De minha parte, orientador do presente trabalho, fica o orgulho de ter parcialmente contribuído para a elaboração de um trabalho de excelência cujos méritos são todos da autora.

Francisco Carlos Palomanes Martinho

Departamento de História da USP

PREFÁCIO

O livro de Tatyana de Amaral Maia, originalmente sua tese de doutorado, apresenta uma importante pesquisa sobre o Conselho Federal de Cultura (CFC) no período entre 1967 e 1975. Pode também ser lido como um trabalho sobre patrimônio e identidade nacional, já que o texto examina continuidades e rupturas no processo de construção de políticas culturais e trata das relações entre intelectuais e política.

O CFC, formado por 24 membros-fundadores, teve entre seus conselheiros Josué Montello, principal articulador do Conselho, Pedro Calmon, Gilberto Freyre, Djacir Menezes, Guimarães Rosa, Rachel de Queiroz, Ariano Suassuna, Roberto Burle Marx, Afonso Arinos de Melo Franco, Hélio Vianna, todos com longa experiência como intérpretes da nação e de continuada inserção nos órgãos do Estado brasileiro. Daí ser nomeados por Gilberto Freyre “cardeais” da cultura nacional. Tais nomes compõem uma geração longeva que esteve entrelaçada com movimentos culturais, literários e políticos desde a década de 1920 até os anos 1970.

É preciso ressaltar que o exame da ação do Estado na área cultural durante a ditadura civil-militar foi inicialmente esboçado no livro organizado por Sergio Miceli (1984) e pelos livros de Renato Ortiz (1986; 1988). Mas ainda hoje é possível identificar muitas “resistências” ao tema. Sim, como pesquisar a atuação daquela “ditadura truculenta” no campo da cultura? Creio que só com o passar do tempo as novas gerações nascidas e/ou formadas na redemocratização consigam lançar seus holofotes sobre a época e reconhecer que o Estado se tornou então o grande mecenas do campo.

A pesquisa de Tatyana preenche uma lacuna no conhecimento da atuação do Estado ao investigar a criação, o funcionamento, os discursos e os projetos do CFC. A autora lança mão de relatórios técnicos, atas, anteprojetos de lei, pareceres, assim como de publicações do CFC, tais como *Cultura*, *Revista Brasileira de Cultura* e *Boletim do Conselho Federal de Cultura*, como fontes de sua pesquisa. Examina os fundamentos das políticas defendidas pelo Conselho mostrando como seus principais eixos estiveram centrados na cultura regional, na identidade e na memória nacionais.

A rede de sociabilidade dos conselheiros é examinada com base no levantamento biográfico e nas trajetórias dos seus membros tomando como marcadores cargos no

espaço do Ministério da Educação e Cultura (MEC), participação em movimentos culturais e políticos, em academias de letras e institutos históricos e geográficos, em periódicos, mandatos no Legislativo. Tais dados oferecem uma visão clara da constituição de uma elite cultural, ainda que isso não signifique um grupo homogêneo ou que não haja áreas de conflito entre eles.

O funcionamento do CFC é investigado tomando as sessões plenárias, as câmaras e comissões, as duas últimas responsáveis por pareceres e relatórios apresentados às plenárias. Os relatórios e as informações das atividades permitem tomar conhecimento dos processos de solicitação de apoio ou auxílio e dos convênios firmados.

Os objetivos do CFC envolviam, além da distribuição de recursos para projetos da área, uma função executiva centralizadora na organização das ações culturais. Tal atribuição configuraria o que pode ser entendido como política cultural, ou seja, como ação estatal organizada, contínua, com recursos destinados exclusivamente ao setor. Vale mencionar que entre os estímulos patrocinados pelo CFC está a criação de conselhos estaduais e municipais de cultura, considerados embriões de um sistema nacional de cultura, sistema que só agora vai ser montado.

A autora analisa igualmente os impasses, as disputas internas, as verbas deficitárias, assim como as propostas de estruturação da área cultural que acabam prevalecendo. O Departamento de Ação Cultural (DAC), outro setor do MEC, passa a contar a partir de 1973 com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e será no seu espaço que surgirá o importante Programa de Ação Cultural (PAC), cuja criatura mais conhecida é a Funarte.

Ao examinar como o civismo toma o lugar da nacionalidade no período de 1967 a 1975, a autora retoma as concepções estéticas e políticas de correntes modernistas, como o movimento Verde-Amarelo, entre outros, para apontar continuidades e rupturas desde as décadas de 1920 e 1930 até os anos 1970.

A autora reforça que no Estado Novo a intervenção estatal no campo da cultura visava organizar a nação, despertar a consciência nacional, elaborar uma identidade nacional pela incursão no passado buscando registros autênticos e singulares da cultura nacional, ou seja, pela noção de patrimônio brasileiro.

Já na ditadura civil-militar trata-se, por um lado, de ampliar o que já fora construído – proteção e valorização do patrimônio – e, por outro, assegurar valores considerados absolutos e imutáveis. Para muitos membros do Conselho a cultura nacional se encontrava ameaçada, principalmente pela invasão de valores estrangeiros que se consolidavam pela indústria cultural. O CFC reafirmava concepções de cultura em que língua, território e passado comum eram fundamentos centrais e se posicionava contra o desenvolvimento da cultura de massas.

O conceito de civismo, considerado como valor social superior, absoluto, vai ser tomado como possível caminho para a autodefesa da nação diante de mudanças arriscadas. Hinos, heróis, datas e mitos de origem vão compor o aparato simbólico defendido pela Comissão Nacional de Moral e Civismo e ser incluídos nas disciplinas Educação Moral e Cívica e Estudos dos Problemas Brasileiros dos currículos oficiais.

Projetos como a Operação Rondon e a Operação Mauá (que eu saiba até hoje não estudadas), organizados pela Comissão de Moral e Civismo, exemplificam a iniciativa de difusão do ideário cívico e de valorização da cultura nacional. O trabalho de devoção à pátria, de defesa do Estado nacional, teria por objetivo afastar os jovens das ideologias perniciosas que invadiam as escolas secundárias e as universidades.

O CFC, ao valorizar as comemorações de datas – o Sesquicentenário da Independência, em 1972 –, a publicação de livros e de obras coletivas, muitas delas de autoria dos próprios conselheiros, e os calendários culturais de efemérides (mencionados em anexo), acaba tendo uma atuação no campo simbólico do civismo.

O esgotamento do CFC pode ser apontado quando Ney Braga assume o MEC, em 1974. Outro órgão do MEC, o DAC, como já foi mencionado, vai elaborar a Política Nacional de Cultura e trazer para dentro da burocracia do MEC outra perspectiva de lidar com a cultura e de gerenciar as políticas culturais.

A ideologia tradicionalista dos “velhinhos” do CFC não era mais adequada ao desenvolvimento do capitalismo, que tem no Estado seu motor. Um novo intelectual vai se ocupar do mercado e da difusão cultural, processo necessário à circulação e ao consumo de bens culturais nacionais.

O acompanhamento da atuação da política do Estado no campo da cultura envolve reflexões e debates sobre o futuro, assim como o conhecimento dos esforços e das

iniciativas do passado. Ainda bem que o campo de estudos de políticas culturais vem crescendo em amplitude e profundidade. A cada dia novas dissertações e teses sobre o tema vêm sendo produzidas em diversos programas de pós-graduação do país.

Muitas são as pistas, as trilhas, as janelas a ser ainda exploradas nessa encruzilhada entre passado e futuro. Podem ser apontadas críticas, falhas, insuficiências no trabalho aqui apresentado? Sim, claro, mas não será possível estudar o tema das políticas culturais no Brasil da segunda metade do século XX sem consultá-lo.

Lúcia Lippi Oliveira

INTRODUÇÃO

Tatyana de Amaral Maia

Este livro é fruto de minha tese de doutorado, defendida em março de 2010 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O texto aqui apresentado sofreu as alterações recomendadas pela banca e por minha própria expectativa de torná-lo leitura menos árdua para você, leitor. A rotina acadêmica nos impõe regras específicas da área, que foram atenuadas com o objetivo de construir um texto mais leve, sem perder o rigor acadêmico exigido por meus pares. Optei por não ampliar as questões tratadas na tese, mantendo-me fiel às análises originais, mesmo correndo o risco de perder a oportunidade de estabelecer novos diálogos. O distanciamento me suscitou novas questões sobre a relação entre o Estado, os intelectuais e o setor cultural no Brasil, mas essas serão tratadas em futuras pesquisas. O título deste livro, *Cardeais da Cultura Nacional*, é uma expressão cunhada por Gilberto Freyre para definir a autoridade e o prestígio dos intelectuais do Conselho Federal de Cultura (CFC), conferidos após longos anos dedicados ao setor cultural.

A atuação dos intelectuais, a partir de 1930, no aparato burocrático ou nos círculos de debates sobre as “questões nacionais” tornou esses atores personagens relevantes na construção de projetos para o Brasil. Dos diversos setores em que os intelectuais atuaram, o Ministério da Educação e Saúde (1930), posteriormente subdividido em Ministério da Educação e Cultura e Ministério da Saúde (1953), foi palco de inúmeros embates e polêmicas, acirrando rivalidades entre grupos concorrentes. A concepção de “organização da nação através da organização da cultura” tornou-se uma bandeira para os atores envolvidos com os debates culturais. A crença difundida entre a elite intelectual de que seria portadora da “missão” de elevar a consciência da população, de guiar os menos favorecidos e, assim, orientar e planejar os rumos do país, mobilizou dezenas de nossos intelectuais.

O desenvolvimento de uma política sistemática para o setor cultural nos governos militares ocorreu no final de 1960 e durante a década de 1970, especialmente nas gestões dos ministros Tarso Dutra (1967), Jarbas Passarinho (1969-1974) e Ney Braga (1974-1978). Esse período marcou a participação do Estado como agente financiador e organizador de projetos culturais, tornando-o “o grande mecenas da cultura brasileira

dos anos de 1970”¹. Para Renato Ortiz, a intervenção do Estado, a partir de 1964, nos assuntos culturais estava relacionada à compreensão dos governos militares do papel da cultura no direcionamento da sociedade, afinal:

O movimento cultural pós-1964 se caracteriza por duas vertentes que não são excludentes: por um lado, se define pela representação ideológica e política, por outro, é um momento da história brasileira onde mais são produzidos e difundidos os bens culturais [...] Reconhece-se, portanto, que a cultura envolve uma relação de poder, que pode ser maléfica quando nas mãos de dissidentes, mas benéfica quando circunscrito ao poder autoritário. Percebe-se, pois, a importância de se atuar junto às esferas culturais. Será por isso incentivada a criação de novas instituições, assim como iniciará todo um processo de gestação de uma política de cultura².

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) agregou, em instâncias por ele criadas, importantes grupos intelectuais e técnicos durante a ditadura civil-militar (1964-1985), entre os quais: o Conselho Federal de Cultura (1966), o Departamento de Assuntos Culturais (1970) e a Fundação Nacional de Arte (1975). Esses núcleos tinham como objetivo central orientar as políticas culturais a ser adotadas no país, visando a divulgação da produção cultural e a definição dos padrões culturais adequadas ao direcionamento político imprimido pelo Estado.

No final de 1966, o presidente Castello Branco instituiu o Conselho Federal de Cultura (CFC) com o objetivo de elaborar o Plano Nacional de Cultura e coordenar as atividades culturais do MEC, definindo os rumos da cultura nacional. O Conselho, instalado no Rio de Janeiro, ficou responsável por reequilibrar as principais instituições culturais do país, isto

1 HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de viagem/CPC, vanguarda e desbunde: 1960/70*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

2 ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 115-116.

é, o Museu Histórico Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes, a Biblioteca Nacional, o Instituto Nacional do Livro, e elaborar as diretrizes de atuação desses lugares de cultura.

Durante a solenidade de instalação do CFC no Palácio da Cultura, em 27 de fevereiro de 1967, o presidente Castello Branco ressaltou a importância de ser elaborado um Plano Nacional de Cultura, associando a sintonia que deveria existir entre a “cultura nacional” e o direcionamento político empreendido pelo governo. A reforma cultural deveria ser articulada ao processo de reforma universitária, buscando orientar os princípios do desenvolvimento desejado para o país. Momentos depois, Tarso Dutra, ministro da Educação e Cultura, durante a posse do secretário-geral do Conselho, Manoel Caetano Bandeira de Mello, afirmou:

As duas linhas de ação que compõem este Ministério – a da Educação e a da Cultura – reclamam servidores devotados, com largo tirocínio e o alto propósito de bem cumprir os seus programas de trabalho³.

A existência de “duas linhas de ação”, uma voltada para a educação e outra para a cultura, possibilitou que a área cultural fosse compreendida como setor diferenciado do educacional, garantindo uma visibilidade e uma intervenção dissociadas daquelas promovidas na educação. A importância da esfera cultural para os governos militares possibilitou a discussão do papel político da cultura e das diretrizes estabelecidas pelo Estado para o setor, especialmente entre os intelectuais dedicados exclusivamente aos assuntos culturais.

O CFC foi organizado graças à articulação do acadêmico Josué de Souza Montello junto ao ministro da Educação e Cultura, Raymundo Moniz de Aragão (1965-1966), e dividido em quatro subáreas: a Câmara de Ciências Humanas, a Câmara de Letras, a Câmara das Artes e a Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. As Câmaras foram estabelecidas de acordo com as áreas consideradas essenciais na definição do que comporia a “cultura nacional”, reunindo as personagens de proeminência de cada

3 Discurso do ministro Tarso Dutra. *Cultura*. Rio de Janeiro: CFC, n. 1, p. 14, 1967.

especialidade. O Conselho era formado por 24 membros, cujos mandatos variavam de dois a seis anos, escolhidos pelo próprio ministro e empossados pelo presidente da República. Além de Josué de Souza Montello, que assumiu a presidência do Conselho, participavam intelectuais como Pedro Calmon, Gilberto Freyre, Gustavo Corção, Djalma Lima Menezes, João Guimarães Rosa, Rachel de Queiroz, Ariano Suassuna, Roberto Burle Marx, Afonso Arinos de Melo Franco, Hélio Vianna, entre outros.

Minha proposta é analisar a experiência do Conselho Federal de Cultura investigando a importância do civismo na elaboração das políticas culturais entre 1967 e 1975. Busco compreender como as propostas desses intelectuais associavam o culto ao civismo às políticas de proteção e difusão da cultura nacional. Trata-se de analisar a dupla relação existente no interior do CFC: primeira, aquela estabelecida entre as demandas do Estado e o projeto para o setor cultural proposto pelo grupo; segunda, a definição desses intelectuais sobre elementos e valores que compõem a cultura e a memória nacional. O projeto político para o setor cultural proposto pelos intelectuais do Conselho tem nos eixos cultura regional, identidade nacional e memória nacional seus principais fundamentos.

O período mais efervescente do Conselho foi de 1967 a 1975, caracterizado pela relativa autonomia dos intelectuais que atuavam no interior do MEC, especialmente dos membros do CFC. Considero esse o período mais profícuo da discussão intelectual promovida pelo Conselho sobre a intervenção do Estado na área cultural. Nesse momento, abre-se um campo de possibilidades para a ação dos intelectuais, cujo traço principal foi a orientação das políticas culturais por meio das concepções em torno do conceito de “cultura nacional” associadas ao civismo.

A participação de vários grupos intelectuais no interior do MEC desde sua criação, em 1930 – inicialmente Ministério da Educação e Saúde –, favoreceu a relativa autonomia do setor cultural até 1975 e possibilitou a existência de projetos identificados por outras matrizes que diferem da ideologia da Segurança Nacional. Reconhecemos que o período em questão é marcado pelo autoritarismo, cujo marco será o Ato Institucional nº 5, decretado em 1968. Contudo, a excessiva homogeneização da ação estatal tem dificultado uma análise mais específica das disputas internas e das orientações teóricas existentes no MEC. Dessa forma, acreditamos que os projetos culturais organizados pelos intelectuais do CFC são mais bem compreendidos à luz das orientações teóricas e políticas do grupo e de suas inter-relações com os setores concorrentes do MEC.

A historiografia tem demonstrado a participação decisiva dos grupos civis na montagem e no funcionamento do Estado ditatorial brasileiro, seja intervindo diretamente no aparelho estatal, seja apoiando a presença dos militares no controle do Executivo. Muitas dessas pesquisas adotaram como perspectiva teórica a relação ambígua estabelecida entre civis e militares gerando momentos de proximidade-legitimidade e outros de clara oposição, evitando as armadilhas do “mito da resistência” elaborado pela memória social a partir do lento processo de retorno à democracia, iniciado em 1979, cujo marco foi o decreto da anistia política⁴. É nesta perspectiva teórica que nos apoiamos para demonstrar a relação de proximidade/crítica existente entre o CFC e as diretrizes da cúpula do Executivo.

O trânsito desses homens pelos campos político e cultural remonta aos anos 1920. A participação intensa desse grupo nas instituições e nos movimentos culturais, nos ministérios, nas agências governamentais, exercendo cargos no Legislativo e no Executivo, especialmente entre as décadas de 1930 e 1970, indica a importância desse grupo no cenário político. Identificados com as correntes modernistas conservadoras, os membros do CFC reeditaram projetos executados no Estado Novo (1937-1945), incorporando aos debates nacionalistas sobre a cultura o culto ao civismo, este sempre alicerçado pela visão otimista quanto aos rumos da nação. Nesta perspectiva, defendo duas hipóteses: 1) o CFC é o resultado da ação de seus intelectuais no universo político e cultural, desde a década de 1920, incorporando as propostas dos modernistas conservadores atuantes no interior do MEC, especialmente, durante o Estado Novo (1937-1945); 2) o civismo será o suporte teórico utilizado para a execução das políticas culturais elaboradas pelo CFC.

A formação de uma “consciência cívica” necessária à convivência harmônica entre o Estado e a sociedade civil será considerada pelos conselheiros a função prioritária das políticas culturais. Essa “consciência cívica” surge na ditadura civil-militar como radicalização do “espírito da nacionalidade” elaborado no primeiro governo Vargas (1930-1945). O civismo estará ancorado no otimismo, buscando no passado as experiências consideradas constitutivas da cultura nacional. A radicalização da noção de civismo, já

4 Nas últimas décadas, importantes pesquisas vêm intensificando os estudos sobre a participação dos civis no aparelho estatal e/ou na legitimação do regime ditatorial brasileiro. Ver: FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Sá. *O golpe militar e a ditadura: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004; ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2010.

existente no pensamento político brasileiro desde os primórdios da República, marcará as especificidades do projeto elaborado pelos intelectuais do Conselho na ditadura civil-militar. Nesse período, o civismo sobrepõe-se à cidadania, amputando alguns de seus direitos fundamentais em nome da preservação da nação ameaçada pela presença constante do inimigo interno.

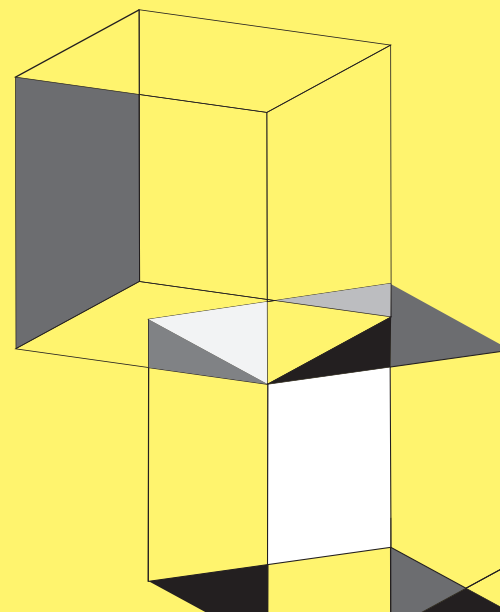
O capítulo I investiga a rede de sociabilidade e intelectual existente na concretização do Conselho Federal de Cultura, destacando a importância dessa rede no agenciamento político desses intelectuais. A investigação da rede a que pertenciam é uma variável decisiva na compreensão das opções político-ideológicas do grupo. Além disso, são analisados os mecanismos internos de criação do consenso necessários à formação de um discurso coeso e de práticas similares, evitando-se ao máximo o desgaste com disputas internas. Para isso, selecionei três mecanismos que considero fundamentais na manutenção do consenso desse grupo: a) hierarquia interna; b) divisão de tarefas; c) autoridade conferida a cada integrante sobre o lugar de sua atuação. Além disso, as auto-homenagens funcionavam como mecanismo de definição da identidade do grupo, distinguindo-o dos demais grupos concorrentes. A criação de uma identidade para o grupo e também de um consenso interno não elimina a existência de tensões internas, também investigadas nesse capítulo.

O capítulo II retrata a construção da rotina burocrática do CFC, incluindo seu orçamento, o processo de institucionalização do Conselho, suas linhas de ação, as regras de financiamento estipuladas, a divisão das verbas orçamentárias. Os dois periódicos do Conselho – *Cultura/Boletim do Conselho Federal de Cultura* e *Revista Brasileira de Cultura* – também serão investigados, merecendo destaque por atuarem como instrumentos na circulação de suas ideias. Tradicionalmente, os periódicos no Brasil funcionam como espaços privilegiados para os debates políticos, favorecendo a intervenção do intelectual nesse universo.

O capítulo III é dedicado à análise das posturas político-ideológicas adotadas pelo Conselho Federal de Cultura. Iniciamos esse capítulo avaliando a presença do pensamento modernista e conservador no interior do MEC. Acredito que a criação do CFC responde, observando as especificidades do período, ao projeto modernista, iniciado nos anos 1920 e vitorioso no interior do aparelho estatal nos anos 1930. Trata-se de uma continuidade não linear, cujo ponto de inflexão será a radicalização do civismo alicerçado no ideário otimista adotado na ditadura civil-militar.

O capítulo IV inventaria os principais projetos executados pelo CFC, suas limitações e o processo de esgotamento político vivenciado pelos conselheiros nos anos 1970. A criação de novas instituições e agências dedicadas ao setor cultural possibilitou o aparecimento de novos grupos no MEC, reduzindo a centralidade do Conselho. O CFC e seu projeto modernista-conservador já não eram capazes de absorver as demandas existentes no setor. O Conselho foi perdendo legitimidade e força política com a criação do Departamento de Ações Culturais (1970), do Programa de Ação Cultural (1973), e, finalmente, com a Política Nacional de Cultura, em 1975. Apesar de permanecer funcionando até 1990, o CFC já não teria mais a expressividade observada nesses tempos.

I TRAJETÓRIAS INTELECTUAIS:
ENCONTROS EM DEFESA DA
CULTURA NACIONAL



Age como pensador, pensa como homem de ação.

Bergson

Na cerimônia de instalação do Conselho Federal de Cultura (CFC), em 27 de fevereiro de 1967, o presidente da República, marechal Humberto Castello Branco, destacou que a cultura era o setor mais tranquilo, e o que causava menos convulsões sociais, se comparado às inquietações provocadas pelo setor educacional. O ministro da Educação e Cultura, Tarso Dutra, por sua vez, informava que a instalação do CFC começava a preencher as graves lacunas existentes na infraestrutura cultural, enfatizando que a política cultural a ser realizada pelo Ministério estaria dentro da realidade democrática do país, com o objetivo de construir uma nação desenvolvida e harmônica. Assim, caberia ao CFC elaborar políticas associadas ao projeto desenvolvimentista do governo militar, valorizando na cultura aqueles elementos considerados representativos da nação¹.

A frase de Bergson, epígrafe deste capítulo, aparece em destaque no discurso de posse do secretário-geral do Conselho Federal de Cultura, Manoel Caetano Bandeira de Mello, durante a cerimônia de instalação do Conselho. O discurso é redigido em agradecimento à confiança do ministro Tarso Dutra, por tê-lo escolhido para aquele cargo². A participação dos intelectuais no CFC estava sintetizada na frase de Bergson. Os ilustres homens da cultura foram cuidadosamente escolhidos para, no dizer de Montello, executar uma “ação patriótica”, qual seria, garantir a proteção do patrimônio cultural do país. Assim, o Conselho foi um espaço de ação idealizado e organizado por intelectuais que, para além de diagnósticos e definições sobre a cultura nacional, pretendiam intervir nos rumos dessa cultura, incorporando o ideal de civismo como norteador das políticas culturais. Buscava-se construir uma rotina institucional centralizada até então inexistente.

O Conselho Federal de Cultura foi criado pelo Decreto-Lei nº 74, de 12 de novembro de 1966, e funcionou no Palácio da Cultura, no Rio de Janeiro, até sua extinção, em 1990. O início de suas atividades ocorreu em janeiro de 1967. O órgão tinha caráter normati-

1 Todos os discursos proferidos por autoridades durante a referida cerimônia foram publicados no primeiro volume da revista *Cultura*. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n. 1, p. 5-18, jul. 1967.

2 Discurso proferido por Manoel Caetano Bandeira de Mello ao ministro Tarso Dutra. *Ibid.*, p. 17-18.

vo e de assessoramento ao ministro de Estado. A criação do Conselho Federal de Cultura teve como objetivo principal institucionalizar a ação do Estado no setor cultural.

A criação de um Conselho Federal de Cultura ocorreu graças à capacidade de articulação de Josué Montello, adquirida por meio de sua experiência em diversos cargos do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Sua carreira na burocracia se iniciou em 1937, quando assumiu o cargo de inspetor federal do Ensino Comercial, no Rio de Janeiro. Durante os anos do Estado Novo (1937-1945), exerceu vários cargos no setor educacional do MEC. Em 1947, foi nomeado diretor-geral da Biblioteca Nacional. Na década de 1950, além de outras funções, foi, por oito anos, diretor do Museu Histórico Nacional e diretor-fundador do Museu da República. No Executivo, exerceu, no ano de 1956, o cargo de subchefe da Casa Civil da Presidência da República. Foi eleito para a Academia Brasileira de Letras (ABL) em 4 de novembro de 1954.

Josué Montello foi convidado pelo ministro da Educação e Cultura, Raymundo Moniz de Aragão (1965-1966), para reformular o setor cultural e propôs como solução a criação de um Plano Nacional de Cultura e de um órgão responsável pela coordenação das atividades culturais do Ministério. Em 1965, foi composta uma comissão presidida por Josué Montello e formada por Adonias Filho, Augusto Meyer, Rodrigo Mello Franco de Andrade e Américo Jacobina Lacombe que elaborou o projeto do Conselho Federal de Cultura. Em 1966, Josué Montello, então diretor da ABL, aproveitando-se da presença do presidente da República, Humberto Castello Branco, na Academia Brasileira de Letras, para uma conferência proferida por Afonso Arinos de Melo Franco, propôs ao presidente a criação de um conselho dedicado à cultura, com o objetivo de tecer uma estratégia de reação às críticas feitas pela imprensa e por agentes da área e realçar a importância de institucionalização do setor e do fomento estatal na cultura. Anos depois desse decisivo encontro, durante seu depoimento ao CFC, em 1971, para a comemoração do sétimo aniversário da – por eles designada – Revolução de 1964, Josué Montello narrou o episódio informando que Castello Branco demonstrava preocupação com as campanhas sistemáticas denominadas “terrorismo cultural” que se abatiam principalmente sobre Rio de Janeiro e São Paulo, estados marcados pela hegemonia das esquerdas na produção cultural³.

3 Depoimento de Josué Montello durante reunião plenária no Conselho Federal de Cultura. Registrado na ata da 255ª sessão plenária, em 31 de março de 1971. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n. 2, p. 131-136, abr.-jun. 1971.

As intervenções nas universidades, as aposentadorias compulsórias e as demissões sumárias nas instituições de educação básica e superior, as invasões à União Nacional dos Estudantes (UNE), as perseguições e as prisões de jornalistas, professores, escritores, artistas e estudantes, além das cassações dos direitos políticos de vários parlamentares e intelectuais, são alguns exemplos das práticas sistemáticas promovidas pela ditadura e nomeadas pela intelectualidade “terrorismo cultural”. Tais práticas se espalhavam por todo o país e provocaram uma série de manifestos e artigos na grande imprensa denunciando o caráter repressor do governo instalado com o golpe de 1964. Foram redigidas e publicadas dezenas de cartas, manifestos e artigos nos principais jornais do país denunciando essas ações – ditas “terroristas” – organizadas pelo Estado.

Nelson Werneck Sodré publicou no primeiro número da *Revista Civilização Brasileira*, em março de 1965, o artigo “Terrorismo cultural”. Tratava-se de um minucioso inventário das principais denúncias de perseguição promovida pelo governo ao setor cultural e das sanções sofridas por professores, estudantes e intelectuais desde o golpe de 1964. Ao encerrar o texto, Sodré desabafa: “Porque o que existe, hoje, neste país, é um imenso, gigantesco e ignominioso IPM contra a cultura”⁴. Meses depois, o editor Ênio Silveira, proprietário da Editora Civilização Brasileira, foi preso. Em 30 de maio de 1965, aproximadamente 600 intelectuais e artistas divulgaram no *Correio da Manhã* (RJ), *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil* (RJ) o manifesto Intelectuais e Artistas pela Liberdade, exigindo a imediata libertação de Ênio Silveira⁵. O próprio Castello Branco, como afirma Elio Gaspari, reportou-se ao seu chefe de gabinete militar, general Ernesto Geisel, questionando-o sobre o ato e alertando-o sobre a repercussão negativa da prisão para a imagem do governo no setor cultural:

Por que a prisão do Ênio? Só para depor? A repressão é contrária a nós. [...] Apreensão de livros. Nunca se fez isso no Brasil. Só de

4 SODRÉ, Nelson Werneck. Terrorismo cultural. *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 1, p. 329-303, p. 254, mar. 1965. Nelson Werneck Sodré refere-se aos inquéritos policiais-militares (IPM) instaurados pelo governo Castello Branco.

5 STEPHANO, Alexandre Ayub. *Censura no regime militar e militarização das artes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p. 227-228.

alguns (alguns!) livros imorais. Os resultados são os piores possíveis contra nós. É mesmo um terror cultural⁶.

A produção cultural brasileira era controlada por intelectuais e artistas articulados aos movimentos das esquerdas brasileiras bastante atuantes nas décadas anteriores. A arte engajada propôs à cultura o papel de conscientização das parcelas da população menos favorecidas economicamente, principalmente o operariado urbano e os camponeses. No final da década de 1950 e durante os anos 1960, surgiram movimentos culturais identificados com as esquerdas, como o Centro Popular de Cultura da UNE (CPC), o Teatro de Arena e o Teatro Oficina, que tornaram o artista um militante e produziram uma arte revolucionária nos moldes marxistas. Esses movimentos compartilhavam paradigmas ideológicos semelhantes, inspirados nas teses do Partido Comunista, do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) e em leituras de teóricos marxistas. Contudo, os mecanismos de produção e execução dessa arte engajada e sua relação com o público variavam conforme o posicionamento de cada grupo sobre o formato das produções artísticas⁷. No audiovisual, o Cinema Novo provocou uma revolução estética ao produzir filmes que buscavam descortinar a realidade brasileira, destacando as mazelas que afligiam parte considerável das classes operárias e camponesas, também com o intuito pedagógico de conscientizá-las e denunciar as ações consideradas imperialistas apoiadas pela oligarquia e burguesia nacionais⁸.

A efervescência dos movimentos culturais das esquerdas não foi interrompida com o golpe militar de 31 de março de 1964. Ao contrário, os anos de 1964 a 1969 são marcados por produções em diferentes expressões artísticas e intelectuais – cinema-

6 Trecho de correspondência manuscrita de Castello a Geisel, em maio de 1965, transcrito por Elio Gaspari. In: GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 231. apud. REIMÃO, Sandra. Fases do ciclo militar e censura a livros: Brasil 1964-1978. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28, 2005, Rio de Janeiro. *Anais...* São Paulo: Intercom, 2005. CD-ROM.

7 Ver: GARCIA, Miliandre. A questão da cultura popular: as políticas culturais do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes. *Revista Brasileira de História*, ANPUH, v. 24, n. 47, julho de 2004; HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de viagem/CPC, vanguarda e desbunde: 1960/70*. São Paulo: Brasiliense, 1980; HOLLANDA, Heloísa Buarque de e GONÇALVES, Marcos A. *Cultura e participação nos anos 60*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

8 SIMONARD, Pedro. *A geração do Cinema Novo: para uma antropologia do cinema*. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2006.

tográficas, editoriais, musicais e teatrais – que denunciavam as ações arbitrárias promovidas pelo governo e mantinham o engajamento político na arte. Os shows do Grupo Opinião no final de 1964 e seus espetáculos teatrais, a produção de dezenas de filmes nacionais no ano de 1967, o cinema de Glauber Rocha, as peças de Dias Gomes, a importância do teatro universitário, a encenação das peças de Bertolt Brecht, a *Revista Civilização Brasileira* (1965-1968), os lançamentos da Editora Civilização Brasileira, o Festival da Música Popular Brasileira (1965-1969), as denúncias do periódico *Correio da Manhã*, que reunia grandes nomes da intelectualidade e atuava como veículo de denúncia das arbitrariedades da ditadura civil-militar, são exemplos indiscutíveis do predomínio das esquerdas nos meios de produção cultural⁹. Para minimizar a presença de artistas e intelectuais identificados com essa produção cultural, a ditadura civil-militar desde 1964 investiu em mecanismos de controle por meio da repressão e da censura. Como afirma Alexandre Stephanou, “a censura já era prévia no teatro, cinema, televisão e rádio desde 1964, sendo, após o AI-5, estendida à imprensa escrita e ao mercado editorial”¹⁰. Os Inquéritos Policiais-Militares, os Atos Institucionais, a Lei de Imprensa e a Nova Lei de Segurança Nacional formavam o aparato repressivo do Estado e foram usados indiscriminadamente no controle da produção intelectual e artística nacional.

Ao lado da montagem de um aparelho repressor, o Estado, durante todo o período ditatorial, incentivou a criação de agências e órgãos fomentadores na área cultural. O Estado atuou em duas frentes: a repressão e a censura, que pretendiam esvaziar a presença das esquerdas no setor, e o investimento estatal sob o controle dos órgãos ligados ao Ministério da Educação e Cultura¹¹. Durante a ditadura civil-militar (1964-1985), o setor cultural sofreu profundas transformações com o aparecimento de novos atores e a participação decisiva do Estado na repressão e no fomento das ações culturais. Como demonstra Sergio Miceli, o Estado investiu na criação de diversas agências, institutos e conselhos como: Instituto Nacional de Cinema (1966); Conselho Federal de

9 Um importante inventário e uma análise da produção cultural de esquerda e suas principais personagens foram realizados por Alexandre A. Stephanou. STEPHANOU, Alexandre Ayub. *Censura no regime militar e militarização das artes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p. 227-228.

10 Ibid., p. 14.

11 Sergio Miceli organiza cronologicamente as políticas culturais oficiais na década de 1970, expondo a diversificação de instituições, campanhas e atores que participaram dessas políticas. MICELI, Sergio. O processo de “construção institucional” na área cultural federal (anos70). In: MICELI, Sergio. (Org.) *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984. p. 55-83.

Cultura (1966); Embrafilme (1969); Departamento de Assuntos Culturais (1970); Conselho Nacional de Direito Autoral (1973); Centro Nacional de Referência Cultural (1975); Fundação Nacional de Arte (1975); Conselho Nacional de Cinema (1976); Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1979); Fundação Nacional Pró-Memória (1979). Foram organizados encontros, documentos, programas e campanhas, como o Programa de Reconstrução das Cidades Históricas (1973); o Programa de Ação Cultural (1973); a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (1975); o Encontro Nacional de Dirigentes de Museus (1975); a Política Nacional de Cultura (1975); o Seminário Nacional de Artes Cênicas (1979)¹².

A criação do Conselho Federal de Cultura aparecia como opção à imagem negativa construída pela atuação extremamente repressora de setores do governo na cultura. Contudo, a percepção do Conselho sobre a função do Estado na cultura construiu uma prática que pouco interferia nos cenários ocupados pelas esquerdas. O Conselho permaneceu nos espaços tradicionalmente ocupados pelas elites culturais atuantes no Estado desde o primeiro governo Vargas (1930-1945). O objetivo do Conselho era fortalecer esses espaços, considerados fundamentais na preservação da memória nacional. O CFC privilegiou a preservação, a defesa e a divulgação do patrimônio cultural. Para os membros do Conselho, a ação estatal no setor deveria priorizar as áreas consideradas essenciais da cultura nacional: os conjuntos arquitetônicos, as obras da literatura, as comemorações dos acontecimentos históricos singulares, as manifestações folclóricas. Esses elementos apareciam em oposição aos “episódios de cultura” característicos da produção de bens culturais. O CFC incorporou e ampliou o modelo de preservação do patrimônio elaborado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado e dirigido por Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936-1969), minimizando seus investimentos nos setores de produção de bens culturais de massa.

O CFC foi estruturado em quatro câmaras: Artes, Ciências Humanas, Letras e Patrimônio Histórico e Artístico. Essa divisão era considerada decisiva pela comissão que elaborou o projeto do Conselho por constituir os elementos considerados definidores da cultura nacional. Além disso, os conselheiros organizaram a Comissão de Legislação e Normas para garantir o suporte jurídico necessário à apresentação de portarias, anteprojetos de lei ou resoluções.

12 Ibid., p. 58.

Os membros do Conselho foram divididos entre as Câmaras de acordo com sua formação e experiência profissional. Os conselheiros eram, em sua maioria, escolhidos pelo presidente do CFC e nomeados pelo presidente da República, e sua permanência no cargo, a princípio, vigorava durante o mandato de dois anos do presidente do Conselho. Na prática, os conselheiros eram reconduzidos ao cargo a cada nova posse dos presidentes do Conselho. No período pesquisado (1967-1975), o Conselho teve três presidentes: Josué Montello (1967-1968), Arthur Cezar Ferreira Reis (1969-1972) e Raymundo Moniz de Aragão (1973-1974). Os membros-fundadores do CFC foram:

Presidente do Conselho: Josué Montello.

Câmara de Artes: Clarival do Prado Valladares (presidente), Ariano Suassuna, Armando Sócrates Schnoor, José Cândido de Andrade Muricy, Octávio de Faria e Roberto Burle Marx.

Câmara de Letras: Adonias Aguiar Filho (presidente), Cassiano Ricardo, João Guimarães Rosa, Moyses Vellinho e Rachel de Queiroz.

Câmara de Ciências Humanas: Arthur Cezar Ferreira Reis (presidente), Augusto Meyer, Djacir Lima Menezes, Gilberto Freyre, Gustavo Corção e Manuel Diégues Júnior.

Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Afonso Arinos de Melo Franco (presidente), Hélio Vianna, dom Marcos Barbosa, Pedro Calmon, Raymundo Castro Maya e Rodrigo Mello Franco de Andrade.

Durante o período de 1967 a 1975, 40 intelectuais exerceram o cargo de conselheiro. Dos 24 membros-fundadores, 16 conselheiros permaneceram atuantes no Conselho até 1975. Foram feitas 15 substituições, das quais cinco por falecimento: a vaga de João Guimarães Rosa foi ocupada por José Otão (1967); a de Raymundo Castro Maya foi ocupada por Deolindo Couto (1968); a de Rodrigo Mello Franco de Andrade, por seu discípulo Renato Soeiro (1969); a de Hélio Vianna, por Raymundo Moniz de Aragão (1972); a de Cassiano Ricardo, por Miguel Reale (1974). Em dois casos as substituições deveram-se à nomeação dos conselheiros para outros cargos públicos: Vianna Moog substituiu Gladstone Chaves de Mello, indicado ao cargo de adido cultural do Brasil em Lisboa (1972); Peregrino Júnior e Raymundo Faoro substituíram interinamente o conselheiro Josué Montello, que foi nomeado adido cultural

do Brasil em Paris, respectivamente em janeiro e outubro de 1969, e permaneceram no Conselho mesmo após o retorno de Montello, em 5 de outubro de 1970. José Cândido de Mello Carvalho ocupou a vaga aberta com a transferência do conselheiro Manuel Diégues Júnior para a vaga de membro nato, como diretor do Departamento de Assuntos Culturais (DAC), em 1974. Maria Alice Barroso substituiu Ariano Suassuna (1973), sem razão conhecida. Gladstone Chaves de Mello assumiu em 1970 a vaga de Moyses Vellinho, que saiu no final de 1969. Silvio Meira ingressou em 1971 – não foram encontradas informações sobre sua posse. Herberto Sales foi nomeado membro nato do Conselho na qualidade de diretor do Instituto Nacional do Livro (INL), após a mudança do regimento interno do Conselho em 1974, que passou a designar os diretores do INL e do DAC como membros natos do Conselho. No ano de 1975, Francisco de Assis Barbosa e Sábado Magaldi ocuparam as vagas deixadas por término de mandato dos conselheiros Peregrino Júnior e Maria Alice Barroso.

Esses homens participaram de outros lugares de sociabilidade e podem ser identificados como integrantes do mesmo grupo: o da elite cultural brasileira. Maria Madalena Diégues Quintella investigou, com base na análise de três instituições culturais na década de 1970 – Academia Brasileira de Letras, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e Conselho Federal de Cultura –, a existência de uma elite cultural com o mesmo padrão de características profissionais e de sociabilidade: pertenciam a instituições tradicionais, como a Academia Brasileira de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; atuava em diversas áreas do conhecimento e estava habilitada a tratar de diversos temas do cenário cultural; tinha larga experiência burocrática no setor, especialmente na direção de museus e institutos históricos e culturais; se autodefinia como representante de um estado ou região do país; realizava missões de divulgação da cultura nacional no exterior¹³. Essa definição de elite cultural permite visualizar como as práticas da ABL e do IHGB foram incorporadas pelo Conselho. Contudo, proponho concentrar a análise no Conselho Federal de Cultura e na formação de uma rede de sociabilidade que ultrapassa os limites do campo intelectual ao se interligar à esfera política. A existência de uma rede não pressupõe a homogeneidade como fator determinante no convívio de um grupo social, mas articulações que minimizam o confronto e possibilitam a formação negociada do consenso.

13 QUINTELLA, Maria Madalena Diégues. Cultura e poder ou espelho, espelho meu: existe alguém mais culto do que eu? In: MICELI, Sergio (Org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984. p. 113-134.

1.1 Companheiros ilustres: a formação de uma rede de intelectuais (1920-1970)

No exercício dos cargos em que cada um de nós aqui traz o seu capital em favor da cultura, sabemos que somos aqui uma ordem fraterna de companheiros e irmãos¹⁴

Josué Montello

Em 1972, Josué Montello, no discurso de recepção ao novo integrante do CFC, o ex-ministro da Educação e Cultura Raymundo Moniz de Aragão, responsável pelo projeto de criação do CFC, destaca o sentimento fraternal que une os conselheiros. Os membros do Conselho pertenciam a um seletto grupo de obreiros da cultura, dedicados homens de Estado que empenhavam sua vida ao ato cívico de defesa da memória da nação e, como consequência desse ato, se tornavam irremediavelmente companheiros. Eram companheiros de uma longa trajetória no campo político e intelectual iniciada naqueles estonteantes anos 1920.

Madalena Diégues investigou os mecanismos simbólicos necessários à composição da elite intelectual brasileira por meio do funcionamento institucional do CFC, do IHGB e da ABL. Com base na análise das práticas discursivas adotadas pelo grupo, Madalena Diégues propõe que esse processo de construção de identidade dependia tanto de "requisitos formais" quanto de "informais". Os "requisitos formais" encontravam-se redigidos nas diversas exigências para a admissão de um indivíduo ao grupo. Contudo, é com base na investigação dos "requisitos informais" apresentados por Madalena Diégues que se observa o conjunto de representações forjadas pelo grupo na busca da legitimidade e da homogeneidade necessárias à coesão interna dessa elite intelectual¹⁵.

14 Josué Montello no discurso de recepção ao novo membro do Conselho Federal de Cultura, Raymundo Moniz de Aragão. Registrado na ata da 305ª sessão plenária, realizada em 5 de março de 1972. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA, *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n. 5, p. 135-147, p. 137, jan.-mar. 1972.

15 QUINTELLA, Maria Madalena Diégues. Cultura e poder ou espelho, espelho meu: existe alguém mais culto do que eu? In: MICELI, Sergio (Org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984. p. 122.

Um importante requisito informal construído por essa elite cultural era o discurso de pertencimento a uma "grande irmandade", utilizando inclusive os laços pessoais tecidos ao longo dos anos. Em todas as celebrações, o companheirismo formado pelos anos de serviços prestados à cultura era habilmente lembrado. As diversas homenagens prestadas aos pares pelo transcurso da data de nascimento, prêmio recebido, novo livro ou ainda pelo triste desaparecimento, eram marcadas por discursos que ressaltavam as características do "companheiro, amigo, irmão" ali reverenciado. Laços de parentesco e, principalmente, o longo tempo de convívio, iniciado nos tempos de escola ou na mesma praça dividida na infância, também corroboravam a construção desse seletto e pujante círculo no qual todos se relacionavam e se tornavam vizinhos¹⁶.

Essa identidade do grupo, forjada por laços de companheirismo e amizade, era associada aos cargos exercidos nas fileiras do Estado e é indicativa da rede a que pertenciam. O exercício dos cargos públicos ao longo do tempo informava que ali se reuniam autoridades no setor cultural, formando, conforme palavras de Josué Montello, o "Senado da cultura nacional". Ainda em seu discurso, Montello enfatizava:

[...] no caso de Raymundo Moniz de Aragão, o que ele traz para esta vizinhança é o exercício da amizade e, sobretudo, uma longa folha de serviços prestados à cultura brasileira que ele, em boa hora e nesta hora, incorpora ao CFC. Agradeço a honra que tenho de poder saudá-lo como companheiro fraterno e amigo e agora ver como membro do CFC em Raymundo Moniz de Aragão uma das glórias do Brasil¹⁷.

Naquele momento, com exceção de Ariano Suassuna, todos os membros-fundadores já ultrapassavam os 50 anos de idade e, como já foi mencionado, tinham larga pre-

16 Ibid., p. 121.

17 Josué Montello no discurso de recepção ao novo membro do Conselho Federal de Cultura, Raymundo Moniz de Aragão. Registrado na ata da 305ª sessão plenária, realizada em 5 de março de 1972. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA, *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n. 5, p. 135-147, p. 138, jan.-mar. 1972.

sença no cenário cultural e político brasileiro. A experiência desses intelectuais na burocracia foi fundamental na organização, no funcionamento e na capitalização dos recursos políticos da nova instituição. O exercício de funções públicas dedicadas ao setor cultural foi decisivo na autodefinição daqueles que integravam uma mesma rede de intelectuais, por favorecer a identificação de interesses compartilhados. Na comemoração dos 70 anos de Carlos Drummond de Andrade, Adonias Filho destacou que o homenageado, cuja qualidade da obra foi comparada às obras de Manuel Bandeira e Cassiano Ricardo, pôde, como funcionário do MEC, realizar um importante serviço “em prol da cultura brasileira”¹⁸. Dessa forma, os intelectuais do CFC pertenciam a uma rede que extrapolava os limites institucionais do Conselho, ampliando sua legitimidade nas disputas políticas do setor; afinal, estavam inseridos em um grupo que há muito lutava por sua organização.

Consideramos que esses “companheiros” ilustres pertencem a uma mesma rede de intelectuais, construída com base nas experiências na burocracia e cujos traços principais, para além daqueles já apresentados por Madalena Diégues, são: a organização de grupos bem articulados no interior do Estado a partir do primeiro governo Vargas (1930-1945); a participação ativa em movimentos organizados como estratégia de inserção nos debates políticos e culturais do país; a crença no papel da “tradição” como valor da modernidade. Esses posicionamentos políticos estavam alicerçados em outras matrizes ideológicas, principalmente no otimismo, no regionalismo e no nacionalismo.

O conceito de intelectual utilizado nesta pesquisa baseia-se na autodefinição dos conselheiros: o intelectual é o “homem de pensamento e ação”, ou seja, um produtor de ideias capaz de tratar de diversos assuntos e problemas sociais e também um agente político, que intervém por meio da participação no Estado nos rumos da sociedade. Nossa opção teórico-metodológica corresponde à proposta da análise do discurso que busca compreender os conceitos nos cenários em que foram forjados. Dessa forma, o intelectual não assumia outra função social ao ingressar nas fileiras do Estado. Ao contrário, nomear-se intelectual significava também ter uma ação política intensa, ocupando diversos espaços do campo político, entre eles o Estado.

18 Discurso proferido por Adonias Filho em homenagem aos 70 anos de Drummond na 337ª sessão plenária, realizada no dia 12 de outubro de 1972. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, v. 2, n. 8, p. 91-96, p. 94, out.-dez. de 1972.

Essa autodefinição não foi exclusiva dos intelectuais que atuaram no Conselho Federal de Cultura. Ao contrário, faz parte de uma tradição intelectual brasileira realçada a partir da década de 1920 que legitimou a ação dessas personagens, garantindo-lhes uma “vocaçãõ nacional” na definição dos rumos do país. A busca incessante pela “realidade nacional” se tornou uma bandeira constantemente empenhada na tarefa de organização do Estado e na criação das suas instituições. Tal tarefa caberia aos intelectuais, detentores do conhecimento, investigadores perspicazes das condições sociais e, portanto, capazes de identificar os elementos que constituem as categorias “povo” e “nação”, dando-lhes a unidade necessária através das matrizes culturais¹⁹.

As redes de sociabilidade nas quais os intelectuais estão envolvidos são consideradas espaços privilegiados na troca de experiências e nos debates entre atores de um mesmo grupo social²⁰. A intervenção desse grupo no aparelho estatal também está vinculada a uma disputa no campo intelectual²¹, que nesse período ainda está em processo de institucionalização no país e em profundo contato com o universo político. E essa declaração inicial de princípio – o não isolamento dos agentes intelectuais produtores/difusores de ideias, integrados em redes de sociabilidade – fornece um norte para a composição do quadro teórico-metodológico aqui utilizado.

Ao lado da noção de redes de sociabilidade incorporamos o conceito de redes intelectuais²² para compreender a ação das personagens que integram o CFC. Tais conceitos são complementares e as especificidades analíticas trazidas pela categoria de redes intelectuais se tornam úteis na compreensão da formação e da organização do Conselho. Usaremos o conceito de rede de sociabilidade quando os laços construídos por essas personagens ou pela instituição ultrapassarem as relações específicas entre os intelectuais, como, por exemplo, nas articulações com o campo político e seus atores. No caso das relações tecidas no campo intelectual, e que respondem prioritariamente às normas desse campo, adotaremos, por sua maior precisão, o conceito de rede de intelectuais.

19 PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. Tradução de Maria Júlia Golwasser. São Paulo: Ática, 1990.

20 BERSTEIN; SIRINELLI, Jean-François. Las élites culturales. In: RIOUX, Jean-Pierre, SIRINELLI, Jean-François. *Para una historia cultural*. México: Taurus, 1999.

21 Sobre o conceito de campo intelectual, ver: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

22 DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. *Redes intelectuales en América Latina*. Santiago: Instituto de Estudios Avanzados, Editora Universidad Santiago de Chile, 2007.

As diferenças internas à formação de qualquer grupo só interferem na sua coesão quando são PRODUZIDAS fissuras – graves o suficiente – que terminarão por tornar a existência do grupo inviável. No caso do CFC, as divergências não minavam os laços que mantinham sua coesão. As experiências profissionais compartilhadas favoreceram os laços de identificação necessários à manutenção dessa rede. As formas de organização das redes intelectuais irão variar de acordo com as múltiplas relações existentes no mundo intelectual; contudo, a ideia de rede pressupõe que haja “um conjunto de pessoas ocupadas na produção e difusão do conhecimento, que se comunicam em razão de sua atividade profissional, ao longo dos anos”²³. Se a constituição de uma rede depende do contato de seus integrantes ao longo do tempo, este convívio não ocorre de forma linear durante os anos e nem todos os atores têm participação contínua e ativa. A própria vitalidade da rede é extremamente variável e está associada a outros tipos de relação: afetivas, políticas, ideológicas etc. Essa perspectiva nos permite compreender a ação dos intelectuais por meio das continuidades ao mesmo tempo que retira da ação coletiva uma suposta linearidade. As redes intelectuais são marcadas por espaços de convívio e valores compartilhados, mas também se relacionam com fatores externos que interferem na sua composição e na sua orientação.

A existência dessa rede intelectual extrapola o espaço institucional do Conselho e o recorte desta pesquisa (1967-1975); contudo, demonstra os laços políticos e afetivos aos quais os membros do Conselho estão conscientemente ligados. Por isso, definimos o período entre as décadas de 1920 e 1970 como um momento decisivo na formação e atuação dessa geração de intelectuais no campo político e no campo intelectual. Além disso, esses 50 anos marcam interpretações e debates sobre o Brasil e sua entrada na modernidade. Foi nesse período histórico de intensas transformações que observamos o surgimento de diversos movimentos intelectuais e da presença do intelectual no interior do aparelho estatal.

O movimento modernista, o tenentismo, a crise política da Primeira República e, finalmente, a Revolução de 1930 fomentaram a formação de um novo Estado, para o qual os intelectuais foram convocados e de cuja construção desejavam participar. Os intelectuais, ligados às diversas correntes ideológicas, se autoincumbiram de uma natural e legítima “vocação nacional” para organizar esse Estado, guiar os menos favorecidos e propor mecanismos para o desenvolvimento do país, debruçando-se na tarefa de construir a identidade, a memória e, finalmente, os rumos da nação.

23 Ibid. p. 30. Tradução livre da autora.

O processo de expansão e organização do aparelho burocrático e, por consequência, da ação dos intelectuais nas instâncias administrativas pode ser observado desde a década de 1930 até a vigência dos governos militares (1964-1985). Os novos espaços de poder possibilitaram a incorporação de intelectuais, especialistas e técnicos no interior do aparelho estatal. A necessidade de mão de obra qualificada para as tarefas burocráticas, os serviços administrativos, as repartições públicas, os institutos governamentais e os grupos de consultoria aos programas do governo possibilitou a emergência desses atores nos debates e nas disputas políticas. Como propõe Miceli:

Durante o período “populista” (1945-1964), verifica-se uma ampliação das carreiras reservadas aos intelectuais ao mesmo tempo em que se intensifica o recrutamento de novas categorias de especialistas (economistas, sociólogos, técnicos em planejamento e administração etc.); muitos deles se alçaram aos postos-chave da administração central, dos quais foram sendo excluídos outros grupos de intelectuais e especialistas que resistiram   implementação das diretrizes e dos programas adotados pela nova coalizão dominantes nos últimos 15 anos em que os militares se apoderaram do controle do Estado²⁴.

Esses espaços passaram a exercer funções fundamentais na regulamentação e no controle da vida pública, sendo disputados pelas facções que compunham as elites dirigentes. Decerto, a ocupação desses setores beneficiou, predominantemente, as redes de intelectuais ligadas aos grupos que assumiram o governo, possibilitando a ampliação do seu campo de atividades e redefinindo as relações entre os intelectuais e a política. A incorporação desses homens ao Estado, a partir do primeiro governo Vargas, garantiu uma aproximação estreita dos intelectuais com a elite política, ou seja, com o grupo existente em torno do chefe do Executivo, viabilizando uma maior burocratização e racionalização da gestão p blica²⁵.

24 MICELI, Sergio. *Intelectuais   brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 197.

25 Ibid., p. 198.

Para os intelectuais, o Estado tornou-se a instituição central para a realização de qualquer projeto político a ser efetivado no país. A crença no papel preponderante do Estado para a organização e o desenvolvimento do Brasil era associada à ideia de que só por meio das instituições governamentais seria possível interferir nos rumos da sociedade. Esses homens acreditavam que o Estado contribuiria para a formação de uma sociedade moderna, minimizaria a desigualdade social e orientaria o processo de mudança em curso. Dessa forma, foram seduzidos pela necessidade de forjar um novo Estado-nação, ainda que suas concepções de “consciência”, “povo”, “desenvolvimento”, “cultura” e “identidade” variassem conforme as alianças políticas e os embates ideológicos do período. Cabe lembrar que o uso comum dessas categorias por grupos de esquerda, direita e extrema direita não significa que os sentidos sejam compartilhados. A intelectualidade brasileira imbuíu-se da missão de forjar uma “consciência nacional” até então inexistente e considerava fundamental que o “povo” tomasse “consciência” da sua nação, processo necessário à construção da soberania nacional. A correlação entre cultura e nação, unidas pelo nacionalismo nas suas diferentes acepções, possibilitou ao intelectual tornar-se um sujeito político por excelência ao garantir uma função política à cultura²⁶. Acredito que a “função política da cultura”, conceito proposto por André Botelho, ancorada na construção do Estado-nação durante o primeiro governo Vargas, foi ampliada na ditadura civil-militar, quando ideais como desenvolvimento, civismo e soberania nacional foram incorporados ao discurso autoritário.

A trajetória profissional dos intelectuais que atuaram no Conselho Federal de Cultura nos permite compreender a importância das redes intelectuais na estruturação e no funcionamento do Conselho. A análise da composição dos membros do Conselho, com base no levantamento biográfico de suas trajetórias, é um importante indicador dos posicionamentos político-ideológicos compartilhados pelo grupo e que serão verificados nas propostas e ações realizadas pelo Conselho Federal de Cultura. Os espaços comuns compartilhados por esses homens permitiram a formação de uma rede intelectual que manteve a coesão do grupo, ainda que sejam observadas divergências internas.

Para visualizarmos a composição dessa rede de intelectuais capaz de descortinar os processos de produção do conhecimento e intervenção dos intelectuais no campo

26 Sobre a “função política da cultura” no primeiro governo Vargas (1930-1945), ver: BOTELHO, André. *O Brasil e os dias: Estado-nação, modernismo e rotina intelectual*. São Paulo: Edusc, 2005.

político e cultural, conforme propõe a história cultural francesa²⁷ dedicada à “história dos intelectuais”, inventariamos os espaços prioritários da atuação dessas personagens entre as décadas de 1920 e 1970, aqui compreendidos como lugares de formação de sociabilidades, considerados fundamentais na seleção daqueles que iriam compor o Conselho e na formação da unidade da instituição.

Ao enfatizar a importância da rede intelectual a que pertencem os conselheiros nas propostas e ações empreendidas pelo CFC, destaco a existência dessa rede como fator preponderante para a institucionalização do Conselho. Verificam-se quatro aspectos decisivos na institucionalização do CFC – a sua composição, a prática da “autocultuação”²⁸, a definição da “função política da cultura” e a seleção das intervenções prioritárias – que correspondem a processos já observados nos demais espaços de atuação desse grupo de intelectuais, com destaque para duas instituições: o Ministério da Educação e Cultura e a Academia Brasileira de Letras. Todos esses quatro aspectos serão acompanhados ao longo dos capítulos deste livro. Começaremos a demonstrar a importância dessa rede de intelectuais, observando a composição dos membros do Conselho.

Para caracterizar a existência dessa rede de intelectuais formada entre as décadas de 1920 e 1970, selecionei seis espaços prioritários da ação dessas personagens e os elegi como pré-requisitos fundamentais na escolha dos integrantes para o Conselho, ordenados hierarquicamente: os cargos exercidos na área de competência do Ministério da Educação e Cultura; a participação em movimentos culturais e políticos; o pertencimento a associações como as academias de letras e os institutos históricos e geográficos; a colaboração em periódicos; os mandatos exercidos no Legislativo; as reitorias das universidades. Cabe destacar que era desejo do presidente Castello Branco, expresso durante seu discurso na cerimônia de inauguração do Conselho, que os conselheiros fossem representantes das diversas regiões do país. De fato, se inventariados os estados de origem dos conselheiros, observaremos que o colegiado era efetivamente formado por homens de vários estados.

27 RIOUX, Jean Pierre e SIRINELLI, Jean François. *Para uma história cultural*. México: Taurus, 1999. SIRINELLI, Jean François. “Os intelectuais”. In: Rémond, René. *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

28 O conceito de autocultuação proposto por Maria Madalena Diégues Quintella compreende as práticas de valorização do grupo com base na definição de características positivas dos indivíduos ou instituições que integram essa elite. Ver: QUINTELLA, Maria Madalena Diégues. *Cultura e poder ou espelho, espelho meu: existe alguém mais culto do que eu?* In: MICELI, Sergio (Org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984. p. 132.

Contudo, salta aos olhos que eles atuaram profissionalmente nos cargos subordinados ao MEC, principalmente nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

A atuação desses intelectuais ocorreu, na maioria das vezes, concomitantemente, nos espaços aqui destacados. Ao ocupar vários setores do campo cultural, conseguiam aumentar a sua área de influência. Tratava-se de um jogo de táticas-estratégias cujo objetivo era ampliar os recursos políticos e simbólicos por meio da ocupação e do controle dos diversos lugares destinados aos embates político-culturais. Observa-se que esses espaços foram hierarquizados na definição daqueles que iriam compor o Conselho, dos quais dois foram preponderantes: a participação nos movimentos culturais e políticos das décadas de 1920 e 1930, que possibilitaram a construção de laços profissionais e afetivos; e a experiência no exercício de cargos públicos do setor cultural. Os demais espaços estão relacionados à formação e à manutenção da rede de intelectuais à qual os conselheiros estavam integrados.

Os quadros, a seguir, buscam organizar um panorama desses lugares ocupados por esse grupo de intelectuais. Foram elaborados com base nas informações retiradas da historiografia dedicada aos diversos movimentos culturais e às fases de institucionalização do setor cultural a partir de 1920 no Brasil e dos dados biográficos disponibilizados pela Academia Brasileira de Letras e pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Não pretendo esgotar a trajetória intelectual e política dessas personagens; dessa forma, dediquei-me apenas àqueles dados considerados relevantes para a compreensão das redes intelectuais existentes antes da criação do CFC e de sua ampliação/transformação a partir da criação do CFC. Cabe lembrar que a rede intelectual à qual os conselheiros pertenciam é constituída por outros intelectuais que não participaram do Conselho. Contudo, para não extrapolar os limites desta pesquisa, detive-me apenas nas trajetórias dos conselheiros. Para citar outros intelectuais que integravam essa rede, podemos observar a presença constante de Manuel Bandeira, Plínio Salgado, Menotti del Picchia, Gustavo Barroso e Mário de Andrade nos mesmos espaços de sociabilidade²⁹.

29 Ver: GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999; GOMES, Angela de Castro. Os intelectuais cariocas, o modernismo e o nacionalismo: o caso de *Festa*. *Luso-Brazilian Review*. Michigan: The University of Wisconsin-Madison, 2004. p. 80-106; LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999; MICELLI, Sergio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979; PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. Tradução de Maria Júlia Golwasser. São Paulo: Ática, 1990; VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Funarte: FGV, 1997.

Participação em movimentos políticos e culturais entre 1920 e 1975		
CONSELHEIRO	PARTIDO/MOVIMENTO POLÍTICO	MOVIMENTO CULTURAL
Afonso Arinos de Melo Franco	1929 – Participou da campanha da Aliança Liberal 1943 – Signatário do Manifesto dos Mineiros 1945 – Participou da Fundação da União Democrática Nacional (UDN) 1950 – Tornou-se líder da UDN na Câmara dos Deputados 1966 – Foi um dos fundadores do partido Aliança Renovadora Nacional (Arena)	(?)
Adonias Filho	Ação Integralista Brasileira (AIB)	Terceira fase do modernismo.
Augusto Meyer	(?)	Movimento Modernista Gaúcho – poesia regionalista (1920); folclorista
Cassiano Ricardo	Partido Republicano Paulista	Modernismo paulista – associado aos grupos Verde-Amarelo e Anta (1920) Fundou o grupo A Bandeira (1937), afastando-se do integralismo de Plínio Salgado
Clodomir Vianna Moog	Integrou a Aliança Liberal e participou da Revolução Paulista de 1932	(?)
Gladstone Chaves de Mello	Filiou-se à UDN	Colaborador da revista <i>A Ordem</i> (1921)
Gilberto Freyre	1946 – Filiou-se à UDN	Participou do Movimento Regionalista (1926)
Gustavo Corção	(?)	Participou da reação católica e atuou no Centro Dom Vital (1922) e no grupo Permanência (1968)
Hélio Vianna	Ação Integralista Brasileira (AIB)	(?)
José C. Andrade Muricy	(?)	Modernismo Carioca – revista <i>Festa</i>
Manuel Diégues Júnior	(?)	Movimento Folclórico Brasileiro – Comissão Nacional de Folclore (1947); I Congresso Brasileiro de Folclore (1951); Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (1958)

Participação em movimentos políticos e culturais entre 1920 e 1975 (continuação)		
CONSELHEIRO	PARTIDO/MOVIMENTO POLÍTICO	MOVIMENTO CULTURAL
Miguel Reale	Chefe do Departamento de Doutrina da ALB; participou do Iseb	(?)
D. Marcos Barbosa	(?)	Participou da reação católica atuando no Centro Dom Vital, na Ação Universitária Católica e na revista <i>A Ordem</i>
Octávio de Faria	(?)	Participou da reação católica colaborando na revista <i>A Ordem</i>
Rachel de Queiroz	(?)	Liga da Defesa da Cultura Popular vinculada à ANL (1935)

Cargos exercidos na área de competência do Ministério da Educação e Cultura entre 1931 e 1975		
Adonias Aguiar Filho	Diretor da Biblioteca Nacional	(1961-1971)
Afonso Arinos de Melo Franco	Conselho Consultivo do Sphan Lecionou no Sphan	(nomeado em 1937) (1938-?)
Andrade Muricy	Conselho Nacional de Cultura	(1961-?)
Augusto Meyer	Criador e diretor do Instituto Nacional do Livro	(1937-1967)
Josué Montello	Diretor substituto de Ensino Comercial Diretor do Museu Histórico Nacional Diretor do Serviço Nacional de Teatro Diretor da Biblioteca Nacional Fundador e diretor do Museu da República Membro do Conselho Federal de Educação Conselheiro do Sphan	(1937) (1960-1967) (1947-1951) (1947-1951) (1960) (1962-1967) (1960-1967)

Cargos exercidos na área de competência do Ministério da Educação e Cultura entre 1931 e 1975 (continuação)		
Cassiano Ricardo	Diretor do jornal <i>A Manhã</i> Diretor do Departamento Cultural da Rádio Nacional	(1940-1944) (1937-1945)
Deolindo Couto	Presidente do Conselho Federal de Educação	(?)
Francisco de A. Barbosa	Técnico de educação do INL Assessor do Ibecc	(?) (1946-1948)
Gilberto Freyre	Membro do Instituto de Pesquisas Sociais Joaquim Nabuco Membro do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais Diretor do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Pernambuco	(1949-?) (1956-1964) (?)
Gladstone C. de Mello	Membro do Conselho Federal de Educação	(1970-?)
Herberto Sales	Diretor do Instituto Nacional do Livro	(?)
Maria Alice Barroso	Diretora do Instituto Nacional do Livro	(?)
Manuel Diégues Júnior	Diretor do Departamento de Assuntos Culturais	(1974-?)
Pedro Calmon	Ministro da Educação e Cultura nos governos Dutra e Kubitschek	(1950-1951) (1959-1960)
Peregrino Júnior	Membro do Conselho Federal de Educação	(?)
Raymundo Moniz de Aragão	Ministro da Educação e Cultura no governo Castello Branco	(1966)
Renato Soeiro	Diretor do Iphan Diretor do Departamento de Assuntos Culturais	(?) (1972-1974)
Rodrigo Mello Franco de Andrade	Chefe de gabinete do Ministro Francisco Campos no Ministério Educação e Saúde Fundador e diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	(1931-1932) (1937-1966)

Colaboradores dos periódicos (1920-1975)	
A Manhã (jornal oficial do Estado Novo)	Adonias Aguiar Filho, Afonso Arinos, Cassiano Ricardo (diretor), Djacir Menezes, Josué Montello e Gilberto Freyre
A Ordem	Gladstone Chaves de Mello, Gustavo Corção, dom Marcos Barbosa e Octávio de Faria
Correio da Manhã	Adonias Aguiar Filho, Gladstone Chaves de Mello, Gilberto Freyre, Josué Montello, Pedro Calmon, Rachel de Queiroz e Francisco de Assis Barbosa
Diário de Notícias/RJ	Adonias Aguiar Filho, Afonso Arinos, Gustavo Corção, Gladstone Chaves de Mello, Josué Montello e Gilberto Freyre
Jornal do Commercio	Adonias Aguiar Filho, Andrade Muricy, Hélio Vianna e Josué Montello
O Cruzeiro	Gilberto Freyre, Herberto Sales, Pedro Calmon e Rachel de Queiroz
O Jornal	Gladstone Chaves de Mello, Josué Montello, dom Marcos Barbosa, Peregrino Júnior e Rachel de Queiroz
Revista do Brasil	Dom Marcos Barbosa, Gilberto Freyre e Rodrigo Mello Franco de Andrade (diretor)

Mandatos exercidos no Legislativo (1930-1975)	
Afonso Arinos de Melo Franco	Eleito três vezes deputado federal/MG (1947-1958); senador eleito pelo Distrito Federal (1958); deputado estadual no estado da Guanabara (1960-1963); ministro das Relações Exteriores no governo Jânio Quadros (1961)
Arthur Cezar Ferreira Reis	Governador do estado do Amazonas (1964-1966)
Gilberto Freyre	Eleito deputado federal pela UDN em 1946
Gladstone Chaves de Mello	Eleito duas vezes vereador pela UDN; deputado no estado da Guanabara pelo Partido Democrático Cristão (1960-1963)
Pedro Calmon	Deputado estadual na Bahia (1927-1930)

Reitores das universidades	
Pedro Calmon	UFRJ – 1948-1950
Deolindo Couto	UFRJ – 1950-1951
Pedro Calmon	UFRJ – 1951-1966
Raymundo Castro Moniz de Aragão	UFRJ – 1966-1969
Djacir Lima Menezes	UFRJ – 1969-1973
Miguel Reale	USP – 1949-1950 1969-1973
Josué Montello	UFMA – pró-tempore 1972-1973
José Otão	PUC-RS – 1954-1978

Os intelectuais que atuaram no CFC forjaram uma identidade que os autorizava a interferir no cenário cultural e os definia como elite cultural. Dessa forma, apresentavam-se como um grupo social relativamente uniforme e integravam o “pequeno mundo” dos produtores da cultura nacional. O pertencimento a um grupo social está diretamente relacionado ao reconhecimento de seus pares. O quadro de conselheiros era definido internamente e, a princípio, sofria pouca interferência do Executivo. Provavelmente, só seis nomeações sofreram interferência direta da Presidência da República: Hélio Vianna, cunhado do presidente Castello Branco; Rachel de Queiroz, amiga do presidente Castello Branco; Maria Alice Barroso e Miguel Reale, ambos indicados pelo presidente Costa e Silva; Francisco de Assis Barbosa e Sábato Antônio Magaldi, designados pelo presidente Ernesto Geisel. Entretanto, a escolha da maioria dos membros do Conselho priorizou aqueles que estavam inseridos em instituições tradicionais de cultura, tornando-se uma estratégia na busca de legitimidade política. Dos 14 conselheiros fundadores atuantes no CFC até 1975, 11 tinham larga experiência no interior do Ministério da Educação e Cultura. No panorama político, integravam grupos que, observadas suas diferenças, são classificados como conservadores por se associarem à Ação Integralista Brasileira, à UDN e ao Centro Dom Vital. Aqueles que participaram dos movimentos modernistas o fizeram por meio da defesa do nacionalismo e do regionalismo. Como veremos adiante, muitos ingressaram em associações tradicionais de cultura durante o primeiro governo Vargas, como a ABL e o IHGB. Essas duas instituições influenciaram práticas institucionais do Conselho, como as comemorações de efemérides e os atos de homenagem e deferência ao conselheiro recém-chegado ou falecido.

1.2 Variáveis e limites na construção do consenso como mecanismo de organização política

A institucionalização do CFC, suas propostas e intervenções políticas estão articuladas à longa trajetória desses intelectuais na arena política; à presença dessas personagens em outros espaços de sociabilidade; e à sua participação no cenário cultural, definindo práticas, objetivos e hierarquias. Assim, a ação dos intelectuais que atuaram no CFC e as práticas políticas adotadas pelo Conselho só podem ser compreendidas pela análise da participação dessa geração em suas redes de sociabilidade, neste caso, redes intelectuais construídas com base em outros espaços de convívio e inseridas dentro de uma “vocação nacional” que, como propôs Daniel Pécaut, legitimava a participação política dessas personagens³⁰. Esse grupo social atuou em vários espaços, institucionalizados ou não, reforçando a sua função de dirigentes culturais e controlando os acessos aos lugares de cultura.

Madalena Diégues elegeu os membros do CFC como “elite cultural”, propondo que a homogeneidade existente na categorização de um grupo social só pode ser compreendida na relação dialética necessária com os demais setores sociais. Essa metodologia analítica busca compreender as ações coletivas de um grupo com base em mecanismos discursivos internos e nas diferenciações com relação aos demais grupos com os quais se disputa o controle sobre uma área de influência. Assim, as ações e os discursos produzidos por essa elite cultural, ao entrar em contato com outros grupos que disputam o espaço no mesmo setor, demonstram uma unicidade que supera as divergências internas.

[...] a análise da elite cultural parte do pressuposto de que podemos tomar este grupo como algo homogêneo no confronto com os grupos próximos não apenas pelo tipo de saber que manipulam, como também pelo tipo de poder que disputam. Assim, em face da sociedade abrangente, algumas divergências internas podem ser entrevistas e supostas e cedem diante dos objetivos maiores que integram o grupo, fazendo com que o mesmo responda em uníssono às solicitações da sociedade mais ampla. Este parece ser

30 PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. Tradução de Maria Júlia Golwasser. São Paulo: Ática, 1989. p. 40.

o mecanismo fundamental de manutenção do poder para todo o grupo no interior da sociedade, especialmente no universo simbólico reconhecido e legitimado como aquele da cultura³¹.

Além dessa homogeneidade formada por relações externas, constroem-se elementos internos de pertencimento dessa elite cultural capaz de reforçar a homogeneidade. Como menciona Madalena Diégues, esse aparato será constituído pelo “emprego de termos aproximativos”, pelos mecanismos de admissão e pelo fato de esses homens transitarem nas principais instituições culturais do país³². Penso que essa questão é bastante pertinente, porém, para explicar a coesão necessária ao funcionamento do CFC, é preciso identificar os mecanismos internos específicos, para além das práticas discursivas, que propiciaram a sua coesão. Acredito que a análise da elite cultural proposta por Madalena Diégues ao investigar comparativamente a presença dos mesmos atores nas três instituições tradicionais do Rio de Janeiro – ABL, CFC e IHGB –, nas décadas de 1960 e 1970, é muito útil. Contudo, há especificidades no funcionamento do CFC, por ser um órgão estatal com objetivos delimitados, que devem ser pontualmente categorizadas. Em outras palavras, como os conselheiros selecionam as temáticas prioritárias e constroem um projeto comum sem expor as contradições inerentes à existência de qualquer grupo diante da multiplicidade de interesses dos seus membros?

Primeiro, optei por não tratar esse grupo como homogêneo, ainda que sejam observados em suas trajetórias elementos que aproximam ideologicamente seus membros. Prefiro a noção de consenso. A configuração de um grupo social pressupõe a existência de um consenso entre os seus integrantes necessário à ação coletiva. A construção do consenso tem como objetivo organizar um discurso aparentemente uníssono, capaz de se confrontar com os demais discursos sociais.

A composição do Conselho contribuiu decisivamente para a existência de um grupo coeso; afinal, as trajetórias políticas e profissionais compartilhadas nos mesmos espaços de convívio atuaram como elementos agregadores e facilitaram a formação de um pro-

31 QUINTELLA, Maria Madalena Diégues. *Cultura e poder ou espelho, espelho meu: existe alguém mais culto do que eu?* In: MICELI, Sergio (Org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984. p. 122-123.

32 *Ibid.*, p. 120.

jeto comum. Contudo, essas vivências estruturantes não reduzem a multiplicidade de interesses existentes dentro de uma elite cultural. As diferentes proposições são negociadas pelo reconhecimento coletivo da função de cada ator dentro do grupo. No caso do Conselho, três mecanismos formados e legitimados no interior do grupo funcionavam como importante elemento na busca pelo consenso: a) hierarquia; b) divisão de tarefas; e c) autoridade conferida a cada integrante sobre determinado lugar de atuação. Esses mecanismos minimizavam as possíveis fraturas provocadas pelas divergências internas, evitando-se ao máximo o confronto. As divergências entre os conselheiros aparecem sutilmente; afinal, ao ser garantidos os espaços de autoridade de cada membro do grupo, evitava-se o embate direto. Neste caso, as propostas e intervenções promovidas pelos conselheiros são resultado de negociações e composições. Os mecanismos de reconhecimento do grupo ligados ao lugar de atuação de cada conselheiro (hierarquia, divisão de tarefas e autoridade sobre um determinado discurso) foram fundamentais na busca do consenso. Assim, o consenso não deve ser compreendido como a formação de um discurso ou prática monolíticos, mas do possível convívio entre propostas distintas, que pelas trajetórias semelhantes não eram radicalmente contraditórias. Aqui, o consenso opõe-se ao confronto – e não às divergências – gerando a formação de uma ação integrada, capaz de articular propostas diversas e torná-las complementares.

Para compreendermos a formação do consenso que caracteriza a existência de um Conselho coeso, capaz de agir coletivamente por meio de ações e discursos integrados, irei detalhar os três mecanismos fundamentais na construção desse consenso, anteriormente citados: a hierarquia, a divisão de tarefas e a autoridade sobre determinado discurso.

A participação dos intelectuais no Conselho é hierarquizada; nem todos têm o mesmo envolvimento nem participam igualmente na elaboração das políticas públicas propostas pelo Conselho. A hierarquia existente no interior da instituição é inicialmente verificada pela permanência de alguns intelectuais durante o período mais profícuo de seu funcionamento, salvo os casos de falecimento, quer como ocupantes dos cargos de direção ou chefia, quer como relatores das comissões especiais, quer como responsáveis pelos principais projetos do Conselho. No CFC, os cargos de presidente do Conselho, presidentes das Câmaras e membros da Comissão de Legislação e Normas, especialmente seu relator, indicam aqueles que controlavam as ações prioritárias – pois cabia aos ocupantes desses cargos a organização das tarefas centrais. O presidente do Conselho, eleito democraticamente pelos demais conselheiros para um mandato de dois anos, deveria, entre outras incumbências:

[...] convocar reuniões ordinárias e extraordinárias; [...] aprovar a pauta de cada sessão e a ordem do dia respectiva; [...] resolver questões de ordem; [...] designar os Conselheiros nas Câmaras e Comissões; [...] autorizar despesas e pagamentos; propor funcionários para as funções de chefia ou designá-los para o empenho de cargos especiais³³.

O presidente do Conselho era o responsável pela distribuição das verbas existentes e definia o valor dos convênios e auxílios aprovados pelo plenário. Além disso, cabia a ele manter permanente contato com o ministro da Educação e Cultura para solucionar as questões relativas à área de atuação do Conselho. As eleições para o cargo de presidente eram realizadas por indicações dos demais conselheiros, por meio da constituição de chapa única e do voto secreto. O vice-presidente assumia as funções do presidente em caso de ausência do titular, e o cargo foi ocupado por Pedro Calmon, Andrade Muricy e Manuel Diégues Júnior. Os conselheiros Pedro Calmon e Manuel Diégues se destacaram no Conselho e no MEC. Foram os responsáveis, respectivamente, pelos projetos de comemoração do Sesquicentenário da Independência (1972) e da coletânea *História da Cultura Brasileira* – obra coletiva editada em dois volumes pelo CFC. Além disso, Manuel Diégues Júnior assumiu a direção do Departamento de Assuntos Culturais (DAC) em 1970, órgão executivo responsável pelo setor cultural. Os presidentes das Câmaras estão na base dessa hierarquia; eles eram convocados a participar da elaboração dos anteprojetos de lei, das comissões, da elaboração do regimento interno, da aprovação anual do Plano de Ação Cultural proposto pelo DAC etc. Todos esses documentos deveriam ser aprovados democraticamente pelo plenário, que poderia sugerir mudanças. Observamos poucos debates sobre tais documentos, apenas sugestões pontuais, o que demonstra a autoridade conferida aos presidentes, vice-presidentes e presidentes das Câmaras e Comissão de Legislação e Normas.

No caso dos projetos editoriais coletivos do CFC – *Atlas da História Cultural e História da Cultura Brasileira* –, ambos ficaram sob responsabilidade de conselheiros que ocupavam cargos hierárquicos. O atlas foi organizado por Arthur Cezar Ferreira Reis, que no lançamento do projeto era presidente do Conselho, e a *História da Cultura Brasileira*, como vimos, foi proposta por Manuel Diégues, que ocupava a vice-presidência.

33 Regimento do Conselho Federal de Cultura. Compete ao presidente. Publicado no *Diário Oficial* de 20 de março de 1967; fls. 3299, 3300.

A divisão de tarefas e a autoridade sobre o discurso ficam explícitas nas comissões permanentes e temporárias. As comissões eram espaços igualmente importantes na ação do Conselho. Às comissões temporárias cabia a organização de projetos específicos, enquanto à Comissão de Legislação e Normas cabia a redação final dos anteprojeto de lei, dos convênios, das regras para distribuição de verbas, do regimento interno etc. O cargo de presidente da Comissão de Legislação e Normas foi exercido por Afonso Arinos de Melo Franco durante todo o período pesquisado. Sua experiência como jurista e no Congresso Nacional habilitou-o ao cargo. Nessa comissão também atuavam Gustavo Corção, Hélio Vianna, Pedro Calmon, Rodrigo Mello Franco de Andrade. Raymundo Moniz de Aragão e Raymundo Faoro ingressariam, respectivamente, com o falecimento de Rodrigo Mello Franco de Andrade e Hélio Vianna. Outra comissão foi nomeada para a elaboração do anteprojeto de lei de Defesa Integrada do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cujos integrantes foram Pedro Calmon, Renato Soeiro, Manuel Diégues Júnior, Burtle Marx e Josué Montello. Também foram criadas diversas comissões para planejamento e execução de efemérides como a das comemorações do Sesquicentenário, presidida por Pedro Calmon, e do IV Centenário de *Os Lusíadas*, presidida por Gladstone Chaves de Mello³⁴. Se a presidência das comissões era exercida pela autoridade do discurso, como veremos, a participação de outros membros pode ser enquadrada nas divisões de tarefas do Conselho.

As principais tarefas realizadas por todos os conselheiros eram a análise e o julgamento dos processos de solicitação de recursos financeiros para execução de projetos culturais. No período estudado foram enviados ao Conselho pedidos de auxílio que inicialmente eram encaminhados às Câmaras por área de atuação e divididos entre seus membros. Após o parecer do relator, os processos seguiam para a reunião mensal do plenário. Em geral, eram aprovados por unanimidade, respeitando-se o parecer do companheiro. Ainda na esfera da divisão de tarefas, Pedro Calmon, Silvio Meira e Raymundo Faoro foram designados para ocupar a vaga do CFC no Conselho dos Direitos de Defesa da

34 Sobre a criação da Comissão Especial para elaboração do anteprojeto de lei de Defesa Integrada do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ver: ata da 335ª sessão plenária, realizada em 10 de outubro de 1972. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n. 8, p. 83-88, out.-dez. 1972. Pedro Calmon registra em ata a criação da Comissão Especial para a comemoração do Sesquicentenário da Independência, em 1972. Ata da 196ª sessão, realizada em 9 de abril de 1970. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, n. 34, p. 78-81, abril 1970. Sobre a liderança de Gladstone Chaves de Mello no programa de comemorações do IV Centenário de publicação de *Os Lusíadas*, ver: ata da 252ª sessão plenária, realizada em 26 de março de 1971. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n. 1, p. 183-185, jan.-mar. 1971.

Pessoa Humana, órgão do Ministério da Justiça criado em 1968 para apurar as denúncias de violação dos direitos humanos promovidos pelo Estado brasileiro³⁵.

Na esfera da autoridade sobre o discurso, cujo reconhecimento da especialização em um assunto era o pré-requisito na escolha do conselheiro responsável, somam-se exemplos: Andrade Muricy, especialista na área musical, foi indicado para participar de um grupo de trabalho de restauração do material musical do século XVIII em Minas Gerais ao lado de representantes do Arquivo Sonoro da ABL e da Associação de Canto Coral; também elaborou o anteprojeto de lei sobre o depósito das gravações musicais; Pedro Calmon, historiador e presidente do IHGB, foi nomeado presidente da Comissão Preparatória das Comemorações do Sesquicentenário da Independência; Gladstone Chaves de Mello, filólogo e diplomata, foi o responsável pelo planejamento do programa de comemoração do quarto centenário da primeira edição de *Os Lusíadas*, de Camões; Ariano Suassuna, autor de peças sobre o Nordeste, e Manuel Diégues Júnior, folclorista, organizaram os folhetos do poeta popular Leandro Gomes de Barros para posterior publicação; Cassiano Ricardo, escritor modernista, foi indicado para a Comissão de Prêmios Nacionais do Instituto Nacional do Livro como representante do CFC; Raymundo Faoro, jurista e cientista social, foi designado membro do CFC junto à Fundação Castro Maya; também foi o responsável pela organização dos panfletos escritos entre 1821 e 1823 sobre o processo da Independência do Brasil para reprodução em fac-símile e que integrariam os atos de comemoração do Sesquicentenário; Peregrino Júnior, ensaísta e jornalista, planejou as comemorações do Ano Internacional do Livro³⁶.

35 Sobre a nomeação de Pedro Calmon, Silvio Meira e Raymundo Faoro para o Conselho de Defesa dos Direitos Humanos ver: atas da 108ª sessão plenária, realizada em 25 de outubro de 1968. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n. 6, outubro de 1968; e as atas das sessões plenárias 310, realizada em 3 de abril de 1972, e 318, realizada em 5 de junho de 1972. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n. 6, abr.-jun. 1972.

36 Sobre a participação dos conselheiros nos diversos projetos citados, ver, respectivamente: ata da 243ª sessão plenária, realizada em 6 de fevereiro de 1971. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n. 1, jan.-mar. 1971; ata da 281ª sessão plenária, realizada em 6 de outubro de 1971. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n. 4, out.-dez. 1971; ata da 244ª sessão plenária, realizada em 9 de fevereiro de 1971. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n. 1, jan.-mar. 1971; ata da 281ª sessão plenária, realizada em 3 de janeiro de 1972. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n. 5, jan.-mar. 1972; ata da 253ª sessão plenária, realizada em 29 de março de 1971. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n. 1, jan.-mar. 1971; ata da 288ª sessão plenária, realizada em 8 de novembro de 1971. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n. 4, out.-dez. 1971; ata da 313ª sessão plenária, realizada em 6 de abril de 1972. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n. 6, abr.-jun. 1972; ata da 310ª sessão plenária, realizada em 3 de abril de 1972. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n. 6, abr.-jun. 1972.

Podemos observar que a maioria dos conselheiros se integrava em alguma comissão; era designada para representar o CFC em solenidades ou eventos; tinha como tarefa avaliar os processos e emitir pareceres; assumia a responsabilidade por um determinado projeto. Todos esses mecanismos propiciavam a coesão interna, pois havia espaços disponíveis para que interesses diferentes convivessem. Como veremos no último capítulo, projetos específicos identificados com áreas de atuação de apenas alguns conselheiros foram plenamente adotados pelo Conselho. Todos tinham as suas proposições efetivadas, ainda que isso ocorresse de forma hierarquizada. Aqueles que controlavam os lugares decisórios exerciam maior controle sobre os rumos do CFC.

A análise dos lugares ocupados pelos conselheiros com base em três mecanismos geradores de coesão (hierarquia, divisão de tarefas e autoridade sobre o discurso) indica que Adonias Filho, Afonso Arinos de Melo Franco, Arthur Cezar Ferreira Reis, Djacir Lima Menezes, Josué Montello, Manuel Diégues Júnior, Octávio de Faria, Pedro Calmon, Raymundo Moniz de Aragão, Renato Soeiro e Rodrigo Mello Franco de Andrade foram os intelectuais mais atuantes e destacados do CFC. Formavam a cúpula do Conselho. Eles ocuparam a presidência, a vice-presidência, a presidência das Câmaras e comissões; foram responsáveis pelos principais projetos e estiveram atuantes ao longo do período mais efervescente do Conselho (1967-1975) – com exceção de Rodrigo Mello Franco de Andrade, por ter falecido em 1969.

1.3 Homenagens e sociabilidades na caracterização do grupo

Dos 40 intelectuais que atuaram no CFC entre 1967 e 1975, 12 já eram membros da Academia Brasileira de Letras antes da sua nomeação para o CFC: Pedro Calmon (1936), Cassiano Ricardo (1937), Vianna Moog (1945), Peregrino Júnior (1945), Josué Montello (1954), Afonso Arinos de Melo Franco (1958), Augusto Meyer (1960), Deolindo Couto (1963), Guimarães Rosa (1963), Adonias Filho (1965), Francisco de Assis Barbosa (1970), Herberto Sales (1971); três conselheiros foram eleitos para a ABL durante sua participação no Conselho: Octávio de Faria (1972), Miguel Reale (1975) e Rachel de Queiroz (1977); e outros quatro conselheiros foram eleitos após sua passagem pelo CFC: dom Marcos Barbosa (1980), Ariano Suassuna (1989), Sábado Antônio Magaldi (1994) e Raymundo Faoro (2000). Além de intelectuais vinculados à Academia Brasileira de Letras, 14 conselheiros pertenciam ao quadro social do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro: Pedro Calmon (1931), Arthur Reis (1936), Afonso Arinos de

Melo Franco (1949), Gilberto Freyre (1954), Manuel Diégues Júnior (1956), Josué Montello (1963), Djacir Lima Menezes (1969), Raymundo Moniz de Aragão (1970), Renato Soeiro (1971), Clodomir Vianna Moog (1975), Moyses Vellinho (1975), Clarival do Prado Valladares (1979), Miguel Reale (1983) e Silvío Meira (1987). Quatro conselheiros eram duplamente filiados no período desta pesquisa, ou seja, pertenciam à ABL e ao IHGB: Pedro Calmon, Josué Montello, Afonso Arinos de Melo Franco e Clodomir Vianna Moog³⁷. Além disso, dos três conselheiros eleitos para a ABL durante sua participação no Conselho, dois foram recebidos pelo conselheiro Adonias Filho na Academia: Octávio de Faria (1972) e Rachel de Queiroz (1977). Dos 40 conselheiros atuantes no Conselho, 25 pertenciam a pelo menos uma dessas instituições entre 1967 e 1975. Ao observarmos o ingresso desses intelectuais no IHGB, constatamos que seis foram eleitos membros da instituição entre 1930 e 1966; cinco admissões ocorreram durante o período de maior atuação do Conselho (1967-1975). A convivência mensal de Pedro Calmon, presidente do IHGB, com os demais companheiros de Conselho propiciava uma aproximação dos conselheiros com o IHGB, fato que provavelmente favoreceu o ingresso desses cinco conselheiros no quadro social do IHGB. Além disso, a presença de 11 membros do IHGB no Conselho possibilitou a aproximação entre as duas instituições. Os anos indicados são referentes ao ano de eleição dos respectivos intelectuais à Academia Brasileira de Letras. Esses dados quantitativos indicam a existência de uma rede de sociabilidade sob a égide dessas duas instituições, inclusive se considerarmos como um indício que seis intelectuais que atuaram no Conselho foram eleitos para a ABL depois do convívio profissional com os acadêmicos que integravam o CFC – também consideramos que outros fatores compõem os pré-requisitos para eleição de um membro da ABL. Cabe lembrar que outros intelectuais atuantes no Conselho Federal de Cultura após 1975 também pertenciam à ABL. Estes não estão aqui listados, pois extrapolam o corte cronológico desta pesquisa.

37 Maria Madalena Diégues Quintella inventariou a participação de todos os membros do Conselho Federal de Cultura na ABL e no IHGB até a década de 1980. Apropriamo-nos de seus dados referentes à presença desses intelectuais nessas instituições, ampliando-os e propondo o período de eleição desses conselheiros nas referidas instituições como indicativo da ampla ação dessa rede de sociabilidade em diversos cenários. Ver: QUINTELLA, Maria Madalena Diégues. *Cultura e poder ou espelho, espelho meu: existe alguém mais culto do que eu?* In: MICELI, Sergio (Org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984. p. 134.

Participação nas academias de letras e institutos históricos	
Adonias Aguiar Filho	Academia Brasileira de Letras (1965)
Afonso Arinos de Melo Franco	Academia Brasileira de Letras (1958); Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1949)
Ariano Suassuna	Academia Brasileira de Letras (1989)
Arthur Cezar Ferreira Reis	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1936); Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (?)
Augusto Meyer	Academia Brasileira de Letras (1960)
Cassiano Ricardo	Academia Brasileira de Letras (1937); Academia Paulista de Letras (?)
Clarival do Prado Valadares	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1979)
Clodomir Vianna Moog	Academia Brasileira de Letras (1945); Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1975)
Djacir Lima Menezes	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1979); Instituto do Ceará (?)
Deolindo Couto	Academia Brasileira de Letras (1963); Academia Nacional de Medicina (1942)
Francisco de A. Barbosa	Academia Brasileira de Letras (1970)
Gilberto Freyre	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1954); Instituto Joaquim Nabuco (1949)
Herberto Sales	Academia Brasileira de Letras (1971)
João Guimarães Rosa	Academia Brasileira de Letras (1963)
Josué Montello	Academia Brasileira de Letras (1954); Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1963); Academia Maranhense de Letras (?); Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (?)
José C. Andrade Muricy	Academia Brasileira de Música

Participação nas academias de letras e institutos históricos (continuação)	
Dom Marcos Barbosa	Academia Brasileira de Letras (1980)
Manuel Diégues Júnior	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1956)
Miguel Reale	Academia Brasileira de Letras (1975); Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1983)
Moses Vellinho	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1975); Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do RS (?)
Otávio de Faria	Academia Brasileira de Letras (1972)
Pedro Calmon	Academia Brasileira de Letras (1936); Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1931)
Peregrino Júnior	Academia Brasileira de Letras (1945); Academia Nacional de Medicina (?)
Rachel de Queiroz	Academia Brasileira de Letras (1977)
Raymundo Faoro	Academia Brasileira de Letras (2000)
Raymundo Moniz de Aragão	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1970)
Renato Soeiro	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1971)
Sábato Antônio Magaldi	Academia Brasileira de Letras (1994)
Silvio Meira	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1987)

Os espaços de convívio ultrapassavam os encontros profissionais, estabelecendo sociabilidades que iam desde comemorações pessoais até o comparecimento à cerimônia de posse de um novo imortal na ABL. As reuniões do Conselho eram adiantadas ou remarçadas para que os conselheiros participassem desses espaços que envolviam relações de prestígio, reconhecimento e, principalmente, a lembrança de que pertencer ao Conselho era integrar um espaço maior, o de elite cultural. Quando Cassiano Ricardo empossou Fernando de Azevedo na Academia Brasileira de Letras, todos os conselheiros foram informados pelo presidente Josué Montello durante sessão plenária do CFC e muitos foram à ABL a fim de participar da cerimônia de posse, num reconhecimento de que aquele ato era parte integrante das atividades sociais a ser realizadas pelo grupo. Dias depois, a posse de Fernando de Azevedo e o discurso de Cassiano Ricardo na ABL foram lembrados em outra sessão plenária, destacando a im-

portância daquele evento para os membros do Conselho. Cabe lembrar que essas informações eram registradas nas atas oficiais do CFC. Assim, cerimônias desvinculadas do MEC eram incluídas na pauta das sessões plenárias. Gerava-se uma articulação interinstitucional, compondo um único cenário em que transitam os mesmos sujeitos históricos e são marcados por categorizações específicas do campo cultural.

Observa-se entre os conselheiros uma elaboração de cenas discursivas fundamentais na composição dos sentimentos de pertencimento e identificação. Madalena Diégues apontou uma dessas estratégias na formação dessas cenas discursivas: a autocultuação.

Esta autocultuação é manipulada aparentemente através de mecanismos distintos, visto que se refere tanto a pessoas como a instituições, mas que sob uma forma ou outra tendem a legitimar o grupo enquanto elite. Por outro lado, estes elogios podem assumir uma forma indireta, quando não são dirigidos diretamente aos membros do grupo, mas sim pessoas de fora da instituição, vivas ou mortas, mas que são reconhecidamente iguais ou pares dos membros da instituição. Neste caso, a autocultuação assumiria forma de projeção, ou seja, são projetadas nestes indivíduos as qualidades ou características requisitadas pelo próprio grupo³⁸.

Esse processo de autocultuação pode ser observado nas homenagens realizadas pelo CFC para seus membros. Neste caso, observamos um novo componente nas práticas simbólicas de reconhecimento, que é a articulação das características do homenageado com a própria instituição. Assim, a construção de uma instituição confunde-se com a trajetória das personagens que dela participam. A homenagem é um ritual simbólico, espaço de elaboração de categorias de reconhecimento e que ocorre pela enunciação das características valorativas do homenageado. Essas características valorativas não são inerentes apenas ao indivíduo, mas compartilhadas por todos os membros do CFC.

38 QUINTELLA, Maria Madalena Diégues. Cultura e poder ou espelho, espelho meu: existe alguém mais culto do que eu? In: MICELI, Sergio (Org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984. p. 132.

As homenagens, realizadas pelo Conselho para seus próprios pares, foram utilizadas como instrumentos na caracterização daquele grupo e demonstravam os diversos laços que uniam aqueles intelectuais. O hábito da homenagem foi incorporado da Academia Brasileira de Letras. Além desse hábito, a comemoração das efemérides, por meio de discursos previamente elaborados por um conselheiro, e o ato de recepção de um novo integrante ao Conselho seguiam rituais semelhantes aos da ABL, se bem que com menos repercussão e menos aparato cenográfico. Para a análise desse tipo de homenagem, apoiamo-nos na metodologia utilizada por Madalena Diégues.

Na análise do discurso dos informantes são encontrados certos termos que nos parecem indicadores de uma identidade assumida entre pares. É comum encontrarmos, nos estudos dos grupos sociais, formas de nomeação dos indivíduos que por seu sentido e contexto de emprego delimitam as fronteiras de um grupo provido de determinado *ethos*, conhecido e identificado por seus participantes como próprio³⁹.

Como na ABL, havia dois tipos de homenagem: a póstuma e a comemorativa. A homenagem póstuma tinha como função imortalizar a obra do homenageado, ressaltando que a morte provocava a ausência de um "companheiro", mas transformava sua produção literária em patrimônio da nação e reconhecia uma vida dedicada à luta pela institucionalização da cultura. A homenagem celebrativa, por ser um ritual festivo, era menos formal. A justificativa da homenagem em vida era sustentada por um acontecimento comemorativo externo ao CFC e em alguns casos contava com a participação de outras personagens, que, por ter alguma ligação com o homenageado, eram convidadas a integrar a cerimônia. Comemoravam-se o transcurso da data de nascimento, um prêmio recebido, uma obra publicada. Neste caso, o conselheiro homenageado encerrava a série de discursos agradecendo as palavras dos "companheiros" e ressaltava o seu pertencimento ao grupo. No geral, os conselheiros que discursavam já conheciam o homenageado antes de ingressarem no CFC, salientando que as palavras proferidas eram fruto de um longo contato que, muitas vezes, extrapolava o profissional.

39 Ibid., p. 121.

Nas homenagens mais importantes, como o transcurso da data de nascimento ou a despedida póstuma, a cerimônia ocorria em sessões plenárias especiais convocadas pelo presidente do Conselho e, apesar da designação de um orador oficial, vários conselheiros manifestavam-se sobre a vida pública e a obra do homenageado. As principais homenagens ganhavam destaque nas páginas da revista *Cultura*, que reproduzia integralmente tanto os discursos realizados em plenário quanto aqueles publicados em periódicos de grande circulação.

Foram realizadas cinco cerimônias *in memoriam* de conselheiros: Guimarães Rosa (1967); Castro Maya (1968); Rodrigo Mello Franco de Andrade (1969); Hélio Vianna (1972) e Cassiano Ricardo (1974). Só o presidente da República Castello Branco (1964-1967), por ter sido responsável pela criação do CFC, foi homenageado nos mesmos padrões dos conselheiros (1967). O hábito de celebrar os mortos inicia-se na modernidade. Regina Abreu, apoiando-se nas análises de Pierre Nora, Eric Hobsbawm e Philippe Ariès, propõe que “o ritual de evocação dos mortos” está associado à perda da memória coletiva das sociedades industrializadas. Esse esfacelamento da memória gerou a necessidade de “construtores da memória social”, verdadeiros criadores dos lugares de memória. Os especialistas responsáveis pela construção da memória coletiva personificam por meio de alguns mortos as representações sociais, ao identificá-los como portadores de características valorativas para determinado grupo. Dessa forma, os mortos passam a carregar consigo marcas simbólicas que identificam os comportamentos e as atitudes esperados daqueles vivos que compartilham o mesmo espaço social. Isso significa que os mortos adquirem a mesma importância que os vivos ao ser convocados para servir como exemplos a seguir⁴⁰. No caso das homenagens póstumas realizadas pelo CFC, observa-se a construção de um padrão de características no processo de comemoração dos mortos homenageados. A morte era declarada como perda irreparável para todo o país e só superada pela certeza da imortalidade da obra – esta compreendida como a produção intelectual e a ação política no setor cultural. Destacava-se a importante função que o homenageado desempenhou no Conselho. Nesse caso, características profissionais, como “eficiência”, “preocupação com os assuntos em exame”, “devoção à causa pública”, “dedicação ao serviço público”, confundiam-se com os traços de personalidade, como “metucioso”, “metódico”, “rigoroso”, “combativo”, “discreto” e “ponderado”, construindo imagens que os transformavam em “agentes”, “vigilantes” da cultura nacional.

40 ABREU, Regina. Entre a nação e a alma: quando os mortos são comemorados. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: Cpdoc/FGV, v. 7, n. 14, p. 205-230, p. 208, 1994.

As homenagens aos vivos e aos mortos traziam constantemente a definição do intelectual e de seu papel social. Nesse caso, o que importava eram as suas “virtudes cívicas”, expressas justamente pela capacidade desse grupo ser formado por homens de letras e não tecnocratas, estes últimos apontados como incapazes de compreender as necessidades da cultura. Na homenagem póstuma prestada a Rodrigo Mello Franco de Andrade, a definição desse agente que atua no Estado como um intelectual e a crítica ao tecnocrata aparecem em destaque.

Homem público, mas principalmente homem de estudo é o que ele foi [...] Numa época em que medíocres unidos por uma meia-ciência pretendem arvorar-se, intitulado-se técnicos, em dirigentes da cultura brasileira, como técnicos disto e técnicos daquilo e, como técnicos, pretendendo declarar superados ou ultrapassados seus superiores, os supertécnicos, os humanistas científicos, os grandes criadores nas letras e nas ciências humanas e noutros [sic] letras e noutros [sic] ciências, conforta aos brasileiros poderem destacar num brasileiro eminente como o que o Brasil acaba por perder, o exemplo, por ele deixado de modo luminoso, de supertécnico, de humanista, de generalista, que por essas suas superiores virtudes, tanto pode fazer pela cultura do seu e nosso país⁴¹.

O papel do intelectual no Estado distinguia-se da função do técnico. As críticas à excessiva autoridade do técnico nos assuntos nacionais eram constantes nas páginas da revista *Cultura* e nas sessões plenárias realizadas pelo CFC. Para os membros do CFC, o tecnicismo presente nos setores da vida moderna promovia a “asfixia dos elementos humanísticos” e ameaçava a cultura. O conhecimento sobre o passado produzido pelos estudiosos era fundamental na produção da consciência e nas ações propostas. Assim, o intelectual, ao dedicar-se às funções do Estado, não se tornaria um técnico.

41 FREYRE, Gilberto et al. À memória de Rodrigo Mello Franco de Andrade. *Cultura*. Rio de Janeiro: CFC, ano II, n. 23, p. 39, mai. 1969.

Ao contrário, o valor do intelectual como investigador dos anseios do homem possibilitaria uma ação mais eficaz, pois ao voltar-se para o passado dar-lhe-ia uma “nova opulência”, lançando luzes sobre o presente.

Além dos traços que caracterizavam a personalidade e confundiam-se com as exigências de posturas nas instâncias burocráticas, era fundamental ressaltar a trajetória intelectual daquele “companheiro”, salientando a que corrente ele pertencia e os espaços por onde transitou. Ainda durante a homenagem *in memoriam* de Rodrigo Mello Franco de Andrade, o orador oficial, Gilberto Freyre, informa que conheceu o homenageado na direção da *Revista do Brasil* e que ele era um representante do movimento regionalista, ao mesmo tempo modernista e tradicionalista.

Rodrigo Mello Franco desejou prestar – creio eu – não a um indivíduo só, mas a todo um movimento renovador: o representado pelo regionalismo ao mesmo tempo modernista e tradicionalista, que se esboçou no Recife em 1923; e de que lá se irradia até hoje por outras regiões do país. Movimento que tendo chegado aos ouvidos e, por vezes, aos olhos de uns tantos homens influentes da então metrópole [...] despertou-os para a consideração de aspectos de problemas brasileiros de cultura, em geral e de arte em particular, dos quais o modernismo de São Paulo e Rio de Janeiro [...] nem sempre se apercebera. Despertou-os também para o problema de articulação dos valores regionais do Brasil sob um critério inteiramente novo de articulação desses valores. Um critério, esse novo dinamicamente inter-regional; e não estática e convencionalmente regional ou regionalista⁴².

Na homenagem em vida a Cassiano Ricardo, realizada em função da Semana Cassiano Ricardo pela prefeitura de São José dos Campos em 1970, o orador Adonias Filho ressalta que a obra de Cassiano Ricardo está inserida no movimento modernista e traz os componentes da autêntica brasilidade. Na homenagem aos 70 anos de Gil-

42 Ibidem, p. 47.

berto Freyre, observamos novamente a vinculação do homenageado à corrente ideológica que é compartilhada pelos membros do Conselho. Em seu depoimento, Manuel Diégues Júnior enfatiza que a obra do sociólogo permitiu uma compreensão regionalista da formação brasileira. O sociólogo Gilberto Freyre é apresentado como um inovador ao adotar a percepção regionalista da cultura brasileira, defendendo a ideia de que o regionalismo não opõe o universo rural ao urbano, pois esses espaços não são considerados como dissociados, mas complementares, apresentando o conceito de *rurbanização*.

No desenvolvimento e defesa dessa ideia de rurbanização provoca justamente Gilberto Freyre encontrar um ambiente em que se torne possível surgir um denominador comum de valores que, sem chegar aos exageros xenófobos do ruralismo, também não os descaracterize nacionalmente como sucede quase sempre aos meios urbanos; nem o conservadorismo apegado do rural, nem descaracterização regional do urbano⁴³.

Os discursos incluíam constantemente adjetivos que legitimavam e justificavam a autodefinição do Conselho como o “mais alto colegiado da cultura brasileira” por meio, por exemplo, das homenagens *in memoriam* a Raymundo Castro Maya, um “benemérito da cultura nacional”; a Rodrigo Mello Franco de Andrade, um “ilustre brasileiro”; ou a Cassiano Ricardo, “poeta extraordinário”. Como propõe Madalena Diégues, essas práticas discursivas são importantes mecanismos na constituição de um grupo social e funcionam como referenciais ao identificar seus integrantes e delimitar seu espaço em relação a outros grupos.

Esta autocultuação é manipulada aparentemente através de mecanismos distintos, visto que se refere tanto a pessoas

43 JÚNIOR, Manuel Diégues. Respeito e gratidão a Gilberto Freyre. *Cultura*. Rio de Janeiro: CFC, ano IV, n. 33, p. 35-38, mar. 1970.

como a instituições, mas que sob uma forma ou outra tendem a legitimar o grupo enquanto elite. Por outro lado, estes elogios podem assumir uma forma indireta, quando não são dirigidos diretamente aos membros do grupo, mas sim pessoas de fora da instituição, vivas ou mortas, mas que são reconhecidamente iguais ou pares dos membros da instituição. Neste caso, a autocultuação assumiria forma de projeção, ou seja, são projetadas nestes indivíduos as qualidades ou características requisitadas pelo próprio grupo⁴⁴.

As deferências por prêmios recebidos e obras publicadas eram bastante simples, mas nem por isso menos importantes. Um conselheiro mencionava o prêmio ou a publicação de uma obra e os demais congratulavam o companheiro homenageado. Havia obras que ganhavam destaque na apreciação dos conselheiros, como: *Além de Apenas Moderno*, de Gilberto Freyre; *O Brasil no Pensamento Brasileiro*, de Djacir Menezes; a segunda edição de *Panorama do Simbolismo Brasileiro*, de Andrade Muricy⁴⁵.

As diversas homenagens sugerem os mecanismos referenciais do grupo, incorporados de outras instituições culturais, mas cujo intuito era reforçar os elementos simbólicos de “autocultuação”. Tanto nas comemorações festivas quanto nas fúnebres, as características profissionais e pessoais garantiam o exercício de duas funções complementares que formavam o ser intelectual: a produção intelectual e a ação no aparato estatal. Dessa forma, eram ao mesmo tempo “homens de pensamento e ação” que assumiram a função de orientar o país nos rumos da modernidade.

44 QUINTELLA, Maria Madalena Diégues. Cultura e poder ou espelho, espelho meu: existe alguém mais culto do que eu? In: MICELI, Sergio (Org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984. p. 132.

45 As deferências podem ser encontradas, respectivamente: na ata da 377ª sessão plenária, realizada em 9 de agosto de 1973; na ata da 354ª sessão plenária, realizada em 12 de março de 1973; na ata da 378ª sessão plenária, realizada em 10 de setembro de 1973. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC. Respectivamente os números 11, 9 e 11, p. 139, p. 103 e p. 110.

1.4 Fissuras internas na construção do consenso: o caso da censura

As pesquisas dedicadas a compreender o período de 1964 a 1985 têm destacado a participação dos grupos civis, institucionalizados ou não, na construção do Estado ditatorial brasileiro. Tais investigações contrastam com as memórias construídas logo após o início do processo de abertura de que o regime instalado após o golpe de 1964 era exclusivamente militar⁴⁶. Recentemente, a historiografia brasileira incorporou os conceitos de “zona cinzenta” e “pensar-duplo”, elaborados por Pierre Laborie em suas análises sobre o regime de Vichy na França (1940-1944), rompendo as rígidas fronteiras da memória social que identificava claramente aqueles agentes favoráveis ou contra o regime autoritário. Por isso,

[...] Pierre Laborie chamou de *zona cinzenta*: o enorme espaço entre os dois polos – *resistência* e *colaboração/apoio* e mais, o lugar da *ambivalência* no qual os dois extremos se diluem na possibilidade de ser um e outro ao mesmo tempo. [...] Laborie cunhou o conceito *penser-double*: muitas vezes, se é um e outro, se é duplo⁴⁷.

Acredito que a percepção teórica dessa ambivalência na relação estabelecida entre civis e militares pode ser duplamente exemplificada no caso dos intelectuais que integraram o CFC. Por um lado, lançando luz às tensões provocadas por ações do Executivo, espe-

46 FILHO, João Roberto Martins. *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EDUFS-CAR, 2006. p. 47-66; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Sá. *O golpe e a ditadura: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004. ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (Org.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX, Brasil e América Latina*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

47 ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória: A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (Org.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX, Brasil e América Latina*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 97-144. Sobre os conceitos de “zona cinzenta” e “pensar-duplo”, ver: LABORIE, Pierre. 1940-1944. Os franceses do pensar-duplo. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (Org.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX, Brasil e América Latina*. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 31-44.

cialmente no caso da censura, no Conselho. Por outro, o apoio dos membros do Conselho ao regime é possível justamente pela permanência de posicionamentos críticos, ainda que moderados, àquelas intervenções consideradas excessivamente arbitrárias. As “resistências” a algumas ações de outros setores do Estado buscavam gerar mecanismos de conciliação e reorganização do regime, não contestando a sua legitimidade.

A relação dos membros do CFC com a cúpula do Executivo não foi homogênea, nem mesmo linear. Se a tentativa de construir uma infraestrutura para o setor cultural que garantisse à cultura o mesmo espaço dedicado à educação exigia um grande investimento político e, logo, uma proximidade com o ministro da Educação e Cultura, a postura dos intelectuais do Conselho diante das diretrizes impostas pelos governos militares, especialmente no caso da censura, era uma área de inevitáveis conflitos. O consenso negociado constantemente pelo grupo mostrava seus pontos de fissura nos debates sobre os rumos da ação do Estado e sua relação com a sociedade civil. Observamos pelo menos dois posicionamentos sobre as ações dos militares: primeiro, o golpe era considerado por alguns conselheiros como um ato revolucionário na manutenção da democracia; e, segundo, havia a ênfase na necessidade de liberdade para a criação artística contra a promoção da censura, o que causava algumas dissensões. Cabe lembrar que esses posicionamentos não são necessariamente excludentes e que as relações entre os membros do Conselho Federal de Cultura e a cúpula do Executivo irão variar conforme as situações apresentadas, reforçando a existência do *penser-double*, gerando pontos de apoio e críticas quase que simultaneamente. Começamos pelos pontos de apoio ao regime.

Quando foi anunciada a morte do ex-presidente Castello Branco, em 1967, depois de um trágico acidente, o CFC lançou um breve editorial em solidariedade à família do marechal. O editorial apenas enfocava aquilo que considerava a principal obra do marechal no setor cultural: a sua própria criação. Naquele momento não houve nenhuma homenagem sistemática organizada pelos conselheiros e o editorial se associava ao “sentimento de consternação nacional”, indicando claramente uma posição neutra sobre o acontecimento.

Um ano depois, outro cenário seria construído em torno da comemoração póstuma pelo primeiro aniversário da morte de Castello Branco. Os conselheiros Adonias Filho, Hélio Vianna e Rachel de Queiroz romperam com o silêncio inicial do Conselho e prestaram uma homenagem à memória de Castello Branco. A morte do “eminente estadista” mereceu destaque nas páginas de *Cultura*. Essa homenagem rompeu com os rituais de auto-

cultuação e reconhecimento tradicionalmente realizados. Neste caso, a ênfase é na legitimidade do golpe militar a partir da ação do marechal Castello Branco. Cabe destacar que Castello Branco foi o único presidente do período ditatorial homenageado pelo CFC e foi reverenciado em todos os anos até 1975, durante a comemoração da “Revolução de 1964”.

Inicialmente, Castello Branco é lembrado por sua preocupação com as questões culturais, sendo apresentado como o responsável pela criação do CFC. Construía-se a imagem do patrono do Conselho. Ele era considerado defensor das liberdades civis e da democracia. Esse discurso é logo associado às questões políticas mais amplas, como o significado do golpe militar de 1964. O golpe é considerado um ato revolucionário, em defesa da democracia e da legalidade, incorporando e reforçando o discurso dos militares sobre a necessidade de afastar do governo o então presidente João Goulart (1961-1963). O orador oficial, Adonias Filho, ressaltou o caráter democrático da ação militar, acusando o governo de Goulart de traidor e promotor da desordem. O orador afirmava que o “ato revolucionário” foi fundamental para manter a democracia e a vocação histórica e política do país. Além do discurso de Adonias Filho, os conselheiros Rachel de Queiroz e Hélio Vianna publicaram artigos em periódicos de grande circulação que foram integralmente transcritos para a seção especial “Homenagem à memória de Castello Branco” da revista *Cultura*, nº 13, de julho de 1968⁴⁸.

Os conselheiros estavam empenhados em enfatizar os valores individuais de Castello Branco. A escritora Rachel de Queiroz compara Castello Branco a Vargas, mas salientando que o marechal, ao contrário de Vargas, foi um defensor do regime democrático. Em seu artigo, publicado inicialmente em *O Jornal* como parte das homenagens ao primeiro ano da morte de Castello Branco, a escritora enfatiza as características militares do marechal, construindo um discurso marcado por termos usuais nas Forças Armadas como “capitulação”, “trégua”, “recuar”, “tropa”, “retaguarda”, “missão”, “combate”, associando as características do soldado à sua “vitoriosa ação” na Presidência da República.

Serviu como tropa de vanguarda que recebe todo o impacto, todo o choque do ataque, para que a retaguarda possa cumprir sua missão. Durante os três anos do seu governo, jamais saiu

da linha de combate. Nem de dia nem de noite deram-lhe tréguas ou pediu tréguas. Recebeu voluntariamente todos os ônus das medidas impopulares e difíceis; [...] Para esses sucessores forjou todas as armas que pôde, capitalizou prestígio e crédito, criou no exterior uma imagem nacional respeitada e respeitável, amealhou dinheiro e conquistou amigos e adesões. [...] Sim, um ano é pouco tempo; mas os brasileiros já podem começar a ver em linhas mais nítidas a figura poderosa desse homem de estado (sic), desse erudito, desse soldado, aparentemente frio, e cuja passionalidade se concentrava toda num absoluto amor e numa total dedicação ao povo do Brasil e à terra do Brasil⁴⁹.

Além da homenagem ao marechal Castello Branco, o que evidencia o apoio de alguns intelectuais do Conselho ao regime, havia o apoio aos ideais desenvolvimentistas amplamente divulgados pelo Executivo. O presidente do CFC, Arthur Cezar Ferreira Reis (1969-1972), redigiu um documento para exemplificar as atividades do Conselho até o início de 1969. No documento, intitulado “O Conselho Federal de Cultura e suas atividades a serviço do Brasil”, o presidente Arthur Reis afirma que a política cultural é um dos índices do desenvolvimento de uma nação e que, “após os atos revolucionários que mudaram a orientação política do país, uma série de medidas visando a uma melhor utilização de recursos financeiros e valores humanos, foi sendo decretada⁵⁰. A ideia da cultura como parte integrante do desenvolvimento almejado pelo Estado foi constantemente relembrada pelo Conselho. Neste caso, a reforma e a atualização das instituições culturais seriam fundamentais para alcançar o “progresso” e o “desenvolvimento”. A relação entre cultura e desenvolvimento nacional ocorria sempre que o discurso do Conselho enfatizava a necessidade de construir uma infraestrutura para o setor e resgatar as instituições tradicionais da cultura do abandono em que se encontravam. Por isso, um termo como “desenvolvimento” aparece com maior frequência em momentos específicos, como nas cerimônias oficiais, no envio de documentos aos ministros e nos editoriais.

49 QUEIROZ, Rachel de. Um ano depois. *O Jornal*. 14 de julho de 1968. Transcrito para a revista *Cultura*. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n. 13, p. 65-66, jul. 1968.

50 REIS, Arthur Cezar Ferreira. O Conselho Federal de Cultura e suas atividades a serviço do Brasil. *Cultura*, ano III, n. 25, p. 7-20, jun. 1969.

Assim, tanto a reverência à memória do presidente Castello Branco, ocupando o lugar de patrono do Conselho, quanto a associação das ideias de “desenvolvimento” e de “investimento na cultura” eram ações discursivas que ressaltavam a proximidade do CFC com as diretrizes do Executivo. Ambas destacavam a importância do CFC no aparelho estatal; afinal, o primeiro presidente da ditadura civil-militar deixava como legado a criação de um Conselho responsável pela organização do setor cultural. O desenvolvimento do país preconizado pelos dirigentes militares era incorporado ao discurso do CFC, numa clara demonstração de alinhamento dos objetivos do Conselho aos objetivos gerais do Estado, especialmente no governo Castello Branco.

Contudo, a relação dos intelectuais do CFC com as diretrizes da cúpula do Executivo tinha seu ponto de fissura no debate sobre a censura e a liberdade de criação artística, especialmente a partir do governo Costa e Silva, identificado com a “linha dura”. A ditadura civil-militar construiu todo um aparato repressivo que incluía a censura prévia aos espetáculos, às produções teatrais e cinematográficas, ao mercado editorial, aos meios de comunicação e aos setores de diversões públicas como mecanismo de controle do Estado sobre os produtos veiculados nos meios de comunicação e nas produções artísticas e intelectuais. No período republicano, a censura prévia por motivos políticos foi regulamentada durante Estado Novo (1937-1945), ficando sob responsabilidade do Departamento de Imprensa e Propaganda, criado em 1939⁵¹. Durante a ditadura civil-militar, a construção de um aparato censório e repressor teve início logo após o golpe de 1964 com os Inquéritos Policiais-Militares (IPMs) e a centralização da censura através do Serviço de Censura e Diversões Públicas, órgão vinculado ao Departamento de Polícia Federal. A periodização proposta por Alexandre Stephanou define dois momentos distintos da ação repressiva do Estado no setor cultural: primeiro, o período de 1964 até o AI-5, decretado em 1968; e a segunda fase, mais abrangente e organizada, entre os anos de 1968 e 1978⁵². Apoiado nessa periodização, Carlos Fico enfatiza que a censura deve ser investigada como parte integrante da sistematização do aparelho repressor que só foi possível com a vitória do grupo radical identificado como “linha dura” no poder.

51 LUCA, Tania Regina de. As revistas de cultura durante o Estado Novo: problemas e perspectivas. IV ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 4., 2006, São Luis do Maranhão. A luta pela liberdade de imprensa – revisão crítica dos 300 anos de censura. Anais do 4º Encontro Nacional de História da Mídia. v. 1. São Luis do Maranhão: Rede Alfredo de Carvalho, 2006. p. 1-13.

52 STEPHANOU, Alexandre Ayub. *Censura no regime militar e militarização das artes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p. 14.

[...] a existência de um projeto repressivo que foi globalmente implantado pela “linha dura” quando ela tornou-se vitoriosa, deixando de ser “grupo de pressão” e assumindo a posição de “comunidade de informações e de segurança”. [...] No poder, ela implantou meticolosamente os “sistemas” que completariam a tarefa da “Operação Limpeza”, interrompida contra a sua vontade. Criou a polícia política, instituiu um sistema nacional de “segurança interna”, reformulou e ampliou a espionagem, estabeleceu um procedimento de julgamento sumário para confiscar os bens de funcionários supostamente corruptos, implantou a censura sistemática da imprensa, instrumentou a censura de diversões públicas para coibir aspectos políticos do teatro, cinema e TV, dentre outras iniciativas⁵³.

A questão da censura no setor cultural fez-se presente como polêmica no CFC em alguns momentos, seja na defesa de uma organização do setor pelo Estado que não limitasse a capacidade criadora de artistas e intelectuais, ou ainda pontualmente, em protestos episódicos contra os cortes provocados pela censura. Nos discursos oficiais e nos anteprojetos de lei apresentados pelos conselheiros era constante a ideia da liberdade de criação garantida pela própria atuação do Estado no setor. Todos os presidentes do Conselho em seus discursos de posse são categóricos na defesa da liberdade de criação artística. Ao tomar posse como presidente do CFC, Arthur Cezar Ferreira Reis, já investido como representante oficial do Estado nos assuntos culturais, informa como a política de Estado para a cultura tem na liberdade de criação seu ponto nevrálgico.

Numa política de Estado, visando o desenvolvimento do país e na qual não poderá deixar de constituir capítulo do maior relevo o de sua cultura [...] A liberdade de criar não pode nem deve sofrer restrições, o que não significa que o Estado esteja ausente, numa atitude contemplativa, inoperante. Neste Conselho, não temos a pretensão de vir a fixar normas ou princípios que possam, de

53 FICO, Carlos. Prezada censura: cartas ao regime militar. *Topoi - Revista de História*. Rio de Janeiro, UFRJ, n. 5, p. 251-286, set. 2002.

qualquer forma, restringir essa liberdade de criar. Nesse particular, em manifestações continuadas, temos assumido atitudes que definem essa posição de pensamento, mas também de decisão⁵⁴.

O discurso de Arthur Cezar Ferreira Reis não era nem ofensivo nem mesmo provocador. A cúpula do Executivo insistia que o golpe de 1964 era uma revolução democrática que buscava restabelecer a ordem ameaçada pela instabilidade política e as agitações sociais dos anos precedentes. O ministro Tarso Dutra, ao participar da inauguração do plenário do CFC, em fevereiro de 1968, lembrou que aquele espaço funcionaria com total “liberdade de pensamento” e que o governo Costa e Silva atenderia em “termos democráticos” o setor cultural. Se os discursos e documentos oficiais do CFC sinalizavam a importância da liberdade de criação para o desenvolvimento do setor cultural, na prática, a temática não era defendida igualmente por todos os conselheiros.

A primeira “decisão” dos conselheiros a favor da liberdade de criação foi contra a censura ao filme *Terra em Transe*, de Glauber Rocha, em março de 1967, opondo-se formalmente à ação do aparato repressivo montado pelo Executivo. O conselheiro Octávio de Faria formulou uma moção de protesto contra a censura ao filme, recebendo o apoio e a assinatura de Afonso Arinos, Arthur Cezar Ferreira Reis, Ariano Suassuna, Clarival Valladares, Djacir Menezes, Guimarães Rosa e Rodrigo Mello Franco de Andrade. A solicitação de Octávio de Faria foi integralmente publicada na revista *Cultura*, nº 2, em maio de 1967.

Ora, a nossa condição de defensores da cultura e de suas diversas manifestações (de liberdade de criação e de liberdade de expressão) parece-me que nos obriga a tomar posição em tão delicada conjuntura. Para nós o artista é livre, a obra de arte sagrada [...] Tudo mais é excessivo, desnecessário e opressivo – além de contraproducente⁵⁵.

54 REIS, Arthur Cezar Ferreira. Programa de ação em favor da cultura. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n. 18, p. 9-18, p. 16, dez. 1968.

55 FARIA, Octávio de. Moção contra a censura ao filme *Terra em Transe*. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n. 2, p. 44, mai. 1967.

Josué Montello aproveitou o ensejo para realinhar a questão e propor não o fim da censura, mas sua transferência da esfera policial para o setor cultural. A presidência do Conselho decidiu "dirigir-se ao ministro encaminhando a posição de Octávio de Faria que seria aprovada em plenário e fazendo a ponderação de que o ideal seria que o problema da censura fosse encaminhado pelo órgão de cultura"⁵⁶. Em junho de 1967, Pedro Calmon leu o ofício a ser enviado ao ministro da Educação e Cultura, Tarso Dutra, sugerindo que a censura no setor cultural caberia ao MEC⁵⁷. Um mês depois, Ariano Suassuna informou que sua peça *O Santo e a Porca* sofrera retaliações dos censores, recebendo a solidariedade de outros conselheiros. Naquele final de ano, Manuel Diégues Júnior conseguiu aprovação do plenário para a publicação do documento divulgado pelos participantes do 3º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, solicitando a transferência da censura do âmbito policial para o Ministério da Educação e Cultura⁵⁸.

A Câmara de Artes era enfática em relação aos atos da censura, posicionando-se contrária à ação censória no setor cultural. Seus integrantes, Clarival do Prado Valladares (presidente), Ariano Suassuna, José Cândido de Andrade Muricy e Octávio de Faria, exigiam que o CFC se posicionasse oficialmente, suscitando os principais debates em torno do tema. Esse fato é compreensível, pois os conselheiros e as áreas nas quais trabalhavam eram alvos constantes da censura. Além dos membros da Câmara de Artes, Rodrigo Mello Franco de Andrade também condenava a censura ao setor cultural. Octávio de Faria, na reunião plenária de 22 de dezembro de 1967, solicitou a intervenção direta do CFC nos cortes promovidos pelos censores ao filme *Cara a Cara*, de Julio Bressane, recebendo o apoio de Clarival Prado Valladares, que informava como a censura ceifava a criatividade dos diversos artistas, atentando contra a produção nacional. A solicitação de Octávio de Faria foi unanimemente aceita, enviando-se ao ministro da Justiça, Luís Antonio da Gama e Silva, por intermédio do ministro interino da Educação e Cultura, Bastos Mércio, um ofício informando sobre a improbidade dos cortes que descaracterizavam o filme de Bressane⁵⁹.

56 Ata da 11ª sessão plenária, realizada em 25 de abril de 1967. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n. 2, mai, p. 67-69, 1967.

57 Ata da 26ª sessão plenária, realizada em 15 de junho de 1967. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n. 3, p. 103-106, jun. 1967.

58 Ata da 57ª sessão plenária, realizada em 11 de dezembro de 1967. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n. 6, p. 147-151, dez. 1967.

59 Ata da 66ª sessão plenária, realizada em 22 de dezembro de 1967. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n. 7, p. 91-94, jan. 1968.

A insistência do CFC sobre o problema da censura, especialmente sobre a definição das normas da censura, possibilitou que o Conselho indicasse um de seus membros para integrar o grupo de trabalho (GT) do Ministério da Justiça que estudava a reformulação da censura federal aos espetáculos. Apesar de relutar para aceitar a função, o conselheiro dom Marcos Barbosa foi indicado e passou a integrar a comissão.

Na 74ª sessão plenária, realizada em 20 de março de 1968, o conselheiro Ariano Suassuna, integrante da Câmara de Artes, reacendeu novamente os debates sobre o problema da censura. Em resposta ao pronunciamento de dom Marcos Barbosa, que, integrando o GT do Ministério da Justiça como representante do CFC, defendeu a censura como direito e obrigação do Estado para resguardar a população, Ariano Suassuna manifestou sua posição contra toda censura às obras de arte, à literatura, ao teatro e ao cinema, ponderando sobre a necessidade de liberdade de criação para artistas, dramaturgos e escritores. Dom Marcos Barbosa respondeu que apenas achava a censura necessária e Rachel de Queiroz insistiu que o caso da censura deveria passar do âmbito da justiça para o âmbito da cultura. Montello, apoiando as palavras de Rachel de Queiroz, definiu como posição oficial do Conselho Federal de Cultura a transferência da censura para o MEC. Diante dos debates provocados por Ariano Suassuna, Montello insistiu na permanência de dom Marcos Barbosa no grupo de trabalho, afirmando que, caso não houvesse um conselheiro disposto a acompanhá-lo nas reuniões, ele mesmo o faria⁶⁰.

A escolha de dom Marcos Barbosa para a função e a insistência do presidente Josué Montello para mantê-lo como representante do CFC no GT do Ministério da Justiça demonstram que, para alguns conselheiros, o problema da censura não era o da sua existência, mas o fato de a censura ser decidida pelo Ministério da Justiça, e não pelos grupos intelectuais do Ministério da Cultura.

Para solucionar as divergências entre os conselheiros, Andrade Muricy leu indicação da Câmara de Artes para que o CFC fizesse um pronunciamento formal sobre o problema da censura após o exame de todas as Câmaras. O presidente Josué Montello e outros conselheiros se mostravam menos reticentes ao controle das criações artísticas. Por proposta de Manuel Diégues, o documento produzido pelas Câmaras e pela Comissão de Legislação e Normas seria encaminhado à Presidência da República e ao GT do Ministério da Justiça.

60 Ata da 74ª sessão plenária, realizada em 20 de março de 1968. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n. 10, p. 105-109, mar. 1968.

A percepção da Câmara de Artes da impossibilidade de o CFC opor-se radicalmente à censura, por ser um órgão de governo, fez com que a Câmara propusesse em reunião plenária uma censura declaratória e não restritiva. Diante dessa impossibilidade de oposição radical à censura, todos os conselheiros concordavam que a responsabilidade sobre o controle das artes deveria ser transferida para o setor cultural. Para a maior parte dos conselheiros, somente os especialistas no campo da cultura eram capazes de definir quais os parâmetros adequados à realização da censura. Esses parâmetros deveriam ser guiados, segundo Josué Montello, apenas por “valores éticos”, sem jamais atingir os “estéticos”⁶¹.

O presidente Josué Montello passou a assumir um discurso burocrático sempre que o debate em torno da censura estivesse situado na necessidade de combater qualquer tipo de controle sobre a produção artística. Quando Ariano Suassuna propôs que o Conselho se dirigisse ao ministro da Justiça apoiando a conclusão do grupo de trabalho do CFC para que a censura fosse declaratória e não restritiva, o presidente Josué Montello solicitou que a questão fosse inicialmente apreciada pela Câmara de Artes, à qual Ariano Suassuna pertencia, para só então ser trazida ao plenário. O mesmo aconteceu com Cassiano Ricardo, ao ler um ofício encaminhado pelo Conselho Estadual de Cultura de São Paulo e redigido por Cacilda Becker, presidente da Comissão Estadual de Teatro de São Paulo, sobre a centralização da censura no teatro. Montello respondeu que a questão estava sendo analisada por meio da participação de dom Marcos Barbosa no GT do Ministério da Justiça e que encaminharia aquele ofício ao referido ministério⁶².

O Conselho Federal de Cultura não conseguiu transferir a Divisão de Censura de Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal para o Ministério da Educação e Cultura. Entretanto, os constantes ofícios enviados aos setores do Executivo e os debates publicados em *Cultura* renderam ao CFC sua principal vitória nesse campo: a indicação de um integrante do Conselho para o Conselho Superior de Censura (CSC). Em 22 de novembro de 1968, Josué Montello informou que fora publicada, no dia anterior, no *Diário Oficial da União*, a Lei nº 5.536, que “dispõe sobre a censura das peças teatrais e cinematográficas”, criando o Conselho Superior de Censura (CSC).

61 Ata da 74ª sessão plenária, realizada em 20 de março de 1968. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n. 10, p. 105-109, mar. 1968.

62 Ata da 91ª sessão plenária, realizada em 17 de julho de 1968 e ata da 86ª sessão plenária, realizada em 10 de julho de 1968. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n. 13, p. 91-93, jul. 1968.

Após o Ato Institucional nº 5, decretado em 13 de dezembro de 1968, os debates promovidos pelos conselheiros em torno da censura, que já eram poucos, tornaram-se raros. Em meados de 1969, Octávio de Faria solicitou novamente a intervenção do CFC na defesa de outro filme que sofrera os cortes da censura. Dessa vez, tratava-se de *Macunaíma*, dirigido por Joaquim Pedro de Andrade. Arthur Reis, então presidente do CFC, atendeu ao pedido do companheiro e propôs pedir esclarecimentos sobre o caso ao ministro da Justiça, Luís Antonio da Gama e Silva. Ariano Suassuna completou o debate informando que sua peça *A Compadecida* também foi alvo dos censores⁶³.

Na 225ª sessão plenária, realizada em 31 de março de 1971, na comemoração de mais um aniversário do golpe, Adonias Filho, orador oficial da efeméride, apresenta-se como um partidário da “Revolução”, mas solicita ao Conselho que intervenha para a suspensão da lei de censura prévia⁶⁴ aos trabalhos intelectuais, incluindo-a entre as práticas do “terrorismo cultural” que se abateu sobre o país após 1964. Josué Montello, diante do acalorado debate que se formara em torno do tema, enfatizou que “cria-se uma nova mentalidade e compete ao Conselho levar avante uma campanha de tal maneira que, quando completar no país toda a obra que propôs a Revolução [...] estejam plenamente resolvidos problemas como o da censura”⁶⁵. Afonso Arinos apoia o discurso de seus dois companheiros, mas “declara que não tem o Conselho de se manifestar a respeito da censura, porque em longo parecer, aprovado por unanimidade, se pronunciou oficialmente contra a instauração desse controle”⁶⁶. O parecer foi enviado ao ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, e ao ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, posicionando o Conselho contra a censura das obras intelectuais.

Se o problema da censura causava divergências internas entre os membros do Conselho, a ação estudantil e a defesa das liberdades individuais básicas também foram alvo de debates nas sessões plenárias. Na sessão plenária realizada em 27 de setembro de

63 Após o AI-5, só encontramos quatro registros em sessões plenárias sobre o problema da censura. Sobre o pedido de Octávio de Faria, ver: ata da 154ª sessão plenária, realizada em 26 de agosto de 1969. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano III, n. 26, p. 82-85, ago. 1969.

64 Ver: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Marcha do obscurantismo. *Revista da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro: ABL, v. 119, n. 70, p. 9-10, jan.-jun. 1970.

65 Ata da 255ª sessão plenária, realizada em 31 de março de 1971. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Ano I, n. 2, p. 131-136, abr.-jun. 1971.

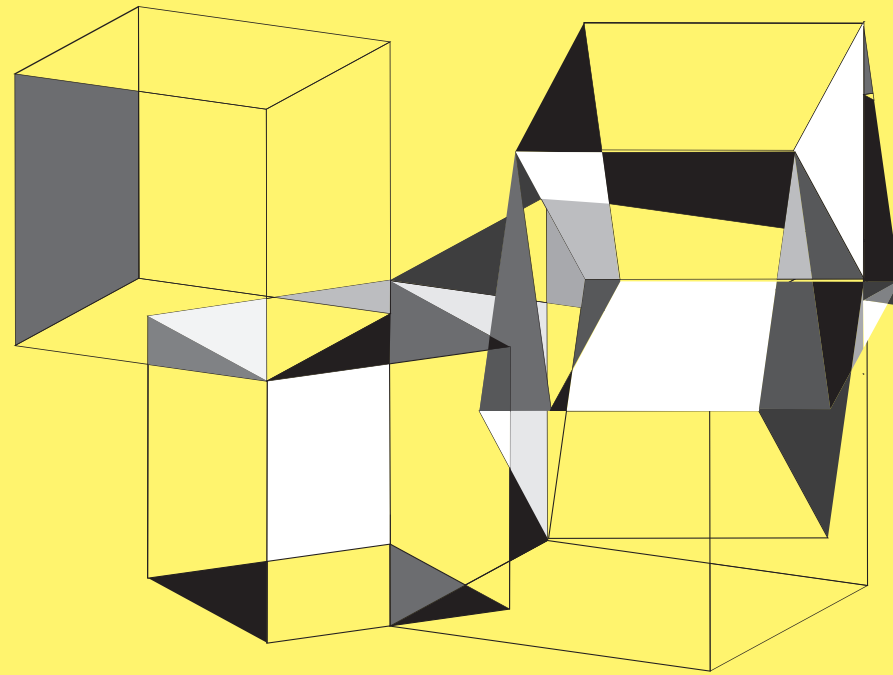
66 *Ibid.*, p. 135.

1968, o conselheiro Armando Schnoor solicitou um voto de pesar pelos danos causados ao edifício da Escola de Belas Artes devido à explosão de uma bomba. Adonias Filho informou que as janelas da Biblioteca Nacional também foram danificadas por aquela explosão. Pedro Calmon e Gustavo Corção repudiaram o protesto. Para Gustavo Corção, os protestos eram sistemáticos e indicavam que o país estava atravessando “uma revolução cultural semelhante à que houve na China”. Na tentativa de atender às reclamações dos conselheiros, Montello informou que enviaria ao presidente da República, por intermédio do Ministério da Educação e Cultura, um ofício refutando os protestos que tantos danos causavam ao patrimônio histórico e artístico nacional. Para dom Marcos Barbosa era preciso dar visibilidade à posição do CFC aos nefastos acontecimentos que ameaçavam o patrimônio, relatando os confrontos entre o aparato repressor e os movimentos estudantis.

Ainda que a proteção do patrimônio seja o foco do Conselho nos debates sobre as manifestações estudantis realizadas na Cinelândia, no Rio de Janeiro, eventualmente a violência policial no combate a essas ações também preocupava alguns membros do CFC. Os conselheiros se comoveram com a morte de um estudante, segundo os próprios conselheiros, comprovadamente alheio aos agitos estudantis do período. Na sessão plenária de 23 de outubro de 1968, dom Marcos Barbosa relatou a morte de um estudante universitário, seu ex-aluno, durante um confronto com a polícia, informando que o jovem era contrário às agitações do movimento estudantil. Rachel de Queiroz, consternada com o acontecido, sugeriu que o assunto tivesse maior atenção com a publicação de artigos nos jornais de grande circulação. Contudo, o presidente Josué Montello lembrou que os trabalhos do plenário deveriam ficar circunscritos ao setor cultural. Dois dias após essa sessão, que registrou a morte de um estudante pela polícia, Montello fez constar em ata a instalação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, constituído por iniciativa do Congresso Nacional, para preservação das liberdades básicas, em cerimônia presidida por Costa e Silva com a presença do ministro da Justiça, do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e dos membros do CFC, entre eles o conselheiro Pedro Calmon, que passou a integrar o referido Conselho.

A convivência dos intelectuais do Conselho Federal de Cultura com as diretrizes políticas da ditadura civil-militar foi, em geral, bastante harmônica. A liberdade de criação defendida pelos conselheiros não abalou as relações com a cúpula do Executivo. Para muitos conselheiros, o controle sobre a produção artística era salutar, desde que su-

bordinado aos especialistas do setor cultural. Nas poucas vezes que se manifestaram contra a ação do regime, as divergências internas enfraqueceram qualquer ação coletiva. Como a prática prioritária do CFC era a definição e a proteção do patrimônio cultural associada à montagem de uma infraestrutura no setor cultural que organizasse os investimentos estatais e disciplinasse a participação de estados e municípios, as práticas repressoras e censórias do regime não causaram grandes impactos no cotidiano dos conselheiros. Os cortes e as proibições dos censores provocaram manifestos e indignações pontuais, especialmente entre os membros da Câmara de Artes, mas logo desapareciam diante da incapacidade política do Conselho de manter aceso o debate no interior do aparelho estatal.



II O "SENADO DA
CULTURA NACIONAL": A
INSTITUCIONALIZAÇÃO
DO SETOR CULTURAL NA
DITADURA CIVIL-MILITAR

2.1 A construção de uma rotina burocrática para a cultura

São 24 homens pagos para defender a cultura nacional. Eles são os membros do Conselho Federal de Cultura, órgão do Ministério da Educação e Cultura incumbido de traçar a política cultural do país.

O Globo, 20 de outubro de 1969

O Conselho Federal de Cultura (CFC) iniciou suas atividades no dia 28 de fevereiro de 1967 elegendo para os cargos de presidente e vice-presidente do Conselho, no biênio 1967-1968, respectivamente, Josué Montello e Pedro Calmon. A partir de então, os ilustres homens de cultura se reuniram mensalmente no Palácio Capanema, sede do Conselho, localizado no Rio de Janeiro, para deliberar sobre os rumos da política nacional de cultura. À época de sua criação, no final de 1966, Josué Montello apresentou, na Academia Brasileira de Letras, o motivo que o levou a propor a criação de um conselho específico para o setor cultural: a precária infraestrutura das instituições culturais vinculadas ao MEC devido à escassez de investimentos no setor. Para Montello, o descaso que desfigurava essas instituições era resultado da ineficiência do Estado em organizar o setor cultural por meio de um sistema integrado e da inexistência no Executivo de um órgão dedicado exclusivamente à cultura. O projeto do Conselho Federal de Cultura foi apresentado, inicialmente, como alternativa para solucionar esse quadro de crise ao ministro da Educação e Cultura, Raymundo Moniz de Aragão, em 1966. O CFC foi planejado e criado à semelhança do Conselho Federal de Educação.

[...] com os mesmos dispositivos, com os mesmos mandatos, de tal maneira que aquela liberdade que nós, membros do Conselho de Educação, temos para defender os nossos pontos de vista, esta liberdade nós a tenhamos também ou tenham aqueles que integrarão o CFC¹.

1 MONTELLO, Josué. Criação do Conselho Federal de Cultura. *Revista da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro: ABL, v. 112, p. 38-43, jun.-dez. 1966.

O CFC não foi a primeira tentativa de criar um órgão centralizador para o setor cultural no interior do aparelho estatal. Em 1938, foi criado o Conselho Nacional de Cultura mas, sem estrutura e recursos adequados, mostrou-se incapaz de atender às demandas do setor. A tentativa de definir o Conselho Federal de Cultura em relação ao Conselho Nacional de Cultura sempre foi ambígua. O presidente Josué Montello, na terceira sessão plenária do CFC, "referiu-se ao fato de que o Conselho Federal de Cultura é um desdobramento do antigo Conselho Nacional de Cultura, órgão que praticamente não existia, pois dispunha apenas de três ou quatro funcionários à sua disposição"². Esse "desdobramento" indica uma possível demonstração de continuidade com um projeto de ação executiva anterior ao golpe de 1964, evitando-se a ideia do ineditismo na intervenção estatal, estratégia habilidosa de Josué Montello, especialmente num momento político conturbado, no qual qualquer ação intervencionista do Estado na área poderia ser associada ao chamado "terrorismo cultural". Contudo, na rotina da instituição, a proximidade do CFC com a proposta do antigo Conselho Nacional de Cultura aparece ocasionalmente entre os representantes do Conselho Federal de Cultura. Além disso, é bastante razoável pensarmos que a lembrança do antigo Conselho seja apenas para marcar a existência de uma demanda intraestatal para a institucionalização do setor cultural.

Várias razões motivaram minha vinda a este Conselho. A primeira delas diz respeito ao antigo Conselho Nacional de Cultura, hoje Conselho Federal. Aquela antiga instituição transformou-se numa outra, com espírito paralelo e simétrico ao Conselho Federal de Educação³.

A tentativa de equiparar o CFC ao Conselho Federal de Educação, criado em 1961, diante desse pronunciamento, nos parece muito mais importante. A ideia de criar um

2 Ata da 3ª sessão plenária, realizada em 6 de março de 1967. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*, ano I, n. 1, p. 36, mar. 1967.

3 MONTELLO, Josué. Realidade cultural regional, ponto de partida do Conselho. In: *Cultura*, v. 1, n. 1, p. 19-22, jul. 1967.

conselho na área cultural similar ao Conselho Federal de Educação foi claramente uma tentativa de evitar os entraves burocráticos e as interferências políticas sofridas por um órgão de ação executiva. Além disso, buscava-se dar ao setor cultural a mesma visibilidade e organização do setor educacional no interior do MEC.

6° – As funções de membro do Conselho Federal de Cultura, equiparadas às de membro do Conselho Federal de Educação, serão consideradas de relevante interesse nacional⁴.

O Conselho Federal de Cultura, órgão normativo e de assessoramento ao ministro da Educação e Cultura, gozava das mesmas prerrogativas do Conselho Federal de Educação, especialmente da liberdade de ação.

Os conselheiros, por força do mandato, encontram as condições de liberdade que fazem com que defendamos ali os nossos pontos de vista, porque dispomos realmente de um órgão para defender a educação com a altitude que não teve até hoje o Conselho Nacional de Cultura⁵.

Quero [...] marcar a diferença entre os dois Conselhos (Nacional e Federal): um Conselho Nacional com preocupação executiva está sujeito a pressões institucionais e de ordem individual⁶.

4 DECRETO-LEI n° 74 de 21 de novembro de 1966. Cria o Conselho Federal de Cultura e dá outras providências. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n. 1, p. 107-110, jul. 1967.

5 MONTELLO, Josué. Criação do Conselho Federal de Cultura. *Revista da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro: ABL, v. 112, p. 38-43, jun.-dez. 1966.

6 *Ibid.*, p. 19.

Ao lado de uma restrição inicial à ação executiva do novo órgão, compreendida como sujeita às intempéries políticas, há uma diferença latente entre os dois conselhos de cultura apresentada por meio da oposição entre nacional e federal, expressa na nomenclatura dos dois órgãos. Assim, nas palavras de Josué Montello, ao contrário da tentativa anterior, o Conselho Federal de Cultura compreendia a organização política brasileira como eminentemente federalista e amparada na visão regionalista da cultura.

Inspirado na ideia federativa, o novo órgão começa por levar em consideração, no panorama da cultura brasileira, a variedade regional consagrada pela federação política. Parte assim da peculiaridade local numa nação de dimensões continentais, para atingir a harmonia da sociedade. Não há de impor uma política de cultura, ao saber das planificações abusivas, senão que há de recolher de cada região do país as aspirações, tendências e tradições que motivaram essa política, na ordenação de um Plano Nacional⁷.

Se o CFC não deveria, a princípio, atuar diretamente no cotidiano burocrático do MEC, tampouco seria um lugar de debates acadêmicos, pois "pretendia-se que fosse um órgão de atuação em favor da cultura"⁸. A tentativa de Josué Montello de restringir o caráter executivo do órgão e evitar o envolvimento do Conselho com solicitações miúdas existentes no MEC não eliminou a construção de uma prática executiva para a instituição. Como informa o próprio Josué Montello, "o Conselho é executivo até certo ponto [...], pois sua atribuição precípua é fazer que se faça"⁹.

7 Discurso proferido por Josué Montello durante a instalação do CFC. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n. 1, p. 5-8, jul. 1967.

8 *Ibid.*, p. 19.

9 Ata da 13ª sessão plenária, realizada em 26 de abril de 1967. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n. 1, p. 74-79, jul. 1967.

Aparentemente, o novo órgão do Ministério da Educação e Cultura tinha apenas caráter normativo, consultivo e fiscalizador, tal como definido no seu regimento. Na prática, o Conselho tornou-se encarregado da distribuição das verbas; do financiamento de instituições públicas e privadas do setor cultural; do assessoramento ao ministro da Educação e Cultura; da definição das áreas de atuação do Estado; da realização de convênios com instituições culturais; da elaboração de regulamentos e resoluções; da organização de campanhas nacionais de cultura; e da defesa do patrimônio cultural. Ainda no regimento do Conselho ficaram definidas as linhas de atividades e as instituições a elas relacionadas: as instituições nacionais de cultura do MEC; as instituições estaduais de cultura; os setores culturais das universidades; e os institutos particulares reconhecidos pelo Conselho como de utilidade pública. Dessa forma, o CFC passou a ter uma atuação ampla, importante e centralizadora na orientação das políticas culturais até 1975, privilegiando aquelas ações que melhor institucionalizassem o setor cultural no interior do aparelho estatal.

O Conselho Federal de Cultura não fará episódios de cultura, pequenas atuações individuais. Não promoverá a montagem de um único espetáculo teatral¹⁰.

Durante a cerimônia de inauguração do plenário do CFC, em 1968, o ministro Tarso Dutra, apropriando-se das palavras de Josué Montello, afirmou que o plenário era o “fórum oficial da cultura brasileira no MEC”¹¹. Somava-se à ideia de “fórum” a de “Senado da cultura nacional”, expressão cunhada por Afonso Arinos de Melo Franco e, posteriormente, incorporada por Josué Montello ao apresentar o presidente e o vice-presidente do Conselho reeleitos para o biênio 1971-1972, respectivamente, Arthur Cezar Ferreira Reis e José Andrade Muricy¹². O novo “fórum da cultura nacional” associado à noção de

10 MONTELLO, Josué. Realidade regional, ponto de partida do Conselho. Discurso proferido durante visita ao Conselho Estadual da Guanabara. In: *Cultura*, v. 1, n. 1, p. 19-22, jul. 1967.

11 DUTRA, Tarso. Discurso do ministro da Educação e Cultura, deputado Tarso Dutra. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n. 8, p. 7-8, fev. 1968.

12 CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. Editorial. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n. 1, p. 3-4, jan.-mar. 1971.

“Senado” reforçava a legitimidade dos membros do Conselho e revelava a expectativa dos conselheiros sobre a atuação do novo órgão no MEC; afinal, pretendiam atuar como orientadores e legisladores das políticas referentes à área cultural.

O regimento do CFC, aprovado pelo Decreto-Lei nº 60.448, de 13 de março de 1967, previa que o Conselho se reuniria em plenário em caráter ordinário até o limite de 12 sessões mensais. O Conselho funcionava em sessões de plenário, câmaras e comissões¹³. Até a Reforma Administrativa do MEC, em 1970, o Conselho realizava normalmente dez sessões mensais, sendo cinco plenárias e cinco reuniões das Câmaras. A Reforma Administrativa limitou o número de sessões realizadas pelos conselhos, definindo que os órgãos de deliberação coletiva da União subordinados aos ministros de Estado, categoria em que o CFC se enquadrava, poderiam efetuar no máximo oito sessões mensais. Essa medida administrativa buscava cortar os gastos com o pagamento de jetons aos conselheiros do MEC, que a partir de então receberiam 146 cruzeiros por sessão e, como resultado, produziu uma sobrecarga de trabalho difícil de ser equacionada pelo CFC.

No intervalo das reuniões do plenário, funcionavam separadamente as reuniões das câmaras e das comissões, preparando pareceres, relatórios e demais trabalhos. A presidência do Conselho e a secretaria-geral funcionavam em caráter permanente. O secretário-geral era responsável pelas questões administrativas da burocracia federal, como o orçamento, a contabilidade, o serviço de documentação, o serviço de publicação, a separação dos processos e seu envio às Câmaras. Durante todo o período pesquisado, Manuel Caetano Bandeira de Mello manteve-se no cargo de secretário-geral. As quatro Câmaras (Artes, Letras, Ciências Humanas e Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e a Comissão de Legislação e Normas elegiam seus respectivos presidentes. Entre as funções das Câmaras estavam: apreciar os processos destinados à concessão de auxílio e emitir pareceres; responder às consultas encaminhadas pelo presidente do CFC; examinar os relatórios das instituições culturais; promover a instrução de processos; fazer as diligências determinadas em plenário etc. O parecer de cada processo era lido em plenário, onde poderia ser alterado – fato esse pouco observado.

13 DECRETO Nº 60.448, de 13 de março de 1967. Regimento do Conselho Federal de Cultura. In: *Cultura*, ano I, n. 1, p. 118-127, mar. 1967.

Dessa forma, todos os esforços iniciais foram dedicados à criação de uma rotina de cultura com o intuito de produzir uma ação sistemática no setor. Para articular as ações do CFC e instituir um conjunto de práticas orientadas para o setor cultural, foi criada a Comissão de Legislação e Normas. A Comissão era constituída, com exceção de Gustavo Corção, por membros da Câmara do Patrimônio Histórico e teve papel decisivo em quase todas as ações do CFC. À Comissão de Legislação e Normas cabia a adequação dos anteprojetos às normas jurídicas. Os anteprojetos de lei, os convênios, as regras para a distribuição de verbas, o regimento interno, entre outros, eram redigidos por essa comissão. A Comissão era inicialmente composta por Afonso Arinos de Melo Franco, Gustavo Corção, Hélio Vianna, Pedro Calmon Moniz Bittencourt e Rodrigo Mello Franco de Andrade. A presença maciça de representantes da Câmara de Patrimônio na constituição da Comissão pode ser analisada com base em duas sentenças: primeiro, a importância da área do patrimônio para o Conselho; segundo, a experiência bem-sucedida das políticas de preservação do patrimônio instituídas pelo Estado desde a década de 1930.

As atribuições do Conselho Federal de Cultura foram estabelecidas pelo Decreto-Lei nº 74, de 21 de novembro de 1966, e ratificadas no regimento do CFC aprovado pelo Decreto-Lei nº 60.448, de 13 de março de 1967. O Decreto-Lei nº 74, de criação do Conselho, no artigo 2º, estabeleceu 20 objetivos para o novo órgão, dentre os quais destacamos: a) formular a política nacional de cultura; b) articular-se a órgãos públicos e a universidades dedicados à cultura e à educação para execução de programas culturais; c) atuar junto aos órgãos competentes para a defesa e preservação do patrimônio; d) conceder auxílios às instituições culturais oficiais ou particulares de utilidade pública para conservação e restauração de seu patrimônio histórico, artístico ou bibliográfico, e, ainda, a execução de projetos de difusão da cultura; e) promover campanhas nacionais; f) publicar boletim informativo; g) estimular a criação de Conselhos Estaduais de Cultura; h) elaborar o Plano Nacional de Cultura; i) assessorar, quando solicitado, o ministro da Educação e Cultura; j) auxiliar a realização de exposições, espetáculos, conferências, debates, festivais, que promovam a divulgação cultural e aprimorem o conhecimento sobre as regiões brasileiras¹⁴.

Esse amplo conjunto de objetivos indica que o Conselho exerceria uma função executiva e centralizadora na organização das ações culturais. A articulação dessas vá-

14 DECRETO-LEI nº 74, de 21 de novembro de 1966. Cria o Conselho Federal de Cultura e dá outras providências. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, Ano I, n. 1, p. 107-110, jul. 1967.

rias competências formaria a política cultural do MEC. Neste trabalho, o conceito de políticas culturais pressupõe a existência de uma ação estatal organizada, contínua, com recursos destinados exclusivamente ao setor e que atenda, ainda que de forma hierarquizada, aos múltiplos espaços que compõem a área. Essa compreensão está ancorada na definição proposta por Néstor García Canclini.

Um conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, as instituições e os grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico e satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou transformação social¹⁵.

A orientação e a execução desse conjunto amplo de ações interventoras nas diversas áreas que compõem a cultura e que nomeamos políticas culturais não significam que a ação do Estado brasileiro seja destituída de disputas políticas internas ou produza políticas planificadoras. Ao contrário, verifica-se no interior do Estado durante a ditadura civil-militar a atuação de grupos distintos que disputam a primazia da condução dessas políticas, especialmente a partir da década de 1970, com o surgimento de inúmeros órgãos dedicados à cultura, vinculados a diversos ministérios, e disputas em torno do Plano Nacional de Cultura.

O CFC, até 1975, com exceção da produção cinematográfica, sob responsabilidade do Instituto Nacional de Cinema, centralizou as ações culturais do MEC, tal como definido no decreto de sua criação. Para garantir as verbas necessárias ao funcionamento do Conselho, o Decreto-Lei nº 172, de 15 de fevereiro de 1967, estabeleceu a transferência automática das dotações orçamentárias do Conselho Nacional de Cultura para o Conselho Federal de Cultura¹⁶. Para o funcionamento inicial do ór-

15 CANCLINI, Néstor García. *Políticas culturales en América Latina*. México: Grijalbo, 1987. p. 26 apud FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processos: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ; Minc-Iphan, 2005. p. 50.

16 DECRETO nº 172, de 15 de fevereiro de 1967. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n. 1, p. 112, mar. 1967.

gão, incluindo as despesas com a sua instalação, foi concedido, em fevereiro de 1967, um crédito especial de 350 mil cruzeiros novos¹⁷. Em outubro daquele ano, concedeu-se um novo crédito de igual valor para despesas de infraestrutura¹⁸. A instalação e a organização burocrática do CFC foram realizadas ao longo de 1967. As normas para auxílios a instituições de cultura oficiais e privadas foram estabelecidas na 26ª sessão plenária, realizada em 15 de junho de 1967¹⁹. Com a criação dessas normas, o Conselho pôde realizar convênios e utilizar as verbas destinadas aos projetos culturais. No ano de 1967 foram realizados 14 convênios, num total de quase 1 milhão de cruzeiros novos²⁰.

Em 1967, a principal realização do CFC no setor cultural foi orientar a “primeira etapa do Plano de Emergência da Cultura (1967)”²¹. O Decreto nº 61.629, de 3 de novembro de 1967, concedeu crédito suplementar no valor de pouco mais de 900 cruzeiros novos para a execução do projeto destinado exclusivamente aos órgãos vinculados ao Conselho Federal de Cultura. As instituições beneficiadas foram: Instituto Nacional do Livro (200 mil cruzeiros novos), Museu Histórico Nacional (100 mil cruzeiros novos), Biblioteca Nacional (100 mil cruzeiros novos), Serviço Nacional de Teatro (100 mil cruzeiros novos), Serviço de Radiodifusão Educativa (82.631,90 cruzeiros novos), Museu Nacional de Belas Artes (100 mil cruzeiros novos), Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (100 mil cruzeiros novos) e outros programas (120 mil cruzeiros novos)²². Nesse momento, o programa emergencial objetivava suprir algumas carências na infraestrutura dos órgãos culturais sob responsabilidade do Conselho. As instituições beneficiadas investiram as verbas em reformas, restaurações, aquisição de materiais diversos e móveis, com exceção do Serviço Nacional de Teatro, que des-

17 DECRETO-LEI nº 268, de 28 de fevereiro de 1967. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n. 1, p. 118, mar. 1967. A moeda brasileira entre 1967 e 1970 era o cruzeiro novo. Entre maio de 1970 e fevereiro de 1986, a moeda voltou a se chamar cruzeiro. Dados do Banco Central do Brasil. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. No corte cronológico desta pesquisa irão aparecer as duas moedas.

18 DECRETO nº 61.553, de 17 de outubro de 1967. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, p. 82, out. 1967.

19 Ata da 26ª sessão plenária, realizada em 15 de junho de 1967. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Ano I, n. 3, p. 103-106, set. 1967.

20 CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. O Conselho Federal de Cultura e suas atividades a serviço do Brasil. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, Ano I, n. 25, p. 7-20.

21 CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. Conselho Federal de Cultura inicia primeira etapa do Plano de Emergência da Cultura (1967). *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n. 5, p. 75-76, nov. 1967.

22 *Ibid.*, p. 75.

tinhou todo o auxílio recebido ao Programa de Desenvolvimento da Campanha Nacional do Teatro. A opção de usar as verbas em infraestrutura é compreensível, afinal o Plano tinha como proposta atender essas instituições em caráter emergencial, suprindo suas principais queixas. O presidente Josué Montello encerrava as atividades do CFC no exercício de 1967 endereçando uma carta ao presidente da República, Arthur da Costa e Silva (1967-1969), em agradecimento ao “amparo proporcionado (pelo Plano) à cultura brasileira através deste Conselho”²³.

O triênio 1968-1970 foi o período de maior estabilidade financeira para o Conselho. Nesses anos, o CFC recebeu 4 milhões de cruzeiros novos, além dos créditos especiais para a manutenção da rotina do órgão (incluindo a folha de pagamento dos funcionários e os jetons dos conselheiros). As dotações orçamentárias provinham da parcela estipulada para a cultura nos três Fundos Nacionais de Educação. No ano de 1968, o CFC elaborou 260 pareceres emitidos sobre os processos enviados ao Conselho para solicitação de auxílios, totalizando 4 milhões de cruzeiros novos em convênios²⁴. No ano de 1969, o CFC concedeu novamente, por meio de convênios, 3.799.559,00 cruzeiros novos a 59 instituições culturais²⁵. No ano de 1970, as verbas destinadas aos convênios do CFC também giraram em torno de 4 milhões de cruzeiros novos.

O ano de 1970, marcado pela Reforma Administrativa, que resultou na criação do Departamento de Assuntos Culturais (DAC), foi o início do deslocamento das atribuições executivas do Conselho e, sobretudo, da redução de suas dotações orçamentárias. Em 1971, o Conselho recebeu pouco mais de 2 milhões de cruzeiros. Nesse ano, foram concedidos auxílios a 630 entidades culturais, totalizando um investimento de 2.616.000,00. A redução nas verbas atingira outros órgãos do MEC, mas o CFC continuaria sofrendo com os cortes anuais em seu orçamento ao longo da década, só minimizados pelas dotações extraordinárias concedidas pelo ministro da Educação e Cultura. Na sessão plenária realizada em 5 de janeiro de 1972, o presidente do CFC, Arthur Cezar Ferreira Reis, informou que as propostas orçamentárias inicialmente divulgadas para o CFC para o exercício de 1972, no valor de 4.236.000,00 cruzeiros novos; de 1973, no valor de 5.965.000,00 cru-

23 CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. Editorial. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n. 6, p. 5-6, dez. 1967.

24 CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. O Conselho Federal de Cultura e suas atividades a serviço do Brasil. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano III, n. 25, p. 7-20, jul. 1969.

25 CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. Relatório das atividades do exercício de 1969. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano III, n. 29, p. 7-15, nov. 1969.

zeiros novos; e de 1974, no valor de 7.169.000,00 cruzeiros novos, foram reduzidas pelo governo para, respectivamente, 3.179.000,00 cruzeiros novos; 3.345.000,00 cruzeiros novos; 3.519.000,00 cruzeiros novos²⁶. No triênio 1972-1974, as verbas foram menores do que essas anunciadas no início do exercício de 1972, girando em torno de pouco mais de 2 milhões de cruzeiros, valor só alcançado novamente por meio de verbas complementares concedidas pelo ministro Jarbas Passarinho²⁷. No ano de 1973, o CFC recebeu 1.600.000,00 cruzeiros e foi obrigado mais uma vez a recorrer ao ministro Jarbas Passarinho, recebendo recursos extraordinários num total de 4 milhões de cruzeiros.

As verbas destinadas à cultura no Brasil sempre foram deficitárias e as do CFC, se comparadas aos demais órgãos do MEC, eram muito restritas, o que comprometeu a capacidade de intervenção do Conselho no setor cultural. Desde a instalação do CFC, os conselheiros propuseram a criação de um Fundo Nacional de Cultura, que receberia verbas do Fundo Nacional de Educação para obtenção de recursos orçamentários capazes de suprir as carências do setor cultural. Entretanto, os técnicos do Ministério do Planejamento eram desfavoráveis à medida. As propostas enviadas ao Congresso Nacional para inclusão no orçamento anual da União de dotações específicas à cultura também não surtiram o efeito desejado.

O debate sobre a carência e a pulverização das dotações orçamentárias dominou as reuniões do grupo de trabalho para estudar a reforma e a atualização das instituições culturais, formado por membros do CFC, diretores de instituições culturais e representantes dos ministérios da Fazenda e do Planejamento pelo Decreto nº 63.235, de 12 de setembro de 1968. O GT era formado por Josué Montello (presidente do CFC), Pedro Calmon (CFC), Iolanda Penteado (Museu de Arte), Donatelo Grieco (chefe do Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores), Renato Soeiro (diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), Umberto Peregrino (diretor do Instituto Nacional do Livro), Joracy Camargo e dois representantes técnicos nomeados pelos ministérios da Fazenda e do Planejamento²⁸. Os recursos destinados ao setor cultural eram distribuídos a diversos órgãos do MEC. Em 1968, o CFC recebeu 4

26 Ata da 300ª sessão plenária, realizada em 5 de janeiro de 1972. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n. 5, p. 116-119, jan.-mar. 1972.

27 Ata da 338ª sessão plenária, realizada em 6 de novembro de 1972. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n. 8, p. 96-100, out.-dez. 1972.

28 Ver: *Jornal do Brasil*, 13 de setembro de 1968.

milhões de cruzeiros novos, enquanto o Departamento Nacional de Educação dispôs de 12 milhões de cruzeiros novos e as diversas instituições de cultura receberam um total de 42 milhões de cruzeiros novos²⁹. Ao final das reuniões, o GT recomendava a criação de um Fundo Nacional de Desenvolvimento da Cultura. Contudo, a Reforma Administrativa de 1970 não alterou a estrutura orçamentária do MEC, engavetando as soluções oferecidas pelo Conselho.

Outra proposta do GT foi a criação de um órgão executivo específico, considerado fundamental na construção de uma rotina burocrática que elaborasse mecanismos de planejamento e gestão financeira centralizados e, principalmente, desvinculados do setor educacional. Desde a criação do CFC, Josué Montello, primeiro presidente do Conselho, informava ao ministro da Educação e Cultura, Tarso Dutra, da necessidade de criar uma Secretaria da Cultura capaz de articular as atividades da área cultural. Insistia que não se tratava de interferência no uso das verbas destinadas às instituições culturais, mas de promover uma ação coordenada por meio da elaboração de um programa específico³⁰. A estrutura administrativa da secretaria deveria contemplar as áreas do patrimônio histórico e artístico nacional, do patrimônio bibliográfico, da música, das ciências humanas, além dos serviços administrativos e sociais. O projeto previa que a secretaria ficaria diretamente subordinada ao ministro da Educação e Cultura e contaria com três serviços: Coordenação Administrativa, Coordenação de Programas Culturais e Coordenação de Intercâmbio e Comunicações. Sua criação ocorreria na Reforma Administrativa. A partir daquele momento, iniciou-se uma longa batalha política a favor da secretaria, considerada pelos membros do CFC o embrião de um futuro Ministério da Cultura. O GT aceitou incluir em seu relatório final a proposta da Secretaria de Assuntos Culturais destinada a centralizar os recursos e executar o Plano Nacional de Cultura. Na 134ª sessão plenária, realizada pelo Conselho em 15 de abril de 1969, foram definidos os objetivos da nova secretaria.

29 Ata da 6ª sessão plenária, realizada pelo GT, destinada a estudar a reforma das instituições culturais em 29 de outubro de 1968. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n. 18, p. 138-141, dez. 1968.

30 Ata da 1ª sessão plenária, realizada pelo GT para estudar a reforma e a atualização das instituições culturais, em 9 de outubro de 1968. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n. 18, p.115-121, dezembro de 1968.

[...] para execução da política cultural do governo, que não seria a de um controle da autoridade sobre a cultura, mas o estabelecimento de estímulos e fornecimento de recursos para o desenvolvimento da cultura. Essa secretaria deve enquadrar as instituições culturais na política normativa do CFC sendo executora das decisões normativas e estímulos que o Conselho fixar, e ficará diretamente subordinada ao Ministro de Estado, [...] a exemplo do que deverá ocorrer com a Secretaria de Assuntos Educacionais e a Secretaria de Assuntos Universitários³¹.

Contudo, a proposta de criação da secretaria não logrou sucesso. O mais próximo de uma secretaria executiva foi a criação do Departamento de Assuntos Culturais. O Decreto nº 66.967, de 27 de julho de 1970, reorganizou, com base nas diretrizes da Reforma Administrativa do Decreto nº 200, de 1967, o aparato administrativo do Ministério da Educação e Cultura. Ficava instituído o Departamento de Assuntos Culturais, sob direção de Renato Soeiro, que acumulava também os cargos de diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e membro do CFC. O DAC ficou enquadrado na categoria Órgãos Centrais da Direção Superior, enquanto o CFC enquadrava-se nos Órgãos Normativos. O Iphan, órgão autônomo do MEC, e a Comissão Nacional de Belas Artes vinculavam-se ao DAC. O novo órgão não foi considerado pelos conselheiros a opção adequada à estruturação do setor. Para o presidente do CFC, Arthur Cezar Ferreira Reis,

A Secretaria (de Assuntos Culturais), na reforma adotada, ficou reduzida a um Departamento de Assuntos Culturais, com a competência estranha, em matéria de técnica de administração, de supervisionar e ter sob sua coordenação os demais departamentos e institutos³².

31 Ata da 134ª sessão plenária, realizada em 15 de abril de 1969. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano III, n. 23, p. 83-87, mai. 1969.

32 Conferência proferida por Arthur Cezar Ferreira Reis para os membros da Academia Catarinense de Letras e Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, Ano I, n. 1, jan.-abr. 1971, p. 48-65.

Com a criação do DAC, o CFC começava a perder o espaço de ação executiva que até então dominava. A secretaria executiva do Plano Nacional de Cultura foi transferida do CFC para o novo órgão; as instituições culturais que recebiam subvenções do MEC, como a Biblioteca Nacional, o Museu Histórico Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes, o Serviço de Rádiodifusão Educativa, a Fundação Casa de Rui Barbosa, foram vinculadas ao DAC. O Departamento de Assuntos Culturais passou a gerenciar as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil; elaborar e executar projetos e programas na área cultural; e elaborar anualmente o Plano de Ação Cultural. Em 1974, Manuel Diéguas Júnior deixou o cargo de vice-presidente do CFC para assumir a direção do DAC, ocupando a vaga deixada por Renato Soeiro. A escolha dos dois diretores oriundos do CFC para o DAC demonstra a força política do Conselho no interior do MEC. Porém, a transferência de atribuições executivas do Conselho para o DAC preocupava os conselheiros, que exigiam do Departamento a apresentação de seus programas e planos para prévia aprovação.

As relações entre o CFC e o DAC foram harmônicas, especialmente pela presença dos diretores do Departamento no Conselho. Entretanto, ao longo da década de 1970, as transformações ocorridas no MEC, por meio das atividades realizadas no DAC e em outros órgãos, contribuiriam para o esvaziamento político do Conselho. A Reforma Administrativa havia possibilitado a criação de grupos-tarefa desvinculados da estrutura burocrática do Ministério, artifício que foi amplamente utilizado na tentativa de evitar os entraves burocráticos e os debates ideológicos dos grupos atuantes no interior do MEC, favorecendo o aparecimento de novos grupos. Em 1973, o ministro Jarbas Passarinho enviou ao DAC recursos vultosos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para o planejamento e a execução de atividades culturais por meio de um Programa de Ação Cultural (PAC), sob a organização de Roberto Parreira, secretário da Câmara de Legislação e Normas do CFC e futuro diretor executivo da Funarte (1975). Sobre a importância do Programa nas transformações do setor cultural, Isaura Botelho nos informa:

Com o Programa de Ação Cultural (PAC) – pela primeira vez a cultura, no MEC, tinha recursos dignos para o estímulo às suas atividades. Ao que tudo indica, o fato de o Programa ter um caráter emergencial e não ter nenhuma orientação prévia em rela-

ção à condução de sua política levou-o a ir ocupando os vazios deixados pela dificuldade que a administração direta impunha ao Departamento de Assuntos Culturais. [...] Não é difícil imaginar os conflitos internos resultantes dessa liberdade de ação e do poder do Programa, que abrangia o incentivo à criatividade, à difusão de bens de valor cultural e à preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. Tendo de priorizar a promoção de eventos para evitar as rotas de colisão com outros órgãos do MEC, o PAC acabou por transformar o ministério “num poderoso e moderno empresário de espetáculos, abrindo novas frentes de trabalho no mercado cultural”³³.

Na prática da rotina burocrática, a importância do Conselho Federal de Cultura reside na sua experiência inédita de organização de um órgão destinado exclusivamente às diversas áreas da cultura, cuja maior conquista foi a institucionalização inicial do setor com a criação do Departamento de Assuntos Culturais – embrião da Secretaria de Assuntos Culturais e do Ministério da Cultura. Dessa forma, apesar de suas limitações financeiras, a experiência do Conselho possibilitou a formação de um espaço político exclusivamente destinado aos setores da área cultural no interior do MEC. No campo político, os conselheiros concretizaram no interior do Estado experiências acumuladas em outros espaços de sociabilidade sob a tutela do discurso cívico, mesmo com ações pontuais, devido à falta de recursos necessários ao desenvolvimento de projetos de grande envergadura. Essas ações se tornaram valiosas estratégias nas disputas pela autoridade sobre a definição da cultura nacional no interior do campo intelectual.

O Conselho Federal de Cultura atuou como catalisador dos anseios de agências e instituições do Ministério da Educação e Cultura, especialmente ao se tornar o principal responsável pela distribuição de verbas para o setor. As instituições e os órgãos do MEC passaram a estar sob o manto protetor do Conselho, numa relação de aparente dependência. Entretanto, muitos dos diretores ou ex-diretores das instituições de cultura eram membros do Conselho e sua criação foi uma estratégia, bem-sucedida, para

33 BOTELHO, Isaura. *Romance de formação: Funarte e Política Cultural 1976-1990*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2000. p. 62.

a institucionalização da área cultural. Essa relação de aparente subordinação esconde a força política dos diretores das instituições de cultura, que, ao se agregar em torno de um conselho, puderam negociar suas demandas diretamente com o ministro e, por inúmeras vezes, enviar diversos anteprojatos de lei ao Congresso Nacional, como no caso dos anteprojatos de lei de reforma das instituições nacionais de cultura, que previam autonomia administrativa e financeira a essas instituições. O GT de reforma das instituições culturais presidido por Josué Montello buscou contemplar nos anteprojatos as principais demandas de seus diretores.

Para garantir que as verbas atendessem prioritariamente às solicitações das instituições nacionais de cultura vinculadas ao MEC, Josué Montello apresentou para aprovação do plenário do CFC uma hierarquia na concessão de auxílios. Os processos aprovados em plenário deveriam atender prioritariamente às instituições nacionais; de outra maneira seriam retidos na ordem de distribuição. As normas para aprovação de processos praticamente reiteram as normas para distribuição,

[...] primeiro, para obras de restauração; segundo, para obras novas de caráter nacional; e, terceiro, para obras novas e de restauração de caráter estadual; também promoverá o reexame da lei sobre concessão de subvenções e auxílios oriundos de verbas orçamentárias³⁴.

O reconhecimento da legitimidade política do CFC no interior do Ministério e nos órgãos estaduais e municipais dedicados à cultura pode ser verificado por meio das visitas dos diretores de instituições culturais ao Conselho e da criação dos conselhos estaduais e municipais de cultura. As visitas dos diretores das instituições culturais foram frequentes. O general Umberto Peregrino, diretor do Instituto Nacional do Livro (INL), foi o primeiro a comparecer à reunião plenária do CFC, em 25 de abril de 1967. Durante a presença de Umberto Peregrino, o presidente Josué Montello informava que o

34 Ata da 103ª sessão, realizada em 27 de setembro de 1968. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, n. 16, p. 81-88, out. 1968.

diretor do INL estava ali para “informar e ser informado”³⁵. Assim, as visitas ao Conselho eram um ato político marcado pela reciprocidade. Aos visitantes caberia informar sobre as atividades realizadas pelas instituições, seus projetos e suas necessidades mais urgentes e, em contrapartida, o Conselho se comprometia a apoiar os projetos alinhados às suas propostas gerais.

Ainda naquele ano, o Conselho recebeu as visitas de Alfredo Galvão, diretor do Museu Nacional de Belas Artes (MNBA); Meira Pires, diretor do Serviço Nacional de Teatro; Emerildo Vianna, do Serviço de Radiodifusão Educativa; Luís Castro de Faria, diretor do Museu da Quinta da Boa Vista; Gilberto Amado, diretor da TV Educativa. Em 1968, o CFC recebeu as visitas de Durval Gomes, presidente do Instituto Nacional de Cinema; novamente de Alfredo Galvão, em agradecimento aos auxílios destinados pelo CFC ao MNBA; de Felinto Rodrigues, novo diretor do Serviço Nacional de Teatro. Em 1969, recebeu as visitas da direção superior da Casa de Rui Barbosa, Américo Jacobina Lacombe, Thiers Martins Nogueira e Irapuã Cavalcanti da Lyra; de Diogo Lordelo, do Instituto Superior de Administração Municipal; de Emerildo Vianna, que novamente veio solicitar auxílio para a crise financeira que atravessava o Serviço de Radiodifusão Educativa. Em 1970, recebeu as visitas de Raul Lima, diretor do Arquivo Nacional, subordinado ao Ministério da Justiça; e de Maria Alice Barroso, nova diretora do Instituto Nacional do Livro. Em 1973, Renato Almeida, diretor da Campanha Nacional de Folclore, recentemente instituída, comparece ao plenário do CFC.

O CFC estimulou a criação dos conselhos estaduais de cultura (CECs) e dos conselhos municipais de cultura (CMCs), considerados fundamentais para o planejamento e a execução de políticas culturais que abrangessem todo o território nacional. A criação desses conselhos estaduais e municipais era necessária à formação de um “sistema nacional de cultura” capaz de atender às diversas demandas regionais constitutivas da nacionalidade. A base desse sistema seriam os conselhos municipais de cultura articulados com os conselhos estaduais. Para fortalecer esses conselhos, foi organizada a I Reunião Nacional dos Conselhos de Cultura, realizada entre os dias 22 e 24 de abril de 1968, em Brasília. O Decreto nº 62.256, de 12 de fevereiro de 1968, assinado pelo presidente da República, Arthur da Costa e Silva, convocou para a I Reunião Nacional dos Conselhos de Cultura os membros do CFC, os diretores das instituições nacionais

35 Ata da sessão extraordinária realizada em 25 de abril de 1967. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n. 1, p. 71-74, jul. 1967.

de cultura vinculadas ao Conselho e os representantes dos conselhos estaduais de cultura ou seus similares. Foram convidadas outras autoridades do MEC e dos Ministérios do Planejamento e das Relações Exteriores, além das comissões de educação e cultura do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Ao CFC coube coordenar todas as atividades da reunião, cujo objetivo central seria o “estudo das questões pertinentes à articulação, à coordenação e à execução do Plano Nacional de Cultura”³⁶.

Os CECs deveriam estar articulados às diretrizes gerais do Conselho Federal de Cultura, mas a autonomia de cada conselho estadual ou municipal foi preservada. A reunião contou com a participação de 22 representantes dos CECs, muitos dos quais foram criados às pressas, sem estrutura ou verba definidas, existindo apenas para cumprir a exigência federal e disputar os poucos recursos destinados ao CFC. Às vésperas da reunião, o Conselho Estadual da Paraíba enviou um telegrama ao CFC informando que, apesar de seus três anos de existência, não possuía dotação orçamentária. Os representantes dos estados de Alagoas e de Sergipe informavam, respectivamente, que os membros do CEC/AL e CEC/SE haviam sido empossados há poucos dias. Os telegramas dos CECs enviados um mês antes da reunião, que se pretendia anual, denunciavam a precariedade dos estados na organização do setor cultural e anunciavam os limites daquele encontro, que foi mais declaratório das intenções do CFC do que capaz de planejar ações concretas devido à debilidade dos CECs ainda em estruturação. Alguns conselhos estaduais e municipais lograram êxito, como no caso dos CECs do Pará, de Pernambuco, do Rio de Janeiro e de São Paulo, além dos CMCs de São José do Rio Preto (SP) e, principalmente, do estado do Rio de Janeiro – com 20 conselhos municipais –, que promoveram dois encontros estaduais, em 1972 e 1973. O CEC/GO e o CEC/RJ elaboraram seus respectivos planos estaduais de cultura à semelhança dos anteprojetos do Plano Nacional de Cultura elaborados pelo CFC. Alguns representantes do CFC participavam dos CECs como, por exemplo, Gilberto Freyre (presidente do CEC/PE) e Ariano Suassuna, que integrava o Conselho Estadual de Pernambuco. Os conselhos estaduais também eram convocados para colaborar com alguns projetos do CFC, como o Calendário Cultural, a comemoração de efemérides e a obra *História da Cultura Brasileira*, indicando a existência de uma relação de proximidade entre o CFC e os CECs.

36 Decreto nº 62.256, de 12 de fevereiro de 1968. Publicado no *Diário Oficial* de 15 de fevereiro de 1968. In: *Cultura*, ano II, v. 7, p. 67, jan. 1968.

No discurso de abertura da I Reunião, o ministro da Educação e Cultura, Tarso Dutra, reforçou a ideia da criação do CFC, pelo já falecido marechal Humberto Castello Branco, como uma demonstração a todo o país de uma das funções da “Revolução de 1964”. Segundo Tarso Dutra, “após assegurar o restabelecimento da ordem no país [a suposta Revolução], incluía entre os seus superiores objetivos a instituição de um órgão destinado a orientar o governo nas providências fundamentais em favor da cultura”³⁷. O ministro insistiu sobre a “vocação democrática do país”, assegurada pela Constituição Federal. É curioso observarmos como o discurso de Tarso Dutra incorpora as linhas de ação propostas pelos intelectuais do CFC, como a valorização dos aspectos regionais; a importância dos conselhos estaduais de cultura na construção de uma infraestrutura capaz de gerenciar os problemas do setor; e a necessidade de um levantamento dos problemas da cultura em busca de soluções. Essa proximidade entre os discursos dos conselheiros e do ministro atesta novamente a força política do CFC no interior do Ministério da Educação e Cultura. Cabe ressaltar que Josué Montello, além de criador e presidente do CFC, prestava assessoria ao ministro. Ao final do encontro, ficou definido que as verbas do MEC destinadas à cultura só seriam liberadas mediante a realização de convênios entre o CFC e os conselhos ou secretarias estaduais de cultura.

2.2 O periódico oficial como “espelho fiel” da atuação intelectual: as revistas *Cultura* e *Revista Brasileira de Cultura*

Os periódicos se tornaram o principal veículo na divulgação dos grupos intelectuais e foram utilizados como instrumentos de intervenção política e disputas no universo cultural, confirmando a tradição dos homens de letras no Brasil como “homens de pensamento e ação”. As análises sobre a atuação dos intelectuais por meio dos periódicos destacam a importância dessas publicações para o pensamento político e social brasileiro. Assim, a interferência dos intelectuais nos debates políticos ocorreu também por meio dos periódicos, especializados ou não, utilizados na divulgação de seus posicionamentos, propostas, ações interventoras, respostas às acusações sofridas etc.

As revistas tornaram-se instrumentos essenciais no universo intelectual graças à rapidez na sua edição e distribuição, em comparação aos livros; à ampla capacidade de circulação de ideias; e à possibilidade de ser organizadas por grupos intelectuais

37 Discurso do ministro da Educação e Cultura, deputado Tarso Dutra. In: *Cultura*, ano II, v. 10, p. 7-9, abr. 1968.

bem definidos³⁸. Dessa forma, o papel de destaque do intelectual na construção da identidade nacional, na formulação de prognósticos e na legitimação ou contestação dos regimes políticos no Brasil pode ser observado pela análise dos periódicos desde o século XIX, em publicações como *A República* e *Revista Ilustrada*, até o século XX, com a criação de revistas como *Terra do Sol*, *Terra Roxa*, *A Revista*, *Revista do Brasil*, *Festa*, *Cultura Política*, *Cultura*, *Revista Brasileira de Cultura*, entre outras.

A entrevista de Gilberto Freyre, presidente do Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco e também membro do CFC, concedida ao periódico *O Jornal* durante o lançamento da revista do CEC/PE, merece uma análise cuidadosa. A entrevista, dada sua relevância, foi transcrita para a revista *Cultura*, n.º 28, e transformada em artigo intitulado “Conselhos de Cultura”³⁹. Vejamos a resposta de Freyre, quando questionado sobre a importância de um periódico dedicado à cultura:

Precisamente aqui é que revistas de cultura, como a que acaba de iniciar sua publicação no Recife, podem desenvolver uma atividade que desmanche qualquer suspeita em torno dos propósitos com que foram criados e para que existem o CFC e os conselhos estaduais de cultura no Brasil. Eles não visam dirigir a cultura nacional ou as culturas regionais ou estaduais ou municipais; não pretendem oficializá-las; não se propõem a subordiná-las ao governo federal ou aos estados ou aos municípios como órgãos passivamente burocráticos desses governos [...] O que se procura, através, quer do sistema de Conselhos de Cultura que atualmente funciona no país, quer através de suas revistas, é favorecer, amparar, estimular instituições e atividades em que se exprima, ou que venha se exprimindo, uma cultura brasileira – inclusive protegendo contra a ação do tempo ou contra os desvarios de insensatos ou a ganância de interesses privados, valores históricos, monumentos artísticos, paisagens de interesse público ou de significação nacional. Pois, sem pretenderem concorrer para qualquer oficialização

38 VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 56.

39 FREYRE, Gilberto. Conselhos de Cultura. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC/CFC, n. 28, p. 13-15, out. 1969.

da cultura brasileira ou para sua passiva subordinação – como os Estados totalitários – a governos, conselhos de cultura e suas revistas e iniciativas não podem ir ao extremo de se considerarem alheios a responsabilidades para com o que, naquelas instituições e naquelas atividades, vai sendo, e continua a ser, expressão de um espírito nacional e de formas regionais – inclusive folclóricas – de cultura. Por serem, o espírito, nacional, e as formas, regionais, e até municipais, não deixam de ter, entretanto, ou deveriam ter, projeções transnacionais; nem estão impedidas de alcançar, ou de vir a alcançar, significados e repercussões universais⁴⁰.

Essa longa citação nos revela a importância dos periódicos no universo intelectual, a função política desses impressos e a interação entre as esferas culturais e políticas estimuladas pelos intelectuais dessa geração. Os dois espaços de atuação dessas personagens, o administrativo e o intelectual, se confundem e se associam de tal maneira que são capazes de incorporar uma mesma função – neste caso, preservar e estimular uma determinada perspectiva analítica sobre a “cultura nacional”.

A equalização entre o papel dos periódicos e o próprio aparato burocrático é enfatizada por Freyre durante toda a entrevista. Dessa forma, o sociólogo propõe que os periódicos e a máquina administrativa produzam o mesmo efeito de sentido: são instrumentos de “preservação”, “estímulo” e “amparo” às instituições e atividades relacionadas à cultura nacional. Ambos os instrumentos de proteção da cultura, distintos em sua natureza e organização, tornam-se comparáveis pela dimensão política que adquirem na ação intelectual: são utilizados como mecanismos de promoção e divulgação dos projetos e paradigmas intelectuais, altamente valorizados e complementares entre si. Uma agência burocrática dedicada a assuntos predominantes no universo intelectual necessariamente precisa incorporar estratégias de intervenção próprias do campo intelectual como, por exemplo, o estímulo a publicações diversas como parte das políticas estatais para a cultura.

Alguns fatores contribuem para a exaustiva presença dos intelectuais na política entre as décadas de 1920 e 1970: o pouco desenvolvimento do mercado editorial; a debi-

40 Entrevista de Gilberto Freyre a *O Jornal*, em 3 de outubro de 1969. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC/CFC, n. 28, out. 1969.

lidade das instituições dedicadas exclusivamente ao trabalho intelectual; o incipiente desenvolvimento das pós-graduações nesse período. Dessa forma, fazia-se necessária a construção de um modelo de ação que legitimasse essa tênue relação entre os dois campos de atuação do intelectual, o político e o cultural, evitando a subordinação de um ao outro. Portanto, a função de um periódico oficial ou de uma instituição burocrática dedicada à cultura, como insiste Freyre, não seria “oficializar” a esfera cultural, posto que a autonomia do campo depende da criação de regras específicas do próprio campo, legitimadas e disputadas por seus membros⁴¹. A declaração não oficializante de Freyre, tão compartilhada por seus companheiros de Conselho, tem por objetivo preservar a integridade do campo cultural, e principalmente do intelectual, estabelecendo com a esfera política um intercâmbio salutar.

As análises sobre a ação dos intelectuais por meio dos periódicos nos possibilitam identificar a manutenção de práticas do universo intelectual que institucionalizaram o campo cultural e identificam a participação do intelectual como agente político. Ao longo do século XX, a intelectualidade brasileira criou mecanismos de inserção social que foram compartilhados por vários grupos intelectuais, independentemente das diferenças ideológicas, dos posicionamentos políticos ou dos objetivos imediatos. Sem detalhar exaustivamente a historiografia, podemos observar que, entre as práticas institucionalizadas pela intelectualidade brasileira no período republicano, estavam: a busca constante pelos elementos caracterizadores da nacionalidade; a criação de periódicos com a publicação de calendários temáticos; o autorreconhecimento do grupo por meio de homenagens ou da descrição da trajetória dos seus integrantes.

A historiadora Mônica Pimenta Velloso investigou a ação intelectual carioca na Primeira República, propondo que o modernismo fluminense será prioritariamente expresso por meio dos periódicos e de caricaturas, cuja estratégia de interferência política ocorrerá pelo uso do humor associado à noção de modernidade. Ao analisar a revista *D. Quixote* (1917-1927), Mônica Velloso resalta algumas práticas intelectuais na publicação da revista, como o caráter memorialista, a criação de um calendário (Kalendário Humorístico) e o uso do passado na compreensão da nacionalidade⁴².

41 Ver: BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Tradução de Maria Lúcia Machado. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

42 VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 175.

Os primeiros anos da República foram marcados por uma grande euforia gerada por uma industrialização, ainda que incipiente, e a incorporação de novas tecnologias. Como afirma Mônica Velloso, esse era um período marcado no universo intelectual pela efervescência cívica e patriótica ao lado de um desencanto pela condução política orquestrada pelos governantes da nova República. O alijamento político de ampla parcela da população, os altos índices de analfabetismo e a manutenção de práticas monarquistas, como o clientelismo, tornavam a política o alvo central dos debates intelectuais e de suas publicações. Para Mônica Velloso, os periódicos estão integrados a outros espaços, como os salões, as associações e os cafés, ampliando as redes intelectuais e os lugares de convívio. Esses espaços de sociabilidade fomentavam a circulação de ideias e a criação de grupos mais ou menos coesos. A formação e a manutenção desses grupos dependiam da convivência nesses múltiplos espaços, e as publicações intelectuais respondem, a favor ou contra, aos debates promovidos nesses ambientes sobre a realidade social. Nesse caso, a criação e a vitalidade de um periódico estão articuladas à constituição do grupo e ao pertencimento dos indivíduos neste *pétit monde*, que deveriam responder a certas práticas de reconhecimento⁴³.

Outro periódico que ganhou destaque nos círculos intelectuais foi a *Revista do Brasil*, investigada por Tania Regina de Luca. Como destaca ela, a primeira fase da revista (1916-1925) foi financiada por Júlio Mesquita, diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*, dirigida inicialmente por Plínio Barreto e depois adquirida por Monteiro Lobato (1918). A revista teve como redator-chefe Rodrigo Mello Franco de Andrade. A revista, cujo objetivo foi a defesa da cultura nacional nos moldes do modernismo paulista, tornou-se um importante periódico a circular no campo intelectual da Primeira República. Para Tania Regina de Luca, a *Revista do Brasil* compunha, com *Terra Roxa* e *A Revista*, a produção intelectual que buscava a essência brasileira por meio da “nacionalização da arte”⁴⁴. O periódico se tornou referência no círculo intelectual paulista. Com linguagem especializada e formal, dirigia-se à elite intelectual e política e propunha debates clássicos do universo político brasileiro, como “eleições presidenciais, voto secreto, reforma constitucional, estado de sítio, pobreza do Nordeste, problemas sanitários etc.”⁴⁵.

43 Ibid., p. 37.

44 LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999. p. 31.

45 Ibid., p. 48.

O periódico, cujo primeiro nome sugerido foi *Cultura*, funcionou como um espaço de sociabilidade privilegiado na fomentação de ideias e na defesa de práticas políticas que permitissem ao país consolidar uma democracia moderna. As práticas cívicas identificadas como instrumentos da cidadania eram expressas por meio de artigos cujas temáticas valorizavam “a língua, a literatura, o folclore, a história e a geografia nacional, além de infundir o culto e o respeito pela bandeira, pelo hino, pelas festas cívicas e pelos nossos heróis”⁴⁶. Em meio a páginas com objetivos reformistas e cívicos, ainda havia espaço para seções especiais, cuja mais recorrente foi a dedicada à vida e à obra dos imortais da Academia Brasileira de Letras. Apesar de não detalhar as seções da *Revista do Brasil*, Tania Regina de Luca apresenta, por meio de dados estatísticos, a importância da seção dedicada aos acadêmicos diante das demais: a seção Academia Brasileira de Letras ocupou 26 números dos 113 estudados pela historiadora, enquanto o segundo lugar em publicações na seção especializada foi Fatos e Ideias, com apenas sete números. Para Tania Regina de Luca, esse fato pode ser interpretado como o reconhecimento da importância da ABL no cenário intelectual⁴⁷. Cabe ressaltar que a historiografia brasileira dedicada à compreensão dessas publicações tem apontado com frequência o destaque que os membros da ABL recebem nos periódicos especializados.

Além da *Revista do Brasil*, outro periódico que merece nossa atenção é *Cultura Política* (1941-1945). A historiadora Angela Maria de Castro Gomes realizou importante estudo sobre essa publicação, que, ao contrário da *Revista do Brasil*, foi financiada pelo Estado durante a ditadura de Vargas com o objetivo de divulgar a política cultural estado-novista e explicar os rumos e orientações promovidos por esse Estado. A criação do jornal *A Manhã* e da revista *Cultura Política*, em 1941, marca a importância dos debates nacionais e da produção de ideias para o Estado Novo. As representações sobre a “realidade nacional” divulgadas nas páginas desses dois periódicos, respectivamente, sob a direção de Cassiano Ricardo e Almir Bonfim de Andrade, deveriam expressar as virtudes cívicas e morais do país, ressaltando o esforço do novo governo em promover a modernização sem romper com uma suposta essência política e cultural brasileira constitutiva de nossa nacionalidade. Os periódicos oficiais funcionavam como interlocutores entre o Estado e a intelectualidade, divulgando as “mudanças patrióticas” promovidas por Vargas e buscando no passado a legiti-

46 Ibid., p. 301.

47 Ibid., p. 51.

dade necessária para os vínculos ideológicos preconizados pelo Estado Novo. Nesse momento, também são realçados elementos como a língua, a literatura, o folclore, os símbolos cívicos (hino e bandeira), os grandes heróis nacionais, as figuras proeminentes que fizeram nossa história, tornando-os patrimônios a ser lembrados e reverenciados, anunciando nosso futuro pródigo e demonstrando a especificidade brasileira diante das demais nações, que por sua singularidade não poderia se apropriar de modelos políticos alheios à sua trajetória histórica⁴⁸.

A historiografia dedicada a investigar os periódicos demonstra como o período republicano marcou o início de um longo debate sobre a nacionalidade e a vida política brasileira com publicações de forte conteúdo cívico e ancoradas numa releitura do passado que supostamente descortinasse as autênticas estruturas culturais e políticas nacionais. O descontentamento com os caminhos da República, a manutenção de práticas políticas clientelistas e a incapacidade do Estado em prover educação e saúde a todas as camadas da população corroboravam as visões de país atrasado e arcaico. Assim, a intelectualidade brasileira elabora uma autoimagem que a define como construtora dos rumos da nação e detentora dos conhecimentos e das práticas necessários à condução do país à modernidade. Como podemos observar, por meio da historiografia, algumas práticas são recorrentes na organização dos periódicos: a forte presença dos acadêmicos nesses projetos; o papel cívico dado aos periódicos; o caráter essencialista da nacionalidade; a visão regionalista da cultura nacional; a supremacia dos ideais modernistas.

O Conselho Federal de Cultura também optaria pela publicação de periódicos como veículos de divulgação de suas ideias e das políticas executadas. Os dois periódicos publicados pelo Conselho foram: *Cultura* e *Revista Brasileira de Cultura*. Além disso, o CFC sempre incentivou a presença de jornalistas nas sessões plenárias e fazia questão de publicar em seu periódico mensal as notícias veiculadas sobre o órgão, numa clara demonstração da importância da divulgação de suas ideias e ações para o maior número possível de leitores, especialistas ou não em assuntos culturais.

48 GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

2.2.1 CULTURA: O BOLETIM INFORMATIVO DO CONSELHO

O Conselho Federal de Cultura, tal como seu congêneres – o Conselho Federal de Educação (CFE) –, era obrigado pelo decreto-lei de seu regimento a publicar em boletim oficial e informativo todas as suas atribuições e realizações, incluindo anteprojetos de leis, atas das sessões plenárias, deliberações, sindicâncias, inventários, resoluções, ou seja, todo o seu cotidiano burocrático. O CFC passou a editar a revista *Cultura*, em caráter simétrico a *Documenta*, revista do CFE, com duplo objetivo: informar sobre as ações do Conselho, obrigatório por lei, e divulgar o posicionamento dos conselheiros sobre as questões pertinentes ao universo cultural. Por portaria ministerial, a revista *Cultura*, que já existia e estava a cargo do Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura, até março de 1967, foi transformada na nova publicação do CFC⁴⁹. Em abril de 1967, o secretário-geral do MEC, Edson Franco, assinou no CFC o convênio que autorizava a Reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro a publicar o periódico⁵⁰.

A revista *Cultura* foi editada no período de 1967 a 1970, sendo, posteriormente, substituída pelo *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Como não há diferenças editoriais entre a *Cultura* e o *Boletim*, iremos classificar ambos os periódicos como um único *corpus* documental. Cabe explicar que a mudança na nomenclatura, a partir de 1971, buscava esclarecer o papel do periódico como divulgador das ações políticas do CFC no setor cultural, diferenciando-o da sua segunda publicação: a *Revista Brasileira de Cultura*. A única diferença entre a *Cultura* e o *Boletim do Conselho Federal de Cultura* era a periodicidade: a primeira era mensal, enquanto o segundo passou a ser editado trimestralmente. Foram editados 42 números de *Cultura* (1967-1970) e 20 números do *Boletim do Conselho Federal de Cultura* (1971-1975), totalizando 62 exemplares no período pesquisado.

O diretor responsável pela revista era Manoel Caetano Bandeira de Mello, secretário-geral do Conselho. A estrutura do periódico permaneceu a mesma durante todo o período pesquisado e possuía quatro seções fixas, organizadas inicialmente nesta ordem: Estudos e Proposições, Pareceres, Noticiário e Atas. Essa organização não impediu que os acontecimentos considerados importantes pelos conselheiros fossem incluídos nas páginas de

49 Portaria nº 71, de 13 de março de 1967. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n. 1, p. 115, jul. 1967.

50 Ata da 16ª sessão plenária, realizada em 28 de abril de 1967. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n. 2, p. 89-95, ago. 1967.

Cultura. Dessa forma, alguns números apresentavam editoriais dedicados aos eventos e aos debates sobre o setor; outros, publicavam seções esporádicas, como aquelas dedicadas às homenagens ou aos registros de “encontros” e “seminários” promovidos pelo Ministério, ou ainda a seção móvel Atos Relativos à Cultura, que só era publicada para divulgar os atos administrativos do MEC referentes ao setor cultural.

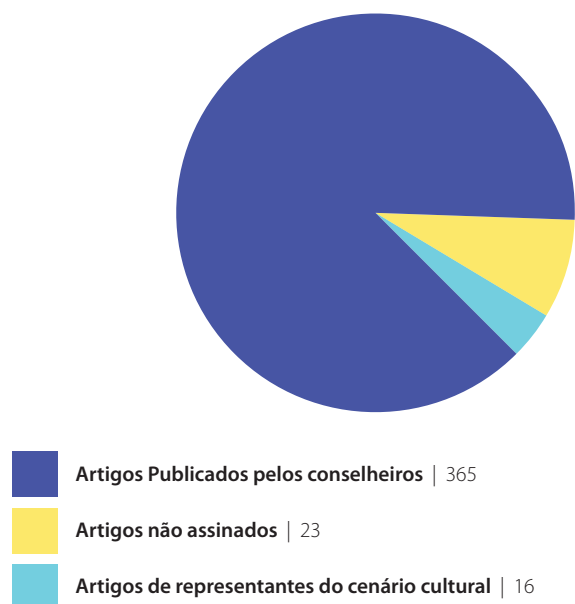
A própria ordem das seções sofreu mudanças ao longo da publicação. A partir do terceiro número, a seção Notícias passou a encerrar o periódico e a seção Pareceres foi publicada após a seção móvel Atos Relativos à Cultura. Quando um acontecimento era incluído por meio da criação de uma seção temporária, o seu lugar na revista era determinado por seu grau de importância. No geral, os eventos organizados pelo MEC abriam o número e as homenagens eram alocadas após a primeira seção Estudos e Proposições. No caso dos editoriais, estes raramente eram assinados, apresentando-se como a opinião geral do Conselho. Por se tratar de um periódico de divulgação das propostas e realizações do CFC, não havia espaço para publicação de cartas de leitores. A função primordial de *Cultura/Boletim* era apresentar a um leitor interessado nas questões burocráticas do setor cultural as ações governamentais, por isso sua distribuição ficou restrita a espaços bem definidos, selecionados por sua relevância cultural ou institucional, como órgãos culturais, públicos e privados e universidades. A tentativa de informar o grande público sobre as ações do CFC cabia à imprensa.

As quatro seções serão apresentadas neste capítulo com o objetivo de avaliarmos a construção da ação institucional dos membros do CFC, na medida em que defendemos que a revista funcionou como um duplo espaço, burocrático e divulgador das ideias coletivas, e expressava a tradição intelectual brasileira do uso dos periódicos como espaço de sociabilidade. Assim, uma publicação que materializasse as duas características do SER intelectual, “homem de pensamento e ação”, contribuía para legitimar a autoimagem construída por essa geração, que incluía a participação ativa no Estado e a elaboração de conceitos definidores da nação, que, neste caso, está ancorada na definição do civismo. Reforçamos que o civismo como o cerne da nacionalidade não foi exclusividade do projeto apresentado pelo Conselho Federal de Cultura ou pelos ideólogos da ditadura civil-militar, ainda que nesse momento tenha contornos específicos; ao contrário, já aparece no universo intelectual desde meados da década de 1910 e foi detectado na historiografia, já brevemente apresentada, dedicada aos periódicos especializados e organizados pela intelectualidade.

A primeira seção, Estudos e Proposições, tinha a finalidade de apresentar os debates intelectuais travados pelos membros do Conselho nos diversos espaços frequentados por essas personagens. Devido à ampla participação desses homens no universo cultural e político, os textos publicados possuem várias temáticas: a unificação da ortografia; a preservação das reservas naturais brasileiras; a música; a relação entre ensino e cultura. Além disso, a seção publicava os artigos elaborados por solicitação do próprio plenário do Conselho, especialmente na comemoração de alguma efeméride, como o nascimento ou morte de alguma personagem do mundo das letras ou das artes. O texto da homenagem, inicialmente lido em sessão plenária, era transcrito na íntegra e publicado com o intuito de reverenciar o homenageado. Cabe lembrar que tais homenagens são distintas daquelas que tratamos no capítulo anterior; neste caso, prevalece a percepção de que a nacionalidade é construída por personagens singulares e acontecimentos épicos, ao contrário das homenagens aos pares, cujo objetivo central é a construção de uma autoimagem específica do grupo que legitime sua atuação no aparelho estatal.

Na seção Estudos e Proposições, eram publicados de dois a 18 artigos por número editado e prevaleciam temáticas relacionadas ao patrimônio cultural brasileiro, às ações promovidas pelo Estado para defendê-lo e divulgá-lo, às efemérides e às homenagens aos companheiros. Os artigos são um importante indicador da função do periódico como veículo de divulgação dos posicionamentos ideológicos do grupo sobre os elementos formadores do patrimônio cultural brasileiro. Entre os anos de 1967 e 1975, foram publicados 404 artigos. Desse total, 365 são assinados individualmente pelos conselheiros (90,3%), 23 não são assinados, indicando que se tratava de um artigo do CFC (5,7%), e 16 são de outros representantes do cenário cultural (4%). Muitos desses artigos eram previamente lidos nas sessões plenárias ou inicialmente publicados em jornais de grande circulação e, posteriormente, pela repercussão entre os conselheiros, indicados à publicação nos periódicos. Neste período, apenas os números 1, 30, 34 e 41 da revista *Cultura* e os números 1 e 18 do *Boletim do Conselho Federal de Cultura* não apresentam a seção Estudos e Proposições, suprimida para a publicação dos textos vencedores de concursos ou encontros promovidos com o apoio do CFC.

**Números de artigos publicados entre 1967 e 1975 na seção
Estudos e Proposições dos periódicos *Cultura* e
*Boletim do Conselho Federal de Cultura***



A análise quantitativa da autoria dos artigos publicados indica que a maioria dos conselheiros publicou nos periódicos. Os conselheiros que publicaram mais de dez artigos, em geral, o fizeram publicando mais de um artigo por número da revista. O conselheiro dom Marcos Barbosa foi quem mais colaborou com o periódico, totalizando 30 artigos; contudo, esse número não ultrapassa 10% do total de artigos publicados, revelando a ampla participação dos vários membros do Conselho nas revistas *Cultura/Boletim*. Dos 40 intelectuais que atuaram no CFC entre 1967 e 1975, apenas seis conselheiros não publicaram artigos nos periódicos *Cultura* e *Boletim do Conselho Federal de Cultura* no período estudado: Armando Schnoor, Augusto Meyer, Deolindo Couto, Francisco de Assis Barbosa, Miguel Reale, Raymundo Castro Maya e Sábado Magaldi. O secretário-geral do CFC, Manoel Caetano de Mello, publicou quatro artigos na *Cultura*. Os 13 artigos publicados por não integrantes do CFC têm como autores: Abgar Renault, Barbosa Lima Sobrinho, Carlos Drummond de Andrade, Edson Franco, Elvio Clemente, Euryalo Canabrava, Fernando de Mello Freyre, Gilberto Amado, Hélio Pólvoira, João Lyra Filho, Leandro Tocantins, Santos Morais e Tristão de Athayde.

**Números de artigos publicados entre 1967 e 1975 na seção Estudos
e Proposições dos periódicos *Cultura* e *Boletim do Conselho
Federal de Cultura***

Dom Marcos Barbosa	30
Hélio Vianna	26
Manuel Diégues Júnior	25
Octávio de Faria	25
Djacir Lima Menezes	22
Gilberto Freyre	22
José C. Andrade Murucy	21
Irmão José Atão	18
Cassiano Ricardo	17
Josué Montello	17
Pedro Calmon	17
Roberto Burle Marx	17
Arthur Cezar Ferreira Reis	14
Clarival Prado Valladares	14

Números de artigos publicados entre 1967 e 1975 na seção Estudos e Proposições dos periódicos *Cultura* e *Boletim do Conselho Federal de Cultura* (continuação)

Rachel de Queiroz	14
Silvio Meira	13
Raymundo Faoro	11
Renato Soeiro	7
Gustavo Corção	5
Afonso Arinos	5
Ariano Suassuna	4
Rodrigo M. F. de Andrade	4
Adonias Aguiar Filho	3
Moses Vellinho	3
José Cândido M. de Carvalho	3
Maria Alice Barroso	2
Vianna Moog	2
Gladstone Chaves de Mello	1
Herberto Sales	1
João Guimarães Rosa	1
Peregrino Júnior	1

A análise quantitativa e qualitativa dos temas presentes nesses artigos demonstra que a seção Estudos e Proposições era prioritariamente dedicada às temáticas relacionadas aos elementos definidos pelo CFC como integrantes do patrimônio cultural brasileiro e às personagens que defendiam, promoviam e divulgavam esse patrimônio, ou seja, as áreas do patrimônio histórico, artístico e natural; a história nacional, as letras e seus eventos e personagens principais. Além do patrimônio cultural brasileiro, os artigos dedicados às homenagens e às políticas culturais ocuparam um importante espaço nos volumes das revistas. A seção Estudos e Proposições destacava as ações do CFC e do MEC no setor cultural, por isso o número elevado de artigos sobre os rumos da po-

lítica cultural. A institucionalização do setor cultural a partir da organização burocrática era um dos principais pilares de ação do Conselho.

Estudos e Proposições refletiu a lógica de intervenção dos conselheiros, suas práticas de institucionalização e reconhecimento no campo cultural, especialmente a importância de uma ação intelectual alicerçada no amplo conhecimento da história, da literatura e das artes nacionais. A organização da cultura, nesses parâmetros, não poderia ser um trabalho realizado por técnicos, pois dependia de uma elite cultural que, por sua erudição, era capaz de identificar, nomear e valorizar a produção de uma cultura genuinamente nacional.

A seção Pareceres era a segunda na organização da revista, eventualmente precedida da esporádica Atos Relativos à Cultura ou por seções de homenagem ou eventos do Ministério. Essa seção se dedicava à publicação dos pareceres emitidos pelos conselheiros sobre os pedidos de auxílio financeiro solicitados por instituições culturais públicas ou privadas; grupos teatrais e folclóricos; artistas e escritores em geral; e conselhos ou secretarias estaduais e municipais. As solicitações eram encaminhadas a uma das Câmaras e distribuídas entre os conselheiros do setor para emissão do parecer. Cada processo era avaliado por apenas um conselheiro parecerista. Após a aprovação ou rejeição do parecer pelos conselheiros e sua leitura em sessão plenária, o resumo do processo era publicado na revista, com o intuito de tornar públicas as decisões do Conselho.

Entre os anos de 1967 e 1975, foram publicados aproximadamente 2 mil pareceres. A grande quantidade de processos e a obrigatoriedade da aprovação dos pareceres nas reuniões plenárias sobrecarregavam os conselheiros e sacrificavam outras áreas de atuação. Além disso, os poucos recursos disponíveis dificultavam a realização dos convênios, apesar da grande quantidade de pareceres favoráveis. As normas definidas pelo Conselho hierarquizaram o processo de distribuição de recursos, gerando processos aprovados que simplesmente não eram executados. Dentro dos objetivos e limites desta pesquisa, optei por uma breve apresentação da seção, legando para uma futura pesquisa uma investigação mais detalhada sobre os mecanismos de avaliação dos processos. Um breve inventário da documentação referente aos processos nos permite algumas considerações iniciais.

O CFC criou normas para orientar a autorização e a distribuição das verbas, que ocorriam por meio da criação de convênios. Os critérios adotados para a concessão de au-

xílios foram fixados pelo Conselho por meio das “Normas para concessão de auxílios da União a instituições de cultura oficiais e particulares”. No caso das instituições particulares, estas só seriam beneficiadas com verbas da União se fossem comprovadamente de “utilidade pública”, título que recebiam da Presidência da República. Essa exigência do Conselho e a função do Estado como principal financiador das instituições culturais promoveram uma verdadeira corrida em busca do título. Tais normas foram elaboradas pelos conselheiros e enviadas ao ministro da Educação e Cultura, Tarso Dutra, para homologação como projeto de resolução. O projeto de resolução, redigido por Afonso Arinos e aprovado em sessão plenária, resolveu que:

1º – A concessão de auxílios da União a instituições oficiais e particulares de utilidade pública, para conservação e guarda de seu patrimônio artístico ou bibliográfico e para execução de projetos específicos visando à difusão da cultura científica, literária e artística, será feita pelo Conselho na conformidade de um plano anual que o plenário deverá aprovar até 31 de maio de cada ano, em obediência às determinações da presente resolução⁵¹.

O CFC passou a controlar a distribuição das escassas verbas orçamentárias destinadas a auxiliar as instituições culturais, públicas e particulares, mas insistia na criação de um órgão executivo, a Secretaria da Cultura, para evitar a burocracia que envolve a distribuição de verbas. Dessa forma, o interesse do Conselho era controlar a aplicação dos auxílios cedidos pela União, inclusive definindo prioridades para a concessão, enquanto a fiscalização e a liberação das verbas ficariam a cargo de uma secretaria executiva.

As atividades realizadas pelo CFC, incluindo convênios, eram informadas ao ministro da Educação e Cultura por meio de relatórios anuais publicados integralmente nas páginas de *Cultura* e do *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Não havia um padrão na elaboração dos relatórios, por isso apresentamos os dados possíveis sobre a quan-

51 CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. Normas para auxílios a instituições de cultura oficiais e particulares. In: *Cultura*, CFC/MEC, ano I, n. 3, p. 53-55, set. 1967.

tidade de convênios e o volume das verbas empenhadas na execução dos mesmos. Esse inventário inicial revela a prioridade dos investimentos nos projetos da Câmara de Artes e da Câmara de Letras. Cabe lembrar que a divisão dos processos era definida pelo próprio Conselho, sem a interferência do solicitante.

Os relatórios de 1967 e 1968 foram produzidos em conjunto. Em 1967, foram assinados 14 convênios, “num total de quase 1 milhão de cruzeiros novos”. Em 1968, foram realizados 62 convênios, um investimento de 4.000.000,00 cruzeiros novos, cujos objetivos eram: “aquisição de equipamentos e instalações” (800.000,00 cruzeiros novos); “realização de festivais e prêmios” (500.000,00 cruzeiros novos); publicação de obras (200.000,00 cruzeiros novos); “novas obras” em instituições culturais (1.300.000,00 cruzeiros novos); “obras de restauração” (1.160.000,00 cruzeiros novos)⁵².

Em 1969, o relatório informativo das ações empreendidas pelo CFC, assinado pelo presidente do Conselho, Arthur Cezar Ferreira Reis, destaca que foram firmados 59 convênios no valor total de 3.799.559,00 cruzeiros novos, não informando sua distribuição entre as Câmaras. Nesse relatório ficaram expostas as limitações do CFC em responder às demandas do setor, ao informar a quantidade de processos de solicitação de apoio e/ou auxílio financeiro remetidos às Câmaras – 1.500 processos –, em contraste com o número de processos examinados, apenas 415⁵³.

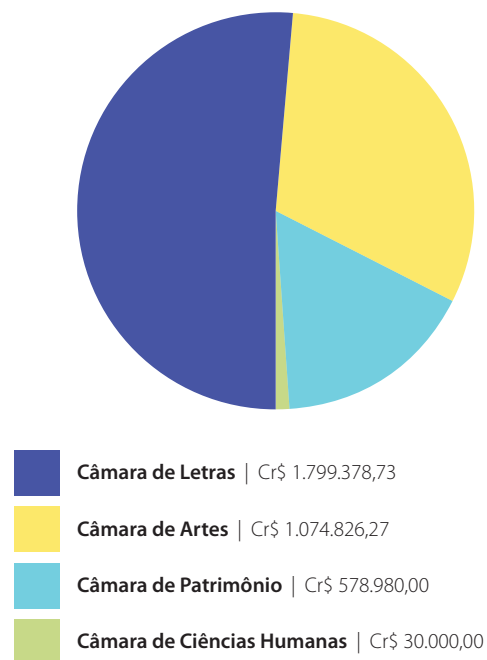
No ano de 1970, foram firmados 86 convênios distribuídos por 16 estados da federação, totalizando um investimento de 3.483.185,00 cruzeiros, o equivalente a 73,5% do orçamento destinado ao Conselho naquele ano (4.738.400,00 cruzeiros). O estado mais beneficiado pelos recursos do CFC foi o da Guanabara, com 1.805.226,73 cruzeiros, seguido pelo Rio Grande do Sul, com 276.290,00 cruzeiros. Ainda foram realizados convênios com os estados do Acre, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pará, Paraná, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e São Paulo. O total das verbas foi assim distribuído entre as Câmaras⁵⁴:

52 CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. O Conselho Federal de Cultura e as atividades a serviço do Brasil. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano III, p. 7-20, jul. 1969.

53 CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. Relatório das atividades do exercício de 1969. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano IV, n. 31, p. 7-17, jan. 1970.

54 CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. Relatório do presidente do CFC. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano IV, n. 42, p. 7-20, dez. 1970.

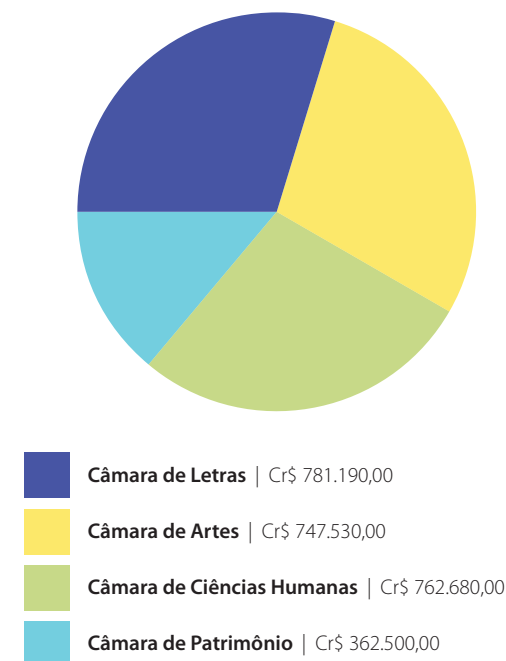
Convênios distribuídos entre as Câmaras
Ano 1970



Em 1971, José Otão, em entrevista publicada no jornal *Correio do Povo*, e transcrita integralmente para o *Boletim do Conselho Federal de Cultura*, informava as atividades realizadas no ano de 1971. O relatório de atividades, precedido da lista de objetivos do CFC, insistia na falta de recursos que inviabilizava o atendimento a todos os pedidos aprovados. Foram avaliados pelo Conselho 248 processos. Dos 94 pedidos aprovados, 30 não receberam recursos, sendo firmados 64 convênios no valor total de 2.618.200,00 cruzeiros. Ainda no relatório constavam os dados relativos à divisão de verbas entre os estados, destacando os seis mais beneficiados: “Guanabara (41,78%), Pará (10,96%), Minas Gerais (9,52%), São Paulo (7,58%), Pernambuco (6,83%) e Rio Grande do Sul (5,87%). Novamente, o estado da Guanabara concentrou uma parcela importante dos investimentos. Tais dados quantitativos indicam que a defesa da cultura regional como característica da cultura nacional não se traduzia na descentralização da cultura, pois o núcleo do investimento prevalecia nas instituições localizadas no estado da Guanaba-

ra, priorizando-se aquelas de caráter federal. Sobre a distribuição de processos e verbas entre as Câmaras nesse ano foi informado⁵⁵:

Verbas distribuídas entre as Câmaras
Ano 1971



No biênio 1970-1971, as Câmaras de Letras e de Artes receberam os maiores volumes de recursos. Esses dados, mesmo que incipientes, pois não estão sendo inventariados os projetos beneficiados, indicam que o patrimônio de *pedra e cal*, sob gerência da Câmara de Patrimônio, não foi priorizado pelo Conselho, em detrimento dos demais setores da cultura.

Durante a posse do novo presidente do CFC para o biênio 1973-1974, o então presidente do CFC, Arthur Cezar Ferreira Reis, informou ao ministro da Educação e Cultura,

55 OTÃO, José. O Conselho Federal de Cultura no ano de 1971. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n. 5, p. 26-30, jan.-mar. 1972.

em seu discurso final, que ao longo de sua gestão (1969-1972) foram realizados 273 convênios com os mais diversos estados da federação, exigindo-se a prévia aprovação dos conselhos estaduais de cultura ou secretarias estaduais de cultura⁵⁶.

Na visita do ministro Jarbas Passarinho, no início de 1974, Raymundo Moniz de Aragão fez uma breve prestação de contas dos trabalhos executados durante o ano que acabara de findar, informando que, em 1973, com os 4 milhões de cruzeiros disponibilizados pelo MEC, foram privilegiados três setores, cujas verbas foram assim distribuídas: patrimônio (35%); difusão da cultura (37%); incentivo à criatividade (28%). As Câmaras solicitavam maior volume de recursos financeiros conforme suas atividades. A Câmara de Patrimônio, devido ao alto custo dos projetos de restauração e preservação do acervo arquitetônico e bibliográfico, era a mais desejosa de investimentos, seguida pela Câmara de Artes e a de Letras. A Câmara de Ciências Humanas, dedicada a pesquisas sobre a cultura nacional, recebia menos recursos, pois suas necessidades financeiras eram menores.

Tais dados, infelizmente, são pouco reveladores, pois não detalham as instituições e os projetos beneficiados pelo Conselho Federal de Cultura. Contudo, podemos averiguar, associando a outros projetos empreendidos pelo Conselho, como sua ação editorial, o lançamento de um calendário cultural anual, as casas de cultura, a comemoração de efemérides, que a valorização do patrimônio de *pedra e cal* era apenas mais uma área de atuação do CFC, e não sua prioridade, desmitificando a compreensão do Conselho como uma instituição dedicada apenas aos projetos preservacionistas do conjunto arquitetônico colonial. Só uma análise detalhada dos processos enviados e dos pareceres emitidos permitirá no futuro a formulação de respostas a indagações como: quais eram os pedidos relatados nos processos e as condições para aprovação dos mesmos? Quais as solicitações sumariamente negadas? Quais as instituições mais beneficiadas? Por que o estado da Guanabara foi disparado o maior beneficiado com as verbas do CFC? Quais os processos que efetivamente resultaram em convênios? Quais as câmaras que mais dispunham de verbas para o financiamento? Quais os critérios de avaliação dos processos e distribuição das verbas?

A penúltima seção, Atas, publicou integralmente as atas das sessões plenárias realizadas até dezembro de 1975, dos grupos de trabalho e dos encontros realizados. As sessões

56 CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. Eleição dos novos presidente e vice-presidente do Conselho Federal de Cultura. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano III, n. 9, p. 11-37, jan.-mar. 1973.

plenárias ocorriam preferencialmente na terceira semana de cada mês, com exceção de dezembro, quando as reuniões eram transferidas para as primeiras semanas. A abertura de cada sessão era marcada pelo registro dos conselheiros presentes e pela leitura da ata anterior. Os trabalhos eram iniciados por meio das "comunicações" com a apresentação dos temas centrais: os conselheiros apresentavam seus projetos, traziam solicitações de seus estados; promoviam debates sobre um episódio ocorrido; e, por fim, registravam condolências ou felicitações; logo após, eram lidos os pareceres sobre os pedidos de auxílio das instituições culturais; caso houvesse alguma data comemorativa naquele mês que figurasse no Calendário Cultural, esta era apresentada por um membro do Conselho designado previamente pelo presidente, seguida por uma salva de palmas. As sessões eram encerradas com o item Assuntos Gerais, que trazia as informações do MEC.

As notícias publicadas nos periódicos de grande circulação sobre o CFC eram integralmente transcritas para a seção Noticiário. Essa seção passou a encerrar a revista a partir de seu terceiro número, e nos 62 números pesquisados foram publicados centenas de artigos. A maior parte dos artigos transcritos para as revistas foi publicada nos jornais do Rio de Janeiro, especialmente em *O Globo*, *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *Jornal do Commercio* e *Jornal do Brasil*. Os jornais publicavam todo tipo de informação, fornecida por meio de entrevistas ou da presença de jornalistas nas sessões plenárias, ambas estimuladas pelo Conselho, ainda que o espaço destinado pela imprensa ao CFC fosse pequeno. Raramente apareciam grandes reportagens sobre o Conselho, mas a presença da imprensa na cobertura dos principais eventos do CFC foi constante e os pequenos artigos ou notas eram suficientes para ser reproduzidos nas páginas dos periódicos *Cultura/Boletim* e ser usados como demonstração da visibilidade da ação do Conselho, atingindo o grande público.

A proximidade do Conselho com a imprensa ocorria por meio de três importantes canais: como já foi registrado, o Conselho incentivava a presença de jornalistas nas reuniões plenárias e nos eventos oficiais do MEC; segundo, muitos conselheiros escreviam periodicamente para os jornais e, posteriormente, transcreviam seus artigos para *Cultura/Boletim*; terceiro, congratulavam e registravam nas sessões plenárias aqueles periódicos que possuíam ou criavam suplementos literários semanais. Para os conselheiros, os jornais atuavam como importantes veículos na divulgação da literatura nacional e das realizações do Ministério na área cultural. Em resposta ao *Correio da Manhã*, que solicitava publicamente, na sua edição de 1º de julho de 1967, notícias sobre o extinto Conselho Nacional de Cultura, o secretário-geral do CFC, Manoel Caetano de Mello, também publicamente respondeu:

O referido Conselho foi extinto [...] Em seu lugar, foi criado o Conselho Federal de Cultura [...] Ainda esta semana, terei a satisfação de passar às mãos do ilustre jornalista o primeiro número da revista *Cultura*, órgão mensal, que reflete toda atividade do Conselho em favor da cultura. Valho-me da oportunidade para solicitar à Vossa Senhoria que, na semana de reuniões do Conselho Federal de Cultura, seja designado um redator desse importante órgão para acompanhar os referidos trabalhos, ao mesmo tempo que ponho à disposição [...] toda a documentação interna do Conselho, sob minha guarda, notadamente os livros de atas das sessões de Câmaras e do Plenário⁵⁷.

Essa necessidade de informar a parcelas da opinião pública, como no caso da imprensa, as ações do CFC, buscava garantir maior visibilidade ao Conselho, forjando a percepção de que aquele era o principal órgão na condução das políticas culturais e que seus membros eram formados por nomes de incontestável capacidade intelectual para gerir o setor.

A revista *Cultura*, posteriormente *Boletim do Conselho Federal de Cultura*, fonte e objeto desta pesquisa, publicou grande parte do cotidiano burocrático do CFC, tornando-se o principal meio de divulgação das ações desses intelectuais da cultura no MEC. O periódico, não mais editado, ainda funciona como um guardião da memória do Conselho, ao preservar em suas páginas os documentos oficiais, como as atas, os pareceres dos processos analisados, os anteprojetos de lei, as resoluções ministeriais, os encontros realizados, os discursos de posse. Tais documentos, integralmente publicados, mostram-se capazes de reconstituir a intervenção do CFC no Estado e no setor cultural naqueles anos tortuosos. Um olhar cuidadoso sobre esse documento ainda nos permitiu observar divergências internas e cisões com as diretrizes gerais do Executivo, mesmo que de forma tímida, como foram apresentadas no primeiro capítulo deste livro, dado o caráter oficial da publicação.

57 MELLO, Manoel Caetano Bandeira. Cartas à redação. *Correio da Manhã*, 5/7/1967. In: *Cultura*, ano I, n. 2, p. 72-73, ago. 1967.

2.2.2 LEITURA PARA ESPECIALISTAS: A REVISTA BRASILEIRA DE CULTURA

Os periódicos *Cultura/Boletim do Conselho Federal de Cultura* foram publicações prioritariamente burocráticas, tal como definido por lei, dedicadas a transcrever a rotina do Conselho e as decisões ministeriais para o setor cultural. O pouco espaço destinado aos debates e às pesquisas intelectuais sobre a cultura brasileira desagradou a muitos conselheiros. Para contornar esse desajuste, foi proposta a criação de um novo periódico: a *Revista Brasileira de Cultura*. A nova revista cumpriria o papel de divulgador da cultura nacional, atuando de maneira complementar à *Cultura/Boletim*. Essa revista, nos dizeres de seu diretor, Mozart de Araújo, estaria incluída no conjunto de periódicos que tanto influenciaram o campo intelectual, responsáveis por divulgar os posicionamentos intelectuais em torno da nacionalidade. Assim, a *Revista Brasileira de Cultura*:

Alinha-se à *Revista Brasileira*, de José Veríssimo, *Americana*, *Terra de Sol*, *Revista do Brasil* e a *Contemporânea*, de Otávio Tarquínio de Souza, marcando momentos estelares na vida cultural do país⁵⁸.

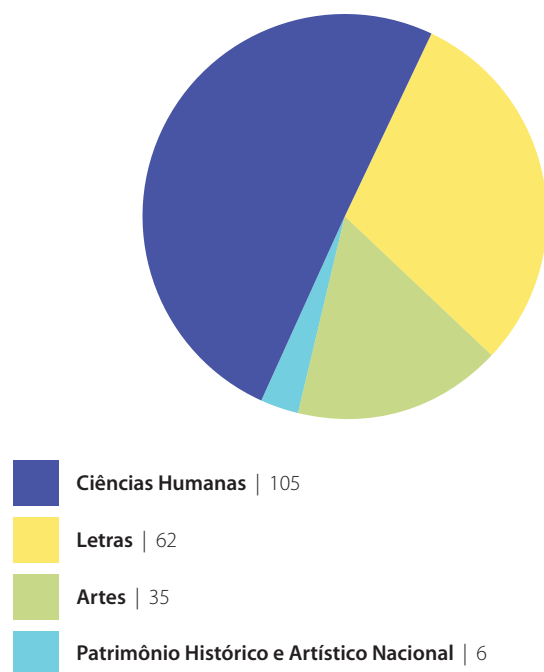
Na 125ª sessão, realizada em 24 de fevereiro de 1969, o presidente do CFC, Arthur Cezar Ferreira Reis, informou que providenciava a publicação da *Revista Brasileira de Cultura* e solicitou aos conselheiros que indicassem os colaboradores. O primeiro número da revista foi lançado no trimestre de julho a setembro de 1969. O conselho de redação foi inicialmente formado por Clarival do Prado Valladares, Manuel Diégues Júnior, Adonias Filho, Pedro Calmon e Afonso Arinos de Melo Franco. Posteriormente, Octávio de Faria substituiu Clarival do Prado Valladares e Djacir Menezes substituiu Manuel Diégues Júnior.

No total, foram editados 20 números, trimestralmente, de julho de 1969 a abril de 1974, quando a publicação nesse formato foi encerrada. Os artigos produzidos para cada setor da revista deveriam estar inseridos nas linhas de ação do CFC e expressavam a

58 ARAÚJO, Mozart. Apresentação. *Revista Brasileira de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n. 1, jul.-set. 1969.

noção de patrimônio cultural adotada pelo Conselho, cuja definição já era observada na nomenclatura das Câmaras. Assim, as áreas investigadas pela nova revista seguiam a mesma divisão das Câmaras do Conselho: Artes, Ciências Humanas, Letras e Patrimônio Histórico e Artístico. Contudo, o patrimônio histórico e artístico nacional foi a área com menor publicação de artigos. O periódico concentrou suas investigações nas áreas de ciências humanas, letras e artes.

Áreas investigadas pela *Revista Brasileira de Cultura*
(1969-1974)



Diferentemente de *Cultura/Boletim do Conselho Federal de Cultura*, em que os temas mais recorrentes eram as homenagens, a política cultural e o patrimônio artístico, histórico e natural, na *Revista Brasileira de Cultura* prevaleciam os temas relacionados às áreas de Ciências Humanas e Letras. Além disso, a maioria dos textos publicados era escrita por autores convidados, apesar da dificuldade do Conselho em amearhar artigos. Do total de 95 autores, 39 publicaram mais de um artigo no periódico. O conselheiro Arthur Cezar Ferreira Reis foi o maior colaborador da revista ao publicar em todos os seus números.

A maior parte dos conselheiros colaborou com o periódico, escrevendo artigos sobre as quatro áreas de intervenção do periódico, independentemente de a temática retratada extrapolar a área de atuação da câmara à qual pertenciam. Esse trânsito entre as diferentes áreas funcionou como uma demonstração pública da erudição dessas personagens e da capacidade de dominarem os diversos assuntos do campo cultural⁵⁹.

A dificuldade em obter os artigos necessários à elaboração de cada volume era assunto constante nas sessões plenárias do Conselho. Nessas reuniões, o presidente em exercício insistia na necessidade de colaboradores para o sucesso da publicação. O projeto da *Revista Brasileira de Cultura* foi organizado em fevereiro de 1969, contudo, ainda nas sessões plenárias de julho e agosto daquele ano, o presidente Arthur Reis solicitava artigos para a concretização da revista. O primeiro número, referente ao trimestre de julho a setembro de 1969, só foi lançado em dezembro daquele ano, e os atrasos foram constantes. Mantinham-se as datas trimestrais para registrar uma continuidade, mas os números sempre foram editados com consideráveis atrasos. Tais atrasos não eram exclusividade da nova revista do CFC. Os periódicos *Cultura/Boletim* também sofriam o mesmo problema: somente em dezembro de 1969 foi distribuído o número 24 da *Cultura*, referente ao mês de junho de 1969, e ainda havia a expectativa de ser publicados até o final daquele ano os números referentes ao período de julho a novembro. O fato repetiu-se ao longo dos anos.

Uma investigação quantitativa nos permite algumas conclusões: a maioria dos autores era convidada; algumas vezes encontramos o mesmo artigo publicado em ambas as revistas do Conselho; o atraso na publicação dos volumes é atribuído à falta de colaboradores; os conselheiros também contribuíam para a revista. Os temas, apesar de variados, podem ser tipificados. A literatura, a organização política, a demarcação territorial e a definição do "tipo" brasileiro aparecem constantemente e são consideradas os elementos-chave na compreensão da cultura nacional. O caráter ensaístico prevalece nos artigos refletindo a própria formação intelectual dessa geração. Assim, a tentativa de elaborar generalizações sobre o objeto selecionado e lançá-lo nos percalços da longa duração é uma opção analítica recorrente. Os artigos dedicados às personagens da literatura, por vezes, escapam dessas análises, prevalecendo a biografia ou a síntese das obras. Leitura árdua para um público leigo, a *Revista Brasileira de Cultura* destinava-se aos

⁵⁹ A lista completa com os autores que publicaram na *Revista Brasileira de Cultura*, com a quantidade de artigos publicados por autor, encontra-se no APÊNDICE B deste livro.

especialistas, ou melhor, aos pares daquelas áreas investigadas como representativas do patrimônio cultural nacional.

Mas, pergunto-me, será que a *Revista* cumpriu o desejo de Mozart Araújo, promovendo “momentos estelares na vida cultural do país”, tal como suas congêneres?

A revista não se tornou marcante para a intelectualidade brasileira e a audaciosa profecia de Mozart Araújo na abertura do primeiro volume não foi concretizada. O periódico teve presença acanhada nos círculos intelectuais. Levantamos alguns fatores que suspeitamos possam ter contribuído para a pouca repercussão da revista: as dificuldades para conseguir colaboradores; a pequena participação dos conselheiros; a inexistência de uma linha editorial bem definida; a desconexão entre as áreas publicadas, agrupadas apenas sob a ampla óptica do “patrimônio cultural”; os múltiplos objetos; e, muito provavelmente, por ser uma revista produzida por intelectuais atuantes num Estado ditatorial notadamente de direita, quando as esquerdas dominavam os círculos acadêmicos e a produção cultural no Rio de Janeiro. A cultura centrada na análise dos elementos formadores da nacionalidade desconsiderava os debates políticos pujantes naquele período; as ideias-força foram aos poucos sendo substituídas pelos objetos pontuais de investigação. Já não estavam mais nos empolgantes anos 1920 e 1930 daquele século; enfatizamos, eram anos turbulentos.



III EM NOME DO “OTIMISMO”, EM DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL: O CIVISMO COMO O LUGAR DA NACIONALIDADE

Pergunto-me, diante de certas coisas que li nos jornais, se será do caráter brasileiro este desamor ao culto, quer do civismo, quer das coisas do Patrimônio, e me pergunto, ao mesmo tempo, se isto, em vez de ser um traço do caráter brasileiro, não será uma consequência do sistema educativo que, ao longo dos anos, nos tem condicionado a este procedimento¹.

Jarbas Passarinho, ministro da Educação e Cultura

O golpe civil-militar de 1964 promoveu uma drástica mudança na relação entre o Estado e a sociedade civil. Aliados de qualquer iniciativa política, os movimentos políticos e sociais, há muito organizados, foram sofrendo com as constantes censuras, perseguições e desaparecimentos de seus integrantes provocados arbitrariamente pelo Estado brasileiro. A sucessão de atos institucionais, dos quais o mais emblemático foi o AI-5, em 13 de dezembro de 1968, sufocou os movimentos sociais por reformas de base. As liberdades individuais e políticas garantidas pela Constituição de 1946 foram suspensas em nome da “segurança nacional”. Ao lado de todo um aparelho de repressão e de censura, os governos militares criaram e financiaram importantes setores na construção de imagens ufanistas que, se incorporadas ao imaginário social, legitimariam a atuação repressora e autoritária de seus governos. A elaboração de representações ancoradas na formação do sentimento cívico concebido como sinônimo de patriotismo foi considerada fundamental pelos grupos civis e militares atuantes no Estado. A ditadura civil-militar sobrepôs a ideia de civismo à de cidadania.

O objetivo deste capítulo é investigar como as propostas do Conselho Federal de Cultura (CFC) para o setor cultural estão integradas à noção de civismo, que se tornou uma ideia-força na ditadura civil-militar, apesar de a noção estar presente no pensamento social brasileiro desde os primórdios da República. Além disso, busca-se analisar como essas propostas estavam articuladas aos movimentos intelectuais e políticos iniciados na década de 1920, ganhando contornos específicos no período ditatorial. Como vimos no capítulo

1 Discurso do ministro Jarbas Passarinho na cerimônia de inauguração do Encontro dos Governadores sobre Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Brasil, realizado em Brasília entre os dias 1 e 3 de abril de 1970. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano III, n. 34, p. 7-13, abr. 1970.

I, os intelectuais que participavam do CFC atuavam no interior do MEC com relativo grau de autonomia desde o primeiro governo Vargas (1930-1945), transportando para o aparelho estatal as concepções estéticas e políticas existentes no projeto modernista ao qual pertenciam. Dessa forma, as propostas dos intelectuais atuantes no CFC para o setor não foram exclusivamente cunhadas a partir da criação da instituição, no final de 1966; ao contrário, elas foram resultado de uma longa ação desses intelectuais, que encontraram novamente no Estado, após o golpe de 1964, o espaço político propício para se organizar em torno de um órgão centralizador. Essa continuidade não implica uma ação linear dessa intelectualidade. Observa-se a manutenção de práticas e projetos originários do ideário modernista e do pensamento conservador das décadas de 1920 e 1930, associados a novas concepções sobre o papel da cultura gestada na ditadura civil-militar.

3.1 Continuidades e rupturas: a presença dos ideais modernistas e do pensamento conservador no Conselho Federal de Cultura

O inventário dos espaços de sociabilidade frequentados pelos intelectuais que integraram o CFC indica a proximidade dessas personagens com os movimentos intelectuais surgidos a partir da década de 1920, especialmente o modernismo, nas suas diferentes fases, o regionalismo, a “reação católica” e o integralismo – os conselheiros participaram ativamente desses movimentos. Além disso, as comemorações realizadas pelos conselheiros em torno do modernismo, na década de 1970, constroem uma memória sobre esse movimento amplamente utilizada para legitimar suas opções políticas à frente do setor cultural nas décadas de 1960 e 1970.

Neste capítulo, estamos privilegiando os grupos modernistas que participaram ativamente do setor cultural do MEC e cujos discursos enfatizam a simbiose entre cultura, passado e nacionalismo. É possível observarmos, no movimento modernista ou no regionalista, a presença de intelectuais profundamente associados ao nacionalismo, cuja visão otimista do país prevalece em seus ensaios. Cabe lembrar que os intelectuais do CFC atuantes no movimento modernista pertenceram ao grupo paulista Verde-Amarelo e ao grupo carioca organizado em torno de *Festa*. Muitos desses intelectuais integraram as fileiras do Estado a partir de 1930, ocupando postos de destaque e definindo políticas de modernização para o país. A experiência desses atores sociais nos cargos do Executivo os levou a acreditar na necessidade de centralização da ação estatal no setor cultural.

Os movimentos intelectuais surgidos na década de 1920 apontavam para a urgência em definir os elementos característicos da sociedade brasileira, considerados essenciais na elaboração de diagnósticos para a superação do atraso do país. O longo debate que culminou na Semana de Arte Moderna, em São Paulo, em 1922, possibilitou a emergência de inúmeras interpretações sobre a cultura brasileira, acirrando os debates no campo intelectual. Conforme propõe Lúcia Lippi Oliveira, para os modernistas paulistas do período de 1917-1924, a entrada do país na modernidade dependia do rompimento com as estruturas arcaicas e da incorporação dos padrões civilizatórios identificados com a industrialização, a urbanização e a racionalidade.

Ser moderno era identificado com ser civilizado, cosmopolita, ou seja, estar atualizado com o mundo. Daí o tema da cidade predominar sobre o da província, sobre o regional. [...] O centro urbano é visto como polo da cultura, como região privilegiada do encontro e fermentação de novas ideias².

Ainda nas décadas de 1920 e 1930, os integrantes do movimento modernista articularam a cultura à consolidação do Estado-nação com o objetivo de favorecer a construção da cidadania moderna por meio da formulação de representações simbólicas que gerassem um sentimento de pertencimento a uma “comunidade imaginada”³. Para André Botelho, os movimentos intelectuais dedicados à construção da nacionalidade neste período integram o “... processo de formação do Estado-nação como comunidade política típica da modernidade”⁴. Nesse debate, a cultura tem um lugar central no espaço político ao se tornar uma estratégia no projeto centralizador do Estado Novo.

2 OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 182.

3 ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

4 BOTELHO, André. *O Brasil e os dias: Estado-nação, modernismo e rotina intelectual*. São Paulo: Edusc, 2005. p. 37.

O Brasil encontrava, desse modo, sua coesão social, a cultura nacional; seus intérpretes e construtores de sentido, os intelectuais; seus portadores sociais, as elites dirigentes; e sua unicidade, o Estado⁵.

A historiadora Angela de Castro Gomes, ao analisar as políticas culturais do Estado Novo, por meio do periódico *Cultura Política* e do suplemento literário do jornal *A Manhã*, entre 1941 e 1945, ambos veículos oficiais de divulgação do Estado Novo, demonstrou a importância da intervenção do Estado no setor cultural. Para o governo Vargas era fundamental forjar uma “consciência nacional” que aproximasse o Executivo dos diversos setores sociais, favorecendo a sua legitimidade. A construção dessa “consciência nacional” não pôde prescindir de elementos culturais como a língua, a religião e o passado histórico comum. No caso do Estado Novo, buscou-se elaborar um “espírito de nacionalidade” pautado na cultura popular e numa leitura linear do passado, típica da modernidade, pela valorização dos grandes fatos e personagens históricas. A propaganda do novo regime, elaborada por meio de uma leitura positiva dos elementos culturais, foi realizada graças a uma intervenção consciente dos intelectuais ligados à burocracia⁶.

Os movimentos intelectuais, modernista e regionalista, apesar de possuir características gerais distintas, tinham como objetivo comum construir uma identidade nacional por meio da análise da sociedade brasileira. Para André Botelho, esses movimentos intelectuais, ao propor uma “função política da cultura”, associaram cultura a noções como nação e modernidade, tornando os intelectuais atores importantes no processo de modernização do Estado a partir dos anos 1930⁷. A função desses intelectuais seria organizar a nação, despertar nas diversas camadas sociais a “consciência nacional” e elaborar uma identidade nacional. Essas árduas tarefas dependiam de um esforço de incursão no passado associado à noção de patrimônio brasileiro, este último formado por registros autênticos e singulares da cultura nacional. Cabe lembrar que esses movimentos não foram uníssonos; em seu interior, podemos verificar a presença de

5 Ibid., p. 37.

6 GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

7 BOTELHO, André. *O Brasil e os dias: Estado-nação, modernismo e rotina intelectual*. São Paulo: Edusc, 2005. p. 47.

intelectuais com diversas vivências e inseridos em correntes ideológicas até mesmo opostas. Nesta pesquisa, estou privilegiando os discursos modernistas dos grupos que participaram ativamente do setor cultural do Ministério da Educação, desde sua criação, em 1930, que enfatizam a inter-relação entre cultura, passado e nacionalismo.

[...] enquanto nos anos 1920 o projeto ideológico do modernismo correspondia à necessidade de atualização das estruturas, propostas por frações das classes dominantes, nos anos 1930 esse projeto transborda os quadros da burguesia, principalmente, em direção às concepções esquerdizantes (denúncia dos males sociais, descrição do operário e do camponês), mas também no rumo das posições conservadoras e de direita (literatura espiritualista, essencialista, metafísica e ainda definições políticas tradicionalistas, como a de Gilberto Freyre, ou francamente reacionárias como o integralismo)⁸.

A partir da ditadura civil-militar, há um redirecionamento nessa “função política da cultura”, ainda que o papel intervencionista do Estado ficasse inalterado. Nesse momento, não se tratava mais de consolidar o Estado-nação, afinal essa tarefa foi concluída pelo Estado Novo (1937-1945). Na ditadura, busca-se ampliar o que já foi construído, ou seja, enaltecer aqueles elementos anteriormente definidos como geradores desse Estado-nação, especialmente num período marcado pelas restrições dos direitos políticos dos cidadãos, no qual a legitimidade do governo vigente era questionada por representativas parcelas da opinião pública. Esse movimento nacionalista de proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro foi considerado pelos membros do CFC fundamental como exercício cívico. Assim, os intelectuais do Conselho recuperaram práticas já instituídas pelo Estado Novo, como a comemoração de efemérides, a criação de suplementos literários, a valorização da cultura popular, a defesa dos conjuntos arquitetônicos como valor histórico, a edição de obras clássicas da literatura etc. O próprio conceito de patrimônio, que será ampliado pelos conselheiros, recuperou as principais ideias-força do

8 LAFETÁ, João Luiz. 1930: a crítica e o modernismo. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2000. p. 29.

período getulista como “tradição”, “passado histórico”, “identidade nacional” e “memória nacional”, demonstrando a manutenção do projeto dos modernistas, ainda que observadas as especificidades do projeto executado pelo CFC nas décadas de 1960 e 1970.

A intelectualidade presente no Conselho Federal de Cultura redefiniu o papel político da cultura nacional durante a ditadura civil-militar, incorporando uma ampla ideia de civismo ancorada nas políticas de proteção do patrimônio cultural brasileiro. Essa redefinição faz-se necessária até mesmo para a manutenção do papel do intelectual definido por essa geração nas décadas anteriores. A revalidação dessa perspectiva sobre a cultura era fundamental diante do avanço, a partir dos anos 1960, das novas vanguardas culturais e do aparecimento da indústria cultural de massas.

3.1.1 MEMÓRIAS DE SI, SENTIDOS REVISITADOS: COMEMORAÇÕES EM TORNO DO MOVIMENTO MODERNISTA

O primeiro artigo sobre o movimento modernista registrado nas páginas dos periódicos oficiais do CFC não foi sobre a clássica Semana de Arte Moderna de 1922. Em vez do modernismo paulista, que quantitativamente predominará nos artigos publicados pelos conselheiros acerca do assunto, totalizando seis referências sobre a temática, será o movimento modernista carioca que fará a estreia no mensário *Cultura*, em novembro de 1967. Trata-se da comemoração dos 40 anos da revista *Festa*, lançada em outubro de 1927. Não por acaso, o artigo foi escrito pelo conselheiro Andrade Muricy com o título “*Festa aos 40 anos...*”⁹. Afinal, foi ele o responsável por organizar, com Tasso da Silveira, a revista modernista carioca.

A revista *Festa* agregou intelectuais e artistas modernistas impregnados pela experiência simbolista vivenciada nos círculos intelectuais cariocas desde o início do século XX. Esses novos “modernistas simbolistas”, influenciados pela estética do romantismo e marcados pela proximidade com o catolicismo, afastavam-se definitivamente das radicalizações produzidas pela vanguarda modernista paulista. Conforme propôs Angela de Castro Gomes, as principais características desses modernistas cariocas eram:

9 MURICY, José Cândido de Andrade. Festa aos 40 anos... In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano 1, n. 5, p. 50-52, nov. 1967.

[...] a recusa aos procedimentos estéticos e políticos da vanguarda, quer fossem os da estratégia do escândalo, no dizer de Mário [*de Andrade*], quer fossem os da radical ruptura com o passado ou do radical nacionalismo/regionalismo. [...] Trata-se de ser moderno e nacionalista, mas de forma distinta de outros nacionalismos modernistas, e, em especial, dos paulistas. [...] Por contraste, o grupo de *Festa* assume o espiritualismo e o universalismo na arte, não renegando o epíteto de novos simbolistas e procurando capitalizar a tradição que vinha do romantismo. Nacionalistas – leitores-admiradores de Alberto Torres e Euclides da Cunha – e universalistas; subjetivistas que, por sugestão de Proust, trabalhavam o objetivismo; modernos e tradicionalistas; enfim, *modernistas espiritualistas*, como se designavam, para demarcar o seu espaço¹⁰.

No artigo escrito por Andrade Muricy para comemorar os 40 anos de *Festa* prevaleceu o destaque à experiência das personagens do grupo “modernista espiritualista” que se reuniu em torno da revista. Sobre a publicação, Muricy pouco tratou, limitando-se a dizer que aquele era um projeto modernista elaborado “para pensar, e para realizarem-se em alegria serena, certos de já se poderem deixar de valerem-se da zombumba e do histrionismo sistemático”¹¹. Muricy também fez questão de inventariar as atividades modernistas realizadas após a Semana de Arte Moderna de 1922, destacando a produtividade dos modernistas no final da década de 1920 e, principalmente, registrando que o fenômeno modernista não se reduziu à Semana de 22, considerada por ele apenas o seu impulso inicial. Muricy, nessa comemoração, preferiu retratar as personagens que participaram de *Festa*, citando também aqueles que com suas críticas compreenderam a importância do movimento modernista carioca. As análises sobre aquele grupo seriam apresentadas, segundo ele, em momento posterior numa “antologia crítica já em preparação”¹². Mais do que a memória sobre o movimento modernista carioca, buscava-se lembrar as personagens que dele fizeram parte. Essa opção, de reveren-

10 GOMES, Angela de Castro. Os intelectuais cariocas, o modernismo e o nacionalismo: O caso de *Festa*. *Luso Brazilian Review*. Michigan: The University of Wisconsin-Madison, 2004. p. 80-106.

11 MURICY, op. cit., p. 50-52.

12 Ibid., p. 52.

ciar as personagens que participaram ou se interessaram por *Festa*, em vez de retratar as principais diretrizes adotadas pelo movimento, demonstra a importância dada por Muricy à rede de intelectuais formada em torno do modernismo carioca, alguns dos quais continuavam atuantes no cenário político e cultural brasileiro, inclusive no CFC.

Além de *Festa*, outro grupo modernista ganharia espaço nas páginas de *Cultura*: o grupo Anta. O artigo “A poesia de 22: o neoindianismo e outros aspectos”, do conselheiro Cassiano Ricardo, foi publicado em abril de 1968. Cassiano Ricardo, integrante do Anta, ao contrário de Muricy, optou por apresentar os principais pontos do modernismo paulista e os motivos que o levaram a ingressar no grupo constituído por Menotti del Picchia, Plínio Salgado, Cândido Motta Filho e Raul Bopp¹³.

O artigo de Cassiano Ricardo traz na introdução as três características consideradas pelo autor os pilares do movimento modernista: “Um, a reforma estética; outro, o neoindianismo, em sua ideologia nativista; e um terceiro, o regionalismo, em sua temática”¹⁴. Tais características não refletem todo o movimento modernista, como enunciou o próprio autor, mas são referências utilizadas para compreender as opções dos diversos grupos modernistas. Cassiano Ricardo fez questão de registrar que a única característica comum a todos eles era a “reforma estética”. Escolhera retratar o grupo Anta por dele ter participado, construindo um artigo-depoimento. Considerava algumas explicações fundamentais: primeiro, a Semana de Arte Moderna de 1922 era apenas um episódio marcante, afinal a ação dos modernistas “já dura nada menos de 40 anos [...] e continua viva até hoje”¹⁵; segundo, participou ativamente do grupo Anta, que identificou como “dissidente” do modernismo paulista. As afirmações revelam a tentativa de manter vivo o pensamento dos modernistas, afinal seus principais intelectuais ainda estavam atuantes. Cassiano Ricardo apontou dois motivos para aquela dissidência:

1º) Porque alguns maiores da Semana de Arte Moderna, apesar de sua brasilidade, deram pra importar “ismos” europeus: o

13 RICARDO, Cassiano. A poesia de 22: o neoindianismo e outros aspectos. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n. 10, p. 37-56, abr. 1968.

14 Ibid., p. 37.

15 Ibid., p. 37.

“dadaísmo” (francês), o “futurismo” (italiano), o “expressionismo” (alemão). Não podíamos concordar.

2º) Porque se instalaram eles [*é uma informação de Mário de Andrade*] nos salões de São Paulo. Eram grã-finos, frequentavam as opulentas fazendas de Paulo Prado e D. Olivia Guedes Penteado; entregavam-se a festanças [*é a palavra que Mário usa em O Modernismo p. 42*], regadas a champagne. Não podíamos concordar¹⁶.

Anta, para Cassiano Ricardo, por princípio ideológico, era um grupo “antissalonista”, e pelo mesmo princípio via-se identificado com as coisas do “povo” e da “rua”. Cassiano Ricardo, mesmo depois de mais de 40 anos, mantinha a mesma resposta produzida no calor dos anos 1920 aos críticos do grupo Verde-Amarelo, que negativamente os acusavam de produzir uma literatura regional, e respondia em tom igualmente acusatório que os “maiorais” eram europeizados demais¹⁷. Cassiano Ricardo faz questão de apresentar as diferenças estéticas do modernismo em relação ao parnasianismo: o uso de linguagem e temática brasileiras; as transformações na imagem descrita nos poemas, que deixou de ser “ornamental” para se tornar “funcional”; e, por fim, e mais importante, a adoção do neoindianismo na compreensão da brasilidade. Inspirado no movimento nativista do século XIX, o neoindianismo associou-se a uma suposta poesia autêntica, buscando construir um mito de origem para a poesia nacional do qual seriam herdeiros.

Daí o nosso neoindianismo, que ficou evidenciado no “Macunaíma”, de Mário; no “Pau-Brasil”, de Oswald e na sua “Antropofagia”; na “Cobra Norato”, de Raul Bopp; na “A Outra Perna do Saci”, de Menotti; [...] no “Nheengatu” verde-amarelo [*manifesto*] de Plínio Salgado, e em seus romances. [...] Não quero dizer que a única poesia nacionalista, ou tipicamente brasileira, tenha sido a neoindianista. O que não se

16 Ibid., p. 38.

17 Ibid., p. 39.

pode negar é que se formos buscar a primeira manifestação de poesia brasileira terá que ser essa, que está na origem do próprio país¹⁸.

O grupo Anta foi constituído como desdobramento do grupo Verde-Amarelo, marcado pela influência do movimento regionalista nordestino, liderado por Gilberto Freyre. Contrapondo-se à visão cosmopolita do modernismo paulista em sua primeira fase, os intelectuais do Centro Regionalista do Nordeste, fundado por Gilberto Freyre em 1924, propuseram uma leitura do caráter nacional ancorada no regionalismo, na valorização do passado e no folclore. Para José Almeida, o *Manifesto Regionalista*, de Joaquim Inojosa, apresentado em 1926, substituiu a leitura pessimista do Nordeste por uma otimista, alicerçada na representação do Nordeste como lugar de “pureza e autenticidade culturais”. Dessa forma, o movimento regionalista nordestino elaborou uma prática discursiva sustentada nas palavras-chaves “região” e “tradição” e identificada com a geografia e as manifestações folclóricas¹⁹.

Para o intelectual nordestino em busca de afirmação no plano nacional, não se tratava de encontrar linguagens artísticas revolucionárias para exprimir um mundo em acelerada transformação, mas de procurar apoiar-se na riqueza das tradições culturais e artísticas locais para fazer de sua revalorização, bandeira de luta²⁰.

O regionalismo nordestino, ao valorizar a tradição popular, o folclore, a língua em nome da autenticidade cultural, ameaçada pela presença de elementos estranhos à nossa cultura, carregava consigo o substrato necessário aos grupos nacionalistas e ufanistas que atravessaram os movimentos culturais do período. O regionalismo como base da

18 RICARDO, Cassiano. A poesia de 22: o neoindianismo e outros aspectos. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n. 10, p. 44, abr. 1968.

19 ALMEIDA, José Maurício Gomes. Regionalismo e modernismo: as duas faces da renovação cultural dos anos 20. In: KOSMINSKY, Ethel Volfson et al. (Org). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru: Edusc, 2003. p. 315-326.

20 Ibid., p. 321.

cultura nacional não seduziu apenas os intelectuais nordestinos, mas foi uma corrente de ideias que atravessou vários grupos intelectuais dedicados a fornecer ao país a sua identidade nacional. Como propõe Mônica Velloso, já é possível ver entre os modernistas, na segunda fase do movimento, a partir de 1924, manifestações que buscam na unidade nacional por meio da valorização das tradições e do espaço geográfico a base para identificar as características nacionais brasileiras.

A preocupação com a valorização de nossas tradições culturais e folclóricas é plenamente encampada pelos modernistas. Recuperá-las significa construir a identidade brasileira, sem a qual seria impossível ao país afirmar sua autonomia no panorama internacional²¹.

Após o lançamento do manifesto regionalista, o grupo modernista paulista Verde-Amarelo incorporou parte dos ideais defendidos pelo regionalismo nordestino. Prevalência no discurso uma visão otimista sobre o Brasil. Nesse momento, construiu-se uma prática discursiva que compunha a relação “modernismo-regionalismo-nacionalismo”. Assim, o grupo Verde-Amarelo inseriu novos elementos ao regionalismo nordestino, incorporando ao movimento modernista a análise do espaço geográfico. Ao investigar a influência do regionalismo no grupo Verde-Amarelo, Mônica Velloso propõe que,

Para o grupo Verde-Amarelo, o que está em primeiro plano é o culto das nossas tradições, ameaçadas pelas influências alienígenas, tornando-se, por isso, urgente a criação de uma “política de defesa do espírito nacional”. Assim, a valorização do regionalismo coloca-se como imprescindível porque possibilita “delimitar fronteiras, ambiente e língua local”. E mais: só o regionalismo é capaz de dar sentido real no tempo e no espaço, já que o ritmo da terra é local. Assim, o brasileiro não deve acompanhar o ritmo da vida

21 VELLOSO, Mônica Pimenta. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 89-112, 1993.

universal, pois este é abstrato, genérico e exterior. A alma nacional tem um ritmo próprio que deve ser respeitado custe o que custar. É este senso extremado do localismo que marca a doutrina verde-amarela, diferenciando-a do ideário modernista²².

O Conselho Federal de Cultura incorporou as características gerais desse regionalismo proposto pelo grupo Verde-Amarelo; entretanto, não o reduziu aos aspectos geográficos, ainda que destacasse em seus discursos a importância da questão espacial. O editorial da revista *Cultura*, periódico oficial do CFC, de janeiro de 1968, dedicado à I Reunião do Conselho Federal de Cultura com a participação dos conselhos estaduais de cultura, informava que a política brasileira era fruto da realidade regional, por isso a criação de conselhos estaduais²³. Dessa forma, ampliava-se a ideia de regionalismo, compreendendo que essa característica nacional perpassava todas as esferas sociais, influenciando, até mesmo, a definição do modelo político brasileiro. Os intelectuais do CFC observavam na organização política do país os traços comprobatórios da realidade regional como característica da nacionalidade. Arthur Cezar Ferreira Reis, em outro momento, destacou novamente a importância do regionalismo na constituição política da nacionalidade.

Nação – continente e arquipélago ao mesmo tempo, se examinarmos a condição de gigantismo geográfico espacial que nos marca no mundo físico e a regionalização que nos proporciona uma existência não global, mas em unidades mais ou menos autônomas, que compõe o arquipélago, social, econômico, cultural, e, por que não concluir também, político, mesmo que se procure justificar esse arquipélago político pela existência de um sistema federativo em sua concepção realística [...] o Brasil, na sua regionalização, não se comprometeu com qualquer sistema divisionista. Ao contrário, nessa variedade, nessa pluralização, vamos encontrar justamente toda a seiva que, pela política de interligação, de

22 VELLOSO, Mônica Pimenta. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 97, 1993.

23 CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. Editorial. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n. 7, p. 5-6, jan. 1968.

intercomunicação, de vinculação mais forte do pensamento e da ação social, há matéria-prima admirável para a transformação do continente-arquipélago em continente global, total, unitário, com esse unitarismo em nada se prejudicando as variantes que tanta cor e tanta riqueza asseguram ao contexto nacional, sob qualquer ângulo por que o busquemos²⁴.

Sem desconsiderar o aspecto geográfico, necessário à compreensão da singularidade do regionalismo na composição da nacionalidade, Arthur Reis, então presidente do Conselho, fez questão de enfatizar a relação política entre o regional e a unidade, a transformação do “continente-arquipélago” em “continente global”, desde que considerada a pluralidade cultural da formação social brasileira. A noção de país-arquipélago traduzia a dificuldade em forjar uma identidade nacional compartilhada por todos os brasileiros, num período em que a integração nacional ainda era temática política corrente e fomentava diversos projetos políticos, como a Transamazônica.

A importância do movimento modernista foi novamente lembrada pelo CFC nas comemorações dos 50 anos da Semana de Arte Moderna, realizadas pelo próprio Conselho, em 1972. O primeiro e mais importante artigo publicado no *Boletim do Conselho Federal de Cultura* para comemorar a efeméride é de autoria do conselheiro Peregrino Júnior. O artigo, intitulado “Modernismo brasileiro”, informava que a data era importante na história da cultura brasileira, mas o autor registrava que o episódio era um evento já ultrapassado, “quer dizer: foi superado”²⁵. Peregrino Júnior destacou que o movimento de 1922 precisava ser compreendido como parte integrante das transformações sociais e políticas decorridas do pós-Primeira Guerra Mundial e do descontentamento de alguns grupos sociais no Brasil com a Primeira República, provavelmente numa referência à crise do pacto oligárquico e ao fortalecimento das camadas médias urbanas. Para o autor, o grande marco do modernismo, expresso por meio da Semana de 1922, foi criar entre os intelectuais uma tradição de participação nas questões nacionais.

24 Discurso de posse de Arthur Cezar Ferreira Reis na presidência do CFC para o biênio 1969-1970. REIS, Arthur Cezar Ferreira. Programa de ação em favor da cultura. *Cultura*. Rio de Janeiro: CFC, n. 18, p. 9-18, dez. 1968.

25 Peregrino Júnior. Modernismo brasileiro. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*, ano II, n. 5, p. 18-25, jan.-mar., 1972.

Criou-se com ela, entre os escritores, o gosto pela participação política, o interesse pelos problemas econômico-sociais, uma geral curiosidade pelas coisas brasileiras, o que resultou no movimento de “introspecção nacional” que permitiu um “levantamento” geral da vida brasileira²⁶.

Dessa forma, os anos 1920 marcavam a formação de uma tradição que buscava inserir o intelectual no campo político, forjando a identidade nacional por meio de análises sociológicas e culturalistas. A partir de então, definia-se o intelectual como “homem de pensamento e ação”, legitimando a sua participação nas fileiras do Estado na construção de um país moderno. Essa tradição intelectual, identificada pela historiografia brasileira como central nas relações entre os intelectuais e o Estado, é apontada por Peregrino Júnior como resultado mais profícuo do movimento modernista, incluindo nas produções intelectuais aspectos como:

2º) Interesse pelo homem brasileiro, com estudos profundos de sua formação, de sua origem, de sua condição de vida, resultando daí a reabilitação do negro e do índio, pelas pesquisas sociológicas [...]; 3º) Revitalização do regionalismo, do tradicionalismo, do folclore, como resultante de um movimento unânime de introspecção nacional; [...] 5º) Por fim, com a radicação na terra e no povo, a identificação total com os problemas sociais, políticos e econômicos do Brasil, e um resolutivo movimento de participação ativa na vida nacional²⁷.

O movimento modernista, tal como lembrado por Peregrino Júnior, trouxe para o debate intelectual a necessidade de identificação das “autênticas” raízes nacionais, a preocupação com os rumos do país e a conscientização do “povo” brasileiro, possibilitando a

26 Ibid., p. 21.

27 Ibid., p. 25.

incorporação dos debates políticos no campo intelectual. Peregrino Júnior constrói uma imagem do movimento modernista definindo-o como um movimento de “introspecção nacional” realizado com base em valores como o regionalismo e o tradicionalismo.

A ideia de modernidade, entre os modernistas brasileiros, não aparece em oposição a valores como regionalismo e tradição; ao contrário, a tradição é considerada um valor da modernidade. Como propõe Eduardo Jardim Moraes, o conceito de tradição, neste caso, está remetendo à “reabilitação” dos traços de formação da sociedade brasileira e à “identificação total” das mazelas nacionais. No sentido proposto, a tradição traz como marca valorativa a autenticidade de monumentos, documentos e produções simbólicas eleitos como expressão da nacionalidade. Assim, o “passado abstrato” torna-se fundamental na formação de uma trajetória comum compartilhada por todos os cidadãos brasileiros, cujo objetivo é a “integração nacional”. A crítica dos modernistas ao passado restringe-se às leituras bacharelescas sobre esse passado, que desconsideravam a “autêntica” cultura nacional ao simplesmente transplantar os modelos estéticos produzidos pela Europa, distanciando a produção cultural da “realidade nacional”. A incorporação da tradição como componente do projeto modernista, a partir de 1924, só foi possível graças à presença do ideário nacionalista entre os intelectuais modernistas. A segunda fase do modernismo, marcada pela “questão da brasilidade”, definiu para a cultura sua função política, qual seja, forjar as bases da nacionalidade, associando cultura à identidade nacional²⁸.

[...] o modernismo não é o negador da totalidade do passado. Ao contrário, ele deve se propor a integração do moderno a um certo passado. Passado nacional. Paisagem nacional²⁹.

João Luiz Lafetá, ao investigar os aspectos ideológicos do movimento modernista e sua proximidade com as elites cafeicultoras paulistas, destaca que o financiamento de intelectuais, artistas e escritores modernistas por parte dessas elites rurais paulistas modernizan-

28 Sobre o papel político do modernismo na definição da cultura nacional ver: MORAES, Eduardo Jardim. *A brasilidade modernista*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

29 *Ibid.*, p. 98.

tes, na década de 1920, explica-se pela admiração desse grupo pelos modernos padrões comportamentais europeus. Entretanto, a manutenção de seu componente classista, notadamente arcaico, buscou nas raízes brasileiras e suas tradições sua legitimidade.

O aristocratismos de que se reveste precisa ser justificado por uma tradição que seja característica, marcante e distintiva – um verdadeiro caráter nacional que ela represente em seu máximo refinamento. [...] Dessa forma, os artistas do Modernismo e os senhores do café uniam o culto da modernidade internacional à prática da tradição brasileira³⁰.

Essa geração de intelectuais identificados com as matrizes nacionalistas, posteriormente radicalizadas na formação do grupo Anta, desde a década de 1920, promoveu uma releitura do passado capaz de garantir uma trajetória singular ao país, assentada na figura do índio e na permanência dos aspectos positivos da colonização portuguesa na América. A simbiose entre o passado e o presente, por meio da manutenção das tradições, e o papel desse passado de informar sobre os elementos essenciais na composição da identidade nacional, por meio da defesa de um patrimônio cultural nacional, são notadamente características do pensamento conservador³¹. Lúcia Lippi Oliveira destaca a presença dessa vertente conservadora, desde os primórdios da República, cujas práticas discursivas exaltavam “a excelência de nossas tradições, fruto da colonização portuguesa e da ação da Igreja Católica, e defendia a nacionalidade como continuação da defesa e da valorização do singular”³².

A valorização das tradições como aspecto autêntico da cultura só é eficaz quando são elaboradas ações capazes de naturalizá-las. Assim, “o patrimônio só existe como força política na medida em que é teatralizado: em comemorações, monumentos e

30 LAFETÁ, João Luiz. *1930: a crítica e o modernismo*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2000. p. 24.

31 MANNHEIM, Karl. *Sociologia*. Tradução de Emílio Willems, Sylvio Uliana e Cláudio Marcondes. São Paulo: Ática, 1982.

32 OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi. *Cultura é patrimônio: Um guia*. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 62.

museus³³. Os conceitos de patrimônio e identidade são concebidos como tradutores da “essência nacional” e integrados aos valores modernos da nacionalidade.

Muitos propunham a valorização do “tradicional” e do “regional” na construção de uma imagem nacionalista singular do Brasil. Acreditavam que, para identificar ou redescobrir o Brasil, o país teria de retornar aos seus mais autênticos valores nacionais, os quais estavam supostamente fundados no passado, assim como em valores regionais. A arte e a literatura eram instrumentos privilegiados para a definição da brasilidade³⁴.

Angela de Castro Gomes destaca a importância do “passado” na produção cultural estado-novista, fundamental no campo político para a construção de um imaginário social que se identificasse com o Estado nacional. Para a autora, o passado, ao apontar as especificidades da formação social brasileira, por meio do culto à tradição, funcionava como um grande orientador das ações políticas a partir da década de 1930. Além disso, para a autora, essa construção do passado atendia a duas proposições: um passado que responde às tradições e está continuamente presente no cotidiano, daí o seu caráter atemporal; e um “passado histórico” que destacava os fatos e os acontecimentos singulares. A valorização do passado deveria responder simultaneamente a esses dois lugares: aos eventos únicos e ao conjunto de elementos que formavam a sociedade brasileira. Essas duas faces do passado caracterizavam o “espírito nacional”³⁵. Acreditamos que o processo de “recuperação do passado”, promovido pela ação dos intelectuais no Estado Novo e que foi demonstrado pela historiadora, permaneceu presente nas propostas dos intelectuais da ditadura civil-militar. Dessa forma, há uma continuidade na ação intelectual nesses dois períodos, observadas as especificidades no projeto desenvolvido pelo CFC, na ditadura civil-militar.

33 CANCLINI, Néstor García. *Políticas culturales en América Latina*. México: Grijalbo, 1987. p. 162.

34 GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/Iphan, 1996. p. 88-114.

35 GOMES, Angela de Castro. Os intelectuais cariocas, o modernismo e o nacionalismo: O caso de *Festa Lusó Brazilian Review*. Michigan: The University of Wisconsin-Madison, 2004. p. 141.

O processo de “recuperação do passado”, proposto por Angela de Castro Gomes, pode ser associado à noção de “perda do patrimônio”, definida por José Reginaldo Santos Gonçalves. O passado, conjunto formado pelas tradições e pelos eventos singulares, estaria ameaçado pelo descaso com o patrimônio, desfigurando a nação. A “retórica da perda”³⁶, de José Reginaldo Santos Gonçalves, articulada à necessidade de “recuperação do passado”, pressupõe que a identidade brasileira é identificada por elementos concretos e objetivos, procurando numa suposta essência nacional os referenciais que precisam ser reorganizados e resguardados. Dessa forma, a valorização do passado, a urgência de sua recuperação e a denúncia da perda do patrimônio compõem o mesmo cenário discursivo: a necessidade de centralização das ações estatais por meio de um discurso conservador sobre a cultura e a política.

A “questão da brasilidade”, inaugurada pelos modernistas a partir de 1924, é incorporada pelo governo getulista e transforma-se no Estado Novo no eixo sustentatório do “espírito nacional”. Aqui neste trabalho, proponho que outra metamorfose irá ocorrer na ditadura civil-militar quando o “espírito nacional” será incorporado ao projeto cívico defendido pelo Conselho Federal de Cultura entre 1967 e 1975, sob a óptica da necessidade de formação de uma “consciência cívica”, considerada fundamental nas relações entre o Estado e a sociedade civil. Assim, acredito que essas três ideias-força – “questão da brasilidade” (1920), “espírito nacional” (1930) e “consciência cívica” (1960) – pertencem a um mesmo processo, não linear, ocorrido entre as décadas de 1920 e 1960: o de construção das representações geradoras do sentimento de pertencimento a uma mesma nação, ou seja, estão imbricadas no ideário nacionalista que busca no passado os elementos autênticos da cultura nacional. A “questão da brasilidade” será incorporada pelo Estado e ampliada, gerando o “espírito nacional” na década de 1930. A partir do golpe de 1964, observamos a radicalização desse “espírito nacional”, doravante nomeado “consciência cívica”. Convém destacar que a releitura do modernismo atravessou os diversos movimentos culturais da década de 1960, até mesmo os movimentos de vanguarda:

A década de 1960 veio mostrar, no debate efervescente em torno do projeto de se elaborar uma cultura nacional, o quanto a mensagem modernista poderia ser utilizada na definição dos novos rumos da cultura brasileira. O movimento concretista de

36 GONÇALVES, op. cit., p. 89.

São Paulo, a eclosão do tropicalismo na música, no teatro e no cinema, os novos passos dados pela literatura no país são momentos de revisão e re-utilização das propostas modernistas³⁷.

Os Estados-nação modernos incorporaram leituras tradicionais na consolidação da memória e da identidade nacionais, considerados como instrumentos legítimos na formação de seus cidadãos. A massificação dos bens culturais e a consolidação da indústria cultural não eliminaram o papel preservacionista do Estado no setor cultural, ao contrário, provocaram a reação dos grupos intelectuais nacionalistas em defesa dos lugares de memória. A associação entre identidade cultural e a nação, realizada prioritariamente pelos Estados-nação modernos, possibilitou a ingerência do aparelho estatal sobre a identidade cultural de um grupo social, apresentada como sinônimo de identidade nacional. A orientação da identidade nacional variou entre os Estados e entre os períodos históricos, mas sempre definida pela exaltação dos elementos escolhidos para caracterizar essa identidade.

Toda a discussão do segundo tempo modernista gira em torno desta questão geral: só atingiremos o universal passando pelo nacional. Está definido, desta maneira, o ideário nacionalista de todo o grupo modernista, sem exceção, a partir de 1924³⁸.

O nacionalismo tornou-se a base ideológica das mais variadas correntes políticas brasileiras, de esquerda, centro e direita, permeando os movimentos culturais brasileiros e sustentando teoricamente instituições, periódicos e agremiações entre as décadas de 1910 e 1970. O nacionalismo, em suas muitas leituras e usos, foi a mola propulsora que permitiu aos intelectuais forjar a cultura brasileira e a identidade nacional. Cada grupo político e intelectual incorporou das diretrizes teóricas dos nacionalismos os

37 MORAES, Eduardo Jardim. *A brasilidade modernista*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p. 15.

38 *Ibid.*, p. 167.

elementos necessários para legitimar seus projetos políticos. A nacionalidade brasileira seria forjada por meio da descrição de elementos singulares como a língua, a composição étnica, a conquista territorial, os fatos históricos, a literatura, a arquitetura³⁹. Esses signos da nacionalidade foram dotados de monumentalidade, tornando-se inconteste na formulação de representações políticas sobre a cultura nacional.

Se o nacionalismo atuou como matriz ideológica das diversas leituras sobre a "realidade nacional" e impulsionou a intervenção da intelectualidade brasileira no cenário político, as trajetórias diversas dos grupos intelectuais, sua proximidade com as correntes de esquerda ou direita, fomentaram projetos e propostas de intervenções diferentes para o Estado brasileiro – até mesmo conflitantes. A busca pela "conscientização nacional", que traduz a necessidade de incorporação do "povo" aos projetos de uma nação que se desejava moderna, produzia sentidos distintos entre os grupos intelectuais de esquerda, centro e direita (1922-1985), ainda que sejam observadas semelhanças no uso de categorias como "povo", "realidade nacional", "interesses nacionais" e "democracia".

Os integrantes do CFC vinculavam a identidade nacional às comemorações históricas, à defesa do patrimônio e às manifestações artísticas populares, numa releitura e ampliação das políticas culturais realizadas pelo Estado Novo. A valorização da memória nacional ocorreria por meio da institucionalização da cultura e da revitalização do patrimônio histórico e artístico, cujos maiores exemplos são a criação de um conjunto comemorativo de efemérides e o investimento em políticas de proteção do patrimônio. Ambos representavam a consagração dos elementos considerados constitutivos da cultura, em geral encontrados em duas faces: por um lado, nas figuras proeminentes nas diversas áreas culturais; por outro, nas manifestações folclóricas e nas expressões artísticas populares. Essas últimas eram as únicas capazes de caracterizar nossa nacionalidade. Desse modo, o trabalho de enquadramento da memória apoiava-se no projeto estado-novista aplicado ao setor cultural, que buscava alternar a exaltação de grandes vultos e obras com a valorização da arte regional e popular, considerados como elementos de "recuperação do passado"⁴⁰.

39 Sobre a incorporação e os usos do nacionalismo por diversos setores na área cultural, ver: OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi. *Cultura é patrimônio*: Um guia. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

40 GOMES, Angela de Castro. Os intelectuais cariocas, o modernismo e o nacionalismo: O caso de *Festa*. *Luso Brazilian Review*. Michigan: The University of Wisconsin-Madison, 2004. p. 140.

A construção de uma memória nacional, como afirma Michel Pollak, passa pelo enquadramento das memórias coletivas em favor de determinados interesses que não podem negligenciar os elementos referenciais do grupo social no qual se deseja promover o sentimento de pertencimento. Assim, as memórias nacionais são construídas com base no enquadramento das memórias coletivas com o intuito de reforçar o sentimento de pertencimento e as referências que precisam ser compartilhadas para garantir a identificação com as diretrizes definidas pelos Estados. Para o autor, “todo trabalho de enquadramento de uma memória de grupo tem limites, pois ela não pode ser construída arbitrariamente. Esse trabalho deve satisfazer certas exigências de justificação”⁴¹.

No Brasil, a construção da memória oficial esteve relacionada aos grandes atos heróicos e aos momentos supostamente vitoriosos da nação. Raramente encontramos passagens que demonstram as feridas históricas, as mazelas do país, ou mesmo lutas internas que ameaçassem a cordialidade e a unidade do “povo brasileiro”. A visão do povo vitorioso na sua trajetória histórica deve muito à valorização dessas ideias nas diversas expressões artísticas e na literatura que são exaltadas no discurso oficial, nas instituições educacionais e culturais e nos lugares de memória⁴².

O discurso oficial do CFC ressaltava a importância dos lugares de memória, verdadeiros templos da cultura nacional, guardiões da essência do povo brasileiro. Para esses intelectuais, a cultura brasileira só pode ser definida por meio de uma investigação cultural que contemple o estudo da formação histórica da sociedade. A identidade remete à origem de um determinado grupo que supostamente caracterizaria o indivíduo de maneira autêntica. Tal compreensão da identidade cultural como reflexo das raízes constitutivas de um grupo social aparece tanto nas leituras “naturalistas” como “culturalistas” realizadas pelas ciências sociais. Neste caso, interessa-nos, sobretudo, as leituras culturalistas da formação de determinada identidade cultural.

Em uma abordagem culturalista, a ênfase não é colocada numa herança biológica, [...] mas na herança cultural, ligada à socialização

41 POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

42 CARVALHO, José Murilo. Nação imaginada: memória, mitos e heróis. In: NOVAES, Adauto (Org.): *A crise do Estado-nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 397-418.

do indivíduo no interior do seu grupo cultural. Entretanto, o resultado é quase o mesmo, pois segundo esta abordagem o indivíduo é levado a interiorizar os modelos culturais que lhe são impostos, até o ponto de se identificar com o seu grupo de origem. Ainda assim a identidade é preexistente ao indivíduo. Toda identidade cultural é vista como consubstancial com uma cultura particular⁴³.

Nesse enfoque, a definição da identidade resulta de uma série de determinantes objetivos, como a origem comum, a língua, a religião, o território etc. A identidade seria resultado da essência cultural de um grupo, cabendo aos intelectuais o papel de difusores dessa identidade, pela investigação dos elementos formadores da cultura. A própria divisão das Câmaras do Conselho indica essa compreensão: Artes, Ciências Humanas, Letras e Patrimônio Histórico e Artístico. As Câmaras foram definidas conscientemente pelos conselheiros de acordo com as áreas consideradas essenciais na composição da “cultura nacional”, reunindo as personagens de proeminência de cada especialidade.

O Conselho se apropriava de elementos nacionalistas característicos do período ditatorial, criando um cenário cultural marcado pelo binômio cultura nacional-invasão estrangeira. A cultura nacional estaria ameaçada pela consolidação da indústria cultural de massas, que introduzia no país elementos estranhos à nossa formação social. Para impedir a descaracterização da cultura nacional que ameaçava a segurança nacional, era fundamental reconstruir uma memória que valorizasse os heróis do passado e os elementos folclóricos, estes últimos compreendidos como manifestações autênticas do “povo”.

A valorização desses bens simbólicos era essencial na preservação cultural do país, considerada ameaçada pelo aparecimento e pela consolidação da *mass media*. O desenvolvimento da indústria cultural de massas no país nas décadas de 1960 e, especialmente, 1970 era considerado um movimento “alienígena à nossa cultura”. As concepções teóricas adotadas pelos intelectuais do CFC tornavam qualquer ação em favor da cultura de massas um ato de violência e transgressão de “nossa cultura”.

43 CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: Edusc, 1999. p. 179.

Neste quadro, como propõe Lia Calabre, o grupo era contrário ao financiamento do Estado para esse tipo de produção artística.

É importante ressaltar que as atividades ligadas à área dos meios de comunicação de massa estavam fora do conjunto de questões tratadas pelo Conselho Federal de Cultura. Existia uma clara preocupação por parte dos conselheiros do CFC, e de alguns setores do governo, com um processo que poderia ser denominado de “desnacionalização da cultura” ou de avanço da cultura norte-americana sobre o país, associado, principalmente, às indústrias do audiovisual e a fonográfica⁴⁴.

Contraopondo-se ao desenvolvimento da cultura de massas, o CFC orientou-se pelas concepções substancialistas que definem a cultura e, logo, a identidade nacional com base em elementos como a língua, o território e um passado comum. Tais elementos são amplamente utilizados pelos Estados para descrever a singularidade de uma nação. Os grupos intelectuais modernistas que partilhavam dessas concepções são facilmente incorporados pelo Estado brasileiro, especialmente em momentos em que os governos são notadamente autoritários; afinal, a legitimidade de suas ações precisa estar ancorada numa suposta “defesa de interesses da nação”.

A descrição objetiva dos elementos simbólicos que compõem e singularizam a nação é mais eficiente quanto maior a capacidade de gerar percepções homogêneas do grupo ao qual se pretende consolidar o sentimento de pertencimento. Assim, a cultura brasileira só existe no interior da nação e só é verdadeira quando corresponde aos interesses de todos os setores sociais, ou seja, é marcada pelo *desinteresse*, pois não serve a nenhum grupo em particular, respondendo aos elementos condicionantes e dinâmicos que a promovem. Toda cultura tem um caráter nacional, pois seu desenvolvimento depende de fatores geográficos, da herança étnica, dos momentos históricos e da linguagem vivenciados por um grupo social.

44 CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: dos anos de 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 73.

A defesa da cultura nacional por meio das concepções substancialistas, tal como ocorreu nos governos militares, expõe como estratégia do Estado a construção objetivista que naturaliza e harmoniza os processos históricos, eliminando do discurso oficial possíveis tensões e embates próprios do jogo social. As ideias de “linearidade” e “evolução histórica” presentes no CFC funcionam como instrumentos articulados e decorrentes de supor a cultura por meio de sentidos estabilizados e despolitizados que desenham o objeto como uma entidade, naturalizando-o. Ao utilizar a narrativa histórica, de caráter descritivo, traçam um enredo que lineariza e constitui o SER, a “substância”. Dessa forma, propicia a compreensão estática da cultura. Tal como um jogo de táticas-estratégias, o discurso otimista conservador, aqui analisado por meio das ações em favor da cultura, apropriou-se de elementos caros à cúpula do Executivo, como “segurança nacional” e “desenvolvimento”, ressignificando-os e associando-os a noções como memória, identidade e cultura. Ao integrar elementos discursivos largamente utilizados pelos militares a seus discursos, os intelectuais do CFC vinculavam, até certo ponto, suas proposições às diretrizes gerais do governo, desenhando um cenário favorável à sua atuação e capitaneando recursos políticos fundamentais na consolidação da ação intelectual na gestão pública.

3.1.2 VOZES CONSERVADORAS NO CONSELHO FEDERAL DE CULTURA

Os intelectuais que integraram o CFC entre 1967 e 1975, cuja atuação no campo político e cultural inicia nos anos 1920, são representantes do pensamento conservador no Brasil e, por isso, mostram-se tão identificados com os projetos nacionalistas autoritários – antiliberais e anticomunistas – e o ideário cívico presentes na ditadura civil-militar.

A organização do pensamento conservador, segundo Karl Mannheim, surge da necessidade dos grupos que detêm o poder político de responder às transformações sociais provocadas pelo advento da modernidade. No século XIX, a estratificação social, a ascensão da burguesia, o fortalecimento do capitalismo, a organização do proletariado urbano, a circulação de novas ideias políticas e a ampliação da representação política ameaçavam as tradicionais elites políticas e econômicas europeias, que reagiram à modernidade por meio do “conservantismo”⁴⁵.

45 MANNHEIM, Karl. *Sociologia*. Tradução de Emílio Willems, Sylvio Uliana e Cláudio Marcondes. São Paulo: Ática, 1982.

O conservadorismo opõe-se radicalmente ao liberalismo, considerado embrião da “anarquia política” e cujo maior perigo seria a sua “ameaça potencial à segurança do Estado”. No pensamento conservador, a realidade é dotada de normas essenciais que mantêm a ordem e a harmonia social existentes, abaladas pelas transformações que desconsideram a formação histórica das sociedades em nome de hipotéticos modelos de desenvolvimento. A valorização da tradição, tão característica no pensamento conservador, busca no passado a essência formadora daquele Estado, ou, como afirma Mannheim, o “progressista pensa em termos de *normas*, o conservador em termos de *germes*”⁴⁶.

No Brasil, as transformações provocadas pela crise do pacto oligárquico, o desenvolvimento da classe média, a organização do operariado, a fundação do Partido Comunista, o movimento tenentista, e, finalmente, a aceleração do processo de industrialização e urbanização provocaram a necessidade de organização do pensamento conservador pelas altas classes médias urbanas e pelas oligarquias agroexportadoras. Os intelectuais identificados com o pensamento conservador no Brasil, a partir da década de 1920, estavam integrados ao modernismo verde-amarelo, à “reação católica”, à Ação Integralista Brasileira (AIB) ou, ainda, filiados à União Democrática Nacional (UDN) e, posteriormente, à Aliança Renovadora Nacional (Arena).

Em 1967, Alceu Amoroso Lima, figura importante da “reação católica”, cuja participação foi marcante no Centro Dom Vital e na revista *A Ordem*, redigiu o verbete sobre a presença da Igreja Católica no Brasil para a *Enciclopédia Delta-Larousse*, listando os principais intelectuais influenciados pelo pensamento católico, a partir dos anos 1920, entre os quais figuravam os nomes de dez conselheiros: Pedro Calmon, Hélio Vianna, Gustavo Corção, Cassiano Ricardo, Andrade Muricy, Octávio de Faria, Peregrino Júnior, dom Marcos Barbosa, Adonias Filho e Gladstone Chaves de Mello⁴⁷. Desses conselheiros, quatro participaram ativamente da “reação católica”, Gustavo Corção, Octávio de Faria, Gladstone Chaves de Mello e dom Marcos Barbosa, integrando a revista *A Ordem* e/ou o Centro Dom Vital, ambos fundados no início dos anos 1920. A “reação católica” apresentava duras críticas ao racionalismo, ao modelo liberal, ao comunis-

46 MANNHEIM, Karl. *Sociologia*. Tradução de Emílio Willems, Sylvio Uliana e Cláudio Marcondes. São Paulo: Ática, 1982. p. 127.

47 LIMA, Alceu Amoroso. Síntese da evolução do catolicismo no Brasil. In: *Enciclopédia Delta-Larousse*. Rio de Janeiro: Editora Delta, 1967. p. 1848-1873 apud PINHEIRO FILHO, Fernando Antonio. A invenção da ordem: intelectuais católicos no Brasil. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, v. 19, n. 1, p.33-49, jun. 2007.

mo e, principalmente, à “inquietação causada pelos grupos sociais em ascensão”⁴⁸. Esses posicionamentos políticos, coordenados pelo Centro Dom Vital, sob a liderança de Jackson Figueiredo e Alceu Amoroso Lima, circularam intensamente nos meios intelectuais, agenciando especialmente aqueles intelectuais mais identificados com os grupos dirigentes tradicionais. Em 1969, Alceu Amoroso Lima, principal liderança da “reação católica”, foi reverenciado pelo Conselho durante a comemoração do cinqüentenário de suas atividades literárias, na 149ª sessão plenária, realizada em 1º de julho de 1969, sob a justificativa de ser um representante da “expressão mais alta e autêntica da cultura brasileira”, excluindo-se da homenagem a memória de sua participação decisiva no movimento católico brasileiro⁴⁹.

Os remanescentes da Ação Integralista Brasileira presentes no Conselho eram Adonias Filho, Hélio Vianna e Miguel Reale (secretário nacional de doutrina da AIB). A doutrina do partido, de caráter notadamente nacionalista e autoritária, opunha-se radicalmente ao liberalismo, ao comunismo e ao capitalismo internacional. Para Héglio Trindade, “o nacionalismo literário provocado pelo modernismo da década de 1920 politiza-se rapidamente e o integralismo torna-se a sua encarnação na extrema direita após a década de 1930”⁵⁰.

No caso dos ex-filiados à UDN, partido político fundado em 1945, figuravam Afonso Arinos de Melo Franco, Gladstone Chaves de Mello e Gilberto Freyre. Afonso Arinos de Melo Franco filiou-se à Arena após a decretação do Ato Institucional nº 2, em 27 de outubro de 1965, que extinguiu o modelo pluripartidário brasileiro, substituindo-o pelo bipartidarismo. O caráter liberal, mas antipopular, da UDN não impediu o apoio à interferência dos militares na política por meio de golpes; ao contrário, a consolidação da democracia dependia de “um processo de regeneração política deflagrado pelo alto com o auxílio das Forças Armadas”⁵¹.

48 PINHEIRO FILHO, Fernando Antonio. A invenção da ordem: intelectuais católicos no Brasil. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, v. 19, n. 1, p. 33-49, jun. 2007.

49 Ata da 149ª sessão plenária, realizada em 1º de julho de 1969. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano III, n. 25, p. 83-86, jul. 1969.

50 TRINDADE, Héglio. Integralismo: teoria e práxis política nos anos 30. In: GOMES, Angela de Castro et al. *O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 304-335.

51 SAES, Décio. Classe média e política no Brasil (1930-1964). In: GOMES, Angela de Castro et al. *O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 449-506.

A participação de intelectuais oriundos desses movimentos culturais e partidos políticos no CFC corrobora a adoção de posturas conservadoras nas políticas culturais desenvolvidas pelo órgão. Apesar da importância dos ideais modernistas nos discursos e nas políticas culturais executadas pelo Conselho, graças ao controle que esses intelectuais modernistas exerciam no setor cultural do Estado desde a administração Capanema, a participação de intelectuais também influenciados pelo catolicismo, remanescentes da Ação Integralista Brasileira, eleitos pela UDN no período liberal-democrático (1946-1964) ou filiados à Arena no Conselho Federal de Cultura, expõe a formação conservadora do grupo.

3.2 O patrimônio brasileiro: debates e ações no Brasil republicano

Os debates sobre a questão do patrimônio no Brasil e, principalmente, a função do Estado na identificação, seleção, preservação e divulgação desse patrimônio remontam à década de 1930. A noção de patrimônio adquiriu significados políticos, sendo considerado como elemento essencial na construção do sentimento nacional.

Desde os anos 1920, os intelectuais ligados ao movimento modernista, às direções dos museus nacionais e aos governos estaduais dedicavam-se à questão da proteção do patrimônio⁵². A ingerência federal na esfera cultural foi intensificada a partir de 1930, após a criação do Ministério da Educação e Saúde (MES), posteriormente Ministério da Educação e Cultura (1953), e de diversos órgãos de organização e controle do setor, especialmente nos períodos autoritários (1937-1945 e 1964-1985). Nesses períodos foram institucionalizadas diversas áreas da cultura, como os setores dedicados a teatro, livro, folclore, patrimônio artístico, cinema, radiodifusão educativa, além dos setores dedicados ao controle dessa produção por meio do estabelecimento de mecanismos de censura. Assim, a crescente importância dada à cultura pelo Estado está relacionada ao processo de centralização e à necessidade de os governos legitimarem seus projetos por meio de construções simbólicas capazes de agregar os cidadãos em torno do ideal de nação⁵³. A área cultural do MES, na gestão

52 FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processos: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/ Minc-Iphan, 2005. p. 81.

53 SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra/FGV, 2000. p. 98.

de Gustavo Capanema (1934-1945), recrutou diversas personagens do movimento modernista, que permaneceram prestando serviços no setor mesmo após o fim do primeiro governo Vargas. Para Simon Schwartzman, Helena Bomeny e Vanda Costa,

Era sem dúvida no envolvimento dos modernistas com o folclore, as artes e, particularmente, com a poesia e as artes plásticas, que residia o ponto de contato entre eles e o Ministério. Para o ministro, importavam os valores estéticos e a proximidade com a cultura; para os intelectuais, o Ministério da Educação abria a possibilidade de um espaço para o desenvolvimento de seu trabalho, a partir do qual supunham que poderia ser contrabandeado, por assim dizer, o conteúdo revolucionário mais amplo que acreditavam que suas obras poderiam trazer⁵⁴.

No interior do Ministério da Educação e Saúde, a instituição cultural melhor aparelhada era o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), criado por Gustavo Capanema, em 1937, sob a direção de Rodrigo Mello Franco de Andrade. O Sphan, posteriormente Dphan e, a partir da Reforma Administrativa do MEC, de julho de 1970, Iphan, foi o órgão responsável pela definição de uma inédita política de preservação federal. A longa gestão de Rodrigo Mello Franco de Andrade é considerada um marco na orientação político-burocrática daquele órgão. Na década de 1930, Rodrigo Mello Franco de Andrade é convidado pelo ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos, para ocupar a chefia do gabinete do ministro no MES. Em 1936, já na administração de Gustavo Capanema, apresentou o projeto com as orientações definitivas do novo órgão, apoiando-se num anteprojeto apresentado originalmente por Mário de Andrade. Rodrigo Mello Franco de Andrade permaneceu no cargo até 1967 e contou com a colaboração de intelectuais como Alceu Amoroso Lima, Lúcio Costa, Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros, além de futuros membros do CFC: Afonso Arinos, Arthur Cezar Ferreira Reis, Augusto Meyer, Gilberto

54 SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra/FGV, 2000. p. 99.

Freyre e Renato Soeiro⁵⁵. Seu discípulo Renato Soeiro substituiu-o na direção do Sphan em 1967 e, após 1969, passou a ocupar seu lugar no Conselho Federal de Cultura.

O Sphan não foi o único órgão criado na década de 1930 para tentar organizar e ampliar a participação do Estado na esfera cultural, tampouco o único setor da área da cultura que despertou o interesse estatal. Contudo, foi o órgão que respondeu de forma mais eficaz às demandas do Executivo.

[...] o Iphan, ao preservar o patrimônio histórico e artístico, deveria responder a pelo menos três desafios. Primeiro, ao desafio político de estimular e canalizar a participação social na preservação cultural. Segundo, ao desafio ideológico de identificar e forjar um “patrimônio cultural brasileiro” [...] Finalmente, ao desafio administrativo de cunhar e consolidar uma estrutura estatal burocrático-cultural, nacional e eficiente⁵⁶.

Ao longo dos 30 primeiros anos o Sphan conseguiu consolidar uma estrutura administrativa e uma noção de preservação do patrimônio, apesar dos recursos insuficientes destinados àquela instituição. A gestão de Rodrigo Mello Franco de Andrade, considerada a “fase heroica”, foi pautada por discursos nacionalistas de defesa do patrimônio, cujo traço principal é a valorização dos registros do passado como elementos autênticos e singulares da identidade cultural brasileira diante das demais nações. Conforme propõe o antropólogo José Reginaldo Santos Gonçalves,

Este projeto era implementado por uma nova elite de bases urbanas – em oposição às velhas elites agrárias – que veio a di-

55 FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processos: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/ Minc-Iphan, 2005. p. 98.

56 FALCÃO, José Arruda. *Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional*. MICELI, Sergio (Org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984. p. 21-40.

rigir o país sob a orientação modernizadora, após a revolução de 1930. Nessa ideologia, assume o primeiro plano o projeto de construção de uma nova nação, através da modernização das estruturas econômicas, político-administrativas e culturais. Esse projeto veio a ser implantado por meio de uma burocracia estatal, centralizada e autoritária, controlada a partir de um pacto entre segmentos das velhas e novas elites⁵⁷.

Para José Reginaldo Santos Gonçalves, o caráter tradicionalista presente na produção discursiva do diretor do Sphan compõe o cenário autoritário e modernizador projetado pela ditadura de Vargas, promovendo uma articulação entre as diretrizes gerais do Estado Novo e a atuação do Sphan. Em contrapartida, a socióloga Maria Cecília Londres Fonseca propõe a existência de uma “autonomia” no interior do Sphan que produziu uma política de preservação mais integrada à “concretização de um projeto modernista” do que ao processo de “exortação cívica que caracterizava a atuação do ministério na área educacional”⁵⁸. A socióloga credits essa “autonomia” da instituição à legitimidade conquistada por meio da habilidade de seu diretor em reunir pesquisadores das mais diversas formações e insistir na utilização de “modernos critérios científicos” e, principalmente, “a imagem de uma instituição coesa, desvinculada dos interesses político-partidários”⁵⁹. Se o Sphan não pode ser reduzido a um órgão divulgador do projeto ideológico varguista, acreditamos que havia uma proximidade entre as diretrizes do Executivo e a ação da instituição, conforme verificado tanto por José Reginaldo Santos Gonçalves como também por Maria Cecília Londres Fonseca. Dessa forma, a existência de uma autonomia do órgão, se comparada à intervenção sofrida pelo setor educacional, não significou que suas ações e definições sobre o patrimônio divergissem da produção simbólica elaborada pelo Estado Novo.

57 GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/Iphan, 1996. p. 39.

58 FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processos: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/ Minc-Iphan, 2005, p. 98.

59 *Ibid.*, p. 105.

Na medida em que o Sphan foi um dos braços do ministério de Capanema, era inevitável algum compromisso entre os intelectuais que atuavam na instituição e no regime. Suponho que esse compromisso se exprimia basicamente numa demarcação de limites e numa relação de reciprocidade: ou seja, a autonomia de que gozava o Sphan dentro do MES tinha como contrapartida implícita o não envolvimento daqueles intelectuais em outras esferas de governo, inclusive aquelas que em princípio – como censura e propaganda – afetavam profundamente a vida cultural⁶⁰.

O Sphan cristalizou uma concepção de cultura nacional com base na preservação das obras arquitetônicas e dos centros históricos. Nessa perspectiva, a modernização só seria consolidada com o inventário e o resgate do passado; afinal, a singular trajetória brasileira nos garantiria um lugar nobre entre as potências civilizadas. Conforme demonstra Maria Cecília Londres Fonseca, até a década de 1960, o Sphan manteve-se centrado no patrimônio de *pedra e cal*; a prática dos tombamentos, principal área de atuação do órgão, privilegiou a definição estética, seguida do valor histórico, elegendo obras consideradas de alto valor artístico, hierarquizando-as conforme o estilo: barroco, neoclássico, moderno e eclético⁶¹. Essa visão do patrimônio como elemento indispensável à civilização e à modernidade, institucionalizada na gestão de Rodrigo Mello Franco de Andrade, foi claramente apropriada pelos integrantes do CFC e manteve-se incorporada às suas práticas; afinal, muitos daqueles que participaram do Sphan integraram-se ao CFC. Contudo, o Conselho ampliou a noção de patrimônio, incorporando ao conceito hábitos, costumes, danças, modos de agir e pensar, invenções nas áreas científicas e artísticas etc. Essa definição ampla do patrimônio foi apresentada nas Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura, em 1973, documento responsável por ordenar o papel do Estado na cultura, dando-lhe fundamentação teórica, e estabelecendo uma definição sobre a política cultural e seus pilares de ação, constituídos

60 Ibid., p. 121.

61 Ibid., p. 115.

[...] das tradições históricas e dos hábitos e costumes estratificados; das criações artísticas e literárias mais representativas do espírito criador brasileiro; das realizações técnicas e científicas de especial significação para a humanidade; das cidades, conjuntos arquitetônicos e monumentos de significação histórica, artística, cívica ou religiosa; das jazidas arqueológicas, das paisagens mais belas ou típicas do território pátrio; das ideias e ideais partilhados pelos brasileiros⁶².

A atuação do Conselho Federal de Cultura está diretamente relacionada à sua percepção do papel do Estado no setor cultural. Tomamos o discurso dos membros do CFC como integrante do discurso estatal sobre o seu papel e a função da cultura, ainda que em alguns momentos haja uma tensão entre a proposta do CFC e as orientações da cúpula do Executivo. Para o Conselho, a intervenção do Estado na cultura era essencial na produção de bens culturais e na preservação do patrimônio. O Estado era o único agente capaz de criar uma infraestrutura que assegurasse as condições necessárias para a liberdade criadora nas diversas formas de expressão artística. Neste sentido, o Estado não aparece como um censor da produção cultural, ao contrário, ele garante que o setor cultural não sofrerá nenhuma pressão que oriente, subordine ou limite sua produção.

O que pretendemos afirmar e concluir, no entanto, é que somos ainda parte do mundo subdesenvolvido, de que nos esforçamos para sair, e que ainda não é possível prescindir da intervenção do Estado na movimentação da cultura e na criação de uma infraestrutura capaz de assegurar condições que lhe permitam realizar-se plenamente, liberta de qualquer interferência que lhe [sic] perturbe, limite ou discipline a evolução. Nos países novos ou que ainda não lograram uma participação maior nos grandes

62 Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano III, n. 9, p. 57-64, jan.-mar. 1973.

lances da civilização universal, o papel do Estado é fundamental, o que não significa a contenção da criatividade ou seu condicionamento a fórmulas e postulados ideológicos, impostos pelo poder público como sucede em algumas nações⁶³.

As funções centrais do CFC foram definidas e hierarquizadas já no documento de sua criação: preservar o patrimônio e elaborar uma política nacional para o setor. É no âmbito do patrimônio que o Estado exerce uma de suas principais ações na cultura, e essa definição foi elaborada pelos ideólogos do Conselho e ratificada pelos membros que comporiam o CFC entre 1967 e 1975. O conceito de cultura nacional proposto pelo Conselho Federal de Cultura compreende a cultura como um patrimônio formado desde o processo de conquista e colonização portuguesa; portanto, definida por aspectos de longa duração e também singulares que permitem a distinção do Brasil em relação às demais nações.

Ora, há, no Brasil, uma cultura, a cultura brasileira, que é a construção que vimos promovendo, nós, o povo brasileiro, no continente-arquipélago que constituímos e nos distingue no cenário mundial. A cultura brasileira, com cerca de 500 anos de passado, [...] é patrimônio de que nos podemos orgulhar porque é fruto de nossa constância, de nossa dramática atividade criadora como sociedade que se afirma desde a luta contra a natureza, rica e muitas vezes difícil, à construção de centros de revolução urbanística dos tempos novos que o mundo vive, como é o caso de Brasília⁶⁴.

63 Discurso realizado por Arthur Cezar Ferreira Reis durante a cerimônia de posse do professor Raymundo Moniz de Aragão, na presidência do Conselho Federal de Cultura. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, n. 9, p.11-24, jan.-mar. 1973.

64 *Ibid.*, p. 12.

O patrimônio nacional, tal como proposto pelo CFC, incluía as obras artísticas e arquitetônicas de valor estético e histórico, os museus, as bibliotecas, os teatros, as academias de letras e os institutos históricos, as cerimônias cívicas, as grandes obras da literatura, as festas populares, os centros históricos. Assim, como afirma Néstor García Canclini, o patrimônio é o cenário dedicado à "comemoração do passado legítimo" e aos aspectos da verdadeira "essência nacional". O patrimônio torna-se, então, o representante máximo da nacionalidade. Investir no patrimônio é investir na cultura nacional.

As únicas operações possíveis – preservá-lo, restaurá-lo, difundir-lo – são a base mais secreta da simulação social que nos mantém juntos [...] A perenidade desses bens leva a imaginar que seu valor é inquestionável e torna-os fontes do consenso coletivo, para além das divisões entre classes, etnias e grupos que cindem a sociedade e diferenciam os modos de apropriar-se do patrimônio⁶⁵.

Essa visão do patrimônio está relacionada à concepção substancialista da cultura presente nos discursos dos "intelectuais tradicionalistas". São esses homens que definiram o "alto valor de certos bens culturais: os centros históricos das grandes cidades, a música clássica, o saber humanístico. Incorporaram também bens populares sob o nome de folclore"⁶⁶. A questão do patrimônio tornou-se a grande bandeira de atuação do Conselho Federal de Cultura. A cultura brasileira era um patrimônio ameaçado pela falta de infraestrutura e investimentos. A tarefa principal do Conselho, e que considero vitoriosa, era centralizar as ações no setor cultural, tornando-o uma área de permanente atuação do Estado por meio de políticas de proteção da cultura.

65 CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução de Heloíza Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. São Paulo: Edusp, 2000. p. 160.

66 *Ibid.*, p. 160-161.

3.2.1 O ENCONTRO EM DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

A epígrafe que inicia este capítulo é parte integrante do discurso do ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, na cerimônia de abertura do Encontro dos Governadores sobre a Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Brasil, realizada em Brasília no dia 1º de abril de 1970⁶⁷. A iniciativa desse primeiro encontro foi do próprio ministro Jarbas Passarinho.

O Encontro, realizado em Brasília, entre 1º e 3 de abril de 1970, foi coordenado por Arthur Cezar Ferreira Reis, presidente do Conselho, e Pedro Calmon, presidente da Câmara de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do CFC. A revista *Cultura*, nº 34, foi inteiramente dedicada ao evento, que contou também com a participação do almirante Augusto Radmaker, vice-presidente da República, ministro Iberê Gilson, presidente do Tribunal de Contas da União, Renato Soeiro, diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dom José Newton, arcebispo de Brasília, além de governadores, representantes dos governos dos estados e outras autoridades.

No discurso inaugural, Jarbas Passarinho ressalta que o Encontro trataria das várias faces do patrimônio, ou seja, “não só o patrimônio artístico, não só o patrimônio histórico, não só o patrimônio cultural, não só o patrimônio natural, mas todo o patrimônio da Nação e da gente brasileira”⁶⁸. Para o ministro, além dos poucos recursos destinados à preservação, o descaso do cidadão brasileiro com sua história, aliado à falta de civismo, impedia o culto aos monumentos, verdadeiras alegorias da nação brasileira. As autoridades ali reunidas deveriam buscar alternativas para solucionar o descaso das autoridades públicas e também da população, que não só ameaçava como já comprometia o patrimônio com perdas irreparáveis. O ministro Jarbas Passarinho esperava que aquela reunião fosse uma resposta aos constantes ataques da imprensa ao governo sobre o assunto, lembrando da notícia de um periódico dominical que informara a respeito da situação do patrimônio no país: “Brasil, um passado sem futuro”⁶⁹.

67 Toda a documentação referente ao Encontro foi publicada na edição nº 34 da revista *Cultura*. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano III, n. 34, abr. 1970.

68 Discurso do ministro Jarbas Passarinho transcrito por *Cultura*. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano IV, n. 4, p. 7-24, abr. 1970.

69 Jarbas Passarinho não informa qual jornal publicou a notícia. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano IV, n. 34, p. 7-24, abr. 1970.

O titular da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan), antigo Sphan, conselheiro Renato Soeiro, ficou responsável por apresentar aos presentes os pontos centrais do Encontro, lembrando da atuação de Rodrigo Mello Franco de Andrade na diretoria daquele órgão: “Habituo-nos a não fazer distinção entre Patrimônio e Rodrigo. As duas imagens para os seus companheiros de trabalho e amigos se confundem em uma só”⁷⁰.

Dessa forma, a ideia de patrimônio presente naquela reunião seguia as diretrizes cristalizadas pela ação de Rodrigo Mello Franco de Andrade durante os 30 anos que dirigiu o Sphan. Para Renato Soeiro, o patrimônio brasileiro contava com uma avançada legislação criada a partir de 1937 a ser completada quando o Congresso Nacional votasse o projeto do CFC, que previa uma série de medidas de controle sobre os usos dos acervos e conjuntos arquitetônicos considerados históricos, além de tratar da criação de estímulos financeiros destinados à sua preservação.

Renato Soeiro destacou a importância da participação dos estados e dos municípios na proteção do patrimônio regional, por meio da criação de órgãos semelhantes à Dphan. Até aquele momento, apenas os estados da Bahia, da Guanabara, de São Paulo, do Paraná e de Minas Gerais possuíam órgãos especializados que funcionavam articulados com a Dphan. Soeiro reconhecia a dificuldade de preservar os conjuntos arquitetônicos diante das pressões provocadas pela urbanização e modernização das cidades. Para o diretor da Dphan, a proteção do patrimônio nacional e regional dependia do reconhecimento do poder público e dos grupos sociais da importância daquele acervo histórico para a nação e sua capacidade de gerar desenvolvimento por meio do investimento no turismo. A associação preservação-turismo foi a resposta encontrada pelos órgãos de defesa do patrimônio cultural contra o discurso daqueles setores que, sob a égide do crescimento econômico e da ampliação da infraestrutura do país, pressionavam o governo federal a autorizar intervenções drásticas nos conjuntos arquitetônicos e reservas naturais já preservados. Dessa forma, a política de proteção não aparecia como obstáculo ao processo de desenvolvimento econômico; ao contrário, movimentava positivamente a economia do país pelos recursos gerados com o turismo.

70 Discurso do diretor da Dphan, Renato Soeiro. Transcrito pela revista *Cultura*. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano IV, n. 34, p. 13-22, abr. 1970.

As iniciativas visando o desenvolvimento dos centros urbanos e rurais, seu aproveitamento turístico e cultural, a exploração racional das florestas, são perfeitamente conciliáveis com a proteção e a revalorização da paisagem, dos monumentos e demais bens de valor histórico e artístico localizados nessas áreas, desde que respeitada a legislação específica vigente e judiciosamente projetados os respectivos planos diretores. Conciliáveis e desejáveis, pois de consequências propícias à economia do país, que certamente se beneficiará de uma política inteligente de exploração de suas riquezas naturais, culturais e turísticas⁷¹.

A relação entre “preservação e desenvolvimento” identificada por meio do turismo, obrigou a redefinição do uso dos espaços preservados, necessariamente ressignificados ao adquirir uma nova função social, tornando-os novamente úteis à sociedade moderna, sem com isso deixar de registrar sua memória. Tratava-se, então, de uma política de proteção e revalorização.

O aproveitamento dos monumentos disponíveis de arquitetura civil, militar e religiosa tem sido preocupação constante da Dphan, pois não basta restaurá-los – é necessário usá-los adequadamente tais como sedes de museus, casas históricas de cultura ou outras atividades ligadas, de preferência, aos planos de cultura ou ensino, o que não obsta que possam ser aproveitadas também em “pousadas”, no plano econômico. Visa essa orientação, não só garantir-lhes a preservação, mas também uma destinação atuante na sociedade contemporânea⁷².

71 Discurso do diretor da Dphan, Renato Soeiro. Transcrito pela revista *Cultura*. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano IV, n. 34, p. 15, abr. 1970.

72 *Ibid*, p. 17.

Após a cerimônia de abertura, foram discutidos os seguintes temas: “criação dos patrimônios estaduais” e sua função como órgãos congêneres à Dphan; a formação de recursos humanos especializados em restauração, identificação e catalogação de acervos; dotação orçamentária e captação de recursos. O primeiro trabalho apresentado foi o do CFC, “Defesa do patrimônio histórico, artístico e natural do Brasil, no pensamento do Conselho Federal de Cultura”. O título do trabalho inicialmente induz no leitor a expectativa de que o CFC apresentaria seus posicionamentos políticos e o aparato conceitual utilizado. Contudo, o documento foi organizado em 12 pequenos tópicos distribuídos em ordem numérica e não possui nenhuma apresentação inicial ou conclusão final. Tal estratégia conduz o leitor e os ouvintes a uma hierarquização dos temas retratados durante a sua leitura. A opção pela síntese expõe também uma segunda estratégia: destacar pragmaticamente as medidas a ser adotadas, afastando-se das tradicionais discussões conceituais ou políticas, apresentando o documento como uma série de medidas técnicas, racionais e, por isso, aparentemente desprovidas de inserções ideológicas. Entre as propostas, previam-se a criação de órgãos regionais dedicados à proteção do patrimônio histórico e artístico, nos moldes da Dphan; dotação orçamentária dos estados da federação e a participação da União em programas nacionais; formação de equipe técnica nos estados; infraestrutura estadual, com a criação de arquivos, bibliotecas, casas de cultura, museus e parques; restauração dos bens tombados; defesa dos monumentos funerários; ampliação da legislação sobre a comercialização das obras de arte; elaboração de uma legislação que estimulasse a preservação de bens tombados pelos proprietários; encontros anuais entre os órgãos estaduais e a Dphan; auxílio técnico e financeiro aos municípios possuidores de conjuntos arquitetônicos tombados. Por fim, o documento recomendava que a adoção dessas medidas ocorresse por “convênios entres os Estados, órgãos da administração pública federal especializados, Ministério da Educação e Cultura por meio da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e do Conselho Federal de Cultura”⁷³.

No segundo dia do Encontro, os temas abordaram os “problemas de defesa e utilização do patrimônio cultural” e a “defesa do patrimônio natural”, destacando a importância do envolvimento dos órgãos federais, estaduais e municipais, além dos poderes Legislativo e Judiciário e das universidades, para melhor gerenciamento e controle dos usos desse patrimônio. Vários representantes de estados se pronunciaram sobre a situação

73 Trabalho apresentado pelo CFC no Encontro em defesa do patrimônio histórico e artístico nacional. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano IV, n. 34, p. 127-128, abr. 1970.

do patrimônio em cada região, apresentando os programas realizados. O secretário de Educação e Cultura de Minas Gerais, Heráclito Mourão Miranda, propôs a realização de estudos sobre os bens imateriais de cada estado, especialmente o folclore. O espaço dedicado pelo secretário ao tema do folclore surpreende, pois, neste encontro, privilegiou-se o patrimônio de *pedra e cal*, seguido dos acervos artísticos e documentais. O terceiro dia foi dedicado exclusivamente à aprovação do documento Compromisso de Brasília e à cerimônia de encerramento.

Os participantes do Encontro assinaram o Compromisso de Brasília, redigido por Pedro Calmon, documento-síntese dos trabalhos realizados. O documento apresentava 23 tópicos, ressaltando a “inadiável necessidade” de estados e municípios adotarem medidas como: complementar a ação federal na proteção dos bens culturais e naturais nacionais e regionais por meio da criação de órgãos específicos sob orientação da Dphan; elaborar uma legislação estadual e municipal para o setor; ampliar os recursos orçamentários; investir na formação de mão de obra especializada sob orientação de órgãos federais; proteção da documentação por meio da criação de arquivos; preservação de cemitérios e túmulos de valor histórico; criação de museus regionais com a função de documentar “a formação histórica, tendo em vista a educação cívica e o respeito da tradição”⁷⁴. O Compromisso incorporou os principais tópicos do trabalho apresentado pelo CFC durante o Encontro. Contudo, o Compromisso de Brasília era mais superficial do que o trabalho “Defesa do patrimônio histórico, artístico e natural do Brasil, no pensamento do Conselho Federal de Cultura”. O Compromisso de Brasília não tratava do problema das fontes orçamentárias; não mencionava a necessidade de convênios entre os órgãos federais, estaduais e municipais; e não previa a criação de órgãos regionais dedicados exclusivamente à proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Dos 23 tópicos presentes no Compromisso, apenas dois são desconsiderados pelo documento produzido pelo CFC: a necessidade de proteção do patrimônio militar e eclesiástico e o papel do ensino na formação cívica do cidadão.

74 Artigo n.º 12, do Documento de Brasília, assinado por todos os participantes do I Encontro de Governadores em Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano IV, n. 34, p. 111-115, abr. 1970.

3.3 O civismo como expressão máxima da consciência nacional

A construção do ideário cívico não foi exclusividade dos intelectuais, militares ou grupos políticos integrados ao Estado durante o período da ditadura civil-militar. Desde a Primeira República (1889-1930), movimentos organizados, como a Liga da Defesa Nacional, fundada por Olavo Bilac, em 1915, já expressavam a presença desse ideário no pensamento político e social brasileiro, ainda que esse ideário aparecesse de forma intermitente⁷⁵. Aliás, Olavo Bilac tornou-se uma personagem-símbolo do civismo nos anos de chumbo, sendo reverenciado como exemplo de cidadão consciente de seus deveres perante sua comunidade⁷⁶. A historiadora Angela de Castro Gomes destaca a construção de uma “cultura cívico-patriótica” pelos republicanos desde o final do século XIX, processo associado à formulação de uma “história pátria” considerada fundamental na formação dos cidadãos após a proclamação da República. Para Angela de Castro Gomes, a necessidade dos republicanos de elaborar um novo discurso político capaz de forjar os elementos simbólicos da nação os levará a buscar na história e na geografia ensinadas os artefatos necessários à consolidação de um ideário cívico capaz de gerar o “sentimento patriótico” em todos os brasileiros⁷⁷.

A ideia de civismo como pilar constitutivo da relação entre o Estado e a sociedade civil, durante a ditadura civil-militar (1964-1985), será aqui investigada, prioritariamente, por meio de documentos e discursos produzidos naqueles cenários onde circulavam as personagens políticas e intelectuais que, por ocupar um espaço de destaque na burocracia federal, se articulavam ou pertenciam ao CFC no período entre 1967 e 1975. Acreditamos que os discursos construídos em torno do civismo ao longo da ditadura civil-militar apresentam especificidades próprias, com usos muitas vezes distintos dos períodos anteriores ao golpe. Dessa forma, serão privilegiados os discursos do ministro da Educação e Cultura, os discursos dos conselheiros e os documentos produzidos a

75 LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

76 Dentre as obras publicadas durante a ditadura civil-militar sobre o patriotismo de Olavo Bilac, citamos: BRANDÃO, Adelino. *Olavo Bilac e o serviço militar, o homem, o artista, o patriota*. Rio de Janeiro: 1969; LOPES, Moacir de Araújo. *Olavo Bilac, o homem cívico*. Brasília: Imprensa Nacional, 1968; MAGALHÃES Júnior, Raimundo. *Olavo Bilac e sua época*. Rio de Janeiro: CEA, 1974.

77 GOMES, Angela de Castro. República, educação cívica e história pátria: Brasil e Portugal. In: ANPUH. *Simpósio Nacional de História: História e Ética*, 25., 2009, Fortaleza. Anais do Simpósio. Fortaleza, 2009.

partir da ação do Conselho. Essa declaração inicial não restringe a promoção do ideal cívico ao CFC ou ao setor cultural do MEC; ao contrário, observamos que a noção de civismo presente nos discursos aqui analisados está apoiada também na ação de outros setores governamentais, especialmente a partir da criação da Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC) e a inclusão das disciplinas Educação Moral e Cívica e Estudo dos Problemas Brasileiros, em 1969, nos currículos oficiais de ensino.

A noção de civismo está irremediavelmente associada ao fenômeno da cidadania. É impossível investigar o projeto político que constitui o civismo sem relacioná-lo com o ideal de cidadania. Afinal, o civismo, na ditadura civil-militar, tal como investigado nesta pesquisa, dialoga com as concepções gerais sobre a cidadania, sacrificando alguns dos seus direitos em nome da preservação da nação. O ideário cívico na ditadura civil-militar foi gestado dentro dos padrões estabelecidos pelo fenômeno da cidadania; contudo, radicalizado pelo pensamento conservador e nacionalista, sobrepôs-se ao fenômeno originário. Por isso, dentro dos objetivos desta pesquisa, incorporamos a noção de cidadania apresentada por José Murilo de Carvalho, sem a pretensão de esgotar todos os debates sobre este fenômeno. A cidadania compreende um conjunto de direitos civis, políticos e sociais surgidos na Europa Ocidental entre os séculos XVIII e XIX, com o advento da modernidade e o desenvolvimento do capitalismo. Para José Murilo de Carvalho, o ideal de cidadania não é um fenômeno igualmente vivenciado por todos os países ocidentais que buscaram na modernidade e no capitalismo os modelos político e econômico de organização social. Por isso, “a maneira como se formaram os Estados-nação condiciona assim a construção da cidadania”⁷⁸. José Murilo de Carvalho descreve cada um desses direitos e a frequência com que esses direitos aparecem desconectados entre si nas sociedades em determinados períodos históricos, proporcionando a existência de “cidadãos incompletos”, ainda que o ideal de “cidadania plena” seja amplamente almejado. Na definição de cada direito, propõe que:

Direitos civis são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Sua pedra de toque é a liberdade individual. É possível haver direito civis sem direitos

78 Sobre o conceito de cidadania e seus níveis de aplicação na trajetória política brasileira, ver: CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 12.

políticos. Estes se referem à participação do cidadão no governo da sociedade. Seu exercício é limitado a parcela da população e consiste na capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar e ser votado. Finalmente, há os direitos sociais. [...] Eles incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. [...] Os direitos sociais permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar social para todos⁷⁹.

No civismo, tal como reelaborado na ditadura civil-militar, os direitos políticos, civis e sociais dos cidadãos podem ser restringidos em favor da harmonia social e da “segurança nacional”. O conceito foi habilmente utilizado para redefinir a relação entre o Estado e os cidadãos, num período marcado por atos institucionais que feriam os princípios da cidadania, mas que estavam perfeitamente ajustados aos princípios do civismo. Como nesse período a ideia de civismo sobrepõe-se ao ideal de cidadania, definindo prioritariamente os deveres dos cidadãos, qualquer ação do Estado em defesa da nação encontrava-se legitimada. O civismo, ideário-chave durante a ditadura civil-militar, foi incorporado aos discursos e às ações políticas dos intelectuais atuantes no CFC por meio da associação do civismo, ideário político por excelência, à noção de cultura. Para os intelectuais do CFC, a elaboração de políticas culturais sistemáticas era fundamental na preservação e divulgação do patrimônio cultural e da memória nacional e, para os governos militares, essa visão conservadora e otimista da cultura forneceria as bases da construção do civismo. Assim, o papel da cultura seria realçar os elementos que compõem a nação. A defesa da cultura foi considerada fundamental para a formação de cidadãos conscientes tanto de seu papel de devoção à pátria quanto da necessidade de solidariedade social. Ampliaram-se, dessa forma, os artefatos utilizados na elaboração do discurso cívico a partir da Primeira República. Além da história, geografia e literatura nacional ensinadas nos bancos escolares, era fundamental a encenação desses artefatos por meio de monumentos, comemorações públicas de efemérides, preservação dos conjuntos arquitetônicos, manifestações folclóricas etc.

79 CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 10.

Em 1967, a Fundação Nacional do Material Escolar (Fename) financiou a publicação da *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*, sob organização do padre Fernando Bastos de Ávila e que em 1982, já na segunda tiragem da sua terceira edição, comemorava a reprodução de 500 mil cópias desde a sua primeira edição. A obra de caráter didático tornou-se referência nos currículos escolares brasileiros. A definição de civismo presente nessa obra enfatizou o papel do cidadão e sua relação com a sociedade civil e o Estado, informando que o exercício das práticas cívicas incluía, entre outros aspectos:

[...] obediência às leis, preservação da ordem, defesa da moral e dos bons costumes, estímulo aos valores sociais positivos, repressão dos elementos ou valores sociais negativos, incentivos aos jovens para o desenvolvimento harmonioso e sadio de sua personalidade, colaboração nas obras sociais e iniciativas que visem o bem-estar humano⁸⁰.

A enciclopédia optava por uma apresentação ampla do conceito, ainda que as noções de obediência ao Estado, defesa da moral e manutenção da ordem fossem destacadas. A obra, composta de centenas de verbetes, trazia informações sobre vários órgãos da burocracia estatal, explicando o seu funcionamento, mas, contraditoriamente, não definia as noções de “subversão” ou “segurança nacional”, constantemente utilizadas pelos militares à época.

Já o livro, *O Cidadão e o Civismo: Educação Moral e Cívica, suas Finalidades*, organizado por Adonias Aguiar Filho, em 1982, com o financiamento da CNMC e do INL, por meio do Pró-memória, foi inteiramente dedicado ao civismo, detalhando os deveres do cidadão, a função do Estado e da sociedade civil no ensino das práticas cívicas às gerações futuras e, principalmente, a estrutura ideológica do conceito. A obra foi organizada em oito capítulos, escritos por Adonias Filho, Manoel Gonçalves Ferreira Filho, Arthur Machado Paupério, Américo Jacobina Lacombe, Pedro Calmon, padre Estevão

80 ÁVILA, Fernando Bastos de, padre, (Org.). *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*. Rio de Janeiro: Fename, 1967.

Bittencourt, Manuel Diégues Júnior, dom Luciano José Cabral Duarte, com introdução de Ruy Vieira da Cunha. A obra é tomada aqui como fonte documental por ser organizada por um conselheiro com a participação de mais dois membros do Conselho. Serão privilegiados os capítulos de autoria dos conselheiros⁸¹.

Para Adonias Aguiar Filho, há uma hierarquia entre os valores sociais, cujos mais fundamentais são os valores superiores absolutos, quais sejam, os valores éticos e os valores cívicos. No ensaio, o conselheiro não detalha quais são os aspectos que constituem os valores éticos, centrando-se apenas na análise dos valores cívicos. O civismo, definido como um valor social superior absoluto, é o responsável pela autodefesa da nação diante do “processo de mudança inevitável, que sempre corresponde a um risco histórico não calculado”⁸². Esses valores superiores absolutos estavam alicerçados nos elementos nacionais formados pelos “produtos culturais da nação”. A associação nação-cultura foi construída por meio da leitura estruturalista da cultura que a definia, na longa duração, como “os costumes, as normas sociais, território e língua, tradições e crenças, o complexo cultural, (que) engendra e configura o caráter nacional”⁸³. Nessa perspectiva, a cultura é o cenário em que o caráter nacional é forjado: “A nação, juridicamente organizada, tem nesse complexo cultural a sua estrutura fundamental”⁸⁴. As práticas cívicas, realizadas pelos cidadãos conscientes de seus deveres na manutenção da nação, estão apoiadas nas estruturas culturais. O civismo, por ser um valor superior absoluto, constrói um aparato simbólico igualmente absoluto como os hinos, os heróis, as datas singulares, os mitos de origem.

Manuel Diégues Júnior propôs que o civismo é formado por três elementos também essenciais e necessários à harmonia social: a consciência nacional, a unidade nacional e a tradição nacional. A relação de interdependência entre esses elementos geradores do civismo é claramente apresentada. A conscientização dos cidadãos, considerados os principais agentes sociais, depende da incorporação dos “valores autênticos da

81 AGUIAR FILHO, Adonias (Org.) *O cidadão e o civismo: educação moral e cívica, suas finalidades*. São Paulo: Ibrasa; Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Moral e Civismo; Brasília: INL/Fundação Pró-Memória, 1982.

82 AGUIAR FILHO, Adonias. “Pequeno ensaio sobre o cidadão e o civismo”. In: AGUIAR FILHO, Adonias (Org.) *O cidadão e o civismo: educação moral e cívica, suas finalidades*. São Paulo: Ibrasa; Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Moral e Civismo; Brasília: INL/Fundação Pró-Memória, 1982. p. 29-48.

83 Ibid., p. 37.

84 Ibid., p. 37.

nacionalidade” expressos pela cultura. Esses valores forjam o “sentimento de unidade nacional”, pois refletem o espírito nacional construído desde o princípio da formação social brasileira. A tradição nacional, por sua vez, é a soma da crença na existência da unidade nacional associada à trajetória histórica comum. O papel da tradição é fundamental na seleção dos registros culturais que devem ser preservados. Aqueles registros identificados pelos intelectuais como geradores estruturantes da sociedade brasileira integram a categoria de tradição nacional e reforçam o sentimento de unidade.

Cumprе ressaltar que uma verdadeira política de defesa dos valores culturais e sociais não se fará se não repousar na tradição – naquilo que, como herança de nossos antepassados, é preservado e conservado, em que pesem as possíveis modificações originais de cada época em que vive respectiva sociedade⁸⁵.

A ideia de civismo como elemento-chave na construção da consciência nacional estava ancorada na organização de uma política de proteção do passado. Esse passado compreendido como memória era considerado o elemento-síntese da tradição nacional – esta a principal responsável por fornecer os registros da nacionalidade. Assim, o passado deveria ser cultuado por meio do ensino e da cultura. Esse culto era identificado com o patriotismo necessário à construção do imaginário social, ao estabelecimento de laços de solidariedade e à reciprocidade necessária entre o Estado e a sociedade civil.

É invariável, no tempo e no espaço, a lei de preservação da memória com base na identificação social. [...] A liga que [o povo] envolve provém da língua em que se exprime; mas para lhe dar consciência do seu ser, tem de instrumentar as reminiscências comuns. A sua solidez decorre da sua recordação. Todos den-

85 DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Compreensão dos direitos e deveres. In: AGUIAR FILHO, Adonias (Org.) *O cidadão e o civismo: educação moral e cívica, suas finalidades*. São Paulo: Ibrasa; Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Moral e Civismo; Brasília: INL/Fundação Pró-Memória, 1982. p. 109-118.

tro desse ambiente [...] se sentirão solidários na medida em que conheçam e reconheçam o antepassado, a milagrosa força originária de que se desatou a dinâmica da evolução, o feito prodigioso (fonte das epopeias vindouras) e o herói providencial (objeto de culto cívico) em cujo complexo poético vibram a emoção, a fidelidade, o entusiasmo, o orgulho ou isso que, em amplitude ou abstração, chamamos de patriotismo⁸⁶.

A história-memória teria como função social conscientizar o cidadão do seu pertencimento a um “povo”, por meio da valorização do passado, da elaboração de uma trajetória compartilhada no “tempo e no espaço” e da invenção de heróis. A construção dessas narrativas históricas, associadas à memória nacional com a função de forjar nos cidadãos sentimentos de pertencimento que promovessem o patriotismo dos nacionais, dependia da elaboração de um discurso otimista sobre a trajetória da sociedade brasileira. Afinal, como propõe Pedro Calmon, era preciso que os cidadãos, por meio de um “complexo poético” gerado por narrativas que destacassem a “dinâmica da evolução”, o “feito prodigioso” e o “herói providencial”, se identificassem positivamente com a nação, construindo laços de solidariedade. Só um passado verdadeiramente patriótico garantiria a inevitabilidade de nossa ascensão ao seletivo grupo das grandes potências mundiais.

Os intelectuais do CFC estão integrados a uma corrente de pensamento que atravessou, resguardando as diferenças entre os grupos e suas práticas de inserção no aparato político, os diversos setores que trabalhavam no direcionamento de políticas culturais e educacionais na ditadura civil-militar: o “otimismo”⁸⁷. Esse discurso otimista foi habilmente incorporado como política de Estado e pode ser observado nas propagandas políticas, nas políticas culturais e nas obras destinadas à educação, buscando reforçar no imaginário social uma ideia do Brasil como um “país ordeiro”, com um “povo pacífico” e em processo de desenvolvimento.

86 CALMON, Pedro. Os grandes fatos e os grandes homens na educação moral e cívica. In: AGUIAR FILHO, Adonias (Org.) *O cidadão e o civismo: educação moral e cívica, suas finalidades*. São Paulo: Ibrasa; Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Moral e Civismo; Brasília: INL/Fundação Pró-Memória, 1982. p. 85-94.

87 FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

A propaganda política da época procurou consolidar como tradição incontestável uma certa tendência de fato já forte naquela ocasião de leitura sobre o Brasil: a vinculação entre os brasileiros, e a unidade na identidade, dar-se-ia através de uma cultura brasileira, mesclada com uma promissora visão do futuro⁸⁸.

A elaboração de um discurso que construísse um passado comum da nação tornava a cultura nacional um instrumento preponderante para demonstração de nosso desenvolvimento e atravessou diversos setores estatais. Nesse sentido, a ditadura civil-militar elaborou um conjunto de imagens com o objetivo de caracterizar a nação com base em ideias-força, como cultura, memória e identidade. Como afirma Carlos Fico, a ditadura civil-militar buscou uma imagem sobre o Brasil que vislumbresse na longa duração aspectos promotores de “esperança e otimismo”⁸⁹.

Conforme propõe José Carlos Reis, a corrente otimista entre as décadas de 1930 e 1970 incorporou as análises antropológicas de Gilberto Freyre⁹⁰. Para os defensores dessa visão sobre a identidade brasileira:

Somos um povo unido, com caráter bem definido, com bom quinhão territorial, sem rupturas, para nossa expressão, para a nossa integração, para a nossa felicidade brasileira. [...] A identidade brasileira é definida geográfica e geneticamente e está impressa no corpo-alma do brasileiro de forma inescapável, in-suprimível, inalterável⁹¹.

88 Ibid., p. 24.

89 FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo*: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p. 74.

90 REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil*: de Calmon a Bonfim. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

91 Ibid., p. 37.

Esse regionalismo, associado à valorização da mestiçagem, permitia a construção de um discurso otimista sobre o Brasil e sua singularidade ante as demais nações. O pluralismo regional que definia a sociedade brasileira não era excludente, não causou rupturas, ao contrário, visto do plano externo, irmanava as mais diferentes regiões do país, edificando a nação. Adonias Filho, em discurso comemorativo dedicado aos 70 anos de Freyre, no CFC, enfatizava a importância do sociólogo e de sua mais famosa obra, *Casa Grande & Senzala*, para sua geração:

A consciência intelectual de minha geração – hoje entre os 50 e os 55 anos – se fez imediatamente depois da publicação de *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre. [...] o sociólogo fazia ciência como um escritor – e que escritor!⁹².

Adonias Filho, ao reverenciar a qualidade da escrita de Freyre, valoriza a capacidade da obra de servir como referência para as futuras produções brasileiras. A leitura otimista no pensamento social brasileiro não foi exclusividade da ditadura civil-militar. A incorporação da visão otimista pelo Estado brasileiro tem origem no primeiro governo Vargas (1930-1945) por meio de sua associação às correntes nacionalistas conservadoras. Contudo, na ditadura civil-militar o otimismo trazia consigo a perspectiva de um futuro próspero gestado por um passado nacional cuidadosamente reinventado. As imagens positivas construídas em torno da singularidade da formação social brasileira buscavam enfatizar a brasilidade⁹³.

Pode-se dizer que, durante o Estado Novo, a assim chamada “identidade brasileira” seria amplamente redefinida – pelo menos do ponto de vista governamental. Muitos dos elementos que posteriormente, durante a ditadura militar pós-64, seriam

92 Trecho do discurso de Adonias Filho durante a homenagem aos 70 anos de Gilberto Freyre. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. Homenagem aos setenta anos de Gilberto Freyre. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, n. 33, p. 33-34, mar. 1970.

93 FICO, Carlos. Op. cit., p. 34.

utilizados pela propaganda política foram estabelecidos nessa época: a valorização do trabalho, uma certa ideia de nação – baseada nos princípios de coesão e cooperação. Pode-se dizer, então, que essas são matizes ideológicas do Estado Novo e que seriam retrabalhadas na ditadura militar⁹⁴.

A corrente otimista “reinventada” na ditadura civil-militar garantiu o substrato ideológico ao civismo, sustentando-o por meio da produção simbólica elaborada pelos diversos agentes e agências atuantes na ditadura civil-militar. As ideias-força de tradição, brasilidade, mestiçagem, país continental, pluralidade cultural, associadas à leitura desenvolvimentista de um futuro glorioso, capitalista e ocidental, produzidas pelo discurso otimista, foram incorporadas ao discurso cívico. Considero que o civismo é a exacerbação desse otimismo, possibilitando uma sistematização conceitual até então difusa. O civismo, ao incorporar o otimismo, organizou o aparato discursivo e ideológico nacionalista-conservador em torno do projeto autoritário dos governos militares. O civismo, neste caso, sobrepõe-se à cidadania moderna por desconsiderar a legitimidade dos interesses políticos conflitantes existentes na sociedade; limitar a capacidade de organização política coletiva; aviltar a liberdade de expressão e os direitos individuais em nome de supostos valores superiores nacionais. A defesa desses valores superiores absolutos, que por princípio são imutáveis e responsáveis pela existência da sociedade, legitimava ações coercitivas que limitavam a liberdade individual, esta última sacrificada em nome de um bem considerado maior que os cidadãos: a nação. Aliás, a função social do cidadão estava bem definida: ele era o agente responsável pela proteção desses valores; ao romper com esse dever perdia também seus direitos políticos e sociais, ou seja, deixava de ser cidadão, tornava-se um subversivo.

3.3.1 A FORMAÇÃO DA “CONSCIÊNCIA CÍVICA” E OS DEVERES DO CIDADÃO

A relação entre o cidadão e a sociedade civil estabelecida por meio do processo de conscientização cívica pressupõe a participação ativa desse patriota na condução dos destinos da nação, atribuindo-lhe como dever máximo a defesa dos valores superiores diante das ameaças provocadas pelas mudanças sociais. As inevitáveis transformações

94 Ibid., p. 34.

vivenciadas pelas sociedades modernas traziam em seu bojo riscos à unidade nacional e ao funcionamento ordeiro da sociedade brasileira – ambos os fatores fundamentados na tradição nacional. Para resguardar a nação dos possíveis sobressaltos provocados pelas mudanças sociais que poderiam produzir abalos nas estruturas formadoras da sociedade, devido ao seu alto grau de imprevisibilidade, caberia aos cidadãos identificar os perigos de novas ideias por meio da proteção dos valores superiores absolutos – valores cívicos e éticos. Ao preservar esses valores acima de todas as transformações conjunturais, as estruturas sociais permaneceriam inabaladas e as mudanças sociais trariam consigo somente os possíveis benefícios do processo de modernização sem ameaçar a sociedade. Dessa forma, o cidadão era o agente social responsável por excelência pela preservação da nação.

E tudo porque o cidadão, como logo se subentende, é o agente em torno de quem se alicerça a própria sociedade. Não há como subestimar, pois, a condição vital do cidadão para que a sociedade se mantenha funcionalmente organizada⁹⁵.

Para Adonias Filho, a execução das funções administrativas pelo Estado, a existência de partidos políticos representativos dos interesses coletivos e a fiscalização do Judiciário dependiam da consciência dos cidadãos de seus deveres cívicos. A ameaça das ideologias totalitaristas preconizadas pelas lideranças nazistas e comunistas só seria refutada pelas sociedades democráticas com a formação desse cidadão por meio de investimentos estatais na área educacional⁹⁶. O pleno exercício das práticas cívicas, função social prioritária do cidadão, considerado o agente conservador responsável pela preservação das estruturas sociais a partir da proteção dos valores superiores humanos, dependia de adequada formação proporcionada pela educação por meio do Estado.

95 AGUIAR FILHO, Adonias (Org.) *O cidadão e o civismo: educação moral e cívica, suas finalidades*. São Paulo: Ibrasa; Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Moral e Civismo; Brasília: INL/Fundação Pró-Memória, 1982. p. 33.

96 Ibid., p. 36.

E, precisamente porque depende do cidadão, a sociedade não tem como ignorar a sua formação educacional. [...] Mas, dentre os deveres desse cidadão educado para servir à sociedade e à família, sobressairão as atividades cívicas – concentradas no culto à Nação – que têm origens na valorização mesma do caráter nacional. [...] O complexo cultural, pois, porque abrangente de todos os valores que compõem o caráter nacional, é que deve motivar as atividades cívicas do cidadão⁹⁷.

Em 1969, foi promulgado o Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro, dispondo sobre a obrigatoriedade do sistema de ensino ofertar a disciplina Educação Moral e Cívica. O mesmo decreto, artigos nº 5 e nº 6, criou a Comissão Nacional de Moral e Civismo no ensino básico e Estudo dos Problemas Brasileiros no nível superior. O artigo nº 2 do referido decreto destacava que às disciplinas cabiam:

O aprimoramento do caráter, com o apoio moral, na dedicação à comunidade e à família, buscando-se o fortalecimento desta como o núcleo natural e fundamental da sociedade, a preparação para o casamento e a preservação do vínculo que a constitui⁹⁸.

Em 11 de fevereiro de 1971, o Conselho Federal de Cultura recebeu a visita da Comissão Nacional de Moral e Civismo, presidida pelo almirante Benjamin Sodré. Três membros da CNMC acompanhavam o almirante Sodré: Humberto Grande, Eloywaldo Chagas de Oliveira e Álvaro Neiva. A visita refletia o caráter amigável entre os dois órgãos normativos. O almirante Benjamin Sodré lembrava os laços de amizade que uniam os membros da Comissão a diversos conselheiros. A visita oficial registrava em tom de agradecimento “a

97 AGUIAR FILHO, Adonias (Org.) *O cidadão e o civismo: educação moral e cívica, suas finalidades*. São Paulo: Ibrasa; Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Moral e Civismo; Brasília: INL/Fundação Pró-Memória, 1982. p. 36.

98 BRASIL. Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. Artigo n. 2.

colaboração do Conselho Federal de Cultura que realiza uma obra de civismo ao propugnar a cultura nacional⁹⁹. O conselheiro Pedro Calmon agradeceu a visita, enaltecendo as características do presidente da Comissão, almirante Benjamin Sodré. O agradecimento não era meramente formal. Os membros do CFC empenharam-se na tarefa de divulgação do ideário cívico, seja por meio da incursão no setor educacional, promovendo cursos, propondo projetos cívicos, ou, ainda, na orientação das políticas culturais.

O papel do ensino, em todos os níveis, na construção de uma consciência cívica associada ao valor da tradição apareceu nos documentos oficiais do Conselho, no discurso dos ministros da Educação e Cultura e, claro, nos discursos dos conselheiros. Como propõe Angela de Castro Gomes, desde a Primeira República, elaborou-se uma “pedagogia da nacionalidade” necessária à “consolidação de uma cultura política republicana”¹⁰⁰.

No Compromisso de Brasília, documento resultante do Encontro dos Governadores em Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Brasil, realizado em Brasília entre os dias 1º e 3 de abril de 1970, consta em dois itens do acordo o papel da educação na formação da consciência nacional:

9. Sendo o culto do passado elemento básico da formação da consciência nacional, deverão ser incluídas nos currículos escolares, de níveis primários, médio e superior, matérias que versem o conhecimento e a preservação do acervo histórico e artístico, das jazidas arqueológicas e pré-históricas, das riquezas naturais e da cultura popular [...] 12. Recomenda-se a instituição de museus regionais, que documentem a formação histórica, tendo em vista a educação cívica e o respeito da tradição¹⁰¹.

99 Ata da 246ª sessão plenária, realizada em 11 de fevereiro de 1971. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, p. 166-170, jan.-mar. 1971.

100 GOMES, Angela de Castro. República, educação cívica e história pátria: Brasil e Portugal. In: ANPUH. *Simpósio Nacional de História: História e Ética*, 25., 2009, Fortaleza. Anais do Simpósio. Fortaleza, 2009. p. 1.

101 Compromisso de Brasília. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano IV, n. 34, p. 113, abr. 1970.

Além de uma legislação adequada às necessidades preservacionistas, era fundamental conscientizar a população da importância do patrimônio por meio da educação. A tarefa caberia às disciplinas Educação Moral e Cívica, no ensino básico, e Estudo dos Problemas Brasileiros, no ensino superior. O patrimônio cultural do país era considerado indispensável na formação do civismo nacional. Para Renato Soeiro, o desenvolvimento era perfeitamente conciliável com a proteção e a valorização do patrimônio; afinal, residia no patrimônio a memória histórica da formação social brasileira.

Os membros do Conselho Federal de Cultura estavam realmente empenhados na difusão do ideário cívico e sua relação com a proteção e a valorização da cultura nacional. A Universidade Federal do Rio de Janeiro, entre 1971 e 1980, por meio do Fórum de Ciência e Cultura, promoveu o Curso de Atualização sobre Problemas Brasileiros, destinado à capacitação de docentes de ensino superior para ministrar a disciplina Estudo dos Problemas Brasileiros. O curso foi proposto por Pedro Calmon como solução provisória à inexistência de um curso superior de Estudos Brasileiros. Organizado em conferências temáticas, o curso foi ministrado por intelectuais, ministros de Estado e militares do alto escalão do governo federal. Os conselheiros Afonso Arinos de Melo Franco, Arthur Cezar Ferreira Reis, Clarival do Prado Valladares, Djacir Menezes, Gilberto Freyre, José Cândido de Mello Carvalho, Manuel Diégues Júnior, Raymundo Moniz de Aragão e Pedro Calmon proferiram conferências nos cursos ao longo de sua existência. O curso foi coordenado pelo conselheiro Raymundo Moniz de Aragão. As conferências foram integralmente publicadas nos *Cadernos de Estudos Brasileiros*, editados pela UFRJ a partir de 1972. Logo no primeiro ano do curso foram realizadas 25 conferências temáticas e diplomados 65 professores do nível superior. O editorial do primeiro número do periódico *Cadernos de Estudos Brasileiros*, em 1972, assinado pelo reitor da UFRJ, Djacir Menezes, e reproduzido integralmente em todos os seus 20 números, destacava a importância de conscientizar as elites intelectuais brasileiras sobre os desafios nacionais:

Os responsáveis pelo programa, que poderíamos chamar de “atualização” da consciência das elites estudosas a respeito de nossos problemas, promovido por órgão superior de cultura universitária, têm a íntima convicção de que trabalham em prol da consolidação institucional do Brasil¹⁰².

102 MENEZES, Djacir. Editorial. In: FÓRUM DE CIÊNCIA E CULTURA. *Cadernos de Estudos Brasileiros*. Rio de Janeiro: UFRJ, ano I, n. 1, 1972.

O investimento dos principais intelectuais do CFC nesse projeto caracteriza a preocupação e a participação desses conselheiros na difusão do civismo por meio do ensino. A presença constante dos membros do Conselho no Curso de Atualização dos Problemas Brasileiros, até mesmo na elaboração e na organização do curso, demonstra o empenho desses intelectuais na propagação do civismo como pilar sustentatório da nacionalidade.

Além das disciplinas ministradas em escolas e universidades do país, projetos cívicos deveriam estimular os estudantes universitários a participar de ações sociais com o intuito de desenvolver a solidariedade social e o amor à pátria. Cabe lembrar que setores sociais conservadores se organizavam desde o início da década de 1960 em torno de associações cívicas, exigindo a defesa da pátria e a preservação das tradições nacionais¹⁰³. Os projetos como a Operação Rondon e a Operação Mauá, de caráter nacionalista e otimista, previam que com o trabalho assistencialista dos universitários no interior do país seria possível amenizar as mazelas cotidianas vivenciadas por parcelas da população economicamente menos favorecidas. Além disso, esse trabalho patriótico estimularia a devoção à pátria, a defesa do Estado nacional constituído e promoveria os valores superiores absolutos, afastando os jovens das ideologias perniciosas, como o comunismo, que invadiam as escolas secundárias e as universidades brasileiras. Conhecer a “realidade nacional” e estimular a cooperação social, por meio de intervenções assistencialistas, dissolveria a ação dos movimentos de esquerda que arrastavam para suas fileiras os cidadãos mais jovens, ameaçando a ordem social. Previam-se que as ações solidárias a ser realizadas pelos projetos Rondon e Mauá substituiriam as discussões entre os jovens sobre a questão fundiária, a concentração de renda e a falta de investimentos sociais que mantinham em condições de pobreza as camadas da população menos favorecidas economicamente pela intervenção assistencialista.

Dentre os diversos projetos executados pelo CFC, o projeto Capistrano de Abreu nos chama a atenção pela associação direta com os projetos cívicos Operação Rondon e Operação Mauá, ambos organizados pela Comissão Nacional de Moral e Civismo. Em 1971, Rachel de Queiroz, por sugestão do então diretor do Arquivo Nacional, Raul Lima, propôs ao Conselho a criação do projeto Capistrano de Abreu junto às universidades federais brasileiras. O projeto previa que os estudantes do curso de História tivessem acesso aos arquivos brasileiros para realizar pesquisas sob devida orientação, visando “engajar

103 CORDEIRO, Janaina Martins. *Diretas em movimento: a campanha da mulher pela democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

a mocidade em projetos de interesse para a nacionalidade¹⁰⁴. Ao longo do ano de 1972, os Conselhos Estaduais de Cultura do Amazonas, do Pará, do Espírito Santo e de Santa Catarina mostram-se entusiasmados com o projeto; até mesmo os CECs do Amazonas, do Espírito Santo e de Santa Catarina apresentaram iniciativas concretas para a realização da Operação Capistrano de Abreu. A Universidade Federal Rural de Pernambuco, a Universidade Federal do Ceará, a Universidade Federal de Santa Catarina e a Universidade Católica de Pernambuco também enviaram telegramas em apoio ao projeto¹⁰⁵. O Ministério do Exército enviou ofício ao Departamento de Assuntos Culturais parabenizando o CFC pela Operação Capistrano de Abreu. Não foi possível avaliar a extensão do projeto nas universidades brasileiras, nem se ele foi efetivado. Mas realmente existiu a tentativa do CFC de concretizar o projeto, na medida em que alguns conselhos estaduais e universidades se mostraram parceiros do CFC nessa empreitada. O conselheiro Arthur Reis, durante visita do ministro Jarbas Passarinho ao CFC, em 1973, para a posse dos novos presidente e vice-presidente do Conselho, destacava a execução do projeto como responsável pelo “inventário real do nosso passado”¹⁰⁶. Para as análises aqui sugeridas, a tentativa de concretização do projeto, mesmo que mínima, já é suficiente para demonstrar a inter-relação entre os projetos cívicos apresentados pelo CNMC e o CFC.

As ações cívicas para a mocidade promovidas pelo Exército brasileiro também eram prestigiadas por membros do Conselho. Gilberto Freyre transmitiu ao CFC seu entusiasmo pelas Olimpíadas do Exército Nacional, realizadas em Recife, em 1973. Raymun-

104 Ata da 266ª da sessão plenária, realizada em 3 de junho de 1971. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, 1971, ano I, n. 2, abr.-jun. 1971.

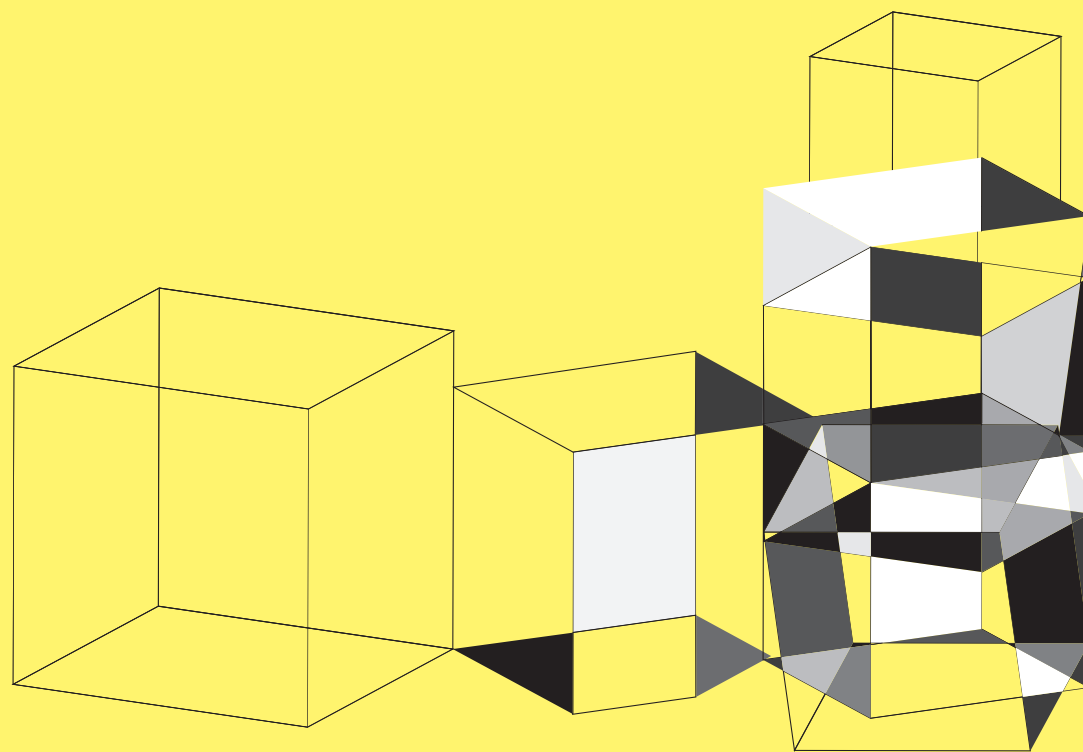
105 Ver atas das sessões: 298, de 3 de janeiro de 1972. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n. 5, jan.-mar. 1972; 303, de 2 de fevereiro de 1972. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n. 5, jan.-mar. de 1972; 317, de 3 de abril de 1972. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n. 6, abr.-jun. 1972; 315, de 9 de maio de 1972. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n. 6, abr.-jun. 1972; 319, de 6 de junho de 1972. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n. 6, abr.-jun. 1972; 321, de 8 de junho de 1972. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n. 6, abr.-jun. 1972; 343, de 5 de dezembro de 1972. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n. 8, out.-dez. 1972.

106 Oração proferida por Arthur Reis durante a posse de Raymundo Moniz de Aragão na presidência e Manuel Diégues Júnior na vice-presidência do CFC, no biênio de 1973-1974. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano III, p. 11-25, jan.-mar. 1973.

do Moniz de Aragão, comungando do mesmo espírito entusiástico de Freyre, informara que os jogos não eram apenas militares, mas nacionais; afinal, deles participavam os moços chamados a servir honrosamente à sua pátria. O CFC decidiu enviar ofício aos ministros de Estado do Exército, da Educação e à Casa Civil da Presidência da República parabenizando-os pela iniciativa cívica. Gilberto Freyre ainda relatou suas impressões sobre o presidente da República Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), destacando o “homem severo, mas sempre acolhido com simpatia pela população”¹⁰⁷.

Os projetos apresentados pelo Conselho eram compreendidos como instrumentos de formação cívica e proteção das tradições nacionais. O CFC acreditava promover diversas ações cívicas ao valorizar os lugares da memória nacional, como, por exemplo: o apoio às comemorações de centenários, dentre as quais se destaca a comemoração do Sesquicentenário da Independência do Brasil, em 1972; o estímulo à publicação de obras completas na *Coleção Centenário*; a preservação dos conjuntos arquitetônicos coloniais; o projeto de reformulação da Biblioteca Nacional; as casas de cultura; a definição de diretrizes para as políticas culturais. Essas ações executadas pelo CFC serão retratadas no próximo capítulo e respondem à orientação cívica a ser promovida pela cultura.

107 Ata da 359ª sessão plenária, realizada em 10 de abril de 1973. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n. 10, abr.-jun. 1973.



IV A FUNÇÃO CÍVICA DAS
POLÍTICAS CULTURAIS:
DISCURSOS E AÇÕES
PROMOVIDOS PELO CFC

Sr. Ministro: Todos, neste Conselho – como V. Exa. –, amamos e desejamos servir à Pátria comum. E acreditamos saber como fazê-lo, no desempenho da transcendente missão que nos incumbe de promover a defesa e o constante acréscimo da cultura nacional¹.

Raymundo Moniz de Aragão

O Conselho Federal de Cultura (CFC) promoveu, entre 1967 e 1975, convênios, financiou projetos, investiu na publicação de obras de referência sobre a cultura nacional e propôs importantes anteprojetos de lei para a institucionalização do setor cultural e reformulação de suas principais instituições. A capacidade de execução dos inúmeros projetos criados pelo Conselho sempre foi limitada, especialmente devido a seus poucos recursos. Entretanto, a vitalidade política dessa instituição só apresentou sinais de esgotamento em meados da década de 1970, quando uma nova proposta para o setor cultural avançou pelo aparelho estatal e o investimento maciço na produção cultural foi vislumbrado como a melhor opção para responder ao processo de desenvolvimento almejado pelo Executivo.

Em 1973, durante a cerimônia de posse dos novos presidente e vice-presidente do CFC, respectivamente, Raymundo Moniz de Aragão e Manuel Diégues Júnior, para o biênio 1973-1974, o conselheiro Arthur Cezar Ferreira Reis, ao se despedir da presidência do Conselho, cargo que ocupou durante quatro anos (1969-1972), aproveitou a rara presença do ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho (1969-1974), no plenário do CFC, para discursar sobre as limitações da intervenção estatal no setor e a importância da cultura no desenvolvimento estrutural da nação. Certo da existência de uma cultura brasileira, forjada neste “continente-arquipélago”, carente de ser preservada, e do seu caráter de patrimônio da nação, Arthur Reis ressentia-se da fragilidade das políticas culturais brasileiras:

O que podemos considerar como política cultural, todavia, é ainda um tanto tímido como exteriorização de um propósito,

1 Discurso do presidente do CFC, Raymundo Moniz de Aragão, durante a visita do recém-empossado ministro da Educação e Cultura, Ney Braga. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano IV, p. 12-13, abr.-jun. 1974.

de uma decisão, de uma orientação perseguida incessantemente e executada através de atos permanentes e não acidentais².

Seu pessimismo em relação à capacidade de organização de políticas culturais sistemáticas pelo Estado traduzia uma profunda indignação pelas escassas dotações orçamentárias destinadas ao setor: “Um algarismo será suficiente para confirmar – na atividade cultural o que a União despense é apenas 0,16% do Orçamento Nacional!”³. Ainda em tom reclamatório, insistia nos esforços débeis do Conselho para reformular as instituições culturais e criar uma Secretaria de Cultura, braço institucional do ministro para a coordenação de projetos específicos ao setor. A batalha no interior do aparelho estatal naqueles últimos quatro anos à frente do CFC o deixara visivelmente decepcionado. A Secretaria de Cultura foi um projeto frustrado; em seu lugar apenas um Departamento de Assuntos Culturais, criado com a Reforma Administrativa de 1970, num modelo incapaz de suprir tantas demandas. As dotações orçamentárias, por sua vez, sofriam cortes progressivos, limitando a capacidade real de ação do Conselho. Indignou-se ostensivamente com dois tipos de crítico à ação do Conselho: daqueles que acusavam a intervenção do Estado de apenas manipular a produção cultural, limitando sua criatividade e liberdade; e daqueles que desejavam reduzir o Conselho a um “mero organismo consultivo, sem competência para atos de execução”⁴. As críticas, oriundas de diferentes grupos, o abalavam profundamente:

Somos um órgão novo [...] sujeito, por isso mesmo, a toda a sorte de contestações, de negações, de críticas desonestas, sim, desonestas, porque nelas não se traz uma linha de cooperação, de esclarecimento, reduzidas que ficam à felonía de acusações maldosas que escondem frustrações de quem desejaria ser parte do

2 Discurso realizado por Arthur Cezar Ferreira Reis durante a cerimônia de posse do professor Raymundo Moniz de Aragão na presidência do Conselho Federal de Cultura. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, n. 9, p. 11-24, jan.-mar. 1973.

3 *Ibid.*, p. 13.

4 Discurso realizado por Arthur Cezar Ferreira Reis durante a cerimônia de posse do professor Raymundo Moniz de Aragão na presidência do Conselho Federal de Cultura. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, n. 9, p. 13, jan.-mar. 1973.

Conselho. [...] Se há até os que desejam a extinção do Conselho, para isso tentando a negação dos recursos financeiros, para as operações a que, por dispositivo de lei, devemos proceder!⁵

Constatou a pouca repercussão das duas reuniões realizadas pelo Ministério da Educação e Cultura com as secretarias de cultura ou conselhos estaduais, já avaliadas no capítulo III deste livro, referindo-se ao descaso dos governos com os “Compromissos” assumidos em Brasília e, depois, em Salvador. Para ele, só um Ministério da Cultura seria capaz de estabelecer uma política cultural organizada e coerente. No entanto, a criação de um ministério para a cultura era um desejo de poucos e ainda sem espaço nas agendas políticas. Por fim, o principal objetivo do CFC, elaborar o Plano Nacional de Cultura, foi cumprido havia três anos, mas sem votação no Congresso Nacional não podia ser executado. Após o desabafo, Arthur Reis inventariou os projetos mais importantes executados pelo CFC ao longo de seus sete anos de existência. Encerrou seu discurso, que bem pode constituir a síntese da existência do CFC, seus alcances e suas limitações, associando a proteção do patrimônio ao desenvolvimento e à segurança nacional, afinal:

No balanço sintético em que pretendemos dizer o que podemos realizar [...] estão registrados nossos esforços e nossa concepção do que entendemos como cultura brasileira, política de desenvolvimento cultural e segurança e defesa dos bens que integram o patrimônio cultural do Brasil⁶.

Este capítulo pretende realizar também um “balanço sintético” daqueles que consideramos os principais projetos coletivos produzidos pelo Conselho Federal de Cultura, investigando os setores em que sua intervenção foi possível. Busca-se, prioritariamente, inventariar os projetos coletivos realizados pelo Conselho e suas propostas para institucionalização, proteção e divulgação da cultura nacional.

5 Ibid., p. 14.

6 Ibid., p. 24.

4.1 A ação editorial do Conselho Federal de Cultura

O Conselho Federal de Cultura publicou vários livros e financiou periódicos das diversas áreas das ciências humanas, tornando-se um importante articulador na captação de recursos para o financiamento dos projetos editoriais dos intelectuais sob sua órbita. O CFC estava situado entre a capacidade de promover convênios no interior da malha burocrática e a função de selecionar os projetos a ser beneficiados pelas verbas públicas, ainda que escassas, destinadas ao setor cultural.

Os convênios estabelecidos pelo Conselho com o Instituto Nacional do Livro (INL), a Fundação Nacional do Material Didático e Escolar (Fename), o Arquivo Nacional e as universidades federais, além das verbas disponibilizadas pelo MEC, possibilitaram a publicação dos periódicos do CFC, *Cultura* e *Revista Brasileira de Cultura*; das obras coletivas, como o *Atlas Cultural do Brasil* e a *História da Cultura Brasileira*; e de inúmeras obras dos conselheiros e seus homenageados. Sob os auspícios do CFC, entre 1969 e 1975, foram publicadas aproximadamente três dezenas de livros, como, por exemplo: a *Coleção Centenário*, projeto para a publicação das obras principais ou completas dos grandes nomes da literatura que homenageou Graça Aranha, Oliveira Vianna e Afonso Arinos de Melo Franco (tio); *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, de Sacramento Blake, editado em sete volumes (fac-símile); *Viagem Filosófica pelas Capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro e Cuiabá*, manuscrito do século XVIII, de Alexandre Rodrigues Ferreira. Os conselheiros Afonso Arinos de Melo Franco (sobrinho), Andrade Muricy, Clarival do Prado Valladares, Djacir Menezes, Manuel Diégues Júnior e Pedro Calmon também obtiveram apoio financeiro do CFC para a publicação de suas respectivas obras. Nas publicações selecionadas prevaleciam as temáticas dedicadas à história e à geografia do Brasil Colônia, à literatura e à arte nas suas diversas expressões.

Ao analisar os projetos coletivos editados pelo Conselho Federal de Cultura, compreendemos os periódicos e a produção intelectual como estratégias de divulgação dos atos e discursos promovidos pelo CFC e inseridos em práticas presentes na formação do campo intelectual brasileiro, nesse período marcado pela excessiva proximidade com as políticas e os políticos de Estado. Dessa forma, o processo de institucionalização do Conselho está situado na interseção entre as lutas na arena política e as regras específicas do campo intelectual, especialmente na definição da cultura nacional.

A proximidade entre a esfera política e o campo intelectual talvez seja a principal característica dessa geração de intelectuais. Essa interação entre mundo político e a organização do mundo intelectual foi promovida por diversas redes intelectuais e, como já exposto ao longo desta pesquisa, também pode ser observada por meio dos periódicos organizados pelo Conselho. Esse processo permanece ao longo do período republicano; só com a criação, ampliação e consolidação dos cursos de pós-graduação, o investimento de agências financiadoras governamentais em pesquisas científicas, observamos um processo de maior distanciamento entre o campo intelectual e as intempéries políticas.

4.1.1 AS OBRAS COLETIVAS DO CFC: A DIVULGAÇÃO DA CULTURA BRASILEIRA

A seção Estudos e Proposições apresentou alguns projetos coletivos a ser realizados pelo Conselho, como a *Biografia das Instituições Culturais Brasileiras* da revista *Cultura/Boletim do Conselho Federal de Cultura*, sob responsabilidade de Gilberto Freyre; a coleção *Grandes Biografias Brasileiras*, dedicada às personalidades nacionais, proposta por Afonso Arinos de Melo Franco; a criação do *Atlas Cultural do Brasil*; e ainda a publicação de *História da Cultura Brasileira*, que seria organizada em vários volumes. Os projetos coletivos apresentados em Estudos e Proposições tinham como objetivo identificar as instituições e personagens representativas da cultura nacional e que, por isso, mereciam ser resgatadas, inventariadas e preservadas.

No relatório anual das atividades do CFC do ano de 1969, enviado ao ministro da Educação e Cultura, os projetos para as publicações coletivas, como o *Atlas Cultural do Brasil* e a *História da Cultura Brasileira*, são apresentados como “dois trabalhos marcantes” e que possibilitariam o “retrato da realidade cultural do país”⁷. Funcionando como retratos, os projetos dessas edições enfatizavam a valiosa ação do governo em registrar as manifestações culturais brasileiras, mas dissimulavam o aspecto seletivo, centralizador e hierarquizador do processo de escolha, orientado prioritariamente pelos próprios membros do Conselho. As obras, ao fotografar minuciosamente uma suposta “realidade cultural”, forjavam uma concepção de cultura ancorada em aspectos estáticos, imutáveis e legitimada por um passado histórico bem ordenado.

7 REIS, Arthur Cezar Ferreira. Relatório das atividades do exercício de 1969. In: *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC/CFC, ano IV, n. 31, p. 7-15, jan. 1970.

Dos projetos coletivos apresentados no ano de 1969, apenas duas publicações foram concretizadas: o *Atlas Cultural do Brasil* (1972) e a *História da Cultura Brasileira* (dois volumes, em 1973 e 1976). Devido às dificuldades orçamentárias e à pouca infraestrutura, o Conselho foi obrigado a realizar convênios para a concretização de seus projetos. A elaboração do *Atlas Cultural do Brasil* só foi possível por meio de duas parcerias: com o Centro Latino-Americano de Ciências Sociais, dirigido por Manuel Diégues Júnior, que auxiliou na investigação e na delimitação das regiões culturais do país; e com a Fundação Nacional do Material Escolar (Fename), que editou a obra. A mesma estratégia ocorreu com os dois volumes de *História da Cultura Brasileira*, que contou com a participação de autores externos ao Conselho e também foram editados em convênio com a Fename.

O projeto da obra *História da Cultura Brasileira* foi apresentado pela Câmara de Ciências Humanas no início do ano de 1969, sob responsabilidade do sociólogo Manuel Diégues Júnior. O projeto, que inicialmente publicaria cinco volumes, só conseguiu concretizar dois, em 1973 e 1976, demonstrando novamente a dificuldade na execução de qualquer ação efetiva no setor. As dificuldades de execução do projeto podem ser compreendidas por meio de alguns fatores: a falta de verbas; a lenta burocracia na aprovação dos projetos e na realização dos convênios; e o próprio acúmulo de trabalho dos conselheiros. Contudo, a incapacidade na concretização de todo o projeto só foi percebida pelos conselheiros com o passar dos anos; ainda no lançamento do primeiro volume a expectativa era publicar toda a coleção. Ao terminar a apresentação da obra, Manuel Diégues enfoca os cortes temporais e temáticos de cada volume; tais cortes foram respeitados também no segundo volume da coleção, indicando um esforço na concretização do projeto inicial.

A previsão desta *História da Cultura Brasileira* é para cinco volumes, os dois iniciais abrangendo as origens de nossa formação cultural, suas primeiras manifestações e seu desenvolvimento, através de diferentes formas, até o século XVII. Os volumes subsequentes tratam de nossa vida cultural, em suas atividades educativas, artísticas, literárias etc. nos séculos XIX e XX, sendo o 5º volume constituído dos índices em geral⁸.

8 DIÉGUES, Manuel Júnior. Apresentação. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *História da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: CFC/Fename, p. 6-8, 1973.

O anteprojeto aprovado inicialmente pela Câmara de Ciências Humanas, ao qual o sociólogo pertencia, foi apresentado ao presidente do CFC, Arthur Reis, no final de fevereiro de 1969, e dependia da aprovação das demais Câmaras para ser executado. O jornal *O Globo* publicava, no início de 1969, uma entrevista com Arthur Reis sobre o projeto da *História da Cultura Brasileira*. Para Arthur Reis, a importância da obra estava no seu valor de guia, funcionando como orientador das características nacionais:

Uma obra deste alcance tem, necessariamente, de alcançar uma área maior. Ela terá uma dimensão cultural de nível superior, e é por isso que compreenderá vários volumes, abordando aspectos da Sociologia, da Arte, da Economia, da Política e outros ângulos culturais⁹.

A obra, coordenada por Manuel Diégues Júnior, foi definida por Arthur Cezar Ferreira Reis como um “complemento natural” ao *Atlas Cultural do Brasil*, demonstrando uma clara articulação entre os dois projetos coletivos do Conselho. Manuel Diégues Júnior, ao apresentar a obra, narra o longo processo de elaboração do projeto até a sua edição. Após ser avaliado por todas as Câmaras do CFC, o projeto recebeu a finalização de uma comissão constituída pelos presidentes das Câmaras e da Comissão de Legislação e Normas, “quando o plano sofreu mais sensíveis alterações”, como a divisão dos volumes, que passou a ser realizada seguindo a tradicional divisão temporal histórica dos séculos.

A Câmara de Patrimônio, ao entregar seu parecer ao presidente do Conselho, durante a 177ª sessão plenária, realizada em 5 de dezembro de 1969, enfatizou a necessidade de definição do conceito de cultura para a adoção de critérios e metodologias eficazes na formulação da obra. Manuel Diégues afirmou que o conceito de cultura seguia as concepções antropológicas mais genéricas, ou seja, “todas as criações do homem, de natureza material ou espiritual”¹⁰. Afonso Arinos insistiu na importân-

9 Arthur Cezar Ferreira Reis em entrevista ao jornal *O Globo*. In: O GLOBO. “História da Cultura do Brasil” espera aprovação. Em 27 fev. 1969.

10 Ata da 177ª sessão plenária, realizada em 5 de dezembro de 1969. In: *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC/CFC, ano III, n. 30, p. 155-158, dez. 1969.

cia de uma melhor definição do conceito de cultura e, por sugestão de Raymundo Faoro, foi decidido que o debate envolveria todo o plenário. Na prática, a questão esvaziou-se diante da necessidade de organizar os volumes em curto espaço de tempo, prevalecendo a definição original.

Conforme informou Manuel Diégues na apresentação do primeiro volume, o conceito de cultura adotado pelo projeto seguia as orientações dos estudiosos das ciências sociais, marcando o caráter científico da obra. Contudo, a pretensão de realizar uma história total da cultura nacional solicitava uma excessiva maleabilidade no uso do conceito, dificultando a escolha de uma linha teórica específica. Dessa forma, buscavam abranger os mais diversificados aspectos da organização social e evitavam a adoção de um aparato conceitual bem delimitado. Na apresentação da obra ficou definida a amplitude dada ao conceito de cultura:

O plano procurou dar uma ideia de toda a formação, evolução, transformação, situação atual da cultura brasileira, em seus aspectos mais amplos, dando ao estudo de todas as manifestações das atividades do homem brasileiro o sentido antropológico ou sociológico de cultura, isto é, tudo aquilo que é produto da criação do homem, de suas formas de comportamento, de suas ideias, de seus costumes, na visão mais ampla possível do que realizou, e vem realizando, em letras, em artes, em técnicas, em pensamento, em trabalho, em instituições transmissoras de cultura, em maneiras de expressar ideias e ações, enfim, tudo quanto constitui espírito de criatividade do homem brasileiro – o de hoje e o de ontem¹¹.

O primeiro volume, publicado em 1973, tratou dos fundamentos da cultura brasileira, divididos em duas temáticas: “O meio e o homem” e “As instituições e os modos de vida”. A obra pretendia registrar o processo inicial de formação da cultura nacional, marcada pelas contribuições das diversas etnias, que, segundo os organizadores, se

11 DIÉGUES, Manuel Júnior. Apresentação. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *História da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: CFC/Fename, p. 7, 1973.

encontraram no processo de conquista e colonização orquestrado pelos portugueses. A temática “O meio e o homem” foi subdividida nos itens: a ocupação do território, narrada por Nilo Bernardes; e as diversas etnias que formariam a sociedade brasileira, apresentadas por Marília Carvalho Alvim, Dante Laytano, Thales de Azevedo, José Antônio Mello e Arthur Reis. A segunda parte da obra, “As instituições e modos de vida”, selecionava como fatores preponderantes à formação da cultura brasileira: a língua, sob responsabilidade de Gladstone Chaves de Mello; o engenho, o patriarcalismo e o trabalho escravo, descritos por José Arthur Rios; a administração, a política portuguesa e o papel dos jesuítas, apresentados por Raymundo Faoro; a defesa militar, investigada por Francisco Ruas Santos; as instituições eclesiais, pesquisadas por Alceu Amoroso Lima; as artes e as profissões, descritas por Vicente Salles; a educação familiar e formal nos primórdios da colônia, retratada por Américo Jacobina Lacombe; e, finalizando a obra, o artigo de Renato de Almeida sobre as diversões e festas populares.

Os capítulos iniciais, dedicados ao espaço geográfico e à ocupação humana ao longo dos séculos, enfatizavam o caráter continental do país, as diferenças climáticas e de relevo e os diversos grupos humanos que contribuíram para a ocupação desse vasto território. Os portugueses, os africanos e os indígenas foram retratados nas suas multiplicidades linguísticas e étnicas, demonstrando a formação plural da sociedade brasileira. O artigo dedicado à presença dos negros no Brasil, escrito por Thales de Azevedo, registrou os horrores da escravidão e do tráfico; as formas de resistência à condição escrava; as diferenças culturais entre as etnias africanas; e a incorporação de costumes africanos à cultura brasileira. A presença holandesa no Brasil também foi ressaltada como parte integrante do processo de ocupação e povoamento do território, em um pequeno artigo escrito por José Antônio G. Mello Neto. Para finalizar a temática, Arthur Reis descreve o longo e difícil processo de povoamento e delimitação do território brasileiro, iniciado com o Tratado de Tordesilhas, em 1493, até as recentes políticas de integração territorial promovidas com a abertura de rodovias emblemáticas como a Belém-Brasília e a Transamazônica.

A última parte da obra é dedicada às formas de organização da sociedade colonial promovidas pela Coroa portuguesa, pela presença das missões jesuíticas, pela montagem dos engenhos, pelo uso do trabalho escravo, pela diversidade linguística e as festas e diversões coloniais. Tais elementos são apontados como os bastiões da formação sociocultural do país. Em toda a obra, prevalecem análises sobre a montagem da colônia, amparadas em larga historiografia. A montagem da colônia é considerada

o ato gestacional da formação da sociedade brasileira, que somente irá apresentar os primeiros aspectos de uma cultura autêntica e independente no final do século XVIII, com o desenvolvimento de expressões artísticas próprias, como o barroco.

O segundo volume de *História da Cultura Brasileira*, planejado e organizado como parte integrante da coleção, apesar dos três anos que separavam as edições, manteve as mesmas características editoriais na sua execução. Teve como assessor iconográfico Clarival do Prado Valladares e os artigos foram escritos por diversos especialistas naqueles setores considerados representativos da cultura brasileira, ou seja, nas áreas de ciências humanas, artes e letras.

A obra era iniciada pelo termo “segunda parte” registrando para o leitor o caráter continuísta. Com o subtítulo “O desenvolvimento da cultura”, o segundo volume retratou o despertar da cultura brasileira no século XVIII. O coordenador, Manuel Diégues Júnior, no prefácio, justificou a importância desse século para o surgimento de uma cultura brasileira autônoma, apoiando-se na conjuntura política daquele período.

Se se pode admitir o século XVIII como de transição, sobretudo porque nele se preparam e se consolidam ideias que iriam deflagrar como independência, no século XIX, também nele se expressam já brasileiromente pensamentos e ideias numa tendência autonômica que vai significar pujança, embora incipiente, das diferentes manifestações culturais¹².

O primeiro tópico da obra foi intitulado “As manifestações culturais”. Para os organizadores, ainda que incipientes, as “primeiras manifestações culturais” consideradas genuinamente brasileiras podiam ser observadas por meio das expressões literárias, sob a responsabilidade, respectivamente, de José Aderaldo Castelo e Manoel Caetano Bandeira de Mello; da oratória sacra, por meio das cartas e da literatura religiosa, investigadas por Ivan Lins; das

12 Apresentação da obra *História da cultura brasileira*. In: JÚNIOR, Manuel Diégues. *História da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: CFC/Fename, p. 9, 1976.

artes plásticas, destacando a arquitetura civil, religiosa e militar, a pintura e o mobiliário, retratadas por Paulo Barreto, Francisco Santos e Lygia Costa; da música, apresentada por Helza Camêu; do teatro e da dança, descritos por Barbara Heliadora; das ciências naturais, pesquisadas por Olympio da Fonseca Filho; da medicina no Brasil, cujo especialista convidado foi Deolindo Couto; das técnicas do trabalho, debatidas por Carlos Borges Schimdt; e, por fim, do nacionalismo literário, investigado por Clodomir Vianna Moog.

O segundo tópico da obra, “A cultura no século XVIII”, associava as ideias iluministas do século XVIII ao desenvolvimento das manifestações culturais brasileiras, ressaltando a importância de instituições, associações, sociedades literárias, escolas e manifestações em busca da autonomia literária. Nesse tópico foram publicados cinco artigos que discutiam o papel da intelectualidade na “evolução cultural brasileira”. O primeiro artigo desse tópico, “Ideias políticas do século XVIII e a sua repercussão no Brasil”, foi escrito por Leandro Tocantins e destacou a formação da intelectualidade. O autor, apoiado em clássicos da historiografia, como Nelson Werneck Sodré e Kátia Matoso, propôs demonstrar como “a evolução cultural brasileira fez-se [...] via Universidade de Coimbra”, criando os fundamentos ideológicos necessários para a contestação das relações entre a colônia e a metrópole. Para o autor, desde meados do século XVIII, constitui-se um grupo de intelectuais que incorporavam o ideário iluminista europeu, via Coimbra, e buscavam por meio da ciência uma renovação no pensamento político e social da colônia¹³.

O segundo e terceiro capítulos são dedicados à originalidade e à especificidade da arte brasileira, devido a seu caráter regional, expressas por meio do barroco mineiro e do rococó pernambucano e sua contribuição para o mundo da arte. O quarto capítulo enfatiza o surgimento da “escola mineira”, ou melhor, de um grupo de literatos e poetas mineiros que nos Setecentos foi responsável pelo nascimento de uma literatura autônoma identificada com o arcadismo, dos quais participaram Basílio da Gama, Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Alvarenga Peixoto etc. Após esse movimento inicial, começaram a surgir as sociedades literárias e as academias, abordadas no último capítulo desse segundo tópico. A obra será finalizada com o tópico “A transmissão da cultura”, dedicado à criação das escolas de educação formal, como os colégios fundados pelos jesuítas, o Seminário de Olinda, as primeiras tipografias e as edições brasileiras.

13 TOCANTINS, Leandro. Ideias políticas do século XVIII e sua repercussão no Brasil. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *História da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Fename, p. 225-242, 1976.

Assim, a *História da Cultura Brasileira* apresentava a cultura nacional a partir de quatro eixos considerados essenciais na formação cultural do país: a administração portuguesa; as obras artísticas; a formação da intelectualidade; e a criação de instituições de ensino e cultura. O caráter erudito dos dois volumes, claramente escritos para especialistas, pode ser verificado por meio das discussões historiográficas apresentadas, do detalhamento dos eventos e personagens selecionados, da aplicação dos conceitos caros às ciências humanas. Em contraposição à *História da Cultura Brasileira*, o projeto do *Atlas Cultural* foi elaborado para a divulgação da cultura nacional entre o grande público, para ser utilizado como um guia geral da formação histórico-social do país, com preço definido e formato especial, encantando o não especialista pela seleção de belas imagens e de textos de fácil compreensão. Dessa forma, o CFC organizou dois projetos complementares, compreendendo a necessidade de atender a dois públicos distintos, com regras próprias e interesses diferentes, mas que deveriam compartilhar das mesmas representações sobre a memória e a cultura nacional.

O *Atlas Cultural do Brasil*, coordenado pelo presidente do Conselho, professor Arthur Cezar Ferreira Reis, publicado em 1972, foi apresentado como parte integrante das comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil e editado em convênio com a Fename. O cuidadoso processo de edição, perceptível pela magnitude da obra, demonstra a importância do projeto. A obra está dividida em 21 temáticas, distribuídas em 367 páginas amplamente ilustradas: “espaço físico”, “Brasil político”, “o Homem e a Natureza”, “formação histórica”, “população brasileira”, “áreas culturais”, “falares regionais”, “criatividade popular”, “atividade científica”, “processo educacional”, “instituições culturais e sistema de comunicações”, “panorama literário”, “música”, “teatro”, “cinema”, “artes plásticas”, “arquitetura”, “rede de transportes”, “turismo”, “processo econômico”, “integração nacional”. Os artigos foram escritos por 18 autores, dos quais dez eram conselheiros¹⁴. A tentativa de popularizar a obra fixou seu preço em 60 cruzeiros¹⁵.

14 Os autores dos artigos foram: Arthur Cezar Ferreira Reis; Ariano Suassuna; Catharina Vergolino Dias; Celso Ferreira da Cunha; Celso Kelly; Clarival do Prado Valladares; Gladstone Chaves de Mello; Hélio Vianna; José Augusto da Silva Reis; José Cândido de Mello Carvalho; José Mozart de Araújo; Luiz Maximino Miranda de Correa Neto; Marcelo de Ipanema; Manuel Diégues Júnior; Octávio de Faria; Renato Soeiro; Vicente Salles; Wanderbitt Barros.

15 O valor do salário mínimo, em vigor a partir de maio de 1972, era de 268,80 cruzeiros. Fonte: www.jfpr.gov.br/ncont/salariominimo.pdf Acesso em: 24 de janeiro de 2010.

O prefácio, escrito por Arthur Reis, resumia os objetivos concretizados do projeto e a função cívica e didática da obra. A primeira página do prefácio trazia a imagem do *Monumento do Ipiranga*, obra esculpida por Ettore Ximenes em 1922 e inspirada na pintura de Pedro Américo. A escolha da imagem funcionava como um registro do ano do Centenário da Independência; a próxima imagem era a gravura *Prospecto da Cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará*, datada de 1784, provavelmente escolhida por Arthur Reis em homenagem a sua região de origem, a região Norte. No prefácio, Arthur Reis ressaltou a importância da publicação, que pretendia “ser um retrato autêntico do Brasil” ao promover um minucioso inventário dos aspectos culturais e físicos do país, “através dos textos, quadros estatísticos, das telas e dos mapas”¹⁶.

O prefácio destacava a ousadia bem-sucedida do projeto ao pretender registrar fidedignamente as realizações efetivadas nos últimos 500 anos e que preservavam a história da “nação brasileira”. O *Atlas*, para os conselheiros, era resultado de investigações sobre a realidade nacional, tornando-se o guia incontestável da formação sociocultural brasileira. Após o registro da totalidade dos eventos e obras do país e da imparcialidade da obra, Arthur Reis apresenta o conceito de cultura utilizado. O conceito de cultura defendia que as criações materiais e espirituais das sociedades surgem da relação entre seus povos formadores e sua inter-relação com o espaço físico. Ao buscar os elementos formadores da nacionalidade, sem poder negar as grandes diferenças culturais das regiões brasileiras, Arthur Reis reafirma a estratégia do Conselho de compreender a cultura nacional como valorosamente regional, elemento da especificidade e originalidade da cultura brasileira, harmonicamente construída pela convivência pacífica dos povos aqui reunidos, sem violência, descontinuidades ou ameaças que ferissem a grandiosidade da nação.

O processo cultural, aqui compreendido como expressão de sua inteligência e como atitude em face do mundo físico de que dispõem, vem sendo um processo em que se pode encontrar, apesar da variedade regional, uma unidade real, que se consolida efetivamente nos dias de hoje pela execução mais veloz, da política de integração, que não desestimula a riqueza regional,

16 REIS, Arthur Cezar Ferreira. Prefácio. In: *Atlas Cultural do Brasil*. Rio de Janeiro: CFC/Fename, p. 7-15, 1972.

mas vincula, mais intensamente, todo o vasto arquipélago no sentido mais forte da nacionalidade¹⁷.

Para compreendermos os aspectos gerais da obra, selecionamos alguns capítulos considerados exemplares. O quarto capítulo, intitulado Formação Histórica, apresentava um panorama da trajetória política brasileira desde a “origem portuguesa” até a reforma da Constituição de 1967. Sob responsabilidade do conselheiro Hélio Vianna, a formação histórica era narrada privilegiando os grandes acontecimentos. O golpe de 1964 e os atos institucionais que configuraram a ditadura civil-militar são considerados medidas revolucionárias e emergenciais para evitar o caos provocado pela presença de elementos subversivos e alheios à nossa formação social. O texto apresentava as ações autoritárias do Executivo, como as cassações de mandato e as demissões punitivas, como estratégias necessárias em uma “guerra revolucionária” promovida contra os “agitadores” que utilizavam mecanismos de terror, como sequestros, assaltos, atentados. O penúltimo capítulo, Processo Econômico, também descreve o desenvolvimento da economia brasileira desde os tempos coloniais até aquele momento. Para o autor, José Augusto da Silva Reis, era inegável o crescimento econômico e os seus benefícios sociais vividos pelo país naqueles anos de ditadura. O caráter ufanista da obra está presente nos principais textos. O último capítulo, Integração Nacional, escrito por Arthur Cezar Ferreira Reis, apresenta a “evolução histórica” do processo de interiorização caracterizado por uma política de integração iniciada na colônia com a criação das capitâneas, consideradas embriões do espírito federativo, até os áureos anos da República, com a vitória do Brasil na Copa do Mundo de 1970, afinal, “este esporte no país constitui vigoroso elemento de reforço do sentimento nacional”¹⁸. O livro será encerrado com outra imagem em homenagem ao processo de Independência do Brasil: o *Monumento do Ipiranga*, datado de 1922, também do escultor Ettore Ximenes, exposto no Museu do Ipiranga, em São Paulo.

Os monumentos de Ettore Ximenes selecionados para iniciar e finalizar o *Atlas* foram construídos como parte das comemorações do centenário da emancipação política do país, realizadas em 1922. A escolha das imagens pelos conselheiros não foi ocasional. O

17 REIS, Arthur Cezar Ferreira. Prefácio. In: *Atlas Cultural do Brasil*. Rio de Janeiro: CFC/Fename, p. 10, 1972.

18 Id., Integração Nacional. In: *Atlas Cultural do Brasil*. Rio de Janeiro: Fename, p. 369-367, p. 376. 1972.

Atlas, lançado em 1972, integrava as comemorações do Sesquicentenário e homenageava a efeméride por meio da divulgação das obras erguidas para o Centenário da Independência, em 1922. Essa associação entre as duas comemorações enfatizava como o ritual das efemérides políticas pertencia à tradição cultural brasileira. Conforme propõe Marcelo Abreu, os monumentos erguidos em São Paulo para comemorar o Centenário da Independência, em 1922, buscavam no regionalismo paulista as bases da nacionalidade. O autor destaca que a relação região-nação representada pelos paulistas por meio dos monumentos históricos buscava no passado os traços capazes de indicar a supremacia do estado de São Paulo nos rumos do país¹⁹. Contudo, o CFC constrói uma leitura sobre o caráter nacional das obras no *Atlas Cultural* minimizando as disputas regionais que as produziram. Dessa forma, deslocou-se a função original das obras e criou-se outro cenário, no qual prevalece o discurso nacionalista que impregnava as efemérides, rompendo com a dualidade região-nação e fortalecendo no imaginário social a percepção do regional como especificidade da formação nacional brasileira.

O *Atlas* funcionava como uma obra de referência ao projetar luz sobre o passado e apresentar os processos de mudança que forneceram ao país as estruturas necessárias para a “etapa que nos afasta do subdesenvolvimento”. O pioneirismo da obra era garantido pelo enfoque dos vários aspectos que formavam a nacionalidade, incluindo os aspectos geográficos, superando, conforme afirma seu organizador, as obras que reverenciavam apenas as análises históricas no desenvolvimento da cultura. Contudo, a importância do passado histórico na construção de uma narrativa para cada temática é inegável; com exceção da primeira temática – Espaço Físico – que ocupava 12 páginas, todos os demais tópicos buscavam reconstituir a trajetória histórica do país desde o período colonial até aquele momento. Assim, a cultura brasileira era novamente retratada pelo viés histórico, especialmente pela associação com os eventos políticos consagrados, escrita por intelectuais, a maioria historiadores não profissionais, mas que assumiram o ofício da história, em busca da nacionalidade, por meio da atitude cívica de resgatar aqueles acontecimentos considerados marcantes e que pareciam estar à espera do especialista que iria fidedignamente retratá-los.

19 ABREU, Marcelo. Comemoração e regionalismo: o monumento a Independência e a difícil hegemonia – São Paulo, 1922. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 12., 2006, Rio de Janeiro. Usos do passado. Rio de Janeiro, 2006.

4.2 Os Calendários Culturais do MEC: lugares de memória?

Os lugares de memória, tal como definidos por Nora, funcionam como guardiões dos estilhaços das memórias coletivas, selecionados por agentes socialmente legitimados para a tarefa de preservar os elementos singulares de identificação das sociedades modernas. Esses lugares, materiais ou não, surgem da necessidade de manter vivas as memórias ameaçadas pelos avassaladores processos de modernização e diferenciação sociais, forjando memórias capturadas pela construção histórica e que serão inseridas nos embates políticos dos diversos grupos sociais. Se as “memórias coletivas” transmitidas pelos rituais das sociedades tradicionais prevalessem nas sociedades modernas, não criaríamos “lugares” para nos lembrar dos registros do passado; por outro lado, cabe aos sujeitos históricos apoiados na história e nos embates conjunturais definir quais serão esses lugares e como eles devem ser edificados. “É este vaivém que os constitui: momentos de história, arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos”²⁰ por meio dos agentes sociais responsáveis por construir os lugares de memória.

Dessa forma, os lugares de memória construídos pela incapacidade da transmissão integral das memórias coletivas funcionam como espaços políticos na formação das identidades sociais. Dos diversos lugares simbólicos que podem ser classificados como “lugares de memória”, iremos analisar os Calendários Culturais produzidos pelo Conselho Federal de Cultura, que por sua função e constituição representam um tipo de lugar de memória.

O Calendário Cultural funcionava como um lugar de memória ao selecionar acontecimentos históricos, eventos e personagens considerados representativos da nacionalidade. Como propõe Nora, com o advento da modernidade, ocorre um processo de perda das memórias coletivas, que dependem de rituais cotidianos, impossíveis de ser transmitidos e realizados nas modernas sociedades industriais. A perda da memória coletiva, transmitida e transformada cotidianamente, foi substituída pela história e pelos lugares de memória. A incapacidade de transmissão das memórias coletivas a todo corpo social e o aparecimento de múltiplas memórias propiciaram o aparecimento de lugares, materiais ou imateriais, para resguardar os fragmentos de memórias dos grupos sociais e possibilitar os mecanismos de autoidentificação desses grupos²¹. Assim,

20 NORA, PIERRE. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. Tradução de Yara Aun Khory. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

21 NORA, PIERRE. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. Tradução de Yara Aun Khory. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais²².

Esses lugares de memória atuam como espaços operacionais de reorganização dos elementos simbólicos já esfacelados pela organização social industrial. Esses lugares são criados com a finalidade de manter a coesão de um grupo e interessam, sobretudo, na legitimidade almejada pelos Estados nacionais. Assim, os ideólogos da identidade nacional encontram nos lugares de memória, nos quais podem atuar como agentes produtores, um espaço adequado para reconstruções aparentemente inquestionáveis do passado.

A elaboração anual do Calendário Cultural era assunto de grandes divergências entre os conselheiros e as Câmaras; afinal, os nomes e as instituições selecionados para o Calendário Cultural eram obrigatoriamente homenageados pelo Conselho nas reuniões plenárias. As atas registravam integralmente as comemorações das efemérides indicadas nos Calendários Culturais. Josué Montello creditava ao Calendário uma função educativa, pois seu objetivo era informar às instituições culturais e ao país as datas nacionais representativas, incluindo também datas internacionais consideradas significativas para a humanidade. Na definição do Calendário de 1968, Andrade Muricy, representante da Câmara de Artes, criticou o calendário apresentado, identificando no projeto inicial a excessiva valorização das efemérides e a ausência de eventos contemporâneos de natureza cultural. Na tentativa de inserir outros itens, o conselheiro solicitou um prazo maior para apresentação das propostas²³. Na 101ª sessão plenária, realizada em 25 de setembro de 1968, foram debatidas as regras do Calendário. As Câmaras do Conselho apresentaram suas propostas para a definição dos critérios de organização do Calendário: a Câmara de Letras sugeriu que o Calendário fosse exclusivamente dedicado à vida cultural brasileira, excluindo-se datas cívicas e científicas; essa

22 Ibid., p. 13.

23 Ata da 59ª sessão, realizada em 13 de dezembro de 1967. In: *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n. 6, p. 154-158, dez. 1967.

proposta recebeu apoio da Câmara de Artes e Ciências Humanas. A Câmara de Letras também propôs que nenhum acontecimento inferior a 100 anos fosse incorporado ao Calendário. A Câmara de Artes sugeriu que o Calendário fosse dividido em duas partes: primeiro, as propostas do ano para o setor; depois, a comemoração das efemérides. Ariano Suassuna apoiou a proposta, sugerindo a criação de uma agenda da cultura com as datas dos eventos anuais e a manutenção do Calendário com a descrição apenas das efemérides. Ficou aprovado que o Calendário trataria preferencialmente das temáticas relacionadas à cultura apenas por meio da comemoração de efemérides. Por sugestão de Pedro Calmon, as normas para a inclusão das datas comemorativas não foram rigidamente definidas. O debate foi então encerrado com a aprovação da proposta de Montello para a inclusão, ao lado do Calendário, das grandes datas universais. Este último não se concretizou, porém algumas efemérides universais foram inseridas. Os calendários avaliados nesta pesquisa foram referentes aos anos de 1969, 1970, 1973 e 1974 e seguiram os parâmetros definidos pelos conselheiros na 101ª sessão plenária:

O Conselho Federal de Cultura, que elabora e divulga o Calendário Anual de Cultura para todo o país, pretende celebrar condignamente, nas épocas adequadas e a exemplo do que já vem fazendo, ora em sessões ordinárias, ora em solenidades especiais, as principais datas constantes da agenda do referido Calendário²⁴.

O Calendário era organizado com base nas sugestões dos membros do Conselho, das instituições culturais e das secretarias/conselhos estaduais. A elaboração dos projetos dos calendários anuais ficava sob responsabilidade de um intelectual escolhido pelo Conselho, que depois apresentava o projeto para aprovação, alteração ou inclusão de datas em sessão plenária. Os quatro Calendários foram compostos apenas de efemérides, em sua maioria com datas superiores a 100 anos. Do total de 112 datas comemorativas apenas 14 (12,5%) rompiam este padrão; em geral, trata-se de comemorações de cinquentenários de falecimento. As agendas dos Calendários nem sempre eram

24 CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. O Conselho Federal de Cultura e suas atividades a serviço do Brasil. In: *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano III, n. 25, p. 7-20, jul. 1969.

constituídas por comemorações em todos os meses. A seção que encerrava os Calendários de 1969 e 1970 era dedicada às “datas internacionais”. O Calendário Cultural de 1969 iniciou sua agenda no mês de setembro; já o Calendário de 1970 iniciou a sua no mês de maio. Os Calendários homenageavam reconhecidos literatos, instituições culturais, personalidades políticas e acontecimentos históricos. Os Calendários de 1973 e 1974 iniciaram suas agendas no mês de janeiro.

Para traçar o perfil das efemérides escolhidas para os Calendários, iremos retratá-las resumidamente, apresentando-as no Apêndice D, e investigaremos os elementos que norteiam a sua seleção. Como metodologia para análise da composição do Calendário, subdividimos em cinco categorias: literatos/jornalistas/professores/músicos; personalidades políticas; personagens históricos/acontecimentos históricos; instituições educacionais/culturais; médicos/cientistas/engenheiros.

O Calendário Cultural de 1969 era composto de apenas seis datas comemorativas, dedicadas a: três literatos/jornalistas; duas personalidades políticas; um intelectual. No Calendário Cultural de 1970 foram comemoradas 23 datas dedicadas a: dez literatos/jornalistas; cinco personalidades políticas; quatro personagens/acontecimentos históricos; duas instituições; uma comemoração contemporânea do Ministério. No ano de 1973, foram comemoradas 31 efemérides dedicadas a: nove literatos/jornalistas; quatro personalidades políticas; 15 acontecimentos/personagens históricos; três médicos/cientistas/engenheiros. No Calendário Cultural de 1974 foram comemoradas 52 efemérides dedicadas a: 30 literatos/jornalistas; três personagens políticas; nove personagens históricos/acontecimentos históricos; duas instituições; dez médicos/cientistas/engenheiros.

A escolha dos homenageados segue alguns padrões: todas as personalidades homenageadas eram falecidas; as efemérides eram dedicadas às datas de nascimento ou morte de uma personalidade, acontecimento histórico ou criação de uma instituição; essas datas são consideradas marcos delimitadores e servem para enfatizar a importância de determinada obra ou personagem na formação sociocultural brasileira. No caso das quatro instituições, todas tinham caráter nacional e foram fundadas em cidades que exerciam a função de capital. As personalidades políticas exerceram cargos importantes no Império e nos anos iniciais da República; os literatos e jornalistas homenageados participaram de diversas entidades, como as academias de letras e os institutos históricos e geográficos. As personagens homenageadas eram naturais de diversos estados da federação, indicando a pluralidade intelectual e política brasileira.

O hábito de homenagear grandes nomes da literatura não foi uma tradição inventada pelos conselheiros e já era praticado pela Academia Brasileira de Letras desde sua fundação, em 1897. O investimento simbólico e financeiro para rememorar os homens que por aquelas cadeiras passavam e, por isso, eram considerados os “arautos” da nacionalidade, fomentou uma série de eventos, ensaios, biografias, monumentos, arquivos pessoais etc.²⁵. Os conselheiros, muitos dos quais imortais da ABL, incorporaram ao CFC a mesma prática da homenagem, neste caso não restrita apenas aos vultos da literatura, mas a todos aqueles que podiam integrar a memória nacional.

A associação entre literatura e nacionalidade realizada pela intelectualidade brasileira percorreu as mais diversas correntes literárias, tornando-se tradição entre os escritores. A crença no papel da literatura como relato descortinador das estruturas sociais brasileiras foi estimulada pelos nossos escritores. Assim, como destaca Mônica Velloso, homenagear literatos, financiar a publicação de suas obras completas e retratá-los em biografias eram instrumentos de divulgação das bases da nacionalidade, ação cívica e de reconhecimento ao papel de descortinador nacional exercido pelos vultos da literatura.

Ao longo de nossa história político-intelectual, as mais diferentes correntes de pensamento tenderam a conceituar a literatura enquanto instância portadora e/ou refletora do mundo social. Assim, a produção literária aparecia como reflexo imediato e diretamente condicionado pela ordem social. [...] Seja ao defender a literatura como “escola de civismo” (Olavo Bilac e Afonso Celso), seja ao considerá-la como instrumento de conscientização política (fase inicial da obra de Jorge Amado), a ideia acaba sempre incidindo sobre o mesmo ponto, literatura-sociedade via relação didático-pedagógica²⁶.

25 EL FAR, Alessandra. “A presença dos ausentes”: a tarefa acadêmica de criar e perpetuar vultos literários. *Estudos Históricos*, n. 25, 2000/1.

26 VELLOSO, Mônica Pimenta. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Cpdoc, v. 6, n. 11, p. 89-112, p. 239, 1993.

O ritual de comemoração das efemérides incluídas nos calendários anuais previa a publicação de um artigo sobre a importância da efeméride na memória nacional, sua leitura em sessão plenária e uma salva de palmas. As homenagens eram verdadeiros rituais de glorificação da personalidade escolhida e incluíam desde pequenos artigos até a publicação de uma biografia ou da sua obra completa. Conforme propõe Regina Abreu, essas práticas modernas de recordar e indicar socialmente qual “história de vida” merece destaque no conjunto social criam as performances sociais almejadas:

Relatos de personalidades desempenham um duplo papel na construção póstuma: de um lado, servem para demonstrar a perenidade do morto e de sua obra e, de outro, servem para atualizar o valor simbólico de vivos e mortos. Ao incluir nas biografias ou nos rituais póstumos depoimentos de pessoas consagradas, os construtores de memória realizam um movimento com alto teor “aurático”, onde todos os envolvidos participam de uma troca de bens simbólicos²⁷.

O Calendário Cultural criado pelo CFC funcionava como instrumento ritualizado do universo político e cultural ao eleger os elementos simbólicos constitutivos da nacionalidade. No entanto, a construção dessas estratégias de preservação das memórias coletivas por meio dos resquícios de passado, produzidas por agentes sociais e legitimadas pelo Estado, tem sua eficácia limitada. O desenvolvimento de uma história da história possibilitou a revisão da relação história-memória, favorecendo a desritualização dos mecanismos de celebração da nação e o questionamento de sua legitimidade.

A própria perda de nossa memória nacional viva nos impõe sobre ela um olhar que não é mais nem ingênuo, nem indi-

27 ABREU, REGINA. Entre a nação e a alma: quando os mortos são comemorados. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 205-230, 1994.

ferente. Memória que nos pressiona e que não é mais nossa, entre a dessacralização rápida e a sacralização provisoriamente reconduzida. Apego visceral que nos mantém ainda devedores daquilo que nos engendrou, mas distanciamento histórico que nos obriga a considerar com um olhar fraco a herança e inventariá-la. Lugares salvos de uma memória que não mais habitamos, semioficiais e institucionais, semiafetivos e sentimentais; lugares de unanimidade sem unanimismo²⁸.

Nos casos dos Calendários Culturais produzidos pelo Conselho, por exemplo, em alguns momentos foram incluídas datas comemorativas solicitadas por grupos tradicionalmente excluídos daquelas efemérides. Na 67ª sessão plenária, realizada em 19 de dezembro de 1967, Manuel Diégues Júnior leu uma carta enviada pelo grupo do Teatro Experimental do Negro solicitando que no Calendário de 1968 fosse incluída a comemoração pelo 80º aniversário da abolição da escravatura e que fosse realizado um concurso de monografias patrocinado pelo Conselho sobre a importância do acontecimento histórico. A efeméride foi incluída no Calendário, mas as divergências sobre a realização do concurso inviabilizaram-no²⁹. Dessa forma, o Calendário Cultural, lugar de memória, privilegiou a exaltação de símbolos tradicionais da história, reforçando a posição conservadora e nacionalista das políticas culturais destinadas ao setor.

O culto ao passado, realizado pelos conselheiros por meio da valorização de diversos tipos de lugares de memória, era considerado essencial na construção de um “estado de consciência cívica dignificadora”. A noção apresentada por Arthur Reis em seu artigo “O culto do passado no mundo em renovação”, publicado no segundo número da *Revista Brasileira de Cultura*, em 1969, debatia a importância do conhecimento histórico na soberania nacional e no desenvolvimento dos países modernos. O passado teria a função prioritária de fornecer os elementos de “sustentação da ideologia política” necessários a todos os Estados independentes.

28 NORA, PIERRE. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. Tradução de Yara Aun Khory. São Paulo, n. 10, p. 13, dez. 1993.

29 Ata da 67ª sessão plenária, realizada em 19 de dezembro de 1967. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro, ano I, n. 7, p. 94-101, dez. 1967.

Não esqueçamos que, nos momentos mais difíceis da vida dos povos, o culto do passado, o tradicionalismo, hoje tão malsinado, serviu à manutenção das esperanças e valeu como fogo sagrado, necessário às energias que se perdiam ou interrompiam e estavam precisando de renovação, do rejuvenescimento que se foi buscar no que ele representava, isto é, nos valores do pretérito distante ou próximo como lição eterna a guiar o mundo³⁰.

Para Arthur Reis, a função maior do Conselho e, logo, das políticas culturais, e que vinha sendo arduamente cumprida, era garantir a manutenção dos lugares de memória, materiais ou simbólicos. Tais lugares de memória guardavam os registros do passado, expressão cívica da grandeza nacional. A história nacional, ainda à espera de investigação, precisava ter suas fontes resguardadas por meio de políticas dedicadas à preservação dos acervos documentais, arquivos, museus etc. Por outro lado, cabia aos historiadores a tarefa de proceder a uma investigação profunda nos documentos em busca de uma “história autêntica”. Assim, a ênfase no investimento prioritário das verbas nos lugares de memória era justificada pela necessidade cívica de promover políticas de proteção aos monumentos, de fomentar pesquisas que descortinassem a história nacional e de garantir o funcionamento regular das instituições culturais.

A produção intelectual do Conselho expressa nos Calendários, nas obras coletivas e nos periódicos oficiais funcionava como políticas públicas em defesa do patrimônio e da cultura nacional. Tais estratégias, compartilhadas em outros espaços de sociabilidade, demonstram a importância da atuação no Estado para divulgação de projetos de grupos intelectuais específicos e ratificam a tradição do intelectual como agente promotor do civismo a partir de 1920. A institucionalização do setor cultural só foi possível graças à inter-relação entre Estado e campo intelectual. Se a fragilidade do campo intelectual brasileiro os empurrava para as fileiras estatais, a presença dessas personagens no Estado consolidou o setor cultural como área de atuação governamental no Brasil, ainda que os poucos recursos fossem um entrave às ações políticas de maior abrangência.

30 REIS, Arthur. O culto do passado num mundo de renovação. In: *Revista Brasileira de Cultura*. Rio de Janeiro: CFC, p. 57-68, out.-dez. 1969.

4.3 Os documentos-síntese: Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura e o Plano Nacional de Cultura

O Decreto nº 74, de 21 de novembro de 1966, estabeleceu dois objetivos ao criar o CFC: organizar as políticas culturais do MEC e elaborar o Plano Nacional de Cultura (PNC), atendendo às especificidades regionais brasileiras. Apenas seis meses depois do início de suas atividades, o CFC já apresentava o primeiro anteprojeto de lei do Plano Nacional de Cultura. Previa-se a execução plena do Plano em quatro anos, por meio de programas responsáveis pelo estímulo à unidade nacional. Os objetivos desses programas nacionais eram exclusivamente destinados à formação de uma infraestrutura nas instituições nacionais de cultura por meio de:

- a) reforma e reaparelhamento das instituições nacionais de cultura;
- b) irradiação das referidas instituições a todo o território nacional;
- c) criação de serviços nacionais que atendam à expansão e à conservação do patrimônio cultural, não previstos na organização vigente³¹.

As instituições prioritariamente beneficiadas pelo PNC seriam: Biblioteca Nacional, Museu Histórico Nacional, Museu Nacional de Belas Artes, Instituto Nacional do Livro, Instituto Nacional de Cinema, Serviço Nacional de Teatro, Serviço de Radiodifusão Educativa, Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e demais instituições culturais vinculadas ao MEC. Essas instituições deveriam apresentar um plano quadrienal ao CFC – critério necessário à sua inclusão no PNC.

Instituições particulares de cultura, definidas como de utilidade pública, também poderiam participar do PNC, desde que subordinadas aos princípios gerais do Plano e com propostas previamente aprovadas pelo CFC. Os programas regionais de cultura dependiam de convênios com os conselhos ou secretarias estaduais de cultura. Dois programas regionais já estavam definidos: a criação de bibliotecas municipais e das casas de cultura.

31 Anteprojeto de lei do Plano Nacional de Cultura. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n. 2, p. 63-68, ago. 1967.

As casas de cultura eram consideradas unidades cívicas, responsáveis pela democratização do acesso à cultura nos pequenos e médios municípios brasileiros. Logo nas primeiras reuniões plenárias do CFC, foi proposta a criação de espaços culturais com biblioteca, sala de espetáculos, sala de cinema, auditório para conferências. Tais espaços, sem fins lucrativos, inicialmente nomeados de “unidades culturais ou centros cívicos”, seriam construídos com base na distribuição geográfica do país e funcionariam como multiplicadores nos pequenos e médios municípios brasileiros do trabalho desenvolvido nas instituições nacionais de cultura³². Josué Montello sugeriu, após esse debate inicial, que se criassem casas de cultura, inspiradas no modelo de casas de cultura desenvolvido pelo ministro da Cultura francês André Malraux, ainda que mais acanhadas. O projeto brasileiro para as casas de cultura previa que fossem compostas de salas de projeção cinematográfica, de concertos sinfônicos, de espetáculos e exposições. Além dessa infraestrutura, pretendia-se que as casas funcionassem como um espaço para a realização de levantamentos de documentação existente nos arquivos locais; promovessem exposições itinerantes e manifestações folclóricas; exibissem filmes documentários do tipo cinema-pesquisa; fomentassem a publicação de revistas especializadas; promovessem seminários regionais; e elaborassem uma programação de festivais folclóricos de caráter regional³³. O governo federal se responsabilizava pelas obras de infraestrutura e pela implementação das casas de cultura; em contrapartida, exigia-se que os governos municipais assumissem os custos de administração, funcionamento e manutenção. Conforme o registro das atividades do CFC realizado por Adonias Filho, até 1978 foram criadas mais de 20 casas de cultura³⁴. Os espaços para a instalação desses centros cívicos foram preferencialmente selecionados por sua importância no patrimônio cultural brasileiro, como as antigas Casas de Câmara e Cadeia do período colonial, em Minas Gerais, ou ainda casas de literatos como Jorge Lima e Graciliano Ramos, ambas no estado de Alagoas, por meio de atos de desapropriação dos imóveis³⁵.

32 Ata da 4ª sessão plenária, realizada em 6 de março de 1967, e ata da 11ª sessão plenária, realizada em 25 de abril de 1967. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n. 1, p. 38-41, p. 67-69, jul. 1967.

33 Ata da 34ª sessão plenária, realizada em 23 de junho de 1967. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n. 4, p. 117-123, out. 1967.

34 Foram criadas casas de cultura nos estados do Acre, de Alagoas, do Amazonas, da Bahia, do Mato Grosso, de Minas Gerais, do Pará, do Rio Grande do Norte, do Rio Grande do Sul e de São Paulo. Ver: FILHO, Adonias. *O Conselho Federal de Cultura*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1978.

35 Ata da 2ª sessão plenária da Câmara de Letras na I Reunião Nacional dos Conselhos de Cultura, realizada em 23 de abril de 1968. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n. 10, p. 83-88, abr. 1968.

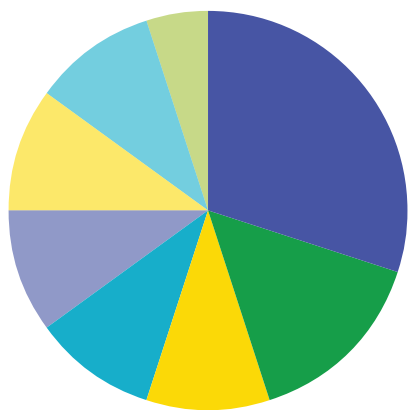
A concessão de auxílios caberia ao CFC. O PNC previa para o ano de 1968 um investimento total de 38.000.000,00 cruzeiros novos em obras de infraestrutura e programas diversos. Para as obras de infraestrutura foram previstos 13.000.000,00 cruzeiros novos, dos quais 10.000.000,00 eram destinados às instituições nacionais de cultura vinculadas ao MEC; 1.250.000,00 cruzeiros novos às instituições nacionais de cultura particulares; 1.000.000,00 cruzeiros novos para a construção de 50 casas de cultura; e 750.000,00 cruzeiros novos aos programas regionais solicitados pelos estados e aprovados pelo CFC.

Nos programas nacionais e regionais destinados à pesquisa e à divulgação da cultura brasileira, previa-se para o mesmo ano um investimento total de 25.000.000,00 cruzeiros novos, sendo 20.000.000,00 para programas nacionais e 5.000.000,00 para programas regionais. Estes últimos foram subdivididos em três categorias: convênios com universidades – 2.000.000,00 cruzeiros novos; convênios com conselhos ou secretarias estaduais de cultura – 1.500.000,00 cruzeiros novos; realização de pesquisas – 1.500.000,00 cruzeiros novos. Os programas nacionais foram divididos em oito itens³⁶:

36 Anteprojeto de lei do Plano Nacional de Cultura. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n. 2, p. 63-68, ago. 1967.

Previsão de investimentos em Programas Nacionais destinados a pesquisa ou divulgação da cultura brasileira

Ano 1968



- Exposições, congressos, filmes, publicações, representações e concertos: NCr\$ 6.000.000,00
- Conservação do acervo histórico tombado pela União e não incluído no programa Dphan: NCr\$ 3.000.000,00
- Pesquisa de caráter cultural (...) por meio de convênios com instituições de cultura e universidades: NCr\$ 2.000.000,00
- Auxílio para execução de programas nacionais: NCr\$ 2.000.000,00
- Campanhas nacionais de cultura em favor do livro, do teatro, do cinema, das artes plásticas, da música etc... : NCr\$ 2.000.000,00
- Exposições itinerantes (...) com o objetivo de divulgar a cultura no plano das artes, das letras, das ciências humanas: NCr\$ 2.000.000,00
- Exposições e outras iniciativas no exterior sobre cultura brasileira: NCr\$ 2.000.000,00
- Conservação do acervo bibliográfico e arquivístico do país: NCr\$ 1.000.000,00

Esses dados nos revelam a concentração dos investimentos nas áreas de pesquisa, conservação de acervo e divulgação das áreas da cultura, ao destinar 65,7% a esses programas, enquanto 34,3% dos recursos eram destinados às obras de infraestrutura, contrastando com a percepção do caráter patrimonialista do Conselho, compreendido como valorização do patrimônio de *pedra e cal*. No caso da valorização da cultura regional, ainda que a “realidade regional” fosse considerada pelos conselheiros como o traço marcante da cultura nacional, eram as instituições nacionais de cultura que deveriam ser mais bem assistidas, demonstrando a ação centralizadora do órgão. O caráter nacional da cultura era privilegiado em detrimento das políticas regionais, ao ser destinados 78,9% dos recursos para obras e programas nacionais. Isso demonstra que o discurso em torno do regionalismo como fator determinante na identificação da cultura nacional não produziu automaticamente a descentralização das políticas culturais. Neste caso, revelava-se uma hierarquia. As instituições nacionais irradiariam seus modelos para as regionais. O investimento maciço em instituições nacionais de cultura e o controle financeiro das verbas pelo CFC implicam o processo de centralização do Estado na orientação das políticas culturais. Para concretização do Plano, propunha-se a arrecadação de recursos financeiros por meio do Fundo Nacional de Educação para as políticas culturais, destinando 10% de seu orçamento para a cultura. Tal solução sempre foi refutada pelos representantes do Ministério do Planejamento, assim como a proposta de concessão de incentivos fiscais às empresas privadas interessadas em investir no setor cultural.

Os anteprojetos do Plano Nacional de Cultura formulados pelo CFC não foram sequer votados pelo Congresso Nacional. Porém, como veremos adiante, antes de o CFC ser surpreendido com a aprovação de uma Política Nacional de Cultura, elaborada por um grupo de técnicos vinculados ao Departamento de Assuntos Culturais, o CFC formulou as Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura, numa clara tentativa de evitar as barreiras administrativas estabelecidas contra a aprovação do Plano Nacional de Cultura.

4.3.1 DIRETRIZES PARA UMA POLÍTICA NACIONAL DE CULTURA

Os entraves burocráticos à aprovação do Plano Nacional de Cultura, elaborado inicialmente pelo CFC já no seu primeiro ano de funcionamento, motivaram o Conselho a adotar uma nova estratégia de intervenção nas orientações estatais para o setor. No final de 1972, o novo presidente do CFC, Raymundo Moniz de Aragão, durante sua ce-

rimônia de posse para o biênio de 1973-1974, propôs ao ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, a formulação, em apenas três meses, das Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura. Tratava-se do estabelecimento inédito de um conjunto de normas, orientações e definições sobre a função do Estado no setor, suas áreas de atuação, os mecanismos de intervenção e os recursos.

Em março de 1973, o próprio Raymundo M. de Aragão entregou ao ministro Jarbas Passarinho o documento com as Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura, que não dependiam da aprovação prévia do Congresso Nacional. As Diretrizes foram divididas em dois tópicos: Preliminares e Política Nacional de Cultura. O primeiro tópico apresentava a “fundamentação legal” e os “conceitos fundamentais”. O tópico Política Nacional de Cultura foi subdividido em quatro itens: Definição, Objetivos, Normas de ação e Recursos³⁷.

A fundamentação legal apresentou os artigos da Constituição Federal que definiam como função do Estado o amparo à cultura, estabelecendo como seu dever zelar pelas “letras e artes, e o patrimônio histórico, arqueológico, científico, cultural e artístico, na área de competência do Ministério da Educação e Cultura”³⁸. Completava informando que, para cumprir os dispositivos constitucionais, foi criado o Conselho Federal de Cultura, órgão responsável pela orientação das políticas culturais brasileiras.

Os conceitos fundamentais apresentavam as definições de política cultural e cultura brasileira, associando-as a noções como desenvolvimento, patrimônio e identidade nacionais. Além disso, apresentava a política cultural como complementar a outras duas políticas caras à ditadura civil-militar: As políticas de segurança e de desenvolvimento.

Em consequência, o desaparecimento do acervo cultural acumulado, ou o desinteresse pela contínua acumulação da cultura, representaria indiscutível risco para a preservação da personalidade brasileira e, portanto, para a segurança nacional³⁹.

37 Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, n. 9, p. 57-64, jan.-mar. 1973.

38 Ibid., p. 57.

39 Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, n. 9, p. 59, jan.-mar. 1973.

Construía-se, então, um tripé de áreas fundamentais à manutenção da sociedade: cultura, desenvolvimento e segurança. Um país continental, fruto da miscigenação, sofrendo constantes transformações com o processo de modernização, dependia de uma “personalidade nacional forte e influente” na preservação de sua soberania nacional, sempre ameaçada por modelos ideológicos “alienígenas” à formação social brasileira. A relação entre cultura, desenvolvimento e segurança nacionais estabelecia por princípio que só o desenvolvimento global da sociedade afastaria o perigo de ideologias nefastas, em especial, o comunismo. Esse tripé seria o responsável pelo fortalecimento de nossa “vocaçãõ democrática”. A insistência na defesa dos valores democráticos, presente nos discursos oficiais do CFC e dos ministros do MEC, estava harmonicamente integrada aos discursos produzidos pelos próprios integrantes do sistema de segurança nacional. Como propõe Joseph Comblin, uma característica recorrente nos discursos governamentais era informar a adoção de medidas coercitivas, identificando-as como necessárias ao restabelecimento da democracia:

[...] o desejo de retorno às instituições democráticas, repetido indefinidamente, parece corresponder mais a um rito oficial do que a uma intenção verdadeira. As instituições democráticas existem no papel, porém as estruturas e mecanismos que foram montados para evitar seu funcionamento tornaram-se de tal maneira fortes que as declarações democráticas perderam sua credibilidade. A boa-fé dos presidentes ou dos personagens políticos não é posta em dúvida, mas sim sua capacidade de dominar efetivamente as estruturas que foram elaboradas para impedir que suas veleidades venham, um dia, a se tornarem uma realidade⁴⁰.

As Diretrizes apresentaram como “cultura brasileira” um conjunto de produções artísticas, costumes, normas, ideias, modos de viver e sentir vivenciados pelos cidadãos ao longo de sua trajetória histórica. Essa cultura singular diante das demais nações, responsável pela formação da “comunidade nacional”, precisava ser preservada e de-

40 COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Tradução de A. Veiga Filho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 160.

fendida “tanto quanto a do território, dos céus e dos mares pátrios”⁴¹. Mas, para além da defesa, era igualmente importante promover o seu aprimoramento, incentivando novas produções culturais em todos os setores, capaz de assegurar o papel de vanguarda do país no plano internacional.

Mas não é suficiente a conservação do patrimônio acumulado; é preciso promover o seu constante acréscimo, incentivando-se a atualização do potencial criativo da comunidade nacional, de forma a assegurar à cultura brasileira presença influente no âmbito internacional e ampla capacidade de assimilação discriminativa dos contingentes recebidos de outras culturas⁴².

As Diretrizes enumeraram três objetivos da política cultural: a “preservação do patrimônio cultural”, o “incentivo à criatividade” e “a difusão das criações e manifestações culturais”. O primeiro deles teria como função resguardar a memória nacional; seguia-se, então, o investimento na criatividade do brasileiro para que novas produções fossem incorporadas à cultura nacional; finalizava-se com a democratização da cultura, processo responsável pelo acesso da população à produção cultural brasileira. Tão importante quanto investir na preservação e em novas formas de expressão cultural era garantir o acesso a esses bens. Novamente, a difusão da cultura dependia de um projeto educacional eficiente, capaz de garantir o acesso aos bens preservados ou produzidos pelo setor. O êxito das políticas culturais dependia tanto dos investimentos nos setores específicos quanto da capacidade da população de consumir esses bens culturais, afinal “era preciso preparar o homem brasileiro para a participação nos benefícios da cultura”⁴³. As altas taxas de analfabetismo e os poucos anos de estudos de parcelas representativas da população brasileira limitavam o diálogo dessas produções culturais com o imaginário social coletivo, dificultando a difusão de valores e ideais veiculados por essas intervenções.

41 Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura, op. cit., p. 58.

42 Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, n. 9, p. 58, jan.-mar. 1973.

43 Ibid., p. 61.

Comporta, assim, a difusão cultural dois aspectos: primeiro é a democratização da cultura, obtida pela apresentação, ao povo, pelos meios modernos de comunicação de massa, das suas manifestações em todos os setores. O segundo é o movimento devolutivo, que reforça o processo criador da cultura⁴⁴.

Para a execução de políticas sistemáticas, até então consideradas esporádicas, as Diretrizes destacavam a necessidade de um Ministério da Cultura. O documento elegeu dez medidas estruturais, sem as quais o êxito da intervenção do Estado no setor estaria comprometido: a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Cultura; a criação de serviços nacionais de artes plásticas, folclore e música; a realização de inventários dos bens culturais a ser tombados; a ampliação do funcionamento de conselhos estaduais e municipais de cultura; a construção de novas casas de cultura; o investimento em pesquisas nas universidades brasileiras sobre a cultura nacional, políticas culturais e ações produzidas pelo setor; a restauração do patrimônio cultural, até mesmo de particulares, quando comprovada a incapacidade do proprietário em manter os bens tombados pelo Estado; o financiamento de projetos nas áreas consideradas essenciais para a cultura nacional. Como afirma Lia Calabre, destacando a importância política do documento, “grande parte das medidas previstas já estava sendo executada pelo CFC. Entretanto, a existência de um plano aprovado significaria a destinação dos recursos necessários para a manutenção do trabalho”⁴⁵.

Ao Estado caberiam o incentivo, a coordenação e a fiscalização dos investimentos. Os recursos financeiros seriam provenientes dos orçamentos da União, dos estados e dos municípios, além dos estímulos à participação da iniciativa privada. Para a ampliação necessária desses recursos seria criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Cultura, além da definição por lei da obrigatoriedade de aplicação de recursos estaduais e municipais, tal como ocorria em outras áreas sociais. A formação de pessoal especializado e a revisão da legislação existente também foram previstas como essenciais para coordenação, gerenciamento e execução das políticas culturais sugeridas.

44 Ibid., p. 61.

45 CALABRE, Lia. O Conselho Federal de Cultura, 1971-1974. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, n. 37, p. 81-98, jan.-jun. 2006.

As Diretrizes privilegiaram a construção de uma infraestrutura considerada necessária à realização de políticas sistemáticas. Afinal, a inexistência de um aparelho burocrático específico e bem organizado desde a área federal até a municipal, a falta de recursos financeiros próprios, a permanência de uma legislação desatualizada, o desconhecimento dos bens móveis e imóveis que comporiam o patrimônio cultural e a carência de recursos humanos eram problemas estruturais graves. Sem solucioná-los, todas as proposições para a área da cultura ou não eram concretizadas ou tinham um alcance limitado.

Conforme propõe Mário Brockmann Machado, a relação entre o Estado e a área cultural no Brasil sempre foi marcada pela intervenção estatal em dois grandes setores-chave: a preservação do patrimônio e o financiamento da produção cultural, especialmente, os bens culturais de massa – desde a produção até a sua distribuição. Para Machado, esses dois setores, aparentemente complementares, são formados por grupos intelectuais distintos e que constantemente disputam espaço no interior da burocracia estatal. As chamadas “política do evento” e “política preservacionista” compõem os dois lados antagônicos do setor cultural e ambas buscam o controle das tendências políticas sobre o setor, o que na prática administrativa significa dispor das escassas verbas existentes⁴⁶.

No período pesquisado, 1967-1975, a tendência do Executivo era apoiar a “política preservacionista” defendida pela “vertente patrimonialista”, da qual o Conselho Federal de Cultura faria parte. Contudo, a “política preservacionista” proposta enfatizava também a necessidade de investimento na ampliação do setor cultural pela incorporação de novas formas de expressão artística, contrastando com a visão construída pelo grupo executivo, formado pelos novos grupos técnicos do MEC, de que os conselheiros defendiam exclusivamente a conservação do patrimônio arquitetônico. Sim, havia uma prioridade na execução de políticas de proteção do patrimônio, sem com isso reduzir a noção de patrimônio aos conjuntos de *pedra e cal* ou desconsiderar a importância de investimentos na produção cultural mais recente. A hierarquização das políticas, com base na definição de prioridades, não justifica a redução dos conselheiros à “vertente patrimonialista”, apresentada sempre em rígida oposição à “vertente

46 MACHADO, Mário Brockmann. Estado e cultura no Brasil. In: VILLAS BÔAS, Gláucia; GONÇALVES, Antonio (Org.). *O Brasil na virada do século: o debate dos cientistas sociais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995. p. 268-271.

te executiva⁴⁷. Essa polarização de conceitos mais nomeia os agentes do que explica suas posições no cenário cultural. É indiscutível a opção pelo patrimônio cultural dos principais intelectuais que atuaram no MEC, a partir do Sphan, desde 1937, e migraram para o CFC na década de 1960. Contudo, as primeiras ações da chamada “vertente executiva” no MEC foram desenvolvidas no Departamento de Ações Culturais, sob a direção de Renato Soeiro, e, posteriormente, Manuel Diégues Júnior, vinculados, respectivamente, ao Iphan e ao CFC. Além disso, como inventariado nesta pesquisa, parcela considerável do orçamento previsto pelo CFC para o Plano Nacional de Cultura era destinada a áreas de pesquisa e divulgação do patrimônio cultural. A força política capitaneada pelo denominado “projeto executivo” é melhor compreendida se observarmos as transformações no cenário cultural brasileiro, que anunciavam o desgaste do projeto modernista conservador, cuja perda de espaço político se iniciou em 1970, justamente com a criação do Departamento de Ações Culturais. O projeto político inaugurado pelos modernistas-conservadores no interior do MEC, na década de 1930, apresentava fortes sinais de esgotamento no final da década de 1970, mostrando-se incapaz de absorver as novas demandas surgidas com a complexificação do setor cultural, afinal, “se a questão modernista era o caráter do homem brasileiro, agora a questão se atém ao produto brasileiro⁴⁸. O projeto modernista, notadamente voltado para a promoção de políticas centralizadoras e elitistas, manteve-se alheio ao processo de diversificação dos produtos culturais e à pressão de diversos grupos pelo acesso ao financiamento estatal. Isso possibilitou o surgimento de novos agentes, dentro e fora do Ministério da Educação e Cultura, que no jogo político se diferenciavam do grupo anterior valorando-os negativamente de patrimonialistas, ao significar as ações dos velhos modernistas como promotoras apenas da conservação do patrimônio de *pedra e cal*. Tais simplificações, justificáveis no campo político, devem ser cuidadosamente retratadas, sob o risco de tomarmos como incontestável o discurso fabricado no calor daquelas disputas políticas.

47 Sobre as polarizações ideológicas no interior do MEC na década de 1970 e o uso das categorias “vertente patrimonialista” e “vertente executiva”, ver: MICELI, Sergio. O processo de “construção institucional” na área da cultura federal (anos 70). In: MICELI, Sergio (Org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984. p. 53-94.

48 OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi. Política nacional de cultura: dois momentos em análise – 1975 e 2005. In: GOMES, Angela de Castro. *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 137-154.

4.4 Novos tempos no setor cultural: o esgotamento político do Conselho Federal de Cultura

Com a posse do ministro da Educação e Cultura, Ney Braga, em 3 de abril de 1974, a ação do Estado no setor cultural sofreria profundas alterações. Em vez do Plano Nacional de Cultura, uma Política Nacional de Cultura, também identificada pela sigla PNC, foi aprovada em 1975, durante a gestão Ney Braga. Elaborada pelo grupo-tarefa responsável pelo Programa de Ação Cultural (PAC), a Política Nacional de Cultura foi vinculada ao Departamento de Ações Culturais. Sobre esta PNC, informa-nos Isaura Botelho, com base no depoimento de Roberto Parreira, coordenador do PAC e um dos idealizadores da nova política:

Ele afirma que desde sua fundação, em 1966, o Conselho Federal de Cultura havia apresentado dois ou três planos nacionais de cultura, que não foram muito além da apresentação do ministro da época. Ney Braga inverteu o processo: ao invés de solicitar ao Conselho mais um plano, ele solicitou a um grupo de técnicos a formulação de uma política para nortear a sua gestão, para submetê-la, a posteriori, à homologação do Conselho⁴⁹.

Assim, a Política Nacional de Cultura adotada foi formulada pelo grupo gestado no interior do DAC, a partir do lançamento do Plano de Ação Cultural, em agosto de 1973. Foi um duro golpe nas pretensões políticas do CFC. A aprovação da Política Nacional de Cultura elaborada e subordinada a outro órgão do MEC não deixava dúvidas: o CFC não tinha mais legitimidade política e administrativa para organizar as políticas culturais brasileiras. Fragilizado, cabia ao Conselho a função normativa e fiscalizadora, limitando-se à categoria administrativa na qual se enquadrava, apesar das intervenções executivas realizadas naqueles últimos nove anos. A correlação de forças políticas no interior do MEC havia mudado.

49 BOTELHO, Isaura. *Romance de formação: Funarte e política cultural (1976-1990)*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2000. p. 67.

A gestão Ney Braga iniciou uma nova fase no setor cultural⁵⁰, empurrando para o ostracismo os projetos defendidos pelos velhos modernistas e trazendo para o interior do MEC outra percepção sobre como gerenciar as políticas culturais brasileiras, afinal:

Essa ideologia tradicional não seria adequada ao desenvolvimento do capitalismo que tem o Estado como promotor da racionalidade e da técnica. Há necessidade de contar com um novo intelectual e com um novo aparato organizacional⁵¹.

Os técnicos, tão criticados pelos conselheiros pela postura racionalista, pelo precário domínio dos conhecimentos humanísticos, considerado necessário à formulação de políticas no setor cultural, foram agentes importantes na dinamização do setor a partir de 1975, especialmente na elaboração do documento Política Nacional de Cultura.

A análise do documento Política Nacional de Cultura extrapola os objetivos desta pesquisa⁵². Contudo, a relação entre os anteprojetos de lei do Plano Nacional de Cultura, organizado pelo CFC, e o documento elaborado pelo PAC e executado a partir de 1975 é indiscutível. Por isso, levantamos algumas indagações sobre a Política Nacional de Cultura que devem ser exploradas em futuras pesquisas dedicadas ao assunto. Essa opção justifica-se pela necessidade de demarcar o papel atribuído pelo Estado ao CFC a partir da publicação do documento. Neste momento, limitamo-nos à compreensão dos novos sentidos atribuídos às categorias de “proteção” e “defesa” do patrimônio apresentadas na Política Nacional de Cultura. Ao produzir sentidos distintos para as políticas culturais daqueles até então preconizados pelo CFC, o grupo formado em torno do DAC provocou como efeito de sentido um redirecionamento dos investimentos no setor cultural, demandando novos agentes, estratégias de ação e metas.

50 Sobre a dinamização do setor cultural promovida pela gestão Ney Braga (1974-1978), ver: CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: dos anos de 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

51 OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi. Política nacional de cultura: dois momentos em análise – 1975 e 2005. In: GOMES, Angela de Castro. *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 138.

52 Para uma discussão detalhada do documento da Política Nacional de Cultura, ver: OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi, op.cit.

O documento Política Nacional de Cultura foi organizado em oito itens, considerados essenciais para compreensão da ação do Estado no setor: “Política: concepção básica”, “Cultura brasileira”, “Fundamentos”, “Diretrizes”, “Objetivos”, “Componentes básicos”, “Ideias e programas”, “Formas de ação”, além de uma breve introdução e uma apresentação do ministro Ney Braga⁵³. A seleção desses itens refletia o aparato teórico que envolvia a organização das políticas culturais e propôs ações práticas de intervenção. Essa estratégia suprimiu a necessidade de coexistência de dois documentos complementares, tal como adotado pelo CFC: as Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura e o Plano Nacional de Cultura. Decerto, o documento Política Nacional de Cultura substituiria automaticamente o equivalente proposto pelo Plano Nacional de Cultura do CFC; mas, para descartar as Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura, projeto aprovado pelo MEC desde 1973, fazia-se necessário que o documento organizado pelo DAC também apresentasse um debate teórico sobre a cultura brasileira e o papel da ação estatal no setor.

A Política Nacional de Cultura afastou-se das políticas de proteção do patrimônio tal como preconizadas pelo Conselho, invertendo a ordem das prioridades. A nova PNC destacava como objetivo maior das políticas culturais a promoção da cultura e sua diversidade, o investimento nas áreas de produção e difusão cultural, ainda que reconhecesse a importância do patrimônio. Mantinha-se a percepção da cultura como definidora da identidade nacional, sendo considerada fundamental na manutenção do binômio desenvolvimento-segurança nacional. Contudo, as ações em defesa do patrimônio cultural foram limitadas pelo documento. A própria noção de proteção do patrimônio e a função do passado nas políticas culturais sofreram profundas alterações.

Como investiga Lúcia Lippi Oliveira, a nova política cultural brasileira seria formada por um conjunto de ações destinadas aos seguintes setores: artesanato e folclore – representantes da cultura regional; o mercado editorial dedicado à literatura, incluindo a publicação de textos de novos autores; a preservação do patrimônio histórico, artístico, natural e científico brasileiro; a produção teatral; a produção cinematográfica; a produção musical; a dança; as artes plásticas. O documento também previa o investimento na difusão cultural, processo necessário à circulação e ao consumo dos bens culturais nacionais, utilizando-se inclusive dos meios de comunicação de massas, considerados veículos indispensáveis para o acesso a essa produção. Assim,

53 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Política Nacional de Cultura. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1977.

A abrangência dos tópicos mencionados no documento é grande, uma vez que se estava propondo definir os parâmetros de uma política nacional de cultura. [...] A ênfase não está na cultura como representante de uma autenticidade primeira, ontológica, da brasilidade ou do caráter nacional, e, sim, na valorização do alcance dos bens culturais. A cultura deve então estar voltada para o povo e para o consumo.⁵⁴

Estabelecidos os objetivos prioritários das políticas nacionais, caberia ao Estado definir as suas linhas de ação. Baseando-se na mesma justificativa apresentada pelo CFC, o documento reafirmava ser preciso superar a crise provocada pelo aparecimento dos “mecanismos de comunicação de massa e pela racionalização da sociedade industrial”⁵⁵. Contudo, neste caso, ao contrário da proposta do CFC, não se tratava de promover a defesa da memória nacional, mas de evitar o esvaziamento da “criatividade” do brasileiro, seduzido por esses novos instrumentos de comunicação e produção de massa. Por isso, caberia à política cultural “promover e incrementar” a “generalização do acesso”, a “espontaneidade” e a “qualidade”. Essas noções substituiriam as ideias-força de “conservação” e “preservação” tal como definidas pelo Conselho. Esse processo de inversão das prioridades estabelecidas pelo CFC não indica o total abandono das políticas de proteção do patrimônio, mas um forte redirecionamento nos sentidos produzidos sobre as noções de “conservação” e “preservação”, que a partir de então seriam relacionadas com o futuro:

Preservar não sugere uma atitude de conservação no sentido de mero registro ou exposição, sob diferentes formas de museus. O que se pretende é manter a participação vivencial do povo em consonância com os valores que inspiram a vida em sociedade.

54 OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi. Política nacional de cultura: dois momentos em análise – 1975 e 2005. In: GOMES, Angela de Castro. *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 143.

55 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Política Nacional de Cultura. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1977. p.12.

A atitude de preservação de determinados valores sociais, e suas projeções culturais, não é algo que esteja ancorado no passado. Ela constitui, também, a antecipação das potencialidades do futuro⁵⁶.

O papel do CFC, dentro da Política Nacional de Cultura, ficou restrito ao caráter normativo definido por lei, cabendo ao Conselho participar de um “sistema de cooperação” que incluía também o DAC, as universidades, o Ministério das Relações Exteriores, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e os demais órgãos governamentais interessados em desenvolver programas na área cultural. O CFC permaneceria como impulsionador do projeto das casas de cultura, além de manter suas tarefas básicas de preservação do patrimônio e divulgador da nova política. Ao DAC caberia a tarefa principal de executar a Política Nacional de Cultura, captar recursos financeiros e estabelecer convênios com as instituições culturais. As universidades estimulariam o desenvolvimento da criatividade artística e intelectual e pesquisas científicas nas diversas áreas de conhecimento. Os demais órgãos deveriam divulgar e preservar a cultura brasileira em suas áreas de atuação.

A nova política limitou a capacidade de intervenção do Conselho ao retirar-lhe o papel executivo. O documento apoiou-se no decreto de criação do CFC, que lhe imprimia caráter normativo e de assessoramento, esvaziando qualquer possibilidade de ação executiva. As casas de cultura permaneceram sob a guarda do Conselho, não sendo mais um projeto de interesse dos novos agentes responsáveis pelas políticas culturais. Em consequência, junto com o CFC, esses centros culturais foram esquecidos.

A partir do lançamento oficial da PNC organizada pelos técnicos do PAC, o CFC viu minuar seu espaço de intervenção política. Soma-se a isso a criação de novas agências e instituições no interior do aparelho estatal, a partir de 1975, como a Fundação Nacional de Arte (Funarte), o Conselho Nacional de Cinema (Concine), o Conselho Nacional de Referência Cultural (CNRC), a Secretaria de Assuntos Culturais (Seac), a Fundação Nacional Pró-Memória (Pró-Memória), entre outras – algumas inclusive fora da órbita do MEC. O CFC ainda seria o responsável pela organização do I Encontro dos Secretários Estaduais de Cultura, em Brasília, no ano de 1976. Entretanto, com o aparecimento de novas instituições com atribuições definidas e multifacetadas, o CFC passou a disputar espaço

56 Ibid., p. 29.

político que antes dominava, mesmo com limitações financeiras, vendo sua atuação limitada por força de lei, mas, fundamentalmente, pelos novos grupos que exigiam a clara demarcação das funções de cada setor do MEC. As novas instituições mostram o impulso dado ao setor cultural a partir de 1975, acentuado graças à gestão Ney Braga. A partir de 1976, muitos outros intelectuais passaram pelo Conselho, dificultando a coesão do grupo nuclear do CFC. Doravante, o silêncio em torno do Conselho pode ser compreendido pela tentativa dos novos grupos em torno do MEC de caracterizar apenas as ações executadas, a partir de 1975, como política cultural e sistematização eficaz do setor. Contudo, o CFC foi o órgão responsável por intervenções sistemáticas que produziram no interior do aparelho estatal uma rotina burocrática fundamental na institucionalização do setor. De toda forma, com a gestão Ney Braga, o Conselho tornou-se mais contemplativo do que produtor dos rumos da política cultural. O CFC permaneceria em funcionamento até 1990, quando foi extinto, mas sem a pujança vivenciada nos anos anteriores.

CONCLUSÃO

Os intelectuais do Conselho Federal de Cultura, entre 1967 e 1975, foram responsáveis pela orientação das políticas culturais, atuando, especialmente, na proteção e na divulgação do patrimônio cultural. Investiram os recursos disponíveis no financiamento de reformas estruturais e nos projetos das instituições nacionais de cultura; na defesa dos conjuntos arquitetônicos; na recuperação de arquivos documentais e bibliotecas; na criação de centros culturais em pequenos e médios municípios; nas comemorações de efemérides; na publicação de obras de caráter literário ou histórico que descortinassem a “essência” da cultura nacional. Tais investimentos previam valorizar a história pátria, símbolo máximo da nacionalidade, promovendo uma experiência cívica da qual todos os cidadãos deveriam participar.

Atuantes nas fileiras estatais desde os anos 1930, esses intelectuais, oriundos das correntes modernistas de caráter conservador, resgataram parte do projeto desenvolvido por muitos deles a partir do primeiro governo Vargas (1930-1945). Trouxeram para o centro das políticas culturais o “espírito da nacionalidade” tão veiculado durante o Estado Novo por meio da valorização do folclore, do passado histórico, da literatura nacional, da arquitetura histórica, forjando, a partir de então, a “consciência nacional”. Esse conjunto formava o patrimônio cultural que traduziria a experiência do ser brasileiro.

A força política do Conselho consistiu na sua capacidade de intervenção justamente num período em que a área cultural foi relegada a segundo plano pelo governo e limitada pelas reduzidas verbas orçamentárias. Desde a década de 1930, os intelectuais do CFC atuaram no Ministério da Educação e Cultura executando o projeto modernista. Esse projeto modernista, notadamente conservador, foi centralizado com a criação do CFC, e só foi esgotado, a partir de 1975, com o lançamento da Política Nacional de Cultura, assinada por um grupo de técnicos ligados ao DAC, na gestão Ney Braga (1974-1978).

Tal projeto modernista entrará em um processo de radicalização nacionalista ao incorporar o ideário cívico propagado durante a ditadura civil-militar. Os intelectuais do CFC adotaram muitos dos programas já executados no Estado Novo (1937-1945), incorporando novas práticas discursivas e adaptando tais programas ao otimismo pregado pela orientação governamental, sob a égide de um valor considerado essencial para a manutenção da nação, o civismo.

O civismo tomou forma como valor superior e absoluto, sobrepondo-se ao ideal originário – a cidadania moderna – sob a justificativa da defesa dos interesses nacionais, estes considerados acima dos direitos individuais. Sendo superior e absoluto, o civismo era incontestável. A relação dos cidadãos com o Estado encontrava nos valores cívicos seu mediador. Mas a personagem principal na defesa dos valores nacionais era o cidadão. Ele foi considerado o principal agente de propagação dos valores cívicos. Assim, o investimento em políticas que ensinassem aos cidadãos os seus deveres diante da nação, promovendo a “consciência cívica nacional”, era tarefa urgente da área educacional. Defender a nação contra as ideologias externas, sobretudo a comunista, combater o inimigo interno e contribuir para a ordem social eram funções essenciais do bom cidadão. Era preciso conscientizá-lo também por meio de programas no setor cultural que enfatizassem a singularidade da nação, seus aspectos estruturais, sua organicidade. No passado histórico, encontraríamos os elementos simbólicos capazes de estruturar a nação. Tais elementos foram selecionados com base em obras da literatura, na vida de grandes personagens exemplares, nas raízes das manifestações folclóricas, no acervo documental, nos bens móveis e imóveis. A incorporação do civismo como valor máximo do exercício da cidadania garantiria a segurança nacional, fortaleceria o Estado, permitiria o acesso aos benefícios de uma sociedade tradicionalmente pacífica, ordeira e harmônica. O cidadão teria seus direitos garantidos na medida em que não ameaçasse o equilíbrio da nação; quaisquer contestações ou críticas romperiam com o padrão cívico desejado e, por isso, afetariam a estrutura social.

O Estado, na sua tarefa máxima de garantir o equilíbrio da nação, conferia a si próprio a autoridade para responder àqueles que abandonavam seus deveres cívicos, aviltando os direitos políticos e as liberdades individuais desses cidadãos. O Estado utilizava-se da força necessária justificada ante a ameaça constante do inimigo interno. Os direitos civis, políticos ou sociais propagados pela cidadania poderiam ser infringidos, pois a preservação da nação era o objetivo prioritário, superando até mesmo a preservação do bem-estar dos cidadãos que nela vivem. Nesse processo de radicalização do civismo, as ações repressoras, as sessões de tortura, as prisões arbitrárias podiam ser justificadas. Afinal, essas vítimas, ao não cumprir seus deveres cívicos, tornaram-se subversivas, tendo seus direitos de cidadão suprimidos pelo Estado autoritário.

A historiografia dedicada à análise da participação de civis no golpe e na organização do Estado ditatorial brasileiro, apresentada ao longo desta pesquisa, rompe com explicações de simples dicotomias. Os intelectuais do CFC mostraram-se contrários aos

excessos cometidos pelos órgãos de censura e, por vezes, chocados com a ação do aparato policial. Mas, ao contribuir com o aparato ideológico promovido pela ditadura civil-militar, incorporando o civismo nas suas práticas discursivas e nos seus projetos, favoreceram a exacerbação do nacionalismo e da política autoritária do Executivo. Por outro lado, o Conselho defendia o acesso à cultura; a valorização dos aspectos regionais; a atenção a arquivos e bibliotecas; o investimento na produção e na difusão da cultura. A relação de ambivalência existente entre os intelectuais do CFC e a cúpula do Executivo produziu silêncios, protestos tímidos e negociações que também contribuíram para a vitalidade de um regime autoritário por mais de 20 anos.

A criação do CFC possibilitou às instituições nacionais, estaduais e municipais a manutenção de muitas de suas atividades, além de construir uma rotina para o setor, até então limitada, por meio do estímulo à criação de conselhos estaduais e municipais de cultura; à elaboração de anteprojetos de lei para a reformulação do setor cultural; à realização de encontros com governadores, ministros e secretários para a formulação de uma política integrada com corresponsabilidade de estados e municípios; à criação de um ministério dedicado exclusivamente à cultura; à edição de obras já esgotadas sem interesse mercadológico, mas com valor histórico. A proteção do patrimônio cultural, em suas diversas acepções, sempre ameaçado pelo descaso, foi uma área de atuação constante dos membros do Conselho. As realizações do Conselho não devem ser descartadas, nem minimizadas diante da dinamização do setor cultural promovida pelo Estado na década de 1970 e realizada por outros grupos no interior do aparelho estatal. Ao contrário, as propostas e políticas empreendidas pelo CFC devem ser compreendidas nesse processo histórico específico de participação dos intelectuais no cenário político como portadores dos anseios nacionais – que atravessou governos legitimamente constituídos ou não para forjar os rumos da nação.

Dessa forma, o CFC buscou responder ao projeto modernista de proteção do patrimônio cultural brasileiro sob a égide do civismo, propondo para a cultura a função de geradora da “consciência cívica nacional”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marcelo. Comemoração e regionalismo: o monumento à Independência e a difícil hegemonia – São Paulo, 1922. In: ANPUH. Encontro Regional de História, 12., 2006, Rio de Janeiro. Usos do Passado. Rio de Janeiro, 2006.

ABREU, Regina; CHAGAS, Marcos (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

_____. Entre a nação e a alma: quando os mortos são comemorados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 205-230, 1994.

ALMEIDA, José Maurício Gomes. Regionalismo e modernismo: as duas faces da renovação cultural dos anos 20. In: KOSMINSKY, Ethel Volfson et al. (Org.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru, SP: Edusc, 2003. p. 315-326.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BERSTEIN; SIRINELLI, Jean François. Las élites culturales. In: RIOUX, Jean Pierre, SIRINELLI, Jean François. *Para una historia cultural*. México: Taurus, 1999.

BOTELHO, André. *O Brasil e os dias: Estado-nação, modernismo e rotina intelectual*. São Paulo: Edusc, 2005.

BOTELHO, Isaura. *Romance de formação: Funarte e política cultural 1976-1990*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Tradução de Maria Lúcia Machado. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRANDÃO, Adelino. *Olavo Bilac e o serviço militar: o homem, o artista, o patriota*. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1969.

CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: dos anos de 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

_____. O Conselho Federal de Cultura, 1971-1974. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, FGV, n° 37, p. 81-98, jan.-jul. 2006.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução de Ana Regina Liessa e Heloísa Pezza Cintrão. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. Nação Imaginada: memória, mitos e heróis. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A crise do Estado-nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 397-418.

_____. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CAVALCANTI, Lauro (Org.). *Modernistas na repartição*. 2. ed. revista. Brasília: Iphan; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2. ed., revista, 2000.

COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Tradução de A. Veiga Fialho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CORDEIRO, Janaina Martins. A nação que se salvou a si mesma. Entre memória e história, a campanha da mulher pela democracia (1962-1974) 2008. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense, Niterói. Mimeo.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: Edusc, 1999.

D'ANDREA, Moema Selma. *A tradição redescoberta: Gilberto Freyre e a literatura regionalista*. Campinas: Editora Unicamp, 1992.

DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. *Redes intelectuales en América Latina*. Santiago: Instituto de Estudios Avanzados, Editora Universidad Santiago de Chile, 2007.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado* – ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

EL FAR, Alessandra. "A presença dos ausentes": a tarefa acadêmica de criar e perpetuar vultos literários. *Estudos Históricos*, n. 25, p. 1-19, 2000.

FALCÃO, José Arruda. Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. In: MICELI, Sergio (Org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984. p. 21-40.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e reformismo no Brasil (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

_____. Prezada censura: cartas ao regime militar. *Topoi - Revista de História*, Rio de Janeiro, UFRJ, n. 5, p. 251-286, set. 2002.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Brasília: Iphan, 2005.

GARCIA, Miliandre. A questão da cultura popular: as políticas culturais do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes. *Revista Brasileira de História*, ANPUH, v. 24, n. 47, p. 127-162, jul. 2004.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GOMES, Angela Maria de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____. Os intelectuais cariocas, o modernismo e o nacionalismo: o caso de *Festa*. *Luso-Brazilian Review*, Michigan, The University of Wisconsin-Madison, p. 80-106, 2004.

_____. República, educação cívica e história pátria: Brasil e Portugal. In: ANPUH. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA E ÉTICA, 25., 2009, Fortaleza, Anais do Simpósio. Fortaleza: UFC, 2009.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ: Iphan, 1996. p. 88-114.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de viagem/CPC, vanguarda e desbunde: 1960-70*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. GONÇALVES, Marcos A. *Cultura e participação nos anos 60*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

KUSHNIR, Beatriz. Da tesourinha ao sacerdote: os dois últimos chefes da censura brasileira. In: MARTINS FILHO, João Roberto Martins. *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EDUFSCAR, 2006. p. 47-66.

LABORIE, Pierre. *Les Français des années troubles. De la guerre d'Espagne à la Libération*. Paris: Seuil, 2003.

_____. *L'opinion française sous Vichy. Les Français et la crise d'identité nationale (1936-1944)*. Paris: Seuil, 2001.

LAFETÁ, João Luiz. *1930: a crítica e o modernismo*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2000.

LOPES, Moacir de Araújo. *Olavo Bilac: o homem cívico*. Brasília: Imprensa Nacional, 1968.

LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

_____. As revistas de cultura durante o Estado Novo: problemas e perspectivas. ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA. A LUTA PELA LIBERDADE DE IMPRENSA – REVISÃO CRÍTICA DOS 300 ANOS DE CENSURA, 4., 2006, São Luis do Maranhão. *Anais do 4º Encontro Nacional de História da Mídia*. São Luis: Rede Alfredo de Carvalho, 2006. v. 1, p. 1-13.

MACHADO, Mário Brockmann. Estado e cultura no Brasil. In: VILLAS BÔAS, Gláucia; GONÇALVES, Antonio (Org.). *O Brasil na virada do século: o debate dos cientistas sociais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995. p. 268-271.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Olavo Bilac e sua época*. Rio de Janeiro: CEA, 1974.

MANNHEIM, Karl. *Sociologia*. Tradução de Emílio Willems, Sylvio Uliana, Cláudio Marcondes. São Paulo: Ática, 1982.

MICELI, Sergio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

_____. (Org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.

_____. O processo de 'construção institucional' na área da cultura federal (anos 70). In: MICELI, Sergio (Org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984. p. 53-94.

_____. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MORAES, Eduardo Jardim de. *A brasilidade modernista*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. 4.ed. São Paulo: Ática, 1980.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. Tradução de Yara Aun Khory. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi. *Cultura é patrimônio. Um guia*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

_____. Política nacional de cultura: dois momentos em análise – 1975 e 2005. In: GOMES, Angela Maria de Castro. *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 137-154.

_____. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OLIVEN, George Ruben. A relação entre Estado e cultura no Brasil. In: MICELI, Sergio. (Org.) *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. Tradução de Maria Júlia Golwasser. São Paulo: Ática, 1990.

PINHEIRO FILHO, Fernando Antonio. A invenção da ordem: intelectuais católicos no Brasil. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, v. 19, nº 1, p. 33-49, jun. 2007.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

QUINTELLA, Maria Madalena Diégues. Cultura e poder ou espelho, espelho meu: existe alguém mais culto do que eu? In: MICELI, Sergio (Org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984. p. 113-134.

REIMÃO, Sandra. Fases do ciclo militar e censura a livros – Brasil 1964-1978. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28, 2005, Rio de Janeiro. *Anais...* São Paulo: Intercom, 2005. CD-ROM.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Sá. *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004. p. 29-52.

_____. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Calmon a Bonfim*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RIDENTI, Marcelo. Resistências e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores. In: RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Sá. *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.

ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória: A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. v. 2 p. 97-144.

SAES, DÉCIO. Classe média e política no Brasil (1930-1964). In: GOMES, Angela Maria de Castro et al. *O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 449-50.

SANTOS, Afonso Carlos Marques. *A invenção do Brasil: ensaios de história e cultura*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getulio Vargas, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. *A literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SIMONARD, Pedro. *A geração do Cinema Novo: para uma antropologia do cinema*. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. Terrorismo cultural. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, nº 1, p. 303-329, mar. 1965.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. *Censura no regime militar e militarização das artes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

TRINDADE, Héglio. Integralismo: teoria e práxis política nos anos 30. In: GOMES, Angela Maria de Castro et al. *O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand

Brasil, 1996. p. 304-335.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Cpdoc, v. 6, n. 11, p. 89-112, 1993.

_____. *Modernismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____. Controvérsias em torno do moderno brasileiro; as revistas na 1ª República. In: ALMEIDA, Marta; VERGARA, Moema Resende (Org.). *Ciência, história e historiografia*. São Paulo: Via Lettera; Rio de Janeiro: Mast, 2008. p. 277-292.

VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Funarte: FGV, 1997.

Fontes documentais

AGUIAR FILHO, Adonias (Org.) *O cidadão e o civismo: educação moral e cívica, suas finalidades*. São Paulo: Ibrasa; RJ: Comissão Nacional de Moral e Civismo; Brasília: INL: Fundação Pró-Memória, 1982.

ÁVILA, padre Fernando Bastos de (Org.). *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*. Rio de Janeiro: Fename, 1967.

Cultura. Rio de Janeiro: CFC, 1967-1970, v. 1-42.

BOLETIM DO CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. Rio de Janeiro: CFC, v. 1-20, 1967-1970.

REVISTA BRASILEIRA DE CULTURA. Rio de Janeiro: CFC, v. 1-20, 1969-1974.

BRASIL. *Atlas Cultural do Brasil*. Rio de Janeiro: CFC/Fename, 1972.

BRASIL. *História da Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro: CFC/Fename, v. 1 e 2, 1973 e 1976.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Política Nacional de Cultura*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1977.

APÊNDICE A

Números de artigos publicados entre 1967 e 1975 na seção Estudos e Proposições dos periódicos *Cultura* e *Boletim do Conselho Federal de Cultura*

CONSELHEIROS	NÚMERO DE ARTIGOS	%
Dom Marcos Barbosa	30	7,4%
Hélio Vianna	26	6,4%
Manuel Diégues Júnior	25	6,2%
Octávio de Faria	25	6,2%
Djacir Lima Menezes	22	5,4%
Gilberto Freyre	22	5,4%
José C. Andrade Muricy	21	5,2%
irmão José Atão	18	4,5%
Cassiano Ricardo	17	4,2%
Josué Montello	17	4,2%
Pedro Calmon	17	4,2%
Roberto Burle Marx	17	4,2%
Arthur Cezar Ferreira Reis	14	3,5%
Clarival Prado Valladares	14	3,5%
Rachel de Queiroz	14	3,5%
Sílvio Meira	13	3,2%
Raymundo Faoro	11	2,7%
Renato Soeiro	7	1,7%
Gustavo Corção	5	1,2%
Afonso Arinos	5	1,2%
Ariano Suassuna	4	1,0%
Rodrigo M. F. de Andrade	4	1,0%

Números de artigos publicados entre 1967 e 1975 na seção Estudos e Proposições dos periódicos *Cultura* e *Boletim do Conselho Federal de Cultura* (continuação)

CONSELHEIROS	NÚMERO DE ARTIGOS	%
Adonias Aguiar Filho	3	0,7%
Moyses Vellinho	3	0,7%
José Cândido M. Carvalho	3	0,7%
Maria Alice Barroso	2	0,5%
Vianna Moog	2	0,5%
Gladstone Chaves de Mello	1	0,2%
Herberto Sales	1	0,2%
João Guimarães Rosa	1	0,2%
Peregrino Júnior	1	0,2%
Artigos publicados pelos conselheiros	365	90,3%
Artigos não assinados	23	5,7%
Artigos representantes do cenário cultural	16	4,0%
TOTAL	404	100,0%

APÊNDICE B

Colaboradores da *Revista Brasileira de Cultura* (1969-1974)

Números de artigos publicados por conselheiros

Arthur Cezar Ferreira Reis	17
Gilberto Freyre	7
Clarival do Prado Valladares	6
Octávio de Faria	5
Afonso Arinos de Melo Franco	4
Adonias Aguiar Filho	4
Hélio Vianna	4
Manuel Diégues Júnior	3
Cassiano Ricardo	3
José Cândido de Andrade Muricy	3
José Otão	3
Djacir Lima Menezes	2
Pedro Calmon	2
Raymundo Faoro	1
Ariano Suassuna	1
Josué Montello	1
Moses Vellinho	1
Peregrino Júnior	1
Rachel de Queiroz	1
Raymundo Castro Maya	1
Roberto Burle Marx	1
Rodrigo Mello Franco de Andrade	1

Colaboradores da *Revista Brasileira de Cultura* (1969-1974)

Números de artigos publicados por convidados

Alphonsus de Guimaraens Filho	10
Álvaro Teixeira Soares	5
Mario Barata	5
Rodrigo Magalhães Júnior	5
Carlos Cavalcanti	4
Vicente Sales	4
Leandro Tocantins	3
Pessoa de Moraes	3
Celso Kelly	2
Mozart Araújo	2
Almir de Andrade	2
Bruno Kiefer	2
Catharina Vergolino Dias	2
Edilberto Coutinho	2
Delso Renault	2
Luis Camara Cascudo	2
Glycon de Paiva	2
Afrânio Coutinho	1
Antônio Houaiss	1
Antônio da Rocha Penteado	1
Antônio de Oliveira	1
Augusto da Silva Teles	1
Bastos D'Ávila	1
Bráulio do Nascimento	1
Caldeira Filho	1
Carlos Alberto Medina	1

Colaboradores da *Revista Brasileira de Cultura* (1969-1974)

Números de artigos publicados por convidados (continuação)

Carlos Araújo Lima	1
Carlos Dantas de Moraes	1
Carlos Penteado Resende	1
David Lunt	1
Donato Mello Júnior	1
Ênio de Freitas e Castro	1
Euryalo Cannabrava	1
Fernando Rocha Peres	1
Garrido Torres	1
Helza Camêu	1
Ivan Lins	1
Ivan Vianna	1
José Alípio Goulart	1
José Calasans Brandão da Silva	1
José Ramos Tinhorão	1
Luis Antonio Barreto	1
Luis Henrique Dias Tavares	1
Marcos Almir Madeira	1
Marcos Carneiro de Mendonça	1
Maria Elisa Dias Collier	1
Napoleão Figueiredo	1
Paulo Ronai	1
Pedro Braga dos Santos	1
Raul Lima	1
Raymundo Souza Dantas	1
Renato Mendonça	1

Colaboradores da *Revista Brasileira de Cultura* (1969-1974)

Números de artigos publicados por convidados (continuação)

Sônia Brayner	1
Teixeira Soares	1
Vamireh Chacon	1
Veríssimo Mello	1
Vicente de Paulo	1

Áreas investigadas pela *Revista Brasileira de Cultura* (1969-1974)

ÁREAS	DISTRIBUIÇÃO DE ARTIGOS POR ÁREA	%
Ciências Humanas	105	50,4
Letras	62	29,9
Artes	35	16,9
Patrimônio Histórico e Artístico Brasileiro	6	2,8
TOTAL : 208 artigos		100%

APÊNDICE C

Obras financiadas pelo Conselho Federal de Cultura (1967-1975)		
AUTORES	TÍTULOS	INSTITUIÇÕES FINANCIADORES
(?)	<i>Coleção Centenário: Afonso Arinos de Melo Franco (tio)</i>	CFC/INL
Afonso Arinos de Melo Franco	<i>Desenvolvimento da Civilização Material do Brasil</i>	CFC
Afonso Arinos de Melo Franco	<i>O Contratador dos Diamantes</i>	CFC/Serviço Nacional de Teatro
Alexandre Rodrigues Ferreira	<i>Viagem Filosófica pelas Capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro e Cuiabá</i>	CFC
Alberto Rangel	<i>Marginalizados</i>	CFC/Arquivo Nacional
Álvaro Teixeira Soares	<i>História da Formação das Fronteiras do Brasil</i>	CFC/Biblioteca do Exército
Clarival do Prado Valladares	<i>Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros (dois volumes)</i>	CFC
Clophie Pearson de Matos	<i>Catálogo Temático da Obra do Padre José Maurício Nunes Garcia</i>	CFC
Clovis da Costa Rodrigues	<i>Inventiva Brasileira</i>	CFC/INL
Comissão Especial Comemorativa do IV Centenário de Os Lusíadas	<i>Índice Analtico do Vocabulário de Os Lusíadas</i>	CFC/INL
Djacir Lima Menezes	<i>O Brasil no Pensamento Brasileiro</i>	CFC
Fernanda Pacca de Almeida Wright	<i>Desafio Americano à Preponderância Britânica no Brasil</i>	CFC/IHGB
Afrânio Coutinho	<i>Graça Aranha – Coleção Centenário</i>	CFC/INL

Obras financiadas pelo Conselho Federal de Cultura (1967-1975) (continuação)		
AUTORES	TÍTULOS	INSTITUIÇÕES FINANCIADORES
Herbert Wetzel	<i>Mem de Sá: Terceiro Governador-Geral (1555-1572)</i>	CFC
Jean Michel Massa	<i>A Juventude de Machado de Assis</i>	CFC/INL
José Candido de Andrade Muricy	<i>Panorama do Movimento Simbolista</i>	CFC/INL
Luis Mendonça de Albuquerque	<i>Curso de História Náutica</i>	CFC/Serviço de Documentação Geral da Marinha
Manuel Diégues Júnior	<i>Ocupação Humana e Definição Territorial do Brasil</i>	CFC
Manuel Diégues Júnior (org.)	<i>História da Cultura Brasileira (dois volumes)</i>	CFC/Fename
Manuel Diégues Júnior (org.)	<i>Atlas Cultural do Brasil</i>	CFC/Fename
Marcos Carneiro de Mendonça	<i>Raízes da Formação Administrativa do Brasil</i>	CFC
Gilberto Freyre (org.)	<i>Oliveira Lima - Coleção Centenário</i>	CFC/INL
Oswaldo Cabral	<i>As Defesas da Ilha de Santa Catarina do Brasil Colônia</i>	CFC
Pedro Calmon	<i>A Vida de D. Pedro II</i>	CFC/Biblioteca do Exército
Roberto Mendes	<i>Um Diplomata na Corte de São Cristóvão</i>	CFC
Roberto Pontual	<i>Dicionário de Artes Plásticas</i>	INL
Sacramento Blake	<i>Dicionário Bibliográfico Brasileiro (reprodução fac-símile em sete volumes)</i>	CFC
(?)	<i>As Juntas Governativas e a Independência (três volumes)</i>	CFC

APÊNDICE D

Calendários Culturais: 1969, 1970, 1973 e 1974

1) LITERATOS/JORNALISTAS/PROFESSORES/MÚSICOS

Bento de F. T. Aranha (1796-1811)	Bicentenário de nascimento (1969)	Poeta paraense
Alberto de Figueiredo Pimentel (1869-1914)	Centenário de nascimento (1969)	Jornalista da <i>Gazeta de Notícias</i>
Alberto Farias (1869-1925)	Centenário de nascimento (1969)	Membro da Academia Brasileira de Letras
Dario Veloso (1869-1937)	Centenário de nascimento (1969)	Poeta simbolista; publicou poemas e crônicas em vários jornais e revistas
Zeferino Brasil (1870-1942)	Centenário de nascimento (1970)	Poeta parnasiano e simbolista. Fundador da Academia Riograndense de Letras
Joaquim Noberto (1820-1891)	Sesquicentenário de nascimento (1970)	Poeta e romancista. Autor de <i>História da Conjuração Mineira</i>
Joaquim Manoel Macedo (1820-1882)	Sesquicentenário de nascimento (1970)	Romancista, historiador, jornalista e político. Sócio-fundador do IHGB
Azevedo Cruz (1870)	Centenário de nascimento (1970)	Poeta
Padre Antônio Sá (1620-1678)	Trezentos e cinquenta anos de nascimento (1970)	Poeta, discípulo do padre Antônio Vieira
Alphonsus de Guimaraens (1870-1921)	Centenário de nascimento (1970)	Literário simbolista e jornalista. Membro da Academia Mineira de Letras
João Itiberê da Cunha (1822-1890)	Sesquicentenário de nascimento (1970)	Crítico e compositor. Participou do movimento simbolista belga; diplomata e jornalista. Fundador da Academia Brasileira de Música

Pethion de Vilar (1870-1924)	Centenário de nascimento (1970)	Poeta simbolista
Ernesto Carneiro Ribeiro (1839-1920)	Cinquentenário de falecimento (1970)	Filólogo e defensor da gramática desenvolvida com base na língua falada
Raul Pompéia (1863-1895)	Sessenta e cinco anos de falecimento (1970)	Escritor, jornalista político, tornou-se um exaltado nativista após a Proclamação da República
Alfredo de Carvalho (1870-1916)	Centenário de nascimento (1970)	Engenheiro e jornalista, participou de diversas entidades, como Academia Pernambucana de Letras e Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco
Colatino Barroso (1873-1931)	Centenário de nascimento (1973)	Poeta simbolista
Rodolfo Machado (?)	Aniversário de falecimento (1973)	Poeta simbolista
Carlos Nelson (?)	Aniversário de falecimento (1973)	Poeta simbolista
Alceu Wamosy (1825-1923)	Cinquentenário de falecimento (1973)	Poeta simbolista
Anibal Teófilo (1873-1915)	Centenário de nascimento (1973)	Poeta. Autor do soneto "A Cegonha"
Gonçalves Dias	Sesquicentenário de nascimento (1973)	Escritor
Rodolfo Garcia	Centenário de nascimento (1973)	Historiador e escritor
Laudelino Freire (1873-1937)	Centenário de nascimento (1973)	Advogado, jornalista, professor e político
Joaquim Caetano da Silva (1810-1873)	Centenário de nascimento (1973)	Professor e diplomata
Agostinho M. Perdigão Malheiros (1824-1881)	Sesquicentenário de nascimento (1974)	Autor de <i>A Escravidão no Brasil</i> (1866)
Teodósio Freire (1874-?)	Centenário de nascimento (1974)	Poeta, professor e compositor
João Pereira Barreto	Centenário de nascimento (1974)	Poeta e jornalista
Elviro Dantas Cavalcânti (1874-1947)	Centenário de nascimento (1974)	Professor da faculdade de Direito de Manaus

Alberto Muiyaert (1866-1924)	Cinquentenário de falecimento (1974)	Pianista, compositor e regente
Ezequiel de Paula Ramos (1874-1928)	Centenário de nascimento (1974)	Pianista, compositor, poeta e teatrólogo
Odilon Nestor de Barros Ribeiro (1874-?)	Centenário de nascimento (1974)	Advogado, tribuno, professor, jornalista e poeta
Flávio Cardoso (1874-1909)	Centenário de nascimento (1974)	Poeta, jornalista e engenheiro
Gonçalo Casimiro Jácome de Araújo (1874-1943)	Centenário de nascimento (1974)	Poeta
Pedro Calazãs (1837-1874)	Centenário de nascimento (1974)	Poeta
João da Silva Belém (1874-1935)	Centenário de nascimento (1974)	Poeta, conferencista e teatrólogo
Manuel Francisco Pacheco (1874-1952)	Centenário de nascimento (1974)	Jornalista, escritor e teatrólogo
Manuel Evêncio da Costa Moreira (1874-1960)	Centenário de nascimento (1974)	Cantor
Vicente Augusto de Carvalho (1866-1924)	Cinquentenário de falecimento (1974)	Poeta e jornalista
Álvaro Bomilcar da Cunha (1874-?)	Centenário de nascimento (1974)	Escritor e sociólogo
Antônio dos Reis Carvalho (1874-1946)	Centenário de nascimento (1974)	Jornalista, poeta e teatrólogo
Antônio de Moraes da Silva (1755-1824)	Sesquicentenário de falecimento (1974)	Autor do 1º <i>Dicionário da Língua Portuguesa</i>
Henrique Castriciano de Souza (1874-1947)	Centenário de nascimento (1974)	Poeta, escritor e jurista
Antônio da Costa Cunha (1874-1934)	Centenário de nascimento (1974)	Poeta, jornalista e advogado

Narcisa Amália de Oliveira	Cinquentenário de falecimento (1974)	Poetisa
Basílio de Magalhães (1874-1957)	Centenário de nascimento (1974)	Folclorista e historiador
Teodoro Rodrigues (1874-1912)	Centenário de nascimento (1974)	Poeta, jornalista, professor e gramático
Raul Paranhos Pederneiras (1874-1953)	Centenário de nascimento (1974)	Poeta, professor, desenhista, caricaturista e autor teatral
Padre Domingos Simões da Cunha (1755-1824)	Sesquicentenário de nascimento (1974)	Poeta satírico, latinista, músico e dramaturgo
João Alfredo do Nascimento (1855-1924)	Centenário de nascimento (1974)	Jornalista, caricaturista, teatrólogo e desenhista
Emílio Kemp (1874-1955)	Centenário de nascimento	Poeta simbolista, romancista e comediógrafo
Carlos Augusto da Costa Vasconcelos (1784-1923)	Cento e noventa anos de nascimento (1974)	Poeta simbolista, mais conhecido como Carlos Nélon
Júlio César da Silva (1874-1936)	Centenário de nascimento (1974)	Contista, crítico, cronista e teatrólogo
Alba Váldez (1874-?)	Centenário de nascimento (1974)	Escritora
Francisco Gaudêncio Sabbas da Costa (1829-1874)	Centenário de nascimento (1974)	Dramaturgo e romancista

2) PERSONALIDADES POLÍTICAS

Francisco Vilela Barbosa (Marquês de Paranaguá) (1769-1846)	Bicentenário de nascimento (1969)	Foi presidente do Senado (1840-1841) e um dos redatores da Constituição Imperial
Herman Otto Blumenau (1819-1899)	Sesquicentenário de nascimento (1969)	Promoveu a colonização do Vale do Itajaí, em Santa Catarina
Pandia Calógeras (1870-1934)	Centenário de nascimento (1970)	Exerceu vários mandatos na legislatura; publicou diversas obras sobre política e economia e finanças. Membro da Academia Carioca de Letras
Delfim Moreira (1868-1920)	Cinquentenário de falecimento (1970)	Republicano histórico, foi deputado federal e presidente da província de Minas Gerais
Araújo Lima (Marquês de Olinda) (1793-1870)	Centenário de falecimento (1970)	Diretor da faculdade de direito no Recife; sócio-fundador do IHGB; ministro da Justiça; foi regente e primeiro-ministro do Império
Francisco José Furtado (1818-1870)	Centenário de falecimento (1970)	Presidente do Conselho de Ministros, deputado-geral, presidente de província e senador do Império
Augusto Meira (1873-1964)	Centenário de nascimento (1973)	Político. Governou durante o Império a província do Rio Grande do Sul
Carlos Maximiliano Pereira dos Santos (1873-1960)	Centenário de nascimento (1973)	Político e magistrado no Rio Grande do Sul
José Plácido de Castro (1873-1908)	Centenário de nascimento (1973)	Militar e político, liderou a chamada Revolução Acreana, tornando-se governador deste estado
Rui Barbosa (1849-1923)	Cinquentenário de falecimento (1973)	Político, ministro da Fazenda na Primeira República

José Feliciano Fernandes Pinheiro, Conde de São Leopoldo (1774-1847)	Duzentos e cinquenta anos de nascimento (1974)	Estadista do Primeiro Reinado; foi pioneiro na colonização alemã no RS
Samuel Wallace Mac-Dowell (1874-1947)	Centenário de nascimento (1974)	Político, professor e jurisconsulto
Juvenal Lamartine de Faria (1874-1956)	Centenário de nascimento (1973)	Parlamentar, governador do estado do RN

3) PERSONAGENS HISTÓRICOS/ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS

Osório Duque Estrada (1870-1927)	Centenário de nascimento (1970)	Autor do Hino Nacional; membro da ABL
Felipe dos Santos (1680-1720)	Duzentos e cinquenta anos de sua execução (1970)	Liderou a revolta de Vila Rica, em 1720, contra a política fiscal de Portugal
Padre Manoel da Nóbrega (1517-1570)	Quarto centenário de falecimento (1970)	O padre jesuíta participou intensamente do processo de conquista e colonização da América portuguesa
Primeira representação de O Guarani (1870)	Centenário (1970)	O livro foi escrito por José de Alencar
Primeira edição das poesias completas de Cruz e Souza	Comemoração (1973)	Introdução do simbolista Carlos Nelson
Santa Terezinha de Jesus (1873-1897)	Centenário de nascimento (1973)	Religiosa carmelita francesa
Filme A Capital Federal (1923)	Cinquentenário (1973)	Comédia dirigida por Luis Barros e produzida por Guanabara Filmes
Elevador Lacerda – BA (1873)	Centenário de inauguração (1973)	Elevador que permite o acesso entre a parte alta e a parte baixa de Salvador
Elevação da Vila Rica à condição de cidade (1823)	Sesquicentenário (1973)	A nova cidade foi nomeada Ouro Preto
Primeira apresentação da ópera Fosca (1823)	Centenário (1973)	A ópera é de autoria do compositor Carlos Gomes
Integração do Amazonas ao processo de Independência (1823)	Sesquicentenário (1973)	A chamada Guerra de Independência ocorreu entre 1922 e 1923, tornando-se uma guerra civil pela consolidação da Independência do Brasil

Independência do Pará (1823)	Sesquicentenário (1973)	A chamada Guerra de Independência ocorreu entre 1922 e 1923, tornando-se uma guerra civil pela consolidação da Independência do Brasil
Independência do Maranhão (1823)	Sesquicentenário (1973)	A chamada Guerra de Independência ocorreu entre 1922 e 1923, tornando-se uma guerra civil pela consolidação da Independência do Brasil
Independência da Bahia (1823)	Sesquicentenário (1973)	A chamada Guerra de Independência ocorreu entre 1922 e 1923, tornando-se uma guerra civil pela consolidação da Independência do Brasil
Assembleia Constituinte do Império (1823)	Sesquicentenário de sua criação (1973)	A Assembleia foi originalmente formada para preparar a Carta Constitucional do Império. Foi dissolvida por D. Pedro I
Convenção Republicana de Itu (1873)	Centenário (1973)	Foi a 1ª Convenção Republicana do país
Inserção do Almirante Cochrane à Armada Imperial Inglesa (1793)	Bicentenário (1973)	Foi nomeado guarda-marinha na Marinha Real do Reino Unido
Imperatriz D. Amélia (?-1923)	Cinquentenário de falecimento (1973)	(?)
Revolução Rio-grandense (1923)	Cinquentenário da Revolução (1973)	Disputa entre caudilhos locais divididos entre maragatos e chimangos
Inauguração do telégrafo submarino entre RJ, BA, PE e PA (1974)	Centenário da inauguração (1974)	Telégrafo submarino
Estela Sezefreda (1810-1874)	Centenário de falecimento (1974)	Atriz e companheira de João Caetano
Primeira audição da ópera Salvador Rosa (1874)	Centenário (1974)	Ópera de Carlos Gomes

Outorga da Constituição do Império do Brasil (1824)	Sesquicentenário (1974)	Primeira Constituição brasileira
Início da correspondência telegráfica entre o Brasil e a Europa (1874)	Centenário (1974)	Terminado o assentamento do cabo submarino transatlântico
Gentil Augusto de Morais Bittencourt (1847-1924)	Cinquentenário de falecimento (1974)	Poético, republicano histórico
Rompe em SP a revolta chefiada pelo general Isidoro Dias Lopes (1924)	Cinquentenário (1974)	Revolta contra o governo de Arthur Bernardes que levou à ocupação da capital paulista
Proclamação da Confederação do Equador (1824)	Sesquicentenário (1974)	Movimento de caráter emancipacionista e republicano surgido no NE
Hipólito da Costa (1774-1823)	Bicentenário de nascimento (1974)	Patrono da imprensa brasileira

4) INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS/CULTURAIS

Universidade do Rio de Janeiro	Cinquentenário da criação da primeira universidade brasileira (1970)	Nomeada posteriormente de Universidade do Brasil, atual UFRJ (1920)
Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil no Rio de Janeiro (1820)	Sesquicentenário de criação (1970)	A Academia Real surge graças à Missão Artística Francesa no Brasil
Instalação da Academia Brasileira dos Esquecidos (1724)	Duzentos e cinquenta anos de criação (1974)	Academia dedicada às letras. Embrião da futura ABL
Escola Politécnica no Rio de Janeiro (1874)	Centenário de criação (1974)	Primeira faculdade de engenharia do Brasil

5) MÉDICOS/CIENTISTAS/ENGENHEIROS

Santos Dumont	Centenário de nascimento (1973)	Cientista
Nicolau Copérnico (1473-?)	Quinto centenário de nascimento (1973)	Cientista e astrônomo
Barão de Teresópolis – Francisco Ferreira de Abreu (1823-1905)	Sesquicentenário de nascimento (1973)	Médico e químico
José Antônio de Abreu Fialho (1874-?)	Centenário de nascimento (1974)	Médico. Autor da obra <i>O Que É Ser Médico</i>
Guilherme Schuch de Capanema – Barão de Capanema (1824-?)	Sesquicentenário de nascimento (1974)	Cientista
Antônio Pereira Rebouças (1839-1974)	Centenário de falecimento (1974)	Engenheiro responsável pela criação de ferrovias e portos no país
Tomás Gomes dos Santos (1803-1874)	Centenário de falecimento (1974)	Médico e político
João Muniz Barreto de Aragão (1874-?)	Centenário de nascimento (1974)	Patrono da Veterinária do Exército Brasileiro
Abílio César Borges – Barão de Macaúbas (1824-1891)	Sesquicentenário de nascimento (1974)	Médico e educador
Luis Ferreira de Lemos (1839-1874)	Centenário de falecimento (1974)	Médico, membro da imperial Academia de Medicina
Francisco Freire Alemão (1797-1874)	Centenário de falecimento (1974)	Naturalista

FICHA TÉCNICA

Publicado por

Observatório Itaú Cultural
Editora Iluminuras

Organização da coleção Rumos Pesquisa

Lia Calabre

Organização do material

Selma Cristina da Silva
Josiane Mozer

Produção editorial

Cybele Fernandes
Lara Daniella Gebrim

Projeto gráfico e diagramação

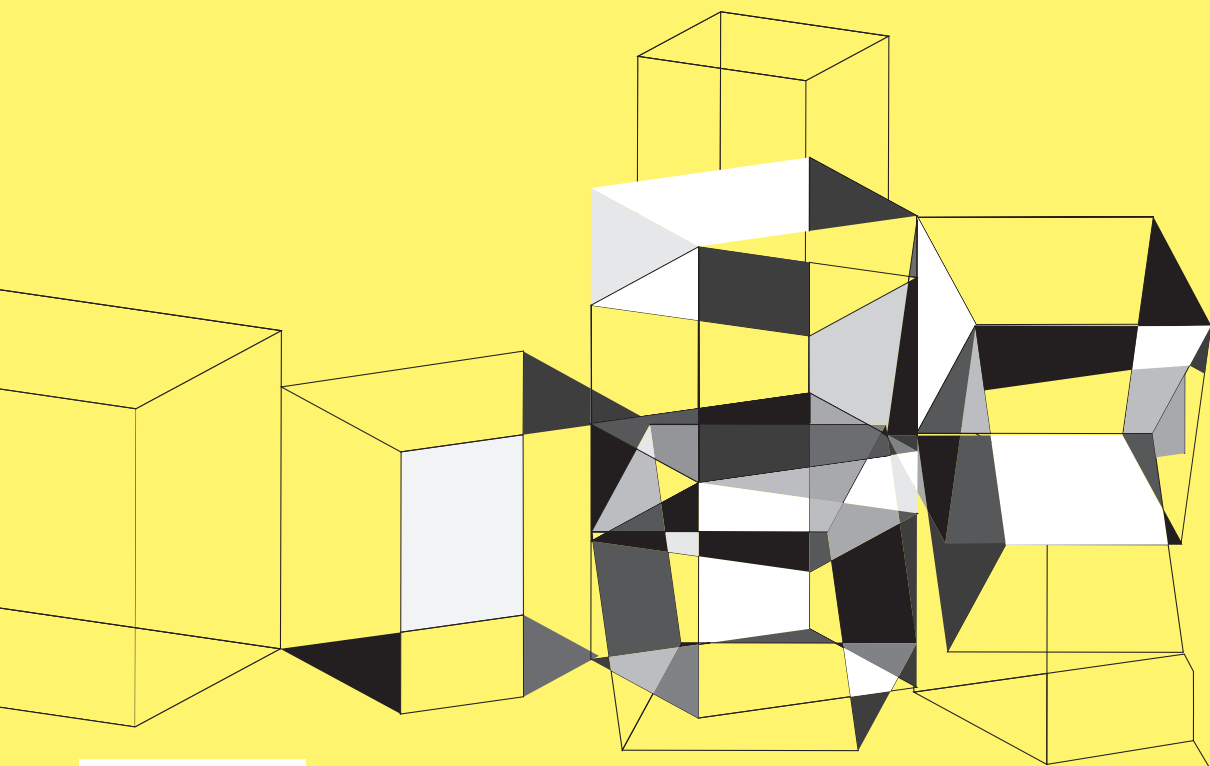
luorvat design

Capa

Liane Iwahashi

Revisão de texto

Ciça Corrêa
Eloísa Helena Rodrigues
Regina Pereira



ISBN 978-85-7321-387-4



9 788573 213874



Itaú
cultural

Itaú Cultural
ISO 9001
ADMINISTRAÇÃO DE VERBAS



ILUMI**URAS**

Ministério da
Cultura

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA